

REALIDADE, 1966-1968

**tempo da reportagem na
imprensa brasileira**

J. S. Faro

Minhas filhas, Paula e Patrícia

Todas as lembranças

Rose

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	04
<i>Jornalistas, intelectuais e realidade</i>	06
<i>Comunicação e produção cultural: horizontes da práxis jornalística</i>	12
<i>A conjuntura político-cultural: 1966-1968</i>	31
<i>O desafio: um novo jornalismo ou um novo texto?</i>	50
<i>A imprensa e o projeto Realidade</i>	57
<i>Visões da realidade: 1966-1968</i>	90
<i>O eixo da ordem conservadora: visões da família</i>	93
<i>O eixo da ordem familiar: visões da mulher</i>	107
<i>Visões do jovem: a ordem ameaçada?</i>	119
<i>Visões da Igreja e da religião: a unidade partida</i>	129
<i>Visões do Brasil: a política, a economia, a sociedade</i>	146
<i>Visões do mundo</i>	182
<i>Visões do cotidiano: o roteiro da cultura</i>	201
<i>Informação científica, educação e cotidiano</i>	211
<i>Vida urbana: complexidade e violência</i>	223
<i>Mitos</i>	232
<i>Conclusão: visões da imprensa e de si mesma</i>	239
<i>Bibliografia</i>	248

APRESENTAÇÃO

A revista *Realidade* é um marco na história do jornalismo brasileiro. Sob qualquer ângulo que possa ser estudada, a publicação da Editora Abril, lançada em 1966 e produzida durante 10 anos consecutivos, representa para os profissionais da imprensa e para os estudiosos da vida cultural brasileira um momento obrigatório de referência, tanto pela abrangência dos temas que reportou como pela forma como o fez.

Este livro procura explicar parte das razões que respondem por essa importância, especificamente no período de 1966 a 1968, momento em que se desenham e se consolidam os traços principais da produção da revista e com os quais seu projeto se caracterizou historicamente. A rigor, foi em razão do perfil que *Realidade* adquiriu nesses três primeiros anos de sua existência que se definiu seu papel no conjunto da produção jornalística nacional. Invariavelmente, quando *Realidade* é citada como uma experiência excepcional no conjunto da imprensa brasileira, é a esse período que se refere, sem prejuízo de que a revista tenha mantido várias de suas marcas nos anos que se estendem de 1969 a 1976. Mas naqueles três primeiros anos, no entanto, convergiram para o êxito da revista elementos conjunturais que, como se pretende demonstrar, situavam-se fora do campo específico da produção jornalística.

Esta é a hipótese central deste trabalho. A revista *Realidade* é encarada aqui como um modelo de vinculação entre a produção do texto jornalístico e o conjunto das manifestações políticas e culturais vividas no período estudado, no Brasil e no exterior. Isto é, o caráter verticalizado adquirido pelas reportagens de *Realidade* guardou estreita relação com o discurso *transgressor* produzido em meados dos anos 60 e que abarcou, em sua formulação, a ordem dos valores burgueses conservadores, a ordem do Estado e a ordem da estrutura social.

No desvendamento dessa hipótese, este trabalho opera com um conjunto complexo de variáveis: as relações entre os intelectuais brasileiros e a configuração do Estado autoritário no período posterior a 1964; as relações entre os jornalistas e o *movimento* de contestação à ordem autoritária gerado por essa intelectualidade; as relações entre os jornalistas e a Indústria Cultural; as relações de identidade entre o sentido da *transgressão* e o desenvolvimento acelerado da sociedade urbano-industrial brasileira, com a conseqüente emergência de segmentos *modernos* que escaparam, em meados dos anos 60, à consolidação da ordem conservadora.

Realidade deu vida textual a esse conjunto de problemas. A leitura das reportagens que publicou permite identificar um sentido hegemonicamente revelador na investigação jornalística que conduzia sua produção para além dos limites da linguagem convencional da imprensa: no confronto com a materialidade das questões que seus profissionais abordaram, os recursos discursivos da revista resvalaram para formas literárias e ficcionais de narrativa que ampliaram sua penetração junto ao público leitor, transformando-a numa fonte de conhecimento e de disseminação dos novos padrões culturais da época em que existiu.

A revista, portanto, estabeleceu um profundo vínculo com o social, no seu mais amplo sentido. E nem se poderia justificar de outra forma essa espécie de paradigma em que ela se tornou para todos os que analisam a imprensa brasileira, seu desenvolvimento, suas características principais. Esse papel referencial que *Realidade* adquiriu, no entanto, não se restringe ao interesse acadêmico ou profissional. É mais que isso. *Realidade* partilhou com seu público os significados de uma época; permitiu que a informação ganhasse uma perspectiva globalizadora e se tornasse, ela própria, uma categoria de análise do cotidiano. Aqueles que imaginavam estar vivendo o amadurecimento político e os desafios existenciais na década de 60 sentiram isso em cada número da revista, inclusive o autor do livro. Certamente por isso, em incontáveis momentos do desenvolvimento deste trabalho, a perspectiva analítica se confunde com o entusiasmo - às vezes entristecido - da memória. É um risco que correm todos que se dispõem a reconstituir o passado recente da vida brasileira.

De qualquer forma, o desafio não teria sido enfrentado sem o apoio de um número indeterminado de pessoas, especialmente do Prof. Dr. José Marques de Melo, permanente animador de vários projetos e orientador da tese de doutorado que deu origem a este livro.

São Paulo, junho de 1998

INTRODUÇÃO

JORNALISTAS, INTELLECTUAIS E REALIDADE

No período posterior a 1964, a imprensa brasileira, em suas manifestações mais sensíveis para a realidade nacional, especificamente sob o gênero jornalístico da *reportagem*, pautou parte significativa de sua produção em relação ao *movimento* pelo qual se norteavam as demais manifestações artístico-culturais promovidas no país. É possível identificar um discurso *libertário e contestador*, comum às produções mais consequentes da cultura brasileira, isto é, àquelas que identificaram no Estado autoritário e nas deformações sociais do modelo econômico modernizador e concentrador da renda (que então se implantava no país) a fonte de sua inspiração poética, dramática, literária e... jornalística. A rigor, essa fonte de *inspiração*, que se estendeu por toda a produção cultural, respondeu pela marca "de esquerda" das manifestações artístico-culturais, predominantemente "engajadas" e "militantes".

Esse traço de homogeneidade da vida cultural brasileira, a partir de meados dos anos 60, contudo, não era novo. Era mesmo uma característica estrutural da formação dos intelectuais brasileiros, possível de ser identificada historicamente nas obras e nos movimentos que marcaram sua atividade: momentos da vida artístico-cultural do país em que imperou essa *tradição* que se formou ao longo da história nacional. Esse *realismo* - entendido aqui como um fenômeno denunciador das mazelas sociais e políticas do país, e não simplesmente como um estilo literário ou uma corrente estética - é visto, assim, como a marca por excelência da produção cultural brasileira¹.

O entendimento desse processo, no entanto, remete à questão da formação do intelectual, vista aqui como uma categoria social específica, cuja obra transcende seu lugar de classe e, no caso dos jornalistas, os limites estruturais da Indústria Cultural.

Trata-se, evidentemente, de dois problemas que se interpenetram e que remetem, ambos, ao conceito de hegemonia, recorrente nos estudos da Comunicação Social que abrangem o período analisado neste livro. Em primeiro lugar, porque tanto para as questões que envolvem a produção artístico-cultural como para aquelas que dizem respeito à produção jornalística, o problema da democratização do Estado brasileiro surgia como o eixo em torno do qual essa produção era referida. Em segundo lugar, porque, paralelamente à questão institucional, colocava-se para toda a intelectualidade brasileira o processo de concentração dos meios de comunicação que crescia em suas feições de um complexo político-ideológico que reforçava as características do Estado autoritário.

¹ Em apoio a essa interpretação, Antonio Cândido define a literatura brasileira como "eminentemente interessada", numa tradução da permanente preocupação de seus autores com a "construção duma cultura válida no país". Diz o autor de *Literatura e Sociedade*: "A literatura do Brasil, como a de outros países latino-americanos, é marcada por esse **compromisso com a vida nacional no seu conjunto**, circunstância que inexiste nas literaturas dos países de velha cultura" (*Formação da Literatura Brasileira*, vol. I. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1975. Pág. 18. Grifos nossos). Ver também a antologia organizada por Carlos Nelson Coutinho, *Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

Em outras palavras, o entendimento da formação do intelectual no Brasil e das linhas principais de elaboração de sua produção se dá no âmbito desse duplo limite representado pelo Estado e pela Indústria Cultural, que tanto remete à (re)leitura dos teóricos da Escola de Frankfurt como aos conceitos de Antonio Gramsci. A indagação decorrente disso é aquela que questiona o grau de autonomia do intelectual frente ao aparelho de Estado e frente à Indústria Cultural. De outra forma: o *realismo*, nos limites em que é referido aqui, somente pode ser identificado como traço hegemônico da produção cultural brasileira em contrapartida ao conceito de *cooptação*, isto é, como superação das formas concretas ou abstratas de submissão do trabalho intelectual aos interesses do Estado (da *sociedade política* propriamente) e da Indústria Cultural.

E a história da cultura brasileira indica essa dupla superação. Em primeiro lugar, porque do ponto de vista metodológico e conceitual trabalha-se aqui com a formulação de Gramsci segundo a qual “a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como acontece com os grupos sociais fundamentais, mas ‘mediata’, em diverso grau, por todo o tecido social, pelo conjunto das sobreestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os funcionários”². Em decorrência dessa localização, o próprio resultado do trabalho intelectual transcende seus limites de classe, encerrando “a massa de sentimentos que circula na própria obra”³, conferindo a ela um grau de autonomia que está na dependência da questão da hegemonia sobre o movimento político de uma determinada formação social. Dito de outra forma: não são as estruturas burocrático-políticas do Estado nem os interesses econômicos da Indústria Cultural os nexos de entendimento do trabalho intelectual. São, antes disso, os conflitos que permeiam a sociedade civil que o explicam.

Nesse sentido, é preciso ampliar o entendimento do conceito de *intelectual orgânico* de Gramsci, já que ele (o intelectual) não é um elemento de ligação exclusiva com as classes dominantes - formalmente os grupos sociais que detém o controle sobre as instâncias da sociedade política -, mas sim elemento de disseminação da conotação reflexiva que adquire em sua obra o *movimento* político geral que se estabelece na sociedade civil e sobre o qual as classes dominantes podem não reproduzir a mesma hegemonia que se instala no plano institucional⁴.

² Antonio Gramsci. *Obras Escolhidas*, vol II. Lisboa, Editorial Stampa, 1974. Pág. 198.

³ Idem, págs. 220 e seguintes.

⁴ A conceituação do intelectual orgânico adotada aqui difere, portanto, daquela expressa por Octávio Ianni em seu artigo *O Intelectual e a Indústria da Cultura* (*Revista Comunicações e Artes*, Ano 11, nº 17, São Paulo, ECA/USP, 1986). Mesmo assim, é o próprio Ianni quem reconhece que a atividade intelectual é eminentemente questionadora - “quase um dever de ofício”. Ver também em apoio a esse conceito ampliado de Gramsci, Carlos Eduardo Lins da Silva, *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 25, julho de 1980. E ainda, de minha própria autoria, *A Universidade Fora de Si: A Intercom e a Organização dos Estudos de Comunicação no Brasil*, São Paulo, INTERCOM/ALAIC, 1992.

A demonstração da autonomia do intelectual e de sua obra como traço da cultura brasileira, fundada no conceitual descrito acima, pode ser verificada no próprio desenvolvimento da história da literatura nacional, especialmente a partir do momento em que suas manifestações passam a compor “parte do esforço de construção do país livre, em cumprimento a um programa”⁵ já no século XVIII. Segundo Antonio Cândido, esse percurso de uma produção literária instrumentalizada chegou mesmo a desviar o sentido imaginário da obra: “(...) os escritores se sentiram frequentemente tolhidos no vôo, prejudicados no exercício da fantasia pelo peso do sentimento de missão, que acarretava a obrigação tácita de descrever a realidade imediata, ou exprimir determinados sentimentos de alcance geral”⁶. Para acrescentar:

“... isto contribuiu para incutir e acentuar a vocação *aplicada* dos nossos escritores, por vezes verdadeiros **delegados da realidade junto à literatura**. Se não decorreu daí realismo no alto sentido, decorreu certo imediatismo, que não raro **confunde as letras com o padrão jornalístico**; uma bateria de fogo rasante, cortando baixo as flores mais espigadas da imaginação. Não espanta que os autores brasileiros tenham **pouco da gratuidade que dá asas à obra de arte; e, ao contrário, muito da fidelidade documentária ou sentimental, que vincula à experiência bruta**”⁷.

As marcas desse realismo que serve às letras como postura programática vêm, assim, da Colônia aos tempos atuais, conferindo à produção cultural brasileira um sentido contestador da ordem aristocrática ou da ordem burguesa, embora não se esgote nessas características a produção nacional. Mas vem delas o traço hegemônico da crítica à estrutura social e econômica do país, perpassando escolas e momentos, gerações e fases⁸.

Corroborar-se, dessa forma, a mesma análise, para o caso do Brasil, da interpretação feita por Jorge G. Castañeda a respeito da formação histórica e dos condicionamentos sociais e políticos vividos pela intelectualidade latino-americana: “a tênue linha que separava a atividade intelectual do ativismo político refletia uma diferenciação igualmente tênue entre ambos, tanto na época (século XIX) quanto hoje. Com frequência, os partidos não existiam, ou então careciam de representatividade; os sistemas eleitorais quase sempre pecavam por serem puramente formais. A construção da nação continuava incompleta e, no vazio aberto por essas ausências, brilhava o intelectual.

⁵ Antonio Cândido, *Idem*, pág. 26 e seguintes.

⁶ *Idem*, *Ibidem*.

⁷ *Idem*, *Ibidem*. Grifos nossos.

⁸ “Se é certo que não há (ou há muito pouca) tradição revolucionária no Brasil, é nítido que havia uma *tradição de rebeldia*, nascida e alimentada nos setores intelectualizados da pequena burguesia brasileira (...). Em épocas distintas, e com matizes diversos, os contornos dessa linha de tradição podem ser traçados com nitidez...” (Paulo Pontes e Chico Buarque de Holanda. *Gota D'Água*. Rio, Civilização Brasileira, 1975).

“Guardiães da consciência nacional, críticos sempre cobrando maior responsabilidade, baluartes de princípios e da retidão, durante quase cinco séculos os intelectuais latino-americanos, com seus escritos, lições, discursos e outras atividades, substituíram muitas instituições e atores sociais.

(...)

“No decorrer do século XX, a *intelligentsia* nativa continuou desempenhando esse papel, em revoluções e reformas, na oposição a golpes militares e ditaduras, na cultura e nos meios de comunicação. (...) Quando afinal apareceram os meios de comunicação de massa, os intelectuais ocuparam suas salas de redação e escreveram seus editoriais”⁹.

Nessa medida, a atividade jornalística - como se pretende demonstrar - herda e reproduz os componentes ideologicamente hegemônicos da produção cultural, especialmente no caso da reportagem, o gênero investigativo por excelência do jornalismo.

Não se trata aqui de enquadrar, num esquema abstrato, o comportamento individual do profissional de imprensa; trata-se de buscar o quadro referencial de idéias do tratamento dado às matérias reportadas. E esse quadro referencial, nos anos 50 e 60, era o mesmo que a cultura brasileira produzia em outras áreas. Forma-se assim um espectro ideológico difuso que tem a força de homogeneizar o trabalho intelectual. Também não se pretende afirmar que não há componente "alienada" na produção cultural do período estudado. O que se quer demonstrar é que essa componente não se identifica com o padrão de consumo de bens simbólicos do público leitor urbano, que se sofisticava e se torna gradativamente mais cosmopolita na medida em que avança o processo de modernização do país.

Essa marca *engajada* de uma produção jornalística aberta aos traços predominantes da produção cultural se estendeu para a imprensa através de duas vertentes que se complementam. A primeira delas, localizada em período posterior ao analisado neste livro, foi decorrente da presença, no cenário editorial brasileiro dos anos 70, da chamada *imprensa alternativa*, vista como depositária dos principais elementos do jornalismo investigativo que a instituição da censura inviabilizava nos grandes jornais. A segunda vertente é identificada na própria grande imprensa, para além das dificuldades conjunturais representadas pela presença do Estado autoritário. A revista *Realidade* teria sido sua publicação mais expressiva. Nela, aflorou uma produção jornalística que deu à reportagem uma dimensão reveladora¹⁰, além dos padrões da

⁹ Jorge G. Castañeda. *Utopia Desarmada*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994. Págs. 153 e 154.

¹⁰ O conceito de *revelação* aplicado aqui tem a mesma conotação daquela atribuída por Arnold Hauser às características da produção artística e sociológica de fins do século XIX e início do século XX. Hauser refere-se à "psicologia da revelação" que marcou o Cubismo, a Psicanálise, o Materialismo Histórico. Ver Arnold Hauser, *História Social de la Literatura y el Arte*. Madrid, Guadarrama, 1969.

objetividade informativa. Nessa dimensão - já tentada em revistas anteriores, mas consolidada na revista da Editora Abril - estaria a marca *realista* presente, hegemonicamente, nas manifestações da cultura brasileira.

“Com *Realidade*, é possível afirmar que o fato jornalístico entre nós ganhou dimensões sociológicas e penetrou no gosto do público leitor de tal forma que a partir dela os demais lançamentos buscariam pautar seu estilo, sua profundidade, suas características, pelo trabalho de um grupo de jovens jornalistas ligados à Editora Abril”¹¹.

O mercado de revistas no Brasil de 1966 comportava a iniciativa da Abril. *Realidade* disputava nas bancas "a preferência de um público acostumado a revistas semanais que primavam pela sua superficialidade, ou por revistas mensais de interesse específico: (...) a margem de opção pelas revistas resumia-se no *Cruzeiro*, incapaz de acompanhar as transformações políticas e sociais pelas quais o país havia passado; em *Manchete*, surgida em 1952, presa a uma concepção formalista e colorida do jornalismo; *Fatos & Fotos*, também da Bloch, e *Cláudia*, da mesma Editora Abril, mas dirigida a um público específico”¹².

Por força da mobilização política que a classe média brasileira viveu em meados dos anos 60, mobilização marcada, especialmente nos segmentos ligados à cultura universitária, por sentimento de oposição ao Estado autoritário que então se esboçava, a vida cultural brasileira acabou por produzir um conjunto de manifestações investigadoras e denunciadoras de nossa vida social e política, de que a revista *Realidade* foi o correspondente na área do jornalismo impresso.

Realidade recuperou as linhas principais com que o jornalismo brasileiro se fez ao longo de sua história, ao mesmo tempo em que se tornou contemporânea dos principais problemas colocados à sua época, rejeitando - desde seu início - a idéia de um suposto jornalismo objetivo, produzindo textos de profundo envolvimento do repórter e, com isso, permitindo que suas características extrapolassem os limites das transformações verificadas na imprensa e se tornassem um fenômeno cultural de dimensões mais amplas.

O período de que trata este trabalho é o dos três primeiros anos de existência da revista (1966/1968), momento em que profundas mudanças políticas e econômicas se processam na vida brasileira e em torno do qual já se percebem as primeiras dissensões entre as bases sociais que haviam permitido o movimento militar de 1964. Na época indicada, a revista *Realidade* teve condições de ser produzida em toda a sua plenitude, havendo mesmo condições conjunturais, tanto no plano político como no plano cultural, para que se colocasse em prática o estilo de jornalismo investigativo

¹¹ J.S.Faro. *Raízes Culturais de Nossa Imprensa Contemporânea*. *Revista de Cultura Vozes*, Ano 71, nº 6, agosto de 1977. Pág. 32.

¹² Idem, *ibidem*.

que denunciava as mazelas sociais do país. Após dezembro de 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5 e com a vigência da censura nos meios de comunicação, a revista sofre limitações descaracterizadoras, razão pela qual - ainda que tenha mantido um padrão de qualidade jornalística bastante vinculado à produção anterior - deixa de refletir as principais tendências apontadas.

Até que isso ocorresse, contudo, a gradativa hipertrofia do Estado autoritário, no período estudado, provocou um crescente descontentamento de setores significativos da população, agravado pela política econômica recessiva e pelo afastamento compulsório de lideranças políticas tradicionais. Em torno dessa conjuntura esboçavam-se as principais manifestações culturais do período. Tais manifestações vinham marcadas por uma dupla característica: havia, de um lado, uma tendência que especulava sobre as concepções teóricas e práticas do trabalho que a própria intelectualidade desenvolveu no período que antecedeu à ruptura institucional de 1964; de outro lado, ainda que possa parecer contraditório em face da *situação autoritária*, um quadro de liberdade de manifestações públicas que só se alteraria radicalmente em 1968, com a edição do AI 5. Decorre dessa contradição o surgimento de um dos momentos mais ricos da cultura brasileira.

A revista *Realidade* foi, no plano do jornalismo impresso, o modelo dessa inquietação cultural. Sua execução, como já foi dito, esteve a cargo de um grupo de jornalistas sensíveis às necessidades da época, de tal forma que transparece no trabalho que esse grupo desenvolveu todo o questionamento que, metodologicamente, este livro pretende desenvolver em torno do conceito de Indústria Cultural, e, ao mesmo tempo, toda a formulação filosófica que busca mensurar a autonomia do intelectual frente à engrenagem de uma grande empresa como a Editora Abril e frente ao quadro político contraditório que se formava no país. Nesse sentido, é especialmente significativa a noção de que era a realidade política em que se movimentava a sociedade civil que cobrava da *situação autoritária* e da Indústria Cultural a necessidade de retratar o país - tarefa na qual os intelectuais-jornalistas de *Realidade* estarão envolvidos. Ao mesmo tempo, levando-se em conta a idéia de que a contribuição desse *estilo* de jornalismo para a imprensa brasileira ultrapassa os limites do período, abre-se caminho para uma idéia subjacente: o de que a produção jornalística dos anos 70 incorporou em suas manifestações as tendências apontadas pela revista¹³.

¹³ A hipótese de que a revista *Realidade* teria feito “escola” na imprensa brasileira foi objeto de análise no ensaio *Raízes Culturais de Nossa Imprensa Contemporânea* (v. nota 11). Parte considerável da chamada imprensa alternativa devia à *Realidade* seu estilo jornalístico, considerando-se que havia uma linha coerente de investigação no tratamento das matérias que se mantinha no mesmo plano da revista da Abril.

CAPÍTULO 1

COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO CULTURAL: HORIZONTES DA PRÁXIS JORNALÍSTICA

Na demonstração e no aprofundamento dos pressupostos descritos até aqui, é preciso recorrer a duas vertentes de análise. A primeira é a que diz respeito às relações entre Comunicação e Cultura. Trata-se de avaliar, como já foi dito, os limites da autonomia intelectual diante do aparato da Indústria Cultural num país periférico e dependente, onde os elementos de modernização e de massificação dos padrões estéticos adquirem peso significativo na produção de bens simbólicos. A segunda vertente é a que leva à investigação desse fenômeno na área da produção jornalística.

Para a primeira vertente é preciso, de início, estabelecer os limites da discussão em torno de uma possível autenticidade de nossa formação cultural, contraposta ao exterior. Depois, é preciso indagar sobre os elementos da própria informação veiculada pelos meios de comunicação que permitem identificar as relações entre as condições político-sociais da produção desses meios.

Emerge dessa consideração inicial uma das bases sobre as quais se assenta uma formulação tão elementar quanto complexa de ser respondida: afinal, o que somos nós, brasileiros? Somos uma formação nacional original? Ou somos, de outro lado, o resultado de sem-número de componentes que aqui mal se articulam, formando um verdadeiro arquipélago de núcleos que somente a força coercitiva do Estado faz conviverem? De outra forma, ainda que se entenda a diversidade radical preponderando sobre os elementos da unidade, ainda assim produzimos uma civilização autêntica?

Evidentemente, não se pretende responder todas essas questões. Mas, a fim de que a discussão não seja colocada de forma desarticulada e incompleta, tendo em vista o objeto central deste livro, considera-se que a questão colonial é um dos tópicos mais importantes para que se defina a situação do intelectual em países periféricos.

"O Brasil não *deve* ser cópia da antiga metrópole", dizia Silvio Romero, citado por Renato Ortiz¹⁴. O Brasil *parece* que não é cópia da antiga metrópole, e também não se tornou cópia das metrópoles mais recentes. Sucessivamente fomos dominados por portugueses, ingleses, franceses, norte-americanos, e ainda assim não chegamos a *ser* o resultado de nenhuma dessas dominações. Ao que parece, formamos nos trópicos uma articulação original de elementos étnicos, estéticos, sociais e econômicos. Não se trata de uma originalidade vista sob uma perspectiva conservadora, mas de uma originalidade decorrente das próprias contradições resultantes das forças que se construíram no processo de ocupação-exploração da colônia-nação. O processo de civilização ocorrido aqui guarda extraordinária semelhança com o processo desenvolvido em toda a área geográfica sobre a qual se expandiu o capitalismo

¹⁴ Renato Ortiz. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

comercial primeiro, o industrial depois. É difícil imaginar que países como a Argélia, a África do Sul, a Argentina, o México, o Vietnã e outros, alguns deles vítimas de ocupação prolongada por forças coloniais, não possuam dados de uma cultura original, decorrente também ela da mesma articulação verificada no Brasil, ainda que seus elementos constitutivos sejam diferentes.

Historicamente, foi o pensamento romântico o primeiro que, transplantado para o Brasil, formulou uma idéia de originalidade nacional. Os mitos do indigenismo, na segunda metade do século XIX, dizem muito a esse respeito. O que queriam eles, os românticos? Encontrar os elementos étnicos e linguísticos que justificassem um certo "orgulho nacional", um atestado de que o Brasil era um todo coerente cujas raízes estavam no elemento autóctone. Os modernistas, na década de 20 deste século, andaram pelo mesmo caminho, ainda que de forma irreverente. Mas produziram literatura, música e pintura sob a marca do mesmo mito. O que é Macunaíma senão a tentativa de identificar o herói-nacional? Villa Lobos foi à música popular autêntica buscar os elementos básicos de suas composições. O *Lavrador de Café*, de Cândido Portinari, é bem uma amostra de tentativa de fixar, no plano estético e plástico, o homem brasileiro, rude, forte, resistente, tanto quanto o sertanejo de Euclides da Cunha.

Nos anos 30, até por força das transformações políticas atravessadas pelo Brasil - e também como sub-produto do modernismo - tivemos obras de peso em busca da interpretação da "cultura brasileira". É o caso de Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*), de Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*) e de Caio Prado Júnior (*Formação do Brasil Contemporâneo*). Todas essas obras pretendiam ir em busca do traço original e autêntico da civilização brasileira. Dante Moreira Leite¹⁵ afirma que indagações desse tipo são características de momentos de crise e tendem a representar progressivamente menos "no momento em que as condições objetivas da vida econômica (...) impuseram a necessidade de um novo nacionalismo"¹⁶.

"De qualquer forma, diz ele, à medida em que se acentua a industrialização brasileira, é a economia do país que passa a ser posta em jogo, e a luta pela independência econômica substitui as explicações da inferioridade nacional"¹⁷. Para Renato Ortiz, trata-se de um "itinerário intelectual coletivo que implica numa obsessão"¹⁸ em se criar uma imagem nacional em contraposição à "estrangeira". É a mesma inquietação - do ISEB a Antonio Cândido e Carlos Guilherme Mota, ainda agora nos anos 70-80. Uma marca na formação da intelectualidade brasileira, que busca na especificidade dos conflitos nacionais o impulso de um período (anos 50 e 60) para o elemento único

¹⁵ Dante Moreira Leite. *O Caráter Nacional Brasileiro*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1976.

¹⁶ Idem. Pág. 327.

¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁸ Renato Ortiz. Op. Cit.

da *nação*. É certo que se trata de motivações ideológicas diversas, algumas até servindo de fundamento para projetos autoritários. Mas há um componente político nesse período, marcado pela estruturação do Estado populista que confere às manifestações culturais nacionalistas um *padrão democrático* que se tornará inerente a elas em meados dos anos 60.

Contesta-se, portanto, a tese de Roland Corbisier segundo a qual "assim como no plano econômico, a colônia exporta matéria-prima, e importa produto acabado, no plano cultural, a colônia é material etnográfico que vive da importação do produto cultural fabricado no exterior. Importar o produto acabado é importar o Ser, a forma que encarna e reflete a cosmovisão daqueles que a produziram. Ao importar o cadillac, o chicletes, a Coca-Cola e o cinema, não importamos apenas objetos e mercadorias, mas também todo um complexo de valores e de condutas que se acham implicados nesses produtos"¹⁹.

Essa interpretação simplifica os fenômenos culturais; retira deles sua dinâmica; reduz a produção cultural à idéia de que padrões de consumo, de resto universalizados depois da Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX, inviabilizam a produção *nacional* de bens simbólicos, entendendo-se o nacional aqui como elemento representativo de universos estéticos e cognitivos construídos historicamente em cada formação social. Não fosse assim, não teríamos música popular brasileira, cinema brasileiro, teatro brasileiro etc. Tudo se resumiria ao exercício mimético da sociedade colonial ou, como traduziu Alejo Carpentier em *O Século das Luzes*, descrevendo o caos que os objetos importados da metrópole provocavam na colônia: "Certa noite se ouviram estalos dentro de uma caixa: a harpa, que Sofia tinha encomendado a um fabricante napolitano, rebentara as cordas tensas com a umidade do clima (...). Mas a desordem atingiu o auge quando chegaram os aparelhos de um Laboratório de Física, que Estevão encomendara para substituir os fantoches e caixas-de-música por distrações que instruem divertindo"²⁰. Nada teria função na colônia.

No entanto, a sociedade colonial, como qualquer outra sociedade, não é estática; ao contrário, é dinâmica, conflituosa, contraditória e complexa. Tem-se, ao longo da história brasileira, períodos de amadurecimento desse olhar introspectivo que sempre indaga: quem somos nós? Somos uma nação periférica, dependente, de capitalismo tardio, subdesenvolvida etc, mas somos também o resultado de um conjunto variado de pressões internas, vindas mesmo dos setores subalternos que insistem em fazer retrato da miséria, tanto quanto outros países da América Latina, da África, da Ásia. E esse conjunto pode ser visto como o elemento responsável pela permanente servidão do intelectual à realidade; o *realismo*, a que já se referiu, como afirmação dessa especificidade.

¹⁹ Citado por Renato Ortiz. Op. cit. Ver também do próprio Corbisier o prefácio à obra de Albert Memmi, *Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

²⁰ Alejo Carpentier. *O Século das Luzes*. Rio de Janeiro, Editorial Labor do Brasil, 1976

É claro que a Indústria Cultural não pode fugir aos parâmetros desse quadro mais amplo. Mas isso não significa aceitar o conceito fechado, definido pelos teóricos de Frankfurt como um processo autoritário e coeso, que manipula consciências; *aparelhos ideológicos* - uma decorrência do conceito frankfurtiano adotado por Althusser. Tais conceitos, na medida do que foi exposto, não são suficientes para explicar a complexidade do fenômeno cultural já que deixam de lado a dimensão politicamente contraditória da produção dos bens culturais.

Ou, de outra forma: a Indústria Cultural - entendida aqui como o processo de padronização de bens simbólicos - sufoca os valores da cultura nacional. E nem poderia deixar de ser assim. Sua racionalidade é outra: é funcional, é transnacional, é quantitativa, e pertence ao império do capital. Seu primeiro objetivo é incorporar ao mercado consumidor desses bens o universo mais amplo possível. E é evidente que a marca desse comportamento se estende por todos os setores da vida social. Ninguém duvida que ela faz parte de um amplo processo de dominação, especialmente no pós-guerra, quando a transnacionalização dos padrões de consumo ocorreu aceleradamente. Mas é possível pôr em dúvida sua eficácia enquanto instrumento de aniquilamento da cultura nacional.

A História Contemporânea parece confirmar essa afirmação. O que temos no pós-guerra? A descolonização da África e da Ásia, a afirmação do nacionalismo na América Latina, os movimentos de libertação nacional, a Revolução Chinesa, a emergência de forças sociais básicas no primeiro, no segundo e no terceiro mundo, a ampliação dos direitos, a consciência da não-intervenção, a aspiração ao desenvolvimento. É apenas uma reflexão que não leva em conta *só* o que aconteceu na última década; uma visão histórica onde é preciso dilatar a perspectiva do tempo para identificar quais são as tendências essenciais desta era.

A partir dessas reflexões, é possível construir o seguinte raciocínio: a idéia de que os meios de comunicação são instrumentos de manipulação das vontades não encontra fundamento que a justifique plenamente. Ela se assemelharia à tese de que a História acabou ou à visão conservadora segundo a qual a cibernética, as novas tecnologias computacionais, transformam o Homem num ser inanimado e desprovido de vontade e criatividade. São conceitos que alijam de sua elaboração a instância política onde todos os fenômenos acabam por ocorrer, no sentido de *Polis*, o local privilegiado onde emergem os conflitos sociais e econômicos. Essa realidade da *Polis* impõe-se para a produção cultural.

Como a produção jornalística se insere nesse conjunto de definições? Na resposta a essa questão é preciso, primeiro, investigar o próprio conceito do jornalismo; depois, é preciso analisar o referencial metodológico disponível na produção acadêmica sobre a imprensa e sobre o papel que ela tem desempenhado como *locus* específico de manifestação cultural.

A rigor, é do século XIX a herança cientificista de interpretação do mundo em todas as suas manifestações. Surge dessa constatação uma própria inversão dos valores

clássicos que situam o Homem no conjunto de elementos que o cercam. Ou, dito de outra forma: é da Revolução Industrial a idéia de que as necessidades humanas não têm em si mesmas "significação funcional alguma", como define Rubem Alves²¹. Só adquirem isso se puderem ser traduzidas em termos de racionalidade do sistema em que se encontram. Ciência e técnica, produção e riqueza, compõem uma espécie de *mobile* envolvente do mundo contemporâneo que exigem de todas as manifestações o seu atestado de objetividade, de método, de conhecimento positivo.

Se isso é verdade, os fenômenos da comunicação social - notadamente a imprensa - passam também a ser vistos sob a ótica da objetivação, especialmente se se considera a atividade ancilar que tais fenômenos desempenharam no processo de urbanização da sociedade industrial.

Antes que esse processo se consolidasse, contudo, a história da produção jornalística trouxe consigo uma carga expressiva de conotação política que era inerente à própria existência da imprensa como fenômeno característico da Revolução Burguesa, numa evidente precedência do *político* sobre o econômico. A esse respeito, diz Barbosa Lima Sobrinho:

“Só o progresso da opinião pública veio emancipar a imprensa dos rigores absolutistas e das restrições governamentais. Quando encontrou, no povo, um aliado, em vez de um inimigo, o periodismo tomou incremento e começou a influir na luta dos partidos e na direção da coisa pública, invadindo a esfera do governo, senão lhe usurpando os poderes, ao menos lhe recusando aquela antiga liberdade de ação e sujeitando-o ao controle da censura pública”²².

A imprensa, nesse sentido, nasce e se desenvolve no quadro político da mobilização civil que as idéias liberais adquiriram no século XVIII. O resgate dessa compreensão é de importância fundamental porque demonstra o vínculo existente entre a produção jornalística e o processo histórico-cultural, impedindo que seja uma atividade analisada apenas de um ponto de vista formal ou técnico. Nessa medida, ela é uma atividade cultural marcada por conjuntura específica, inerente à formação da sociedade moderna capitalista, na sua forma (como empresa) e *no seu conteúdo* (como produção política e cultural). Adquire, por isso, o *status* de uma instituição na qual o conhecimento de seus processos técnicos internos e o de sua amplitude social ganham o sentido da especialização, porque se trata de fenômeno de ampla abrangência.

O melhor exemplo sobre essa dupla característica vem dos Estados Unidos onde a imprensa teve, desde a formação do país, um forte papel como legitimadora das estruturas sociais e políticas, ao mesmo tempo em que se tornou alavanca do processo de crescimento econômico. Para Stanley Coben:

²¹ Rubem Alves. *Tecnologia e Humanização*. *Revista Paz e Terra*, nº 8, ano II, setembro de 1988.

²² Barbosa Lima Sobrinho. *O Problema da Imprensa*. Clássicos do Jornalismo Brasileiro. São Paulo, COM-ARTE/ECA-USP, 1988.

“As mesmas técnicas de publicidade e de comunicação de massa que mantiveram o interesse público em Lindberg foram empregadas para converter em palavras familiares os nomes de Babe Ruth, Henry Ford, Rodolfo Valentino (...) e do sabonete Ivory, Buick, Listerine, máquinas Kodak, lâmpadas G.E., cigarros Lucky Strike e centenas de outros produtos manufaturados. Os especialistas em vários aspectos da publicidade, reunidos em grandes agências, combinaram os modernos conceitos psicológicos...

“O princípio orientador dos especialistas em mercadologia foi sucintamente enunciado em 1903 por Walter D. Scott num ensaio intitulado *A Psicologia da Publicidade*. Quantos publicitários, perguntou ele, descrevem um piano com tanto realismo que o **leitor** possa ouvi-lo? Quantos produtos alimentares são descritos de tal modo que o **leitor** possa sentir-lhes o paladar? ...Quantos podem descrever uma peça de roupa interior para que o **leitor** sinta o agradável contato com o seu corpo?”²³.

O jornalismo, na medida em que se inseriu e acompanhou o desenvolvimento de uma sociedade técnica e economicamente complexa, deixou de ser uma prática que pudesse se confundir com formas artesanais de produção e um mero exercício literário da opinião. Consagrou-se como instrumento vital de incorporação do cidadão no processo social uma vez que a informação tornou-se - especialmente nos grandes centros urbanos - uma mercadoria que se associa ao padrão cultural do consumidor.

Essas idéias encontram respaldo na análise feita por José Marques de Melo²⁴. Segundo o autor, “o que move o Jornalismo, o que lhe dá razão de ser, é a **necessidade social da informação**. Os indivíduos querem saber o que está acontecendo, o que se passa ao seu redor, o que ocorre no mundo, pela necessidade **vital** de estabelecer **ligação com meio ambiente**, com a comunidade, a sociedade, enfim, estar sintonizado com o seu grupo social”.

Tal necessidade, contudo, da forma como é entendida pelo autor, pode ser historicamente determinada: ela é marcada por uma visão de mundo eminentemente urbana e capitalista surgida com o Renascimento dos séculos XV e XVI (“... um processo social que se dá no seio da indústria da cultura, e que se tornou possível somente depois da invenção de Gutenberg”). É essa visão que responde pela necessidade, como diz Marques de Melo, de “sintonização com a atualidade”, o que permite “uma orientação básica (do cidadão) sobre decisões cotidianas”²⁵.

²³ Stanley Coben. *Os Primeiros Anos da América Moderna*. In: *O Século Inacabado*, vol II. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976. Grifos nossos.

²⁴ José Marques de Melo. *Indústria Cultural, Jornalismo, Jornalistas*. *Revista Brasileira de Comunicação*, Ano XIV. nº 65, julho-dezembro, 1991. Grifos nossos.

²⁵ Idem, *ibidem*.

Vista dessa forma, a produção jornalística adquire um contorno específico que engloba - ainda segundo Marques de Melo - “variáveis independentes (atualidade, periodicidade, difusão e universalidade) cuja complexidade no plano técnico exige um nível de especialização só permitido pela racionalidade científica. É nesse sentido que pode ser interpretada a advertência de Walter Lippmann feita em 1967 ao Instituto Internacional de Imprensa. O jornalismo - disse - não é mais “um ofício menor que se pode aprender só no trabalho prático sob tutela de um diretor de jornal... Reconhecemos hoje que a imprensa em sua totalidade deve ser capaz de informar e explicar, interpretar e criticar todas as atividades da humanidade”²⁶.

Essas considerações permitem a compreensão da amplitude do jornalismo; essa dupla dimensão reiterada aqui de que se trata de uma forma específica de produção cultural que adquire a um só tempo o contorno da empresa e o da especialização técnica que fundamenta sua existência moderna, e sua vinculação com o conjunto da articulação social e política do complexo em que se encontra inserida.

No Brasil, em que pese a complexidade empresarial que a imprensa ganhou, paralelamente ao próprio processo de modernização econômica vivido pelo país ao longo deste século, especialmente depois da II Grande Guerra, o jornalismo foi visto (e chegou mesmo a ser exercido) com uma aura de subjetividade que o retirou do campo da especialização. A rigor, certamente como resultado do componente bacharelesco e especulativo de nossa formação cultural, a produção jornalística se confundiu com a produção literária, com o exercício descompromissado do estilo, no lugar da informação e da objetividade que a urbanização exige. Todavia, na medida mesmo em que ganharam complexidade as relações sociais e se intensificou o processo de urbanização, a imprensa recuperou essa dupla face primordial referida.

Esse entendimento, contudo, remete a uma questão permanentemente subjacente ao desdobramento do papel que a imprensa tem na sociedade contemporânea: *quais os limites da linguagem jornalística?* Quer dizer, o enunciado do discurso jornalístico, as técnicas que o envolvem e os padrões nos quais tem que ser desenvolvido obrigatoriamente - até para atender ao conjunto de elementos que formam a Indústria Cultural -, tal discurso consegue apreender a realidade global que está presente no *fato* e, em consequência, permite à *práxis* do profissional de imprensa cumprir o sentido social de sua atividade?

Em busca da resposta a essa questão, é preciso definir o *status* próprio da matéria jornalística no âmbito da narrativa, na medida mesmo em que o repórter, no exercício de seu ofício de *comunicar* o real, encontra na linguagem um elemento de mediação *empobrecedor* frente à complexidade que constitui esse mesmo real. Como intelectual, nenhuma regra o satisfaz o jornalista, de sorte que *seu trabalho é também um permanente estado de tensão entre a natureza multiforme do fato e os padrões narrativos formais exigidos pela imprensa.*

²⁶ Idem, *ibidem*.

Em razão disso é que se verifica na construção da reportagem o recurso à linguagem literária e ficcional, sem prejuízo da verdade. Como diz Antônio Cândido, a identificação da verdade ficcional é representada pela tentativa de “construir uma visão coerente e verossímil, que seja bastante geral para ir além da particularidade e bastante concreta para não se descarnar em abstração”²⁷. É fundamental, portanto, que os elementos particulares da narrativa literária componham o quadro mais amplo do *realismo*, não apenas aqueles relativos à “fidelidade documentária”, mas os elementos particulares capazes de ir além da “aparência dos fatos e coisas descritas”. O *realismo vulgar*, acrescenta, definindo o estilo que se resume à “representação **mimética** do mundo”, nem sempre é a fórmula mais eficiente para a comunicação da realidade, razão pela qual a busca da objetividade informativa é incompatível, enquanto texto, com a grande reportagem. Nesse caso, a objetividade revela-se impotente.

Para Antonio Cândido a superação desse limite está no “realismo integrador”, que permite que o particular se recomponha com a revelação geral de um modelo, atingindo a generalidade “que define a permanência (relativa) da estrutura sob o processo que a constitui. De tal forma que o caso singular ganha certa generalidade acima do tempo que o gerou e do qual emerge. Estrutura e processo, estático e dinâmico se unem na síntese da visão integrativa”²⁸. No jornalismo produzido pela revista *Realidade* estão presentes esses elementos, embora não se trate, a rigor, de produção ficcional. É o recurso ao ficcional e à forma literária que permite ao repórter fugir do mimetismo e do empobrecimento da objetividade.

Na medida em que o objeto deste livro é a revista *Realidade*, marco daquilo que se convencionou chamar de grande reportagem na imprensa brasileira, essas reflexões abrem caminho para uma visão paralela àquela que enquadra o resultado jornalístico da publicação à conjuntura político-cultural da época. Trata-se também de identificar na própria dinâmica do trabalho do repórter a necessidade de ampliar o nível de apreensão da realidade, investigá-la em suas contradições e em sua dinâmica - marcas da produção cultural dos anos 60.

Essa dupla análise pode ser identificada, a título de exemplo, com a interpretação das relações entre o Modernismo e a produção do escritor Mário de Andrade quando este trabalhava como cronista do jornal *O Estado de São Paulo*. Sempre a partir da idéia central deste trabalho: a produção jornalística reflete os elementos conjunturais de mudança cultural ao longo de sua história, fato que se comprova através de momentos nos quais essa vinculação é bastante clara em vista da transformação da sociedade brasileira. Em outras palavras, a imprensa é técnica; o jornalismo é discurso. Não se descarta que o mito da objetividade da informação tem no avanço técnico um aliado operacional importante; ele próprio é discurso e ideologia. Mas se é possível, neste

²⁷ Antonio Cândido. *Realidade e Realismo (Via Marcel Proust)*. In: Recortes. São Paulo, Companhia das Letras, s/d. Grifo nosso.

²⁸ Idem, *ibidem*.

caso, condicionar o trabalho intelectual a regras convencionais de informação, o mesmo não pode ser feito quando se analisa a imprensa do ponto de vista do discurso jornalístico, mais amplo e mais complexo do que o ritual noticioso que ela executa.

Essas idéias servem para fixar os parâmetros e para consolidar a idéia de que a elaboração da reportagem está vinculada a elementos discursivos que se situam fora do universo da imprensa, dinâmica essa que permeia diversos momentos da história do jornalismo brasileiro. Isto é, momentos em que as formas de reportar só podem ser compreendidas se os elementos de análise incluírem os padrões de investigação da realidade produzidos pela arte, pela sociologia, pela história.

Talvez seja mesmo da própria natureza do processo de comunicação e, portanto, de qualquer narrativa, essa impossibilidade de apreensão da realidade global. Nesse caso, a *reportagem*, na sua pretensão globalizadora, estaria permanentemente condicionada a ser uma atividade vinculada à análise sociológica e à estética literária, já que estas, pela liberdade de especulação que as caracterizam, respectivamente como ciência e como arte, oferecem ao repórter os elementos que o referencial informativo convencional não tem. O exemplo concreto vem do elenco de "regras" adotado pelo *new journalism* - a "escola" que mais se aproxima da compreensão da amplitude da reportagem, uma codificação daquilo que a própria necessidade gerou no jornalismo²⁹.

O texto a servir como exemplo dessa complexidade do discurso do repórter foi escrito por Mário de Andrade, escritor que viveu intensamente o movimento modernista na década de 20. Trata-se da crônica *Esquina*, publicada no jornal *O Estado de São Paulo* em 17 de dezembro de 1939³⁰, através da qual é possível perceber que os elementos de ruptura dos padrões estéticos e de conteúdo, manifestada no plano cultural, denunciam a existência de uma crise estrutural na sociedade brasileira. Na crônica citada estão presentes, sob a forma de componentes discursivos enunciados, os dados que indicam essa crise e para os quais Mário de Andrade adotou formas alegóricas de referência que escapavam aos limites da crônica, transformando-se em "reportagem" sobre as condições sociais do Brasil urbano do final dos anos 30 e início dos anos 40. O recurso literário é o instrumento-limite do trabalho do autor na imprensa, já que está nele a possibilidade de compreensão e referência da realidade. Em vista disso, o primeiro passo é a identificação do *padrão* cultural que Mário de Andrade utilizou para entender a realidade que o cercava.

Mário de Andrade viveu no Rio de Janeiro entre 1938 e 1940 como professor de Estética na Universidade do Distrito Federal, período durante o qual contribuía com o

²⁹ É controversa a hipótese de que tenha havido uma relação direta entre o código narrativo do *new journalism* e a produção jornalística de *Realidade*. A constatação de que os profissionais da revista da Abril tenham lançado mão de vários elementos daquele código é possível, mas isso não chega a ser visto, neste trabalho, como uma influência direta sobre o *estilo Realidade*. Trata-se, antes, de um desafio colocado para toda grande reportagem nos anos 60, e que será analisado aqui em capítulo específico.

³⁰ In: Cronistas do Estadão, Moacir Amâncio (org). O Estado de São Paulo, 1991.

jornal *O Estado de São Paulo* na condição de cronista. Exerce aí, sob o clima de opressão e censura do Estado Novo de Getúlio Vargas, a condição de um observador "exilado" de São Paulo, cidade onde desenvolveu sua principal atividade como escritor e animador da *Semana de Arte Moderna* de 1922.

Mesmo que se encare a *Semana* como um movimento descompromissado, promovido por intelectuais "orgânicos" da aristocracia paulista, não há como negar que se tratou de um momento no processo de ruptura com padrões estéticos nacionais herdados da formação colonial. Segundo Alfredo Bosi, esse processo tem, na sua essência, "tudo o que, nas primeiras décadas do século problematiza a nossa realidade social e cultural". É Bosi quem resume essa problematização a partir de duas correntes de comportamento e produção intelectual simultâneas e igualmente poderosas: uma, **centrípeda**, que quer desvendar o Brasil real em contraposição à ilusão liberal e à estética parnasiana; outra, **centrífuga**, aberta às transformações operadas no pensamento europeu³¹.

Na produção intelectual brasileira, especialmente na literatura e com algum atraso característico de sua condição periférica, essas duas correntes têm um sentido devastador que vai se tornando mais nítido à medida que também se torna mais definido o conjunto de transformações sociais e econômicas vividas pelo país: o crescimento da classe operária, o processo de urbanização, a industrialização progressiva. Autores como Lima Barreto, Graça Aranha, Euclides da Cunha, Oliveira Viana - e mais tarde Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior - transformam seu trabalho em instrumento cuja tônica é a crítica ao Brasil arcaico e ao academicismo que lhe dava forma. Há, nesse conjunto, o sintoma de uma profunda defasagem entre a produção simbólica formalista e a realidade social mais ampla, que mostra conflitos não enxergados pelo refinamento literário.

A produção pré-modernista, ainda segundo Bosi, contesta o uso "da palavra a servir de anteparo entre o homem e as coisas e os fatos". Referindo-se a Lima Barreto, o mesmo autor afirma que "as cenas de rua (...) acham-se narradas por uma animação tão simples e discreta, que as frases jamais brilham por si mesmas, isoladas e insólitas (...) mas deixam transparecer naturalmente a paisagem, os objetos e as figuras humanas". Nesse sentido, o mesmo Lima Barreto, ele próprio jornalista, produz romance e crônica de forma quase indiferenciada: "ambientes, cenas quotidianas, tipos de café, de jornal, da vida burocrática, às vezes só mencionados ou mal esboçados, naquela linguagem fluente e desambiciosa..."³².

Para Antonio Cândido, o Modernismo deixa de lado a corrente literária estabelecida - "uma literatura para a qual o mundo exterior existia no sentido mais banal da

³¹ Alfredo Bosi. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo, Editora Cultrix, 1978.

³² Idem, págs. 355 e seguintes.

palavra...” - para indagar “sobre o destino do homem e, sobretudo, do homem brasileiro(...), uma literatura que exprimisse a sociedade”³³.

Essa é a conjuntura intelectual que cerca a realização da Semana 22 da qual Mário de Andrade foi um dos principais entusiastas. A ruptura com o formalismo e com a literatura “bem comportada” vem de Mário não apenas por seu engajamento nas propostas de reformulação estética “inconsciente”, mas também da fixação por uma certa *metodologia do modernismo* extraída do surrealismo europeu, “forma de liberar as zonas noturnas do psiquismo, únicas fontes autênticas da poesia”³⁴.

É o próprio Mário de Andrade quem afirma:

“Arte não consegue reproduzir natureza, nem este é seu fim. Todos os grandes artistas, ora consciente(...) ora inconscientemente(...) foram deformadores da natureza. Donde infiro que o belo artístico será tanto mais artístico, tanto mais subjetivo, quanto mais se afastar do belo natural...”³⁵.

Quer dizer, o belo artístico é possível de ser apreendido num estado de devaneio, de inconsciência, no qual o escritor cede lugar às sensações da observação. A realidade multifacética da vida urbana só pode ser captada como arte pelas impressões e só pode ser comunicada, também como arte, pelas referências expressivas do que contém de irreal, de sobre-real.

É mesmo por isso que a poesia de Mário de Andrade incorpora o bilinguismo que, segundo Bosi, “faz saltar aos olhos a babel de retalhos coloridos em que se transformava a pacata e provinciana São Paulo. Agora, encruzilhada das velhas famílias bandeirantes com os milhares de italianos, alemães, sírios e judeus aqui chegados desde o século XIX, a cidade mudara de fisionomia e passara a ser um núcleo industrial com um operariado numeroso e uma classe média em crescimento. A nova situação afetava as relações humanas, os costumes”³⁶.

Mas não é apenas São Paulo que se transforma. O processo se estende aos principais centros urbanos do país, inclusive a capital federal, sede do governo, onde o processo de urbanização é possivelmente o segundo em volume e em intensidade, com seu exército de funcionários, trabalhadores não especializados, operários industriais.

No Rio de Janeiro, Mário de Andrade mora numa esquina,

³³ Antonio Cândido. *Literatura e Sociedade*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1973.

³⁴ Alfredo Bosi, op. cit.

³⁵ *Paulicéia Desvairada*. Prefácio Interessantíssimo.

³⁶ Alfredo Bosi, op. cit.

“na emboradura de um destes igarapés humanos (...) ruazinhas e vielas que, nascidas no enxurro do morro próximo, desembocam na velha e famosa Rua do Catete”.

As pessoas *escorrem* do morro à praia, como numa enxurrada. Mário está no quarto andar, numa

“janela grande que se debruça sobre a esquina”.

Nem muito perto da rua, nem muito longe, como se o quarto andar refletisse proximidade solidária do intelectual militante, interrompida pela distância de vida, de uma outra classe.

Diz ele:

“Que estranha altura esta em que eu vivo... Não é suficientemente alta para que a vida da esquina se afaste de mim, embelezada como os longes, os passados; mas por outro lado, não chega a ser suficientemente baixa para que eu viva dessa mesma vida da minha rua, e ela me marque com o seu caráter”.

Qual é o caráter da esquina? Ela tem o caráter da sociedade brasileira, um microcosmo do país,

“Ocultando existências geralmente apressadas e sem continuidade”,

reunindo

“um comércio miudo e sem ambições”,

com casas de dois e três pavimentos,

“um só andar superior, sórdido, sem higiene, onde se enlata um ar antigo, muitas vezes respirado, uma gentinha de aluguel, ainda mais miuda e sem ambições que o comércio de baixo”.

Mário de Andrade contempla esse universo onde se debate uma quase pequena burguesia infiel, ameaçada de proletarização, fechada em seu individualismo e que, por isso mesmo, tem como

“forma essencial de vida (a) instabilidade”.

São biscateiros ou

“empregados baratos”

que só vivem na noite de sábado quando transfigurados

“na roupa cinza e no sapato de praias (...) vão por aí feito gatos, buscando amor”.

A norma básica do comportamento desse grupo é a expectativa de ascensão, de alguma ascensão, que o tire do risco do salário industrial. Uma espécie de pré-capitalismo, de artesanato, que se traduz no ofício individual, especialmente para as

“costureirinhas, bordadeiras, chapeleiras”

que vivem menos

“de seu recato ou de uma tradição decaída que da espera de algum príncipe que as leve pelo menos a frequentadoras de bar”.

Famílias condenadas ao anonimato, pensionistas, crianças, adolescentes inexistentes.

“Não sei se morrem, se fogem - em qualquer destes dois casos, buscando uma vida melhor”.

Nesse grupo, o símbolo de sua instabilidade é a moradia, sempre provisória. O autor ilustra o que isso representa:

“É trágico, é mesquinho, mas ninguém mora mais de três meses na mesma casa. As famílias, os grupos, os sozinhos chegam e da mesma forma partem, constantemente, quase mensalmente, mas sem ruído, numa humildade sorrateira, mudanças tão reles que não chegam a colorir a existência da esquina”.

O outro grupo é o dos operários, que moram nos fundos,

“no oco dos quarteirões, ou nos vários cortiços que se arriscam a desembocar na própria rua. Gente do povo, sempre em mangas de camisa ou nas mais ralas camisas de meia e tamancos de pau batucando (...). Não é uma gente triste, embora todos inalteravelmente sejam de físico tristonho”.

Para esse grupo, o símbolo de sua tristeza não é a instabilidade mas a sua imobilidade, condenação à imobilidade.

“Só conseguem é vir até a esquina, reumáticos de miséria e embolorados de inconsciência”.

Esta última contradiz o bom humor “desumano” que corre pelas bocas, na

“malícia e graças camaradas”.

O autor mostra-se indignado:

“Esta gente parece ter a leviandade escandalosa do mar de praia que está próximo e se atreve a jogar banhistas quase nus até esta esquina tão perfeitamente urbanizada. Mas também mar misterioso, sem crista, de baixo nível de vida, este mar de porto...”.

É no contato com o mar que toda a complexidade social da esquina se desvenda, ao mesmo tempo que revela a contrariedade do escritor com o que vê e vive.

“Gasto mais da metade do meu ordenado em remédios e venenos contra as baratas”

que vêm do porto,

“avançam pelo bairro, cruzam lépidas a esquina, invadem o arranha-céu”.

Até que surge a pergunta:

“Por que não mudo desta esquina?... Mas sempre o meu pensamento se embaralha e não distingo bem se é esquina de rua, se é esquina de mundo”.

Em 1944, cinco anos depois da publicação da crônica de Mário de Andrade, Edgard Cavalheiro reuniu num único volume o *Testamento de Uma Geração*, conjunto de documentos que dão a impressão de que, ao final do Estado Novo e da II Guerra Mundial, a intelectualidade brasileira preparava-se para ingressar em novo ciclo de atividades. Do conjunto dos depoimentos, Carlos Guilherme Mota ressaltava o de Mário de Andrade como “ponto de referência, uma espécie de consciência-limite”³⁷.

Para o autor de *Macunaíma*, “a (sua) pífia geração era afinal de contas o quinto ato conclusivo de um mundo e representava bastante bem a sua época dissolvida nas garoas do impressionismo que alargava as morais como as políticas. Uma geração de degeneração aristocrática, amoral, gozada e, apesar da revolução modernista, não muito distante das gerações de que ela era o sorriso final”.

Mais que isso, no entanto, Mário de Andrade diz ter hipotecado sua obra a uma dedicação “feliz a problemas do (seu) tempo e da (sua) terra.

³⁷ Carlos Guilherme Mota. *Ideologia da Cultura Brasileira, 1933-1974*. São Paulo, Editora Ática, 1977.

“Ajudei coisas, maquinei coisas, fiz coisas, muita coisa! E no entanto me sobra agora a sentença de que fiz muito pouco, porque todos os meus feitos derivam duma ilusão vasta. E eu que sempre me pensei, me senti mesmo sadiamente banhado de amor humano, chego ao declínio da vida à convicção de que faltou humanidade em mim.

(...)

“Não me imagino um político de ação. Mas nós estávamos vivendo uma idade política do homem, e a isso eu tinha que servir. (...) Também não me desejaria escrevendo páginas explosivas, brigando a pau por ideologias e ganhando os louros fáceis de um xilindró. Tudo isso não sou eu nem é para mim. Mas estou convencido de que devíamos ter nos transformado de especulativos em especuladores”³⁸.

A crônica *Esquina* revela essa inquietação que Mário de Andrade traduz para uma geração inteira de intelectuais que romperam com o beletismo e com o formalismo academicista. E porque também é inquietação que abrange a imprensa, enquanto produção cultural, nas páginas de *O Estado de São Paulo* ela não é especulativa como se recrimina o autor em relação ao conjunto do modernismo. Ela é antes a compreensão da idade política do homem, ou da idade política da imprensa, já que é a *reportagem* sobre o fragmento da realidade social feita com os ingredientes que ultrapassam os limites da informação convencional e encerram em sua formulação a pretensão da realidade humana. Não era uma *esquina de rua*, era uma *esquina de mundo*.

O binômio *jornalismo/literatura* que se infere da análise feita, portanto, atende a um objetivo bastante específico: visa, antes de qualquer outra coisa, exemplificar a relação estreita que existe entre os dois gêneros quando se fala da *reportagem*. A rigor, o caminho permitido pela crônica de Mário de Andrade deve ser sistematicamente percorrido quando se aproxima o foco da revista *Realidade*.

Todavia, isso não é suficiente. É preciso ainda verticalizar o estudo do processo de apreensão jornalística da realidade factual no nível dos códigos lingüísticos, embora essa linha de análise não predomine na construção deste livro. De qualquer forma, os elementos da Lingüística inseridos aqui são fundamentais para ampliar a comprovação de que as características de texto da revista *Realidade*, a produção cultural do período e a conjuntura política dos anos que são objeto deste estudo formam um conjunto homogêneo.

Nessa medida, são fundamentais nesta etapa as teses de M. Bakhtin³⁹, segundo as quais o *universo dos signos* é a matéria-prima articuladora de todo o processo de comunicação. Esse fato destrói a hipótese de que a apreensão do factual se dá num

³⁸ Idem, págs 105 e seguintes.

³⁹ M. Bakhtin. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1981.

terreno de liberdade de escolha entre a narrativa jornalística e a narrativa literária, já que tal universo traz consigo os elementos ideológicos de uma determinada formação social. Tem-se daí que os elementos discursivos da *reportagem* não se constituem numa opção de "estilo" ou de gênero jornalístico - como podem, segundo Bakhtin, pretender a filosofia idealista ou a visão psicologista da cultura -, mas são material semiótico que se traduzem ideologicamente. Reiterando: reportar a realidade não é o resultado de uma opção individual, porque a própria consciência individual é um fato sócio-ideológico e sua compreensão é de ordem sociológica. O que explica a opção é a sociologia da cultura.

Assim, o discurso jornalístico ganha, na análise de Bakhtin, uma dimensão condicionada à ideologia e às condições sociais de quem o faz. A expressão jornalística é um processo de adaptação da reflexão interior às possibilidades da própria expressão. Essa articulação entre semiologia e reportagem, no sentido aqui explicitado, permite compreender, de forma sistêmica, o universo social e ideológico em que se insere a produção jornalística de *Realidade*, relativizando o papel do repórter na *forma* de apreensão da conjuntura nacional do período estudado, marcado por um cotidiano que condicionava a proposta da revista. Aqui, pontua-se novamente a contribuição de Bakhtin:

"(...) os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, e exercem sobre esta, em retorno, uma forte influência"⁴⁰, dando o *tom* dessa ideologia. Esses produtos ideológicos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano; "alimentam-se de sua seiva...".

Acrescentando: "essa avaliação crítica, que é a única razão de ser de toda a produção ideológica, opera-se na língua da ideologia do cotidiano. Esta coloca a obra numa situação social determinada"⁴¹. Dessa forma, "a obra estabelece vínculos com o conteúdo total da consciência dos indivíduos receptores e só é apreendida no contexto dessa consciência que lhe é contemporânea. A obra é interpretada no espírito desse conteúdo da consciência (dos indivíduos receptores) e recebe dela uma nova luz"⁴².

Para Bakhtin, apenas na medida em que a obra é capaz de estabelecer esse vínculo orgânico e ininterrupto com a ideologia do cotidiano de uma determinada época, que ela é capaz de viver nessa época. Rompido esse vínculo, ela cessa de existir, pois deixa de ser apreendida como ideologicamente significante.

Guardadas as restrições ao esquematismo que significaria adaptar as teses de Bakhtin à análise de *Realidade*, o fato é que a revista foi produto de uma situação social

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.

determinada que guardava um traço simbólico de representação com as expectativas do cotidiano da classe média urbana, vínculo que deixa de existir a partir de dezembro de 1968, quando se consuma a hipertrofia do Estado autoritário. Com o estabelecimento da censura, *Realidade* deixa de sintonizar o "vínculo orgânico e ininterrupto" com a ideologia do cotidiano por força da alteração das condições objetivas do discurso jornalístico. A revista continua a existir, mas descaracterizada em relação ao seu projeto original.

Essa linha de análise é reforçada em Agnes Heller⁴³, para quem o cotidiano forma a verdadeira *essência* da existência social. É nele que se consubstanciam as necessidades humanas individuais sob a forma de abstrações genéricas que encontram correspondência no plano ideológico-político. Nesse sentido, diz a autora: "A base do individualismo é a possibilidade que tem a particularidade de submeter a si o humano-genérico e de colocar as necessidades e interesses da integração social a serviço dos afetos, desejos e egoísmos do indivíduo. Essa possibilidade suscita a *ética* como necessidade da comunidade social - uma intimação dirigida ao indivíduo a fim de que ele submeta sua particularidade ao genérico e converta essa intimação em motivação interior. A ética como motivação é a moral: inibição, veto, transformação, **culturalização das aspirações da particularidade individual**", à qual vem corresponder a abordagem jornalística desse mesmo universo humano-genérico presente na ideologia do cotidiano.

Em outras palavras: é nesse cotidiano das camadas médias urbanas - que oscila entre os padrões políticos do reformismo e da contestação ao autoritarismo e os padrões estéticos da modernidade - que a revista *Realidade* encontra sua matéria-prima, narrando-a nos limites das expectativas desses setores, no âmbito dos signos que compõem o discurso significante da conjuntura que marcou os anos 1966-1968.

E isso em dois sentidos. Primeiro, porque a temática das matérias reportadas pela revista compunham uma "novidade" para o público leitor, tanto quanto significou inovação em termos de padrões gráficos e de texto o surgimento do *Jornal da Tarde* no mesmo ano de 1966. Como revista e como jornal, *Realidade* e *Jornal da Tarde* romperam com o estilo tradicional dos órgãos da grande imprensa; disseram respeito, com seus novos signos, às alterações que se processavam com profundidade nos centros urbanos e que atingiam em cheio a classe média intelectualizada, já cooptada pelos rumos da modernização⁴⁴.

Realidade, no entanto, vai além. Como se trata de uma revista mensal, livre das imposições que o ritmo da contingência impõe a um jornal diário, a publicação se *estende* nos temas pautados, tanto quanto o leitor convive com eles durante um

⁴³ Agnes Heller. *Estrutura da Vida Cotidiana*. In: O Cotidiano e a História. Rio de Janeiro, Paz e Terra. s/d. Grifos nossos.

⁴⁴ As análises sobre a conjuntura político-cultural do período e sobre a especificidade do *Jornal da Tarde* serão retomadas em capítulos específicos.

período prolongado. Nessa medida, a grande reportagem, de caráter vertical, domina a revista. E, em razão disso, o repórter molda o texto - que, pela forma utilizada, também diz respeito aos padrões culturais do cotidiano das classes médias urbanas.

Diante do sentido imanente da obra, construído pelo resultado da criação humana, a postura do observador passa a ser a da passividade; apenas contemplação. Nessa medida, o padrão do consumo reduz tudo: destrói a carga social presente nos signos. Lefebvre afirma que essa prática, especialmente quando se torna ideologia, é a negação da História.

"As ideologias contemporâneas são redutoras - ratificam uma prática mutiladora dissimulada sob as aparências e as ilusões de uma realização final. Transformam a redução em 'cientificidade'"⁴⁵.

Por esse caminho, de acordo com o autor, se consolida a cotidianidade: "espaço social e solo do consumo organizado, da passividade... Há nele uma irracionalidade latente sob o racionalismo manifesto; uma incoerência sob a ideologia da coerência. O que sustenta essa sociedade é a linguagem e a metalinguagem, é a palavra. A cotidianidade é o terreno onde isso se consolida".

Em meados dos anos 60, a filosofia será portadora de um projeto em incessante confronto com essa realidade irracional do cotidiano descrita por Lefebvre - ainda que retire desse mesmo cotidiano os elementos textuais de sua produção, quando alcança o fenômeno da comunicação. Tem-se aqui a abolição dos limites do discurso racionalista, abolição essa que remete à narrativa literária. Trata-se de superar o caráter mutilador da ideologia do cotidiano, e a reportagem verticalizada, investigativa, só o fará na medida em que abolir o mito da objetividade. Esta foi uma das principais características da revista *Realidade*.

Com base nessas premissas é possível compreender os limites e o alcance da produção jornalística, tomada aqui como o resultado de uma operação que tem no intelectual o eixo de sua realização. Por esse motivo - reitera-se -, ainda que o trabalho jornalístico esteja envolvido no processo empresarial da produção, o fato é que o jornalista não abandona sua servidão ao processo social e político que se dá fora do espaço em que vive profissionalmente. Transformando-os em matéria, os elementos discursivos de que lançará mão serão necessariamente reflexo do nível de conflito vivido pela sociedade civil. Nesse instante, e exatamente nesse instante, a função do repórter adquire a qualificação intelectual por excelência, no plano da sensibilidade que a observação do *fato* lhe permite e que exige dele a busca de um referencial lingüístico que está preso à experiência comum de sua audiência. Essa experiência é marcada pelo conflito social - e o discurso produzido será também efeito desse conflito; irá refleti-lo.

⁴⁵ Henri Lefebvre. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo, Editora Ática, 1991.

CAPÍTULO 2

A CONJUNTURA POLÍTICO-CULTURAL: 1966-1968

O ano de 1966 pode ser considerado o momento que divide a história do movimento militar que rompeu a ordem constitucional brasileira com o golpe de 1964. Há razões para afirmar que se inicia naquele ano um processo gradativo de isolamento do Estado autoritário que se instalou com a queda de João Goulart, processo esse marcado por três níveis de conflito que esvaziavam o amplo espectro civil que se mobilizou na crise institucional que levou ao afastamento de Jango.

O primeiro nível é aquele que se estabelece no próprio plano institucional com o cerceamento das liberdades civis e com as medidas que liquidam as bases do regime populista. A estratégia do governo militar, permanentemente contraditória ao longo de toda sua existência, oscilou entre a busca de respaldo legal para as medidas excepcionais, inclusive as que diziam respeito à justificativa política para a substituição do próprio Presidente da República, e as medidas de força, por natureza discricionárias, que ampliavam a faixa de ação ilegal desenvolvida pelo grupo que se convencionou chamar de "linha dura". Embora essa oscilação entre a busca da legalização dos atos de força e o fato repressivo possa ser vista como uma dissenção interna das forças armadas, trata-se de uma questão que diz respeito à própria natureza do Estado que será construído no Brasil a partir de 1966, já que a necessidade de acomodar as duas vertentes - ou mesmo a luta interna que se estabelece entre elas - será uma das causas do progressivo isolamento civil do novo governo.

Essa contradição surge antes mesmo de deflagrado o movimento que depôs Goulart. Com efeito, é do manifesto de 30 de março de 1964, assinado pelo chefe do Estado Maior do Exército, Gal. Castelo Branco, a afirmação de que o movimento tinha dois objetivos: "frustrar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares; restabelecer a ordem de modo que se pudessem executar reformas legais"⁴⁶. A leitura desses dois propósitos se, de um lado, explica a frente oposicionista a Goulart que se formou no período anterior ao golpe, de outro, permite entender porque essa mesma frente se esfacela na medida em que o núcleo de poder do Estado passa a ser exercido. Em outras palavras: o nascimento do Estado autoritário havia sido possível graças ao consentimento de parcelas bastante amplas da sociedade civil. A articulação que levou ao rompimento institucional de 1964 era o resultado de um clima crescente de fragilização da "ordem", acompanhado da mobilização pela propaganda. Na base dessa crise, estava a impossibilidade do Estado populista atender às crescentes demandas sociais e ao estrangulamento econômico provocado pela crise do modelo substituidor de importações. Os objetivos contidos no manifesto citado por Skidmore contém esse duplo e homogêneo projeto que articula a frente de oposição a Goulart: instituições preservadas e reformas legais; ordem e mudança.

⁴⁶ Citado por Thomas Skidmore. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

O exercício do poder pelos militares, no entanto, revelou-se dramático, a começar pela edição daquele que deveria ser o único ato institucional do governo, em 9 de abril de 1964. Com a medida, mais de 100 líderes tiveram seus direitos políticos cassados por um período de 10 anos, o que demonstra que não se tratava de uma ordem transitória, embora o próprio Castelo Branco tenha se comprometido, no início de seu governo, a respeitar a realização das eleições previstas para 1965. Na prática, e em que pese a presença de militares "legalistas" na liderança do movimento, o avanço da ordem autoritária se deu à revelia da representação civil no Congresso e transferiu para o presidente uma soma extraordinária de poderes. Não se pode afirmar que para as elites civis participantes da conspiração contra Jango tal avanço se tenha constituído em surpresa, mas o frágil equilíbrio da aliança com os militares sofreu, logo no início da nova ordem, sua primeira fissura.

É suficiente, para o entendimento desse quadro político, a análise do comportamento da grande imprensa. O movimento militar contava com o engajamento entusiasmado de jornais como *O Estado de S.Paulo*, *Folha de S.Paulo*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, entre outros. Na medida em que começam a circular as primeiras informações sobre medidas arbitrárias e ilegais cometidas contra os inimigos do novo regime, surgem também as primeiras denúncias nesses mesmos jornais, que, a exemplo do que fez o *Correio da Manhã*, abrem espaço em suas páginas para críticas e irreverências contra o autoritarismo. Dessa forma, uma parcela de instituições tradicionais, como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Igreja Católica - que se manifestaram abertamente pelo afastamento de João Goulart - hesitam em apoiar o novo governo. Se não hesitam claramente como instituições, já têm entre seus quadros nomes de destaque que condenam - nas páginas da imprensa - a vaga de desmandos que se abria no país.

Para Alfred Stepan⁴⁷, "uma das forças que deram alguma legitimidade à deposição do presidente Goulart pelos militares fora o apoio dos políticos civis. Particularmente importante foi o apoio dos governadores dos três estados mais fortes da união, Adhemar de Barros de São Paulo, Carlos Lacerda da Guanabara e Magalhães Pinto de Minas Gerais. Todos eles eram candidatos às eleições presidenciais marcadas para 1965 (...).

"Quando ficou patente que os militares não iriam permitir a realização das eleições presidenciais por longo tempo, estes governadores converteram-se em críticos intransigentes do governo, no período entre 1964 e 1966. De fato, neste momento a revolução começou a perder uma parte fundamental do apoio civil quase imediatamente depois que os militares assumiram as rédeas do governo. Era um desenvolvimento quase inevitável, porque os objetivos dos civis e dos militares na articulação do movimento eram bastante diferentes"⁴⁸.

⁴⁷ Alfred Stepan. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro, Editora Artenova S/A, 1975.

⁴⁸ Idem, pág. 159.

O quadro descrito acima, que pretende ser apenas indicativo da origem da crise do regime militar no Brasil, demonstra uma erosão gradativa das bases sociais em que se assentou a instalação da situação autoritária a partir de 1964. Ele era agravado não só pelo distanciamento que o *endurecimento* do governo provocava em relação às elites civis - políticas e intelectuais; era agravado também porque a prática do comando da ruptura constitucional levava à desarticulação das organizações populares, à intervenção em organizações estudantis, à prisão de intelectuais e jornalistas, embora o poder legislativo tenha sido mantido e não se tenha estabelecido a censura à imprensa, apesar das pressões de grupos militares no sentido de que a repressão também abrangesse o Congresso Nacional e os jornais.

Eliézer Rizzo de Oliveira afirma que o desencanto com a possibilidade de manutenção da aliança civis-militares se dá logo na segunda etapa do governo de Castelo Branco (junho de 1964 a outubro de 1965), quando se "conhece a definição da hegemonia militar", atribuindo ao termo *hegemonia* "o sentido de condução do processo político que se desenvolve no âmbito militar, em função da presença preponderante de um determinado setor das forças armadas", acrescentando:

"Ao mesmo tempo, a unidade derivada da aglutinação política que resultou na queda de Goulart se mostra precária quanto à definição dos novos rumos do regime e da política econômica"⁴⁹.

A demonstração dessa precariedade, que levava o Presidente da República a um duplo isolamento - em relação às suas bases políticas e militares de apoio e em relação à opinião pública - veio das eleições realizadas em 1965 para a prefeitura de São Paulo e para os governos dos estados da Guanabara e Minas Gerais, todas elas áreas estratégicas para o governo federal. A vitória de Faria Lima em São Paulo, apoiado pelo esquema político do ex-presidente Jânio Quadros (já então cassado de seus direitos), e as vitórias de Negrão de Lima na Guanabara e de Israel Pinheiro em Minas Gerais, ambos apoiados pelos esquemas do PSD e do ex-presidente Juscelino Kubitschek em oposição à UDN, isolaram ainda mais os militares legalistas, tendo em vista o resultado desfavorável do primeiro teste nas urnas que o movimento militar de 1964 sofria.

Embora tenha partido do próprio Congresso a iniciativa da prorrogação do mandato de Castelo Branco - e esse fato pode ser visto como um sintoma de submissão das lideranças políticas remanescentes à hegemonia militar -, o presidente isolava-se na medida em que os setores mais *duros* do exército, ainda que tivessem aceitado a prorrogação, não admitiam que o "prazo" da revolução coincidisse com o término do mandato presidencial.

⁴⁹ Eliézer Rizzo de Oliveira. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis, Vozes, 1976

Coloca-se nesse momento, portanto, a questão da definição do poder. A esse respeito, diz Eliézer Rizzo de Oliveira: "O elemento que mais a patenteia (a crise de definição do poder) é a questão da sucessão presidencial, ao lado das eleições para governadores em alguns estados. O tema da sucessão assume uma dimensão mais intensa com a cassação dos direitos políticos do ex-presidente e senador Juscelino Kubitschek, cuja candidatura seria promovida pelo PSD. Quanto à UDN, a candidatura de Lacerda se define contra as pretensões de Magalhães Pinto. Este último partido vive uma situação dúbia, ao apoiar o governo Castelo e Lacerda (...). Assim, Lacerda isola-se também da UDN e inicia as articulações da Frente Ampla, movimento que procura unir os antigos e mais expressivos representantes políticos da situação pré-64: Goulart e Juscelino"⁵⁰. O clima de aberta contestação das elites civis dissidentes ao governo militar fez Castelo Branco recuar diante das exigências da chamada *linha dura*, com a edição do Ato Institucional nº 2. A medida, baixada em outubro de 1965, depois que o PSD se recusou a dar ao presidente poderes excepcionais para contornar a crise provocada pelos resultados das eleições, significou uma séria ruptura com o que restava da ordem jurídica democrática. O Ato praticamente vedava qualquer êxito eleitoral dos setores oposicionistas, estabelecia eleições indiretas para presidente e governadores, permitiu a interferência do executivo no Supremo Tribunal Federal, extinguiu os partidos políticos existentes, criando em seu lugar os partidos oficiais da situação e da oposição (ARENA e MDB, respectivamente).

Suas consequências foram imediatas, a mais grave delas a desestabilização das poucas bases de apoio político liberais com que Castelo Branco ainda mantinha compromissos. Como resultado impuseram-se os setores radicais sob a liderança do Gal. Costa e Silva, afinal levado à Presidência da República em 1967. Em seu mandato se processa "a transferência do poder político para o âmbito das forças armadas"⁵¹.

O isolamento político do Estado autoritário, no entanto, não se produziu exclusivamente por conta da predominância do poder militar sobre o civil. E aqui surge o segundo nível de conflito que responde pela persistência da crise de legitimidade em que o novo regime se debateu no início de sua instalação: o da montagem do modelo modernizador que caracterizaria a política econômica depois de 1964. O *colapso* do populismo no Brasil guardou uma extraordinária simetria com o *colapso* do modelo substituidor de importações que vigorou no país durante toda a primeira metade do século XX. Especialmente depois da II Guerra, pode-se dizer que as taxas de crescimento econômico, sustentadas pelo mercado interno e pelo aporte dos investimentos públicos, caminhavam, no final dos anos 50 e no início dos anos 60, para o estrangulamento. A rigor, o período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) representou o esgotamento de um quadro que não iria se repetir. O Estado populista no Brasil, antes mesmo da sucessão das crises políticas que culminaram com

⁵⁰ Idem, pág. 62.

⁵¹ Idem, pág. 65.

a queda de Goulart, tinha pouca margem de manobra para retomar o crescimento econômico com base na ampliação do perfil da renda das camadas assalariadas, a menos que promovesse profundas reformas estruturais em todas as áreas da vida nacional.

É possível até explicar a ruptura da ordem constitucional em 64 com base nesse binômio: sustentação mobilizadora do populismo/ampliação do mercado interno. No entanto, promover reformas estruturais na sociedade brasileira do início dos anos 60, no apogeu da *Guerra-Fria* e frente aos interesses cristalizados pelas elites conservadoras do campo e da cidade representava um suicídio político que trabalhadores, sindicatos, centrais sindicais, partidos políticos não tinham condições de evitar, como de fato não tiveram. Além disso, toda a infraestrutura pública de apoio ao crescimento econômico encontrava-se depauperada, vivendo sob a marca da irracionalidade característica das dificuldades de desenvolvimento dos países do 3º mundo. O golpe militar, portanto, não foi desferido apenas contra um clima político que seus articuladores propagandeavam como uma ameaça à "ordem", ou à família, ou à propriedade. O movimento de 1964 representou isso, mas representou também um momento redefinição do modelo sobre o qual se assentava a economia brasileira, e redefinição nos termos da concepção da tecnocracia que saia vitoriosa com a queda de Goulart. Uma concepção que buscava dotar o sistema econômico de eficiência, atraente para o capital externo, zelosa do déficit público, do excesso de crédito, da demanda descontrolada, da base monetária circulante, dos aumentos salariais, das baixas exportações, do superávit comercial. Um receituário ortodoxo capaz de reinserir o Brasil na comunidade financeira e, por isso, avalizado pelo Fundo Monetário Internacional, ou vice-versa.

O programa de estabilização econômica adotado depois de 1964 será, assim, um programa marcado por seu traço recessivo, ainda que a equipe econômica do novo governo, tendo à frente Octavio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, receitasse "um enfoque 'gradualista', em contraste com o 'tratamento de choque' defendido pelo FMI e que (consistia) no congelamento de todos os salários e preços. Propuseram-se então os dois ministros a reduzir gradualmente (daí o rótulo 'quase ortodoxo') o déficit do setor público, contrair o crédito privado e estabilizar os índices salariais. Com estas e outras medidas, o governo planejava, segundo os melhores princípios monetaristas, reduzir a taxa de crescimento dos meios de pagamento na economia (que fora de 64 por cento em 1963 e atingiria 86 por cento em 1964) para 30 por cento em 1965 e 15 por cento em 1966. Supondo uma velocidade constante de circulação de dinheiro, isto reduziria a taxa de inflação anual de 100 por cento no início de 1964 para 25 por cento em 1965 e 10 por cento em 1966"⁵².

Ainda que os próprios autores dessa política econômica tenham-na definido como "gradual", a brutal redução dos meios de pagamento sugerida significava uma forte recessão, embora com taxas reduzidas de inflação. Nessa medida, o período imediato à

⁵² Thomas Skidmore. Op. Cit.

aplicação do choque ortodoxo, em 1964, representou retração na atividade produtiva, desemprego, escassez de crédito, enfim todo o conjunto de mazelas que se seguem à aplicação de políticas econômicas monetaristas. É certo que houve redução do déficit público, que se ampliou a capacidade administrativa nacional para a implementação de políticas econômicas, que houve uma reorganização dos mecanismos da política fiscal, mas o quadro recessivo, visível e sentido nos grandes centros urbanos, contribuía para o isolamento político do Estado autoritário. Em outras palavras: o estreitamento das bases sociais de apoio ao novo regime se aprofundava com os efeitos da política econômica. Assim, a aplicação do receituário do FMI estimulava os grupos militares partidários do fechamento político, já que eleições e política econômica recessiva eram termos excludentes de uma mesma conjuntura.

"Mas as medidas ortodoxas haviam gerado recessão no coração industrial de São Paulo em fins de 1964 - diz Skidmore - embora o crescimento do PIB tivesse subido 2,9 por cento durante todo o ano. Em 1965 a produção industrial caiu 5 por cento, sinal ameaçador para uma sociedade atormentada por tanto subemprego e desemprego"⁵³.

Havia mais, no entanto. No Brasil do pós-guerra poucas questões foram tão debatidas quanto a do nacionalismo. Era mesmo uma pedra angular do populismo a idéia de que as riquezas nacionais estavam sob a ameaça do imperialismo. Vargas, Juscelino, Jânio e Jango, no apelo aos trabalhadores urbanos, caminhavam permanentemente sob a custódia das correntes políticas à esquerda da vida nacional, reformistas ou não, que cobravam coerência e firmeza do Estado na preservação da independência econômica do país. Ora, o modelo econômico pós-64 era evidente e declaradamente favorável à obtenção de recursos externos, sob a forma de capital ou de instalações, para fazer crescer a economia do país. O próprio modelo monetarista era um sinal dessa postura internacionalista.

Não é correto, contudo, atribuir o patrocínio das teses nacionalistas apenas ao espectro da esquerda. Setores das elites civis, articuladores da queda de Goulart, divergiam do tratamento dado ao capital estrangeiro, especialmente quando o governo Castelo Branco alterou a Lei de Remessa de Lucros. Magalhães Pinto, por exemplo, governador de Minas Gerais, afirmou ao Presidente da República:

"... o povo e o governo deste estado assistem, com melancolia e crescente sensação de frustração, à transferência gratuita de suas riquezas para grupos inteiramente alheios aos seus interesses. A legislação minerária (instituiu), a partir de 1934, o sistema de concessões, por simples decreto do Presidente da República, sem qualquer contraprestação do concessionário. São riquezas fabulosas, muitas vezes, que entes privados, principalmente estrangeiros, recebem gratuitamente e sem ônus, como se fossem dádivas governamentais. (...) Em uma palavra, um grupo estrangeiro (Hanna) se apropria das riquezas minerárias nacionais e deste Estado, sem nada pagar. (...)

⁵³ Idem.

Parece que, na série de reformas constitucionais que V.Excia. vem propondo, teria de situar-se entre as mais urgentes e importantes, uma que resguardasse adequadamente as riquezas minerais do País, impedindo que o processo de alienação gratuita continuasse a nos afrontar"⁵⁴.

Dessa forma, também a política econômica do governo militar contribuía para agravar o estreitamento da sua sustentação política. E, no caso, das riquezas minerais, tal estreitamento se processava mesmo entre a própria oficialidade das forças armadas, onde a questão da defesa das reservas naturais do país contra os interesses internacionais era tema sensível e polêmico. De qualquer forma, no entanto, a adoção de uma linha de planejamento que racionalizasse a infraestrutura da economia brasileira, controlasse as causas da inflação, concentrasse a renda e abrisse o mercado nacional ao capital externo, era parte inseparável do projeto de modernização autoritária, e sua manutenção, como ficaria demonstrado nos anos seguintes, seria conseguida às custas da gradativa eliminação das liberdades constitucionais. O projeto econômico alimentava-se do projeto do Estado autoritário, não obstante a impopularidade de ambos. No limite, contudo, a economia tornava-se eficiente.

Nesse sentido, é de Celso Furtado a interpretação segundo a qual a sustentação política de ambos os projetos vinha das elites empresariais: "As afinidades dos militares com o grupo industrial explicam-se facilmente pela natureza hierárquica e autoritária dos dois tipos de organização a que pertencem, assim como pela tendência a *legitimar-se* no poder pela eficiência. De resto, o sistema industrial pode transformar-se em importante fonte de emprego alternativo para os militares que desejam interromper a carreira e mesmo para os que a terminam. O contraste salta à vista quando se consideram as relações entre os militares com a oligarquia cafeeira na época da hegemonia desta. A ideologia liberal-cosmopolita desta última foi sempre interpretada pelos militares como uma renúncia ao exercício do poder nacional. Resta por solucionar o problema de acomodar a concepção de poder nacional dos militares com o crescente controle externo dos centros de decisão que comandam o sistema industrial"⁵⁵.

Os resultados desse processo se fizeram sentir rapidamente. No Rio de Janeiro, por exemplo, entre 1964 e 1970, o salário mínimo diminuiu, em média, quatro por cento ao ano, enquanto a produtividade média cresceu cerca de três por cento ao ano. O custo do trabalho em relação à sua própria produtividade caiu, portanto, 60 por cento no período indicado. Iniciava-se, assim, o processo de industrialização excludente que caracterizaria os anos do "milagre econômico". Reorientava-se a distribuição da riqueza não só para favorecer "a formação de capital fixo", como afirma Furtado, mas também para permitir o crescimento do setor industrial ligado à produção de bens duráveis⁵⁶.

⁵⁴ Citado por Eliézer Rizzo de Oliveira. Op. cit, pág 61.

⁵⁵ Celso Furtado. *Análise do Modelo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972

Por conta desse isolamento crescente do Estado autoritário, nos primeiros dois anos do regime militar, a vida política brasileira passa a se alimentar de uma dicotomia que, ainda que não seja antagônica, polariza a opinião pública. Na base dessa análise, trabalha-se com a conceituação de Alfred Stepan que permite interpretar o fenômeno como uma dissociação entre *sociedade civil* e *sociedade política*⁵⁷. A primeira, "cenário em que múltiplos *movimentos sociais* (como, por exemplo, associações de bairro, movimentos de mulheres, grupos religiosos e correntes da intelectualidade) e *organizações cívicas* de todas as classes sociais (como advogados, jornalistas, sindicatos e empresários) esforçam-se por se organizar em torno de um conjunto de arranjos com a finalidade de expressar e promover seus interesses"⁵⁸; a segunda, "a instância em que se exercita o confronto em torno do poder público e do Estado"⁵⁹, formada pelos canais convencionais de representação civil junto ao *governo* e ele próprio. A crise brasileira dos anos iniciais do regime militar parece expressar a submissão da primeira pela segunda instância, ou, dito de outra forma, o estrangulamento dos meios legais de que a sociedade civil dispunha para impor a complexidade e variedade de seus interesses à sociedade política.

Todavia, se esses meios legais encontravam-se obstruídos - ainda que mantivessem sua existência, a exemplo dos dois partidos criados oficialmente pelo Ato Institucional nº 2 - legitimavam-se outros canais de manifestação que passavam a absorver as demandas da sociedade civil. A exacerbação progressiva do autoritarismo respondeu, desde o início do governo militar, pelo surgimento de uma verdadeira teia de instâncias informais de oposição e contestação que agravavam a dicotomia apontada. E aqui está o terceiro nível de conflito enfrentado pelo novo regime nos meados dos anos 60: a impossibilidade de que o autoritarismo do regime recém-inaugurado tivesse sob seu controle as manifestações difusas da sociedade civil que resistiram à cooptação da ordem anti-democrática.

Essas manifestações podem ser apontadas, em seu início, como resultado da vaga repressiva que se estendeu por todo o país e que atingiu lideranças populares vinculadas ao regime anterior. Prisões em massa, fechamento de organizações políticas, empastelamento de edifícios-sede de entidades civis, denúncias de torturas, formaram a conjuntura que moldou as primeiras reações aglutinadoras de um espectro político que incluía liberais conservadores, socialistas, social-democratas, comunistas, membros do clero, professores universitários, juristas; uma faixa que se estendia inclusive sobre adeptos do afastamento de Goulart da Presidência da República, mas que não aceitavam a arbitrariedade como norma de ação política do novo regime.

⁵⁶ Idem, pág. 38

⁵⁷ Alfred Stepan. *Os Militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1987.

⁵⁸ Idem, pág. 9.

⁵⁹ Idem, pág. 10.

Afastaram-se mesmo fatias de parlamentares ligados à UDN, partido que foi o maior celeiro de lideranças civis que conspiraram pelo movimento de 1964.

O desaguadouro natural dessas manifestações desorganizadas que se opunham ao Estado militarizado foi, num primeiro momento, a imprensa. Jornais como *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S.Paulo*, *Última Hora* - como já foi dito -, embora tenham sido, alguns, entusiastas aliados dos militares na campanha pela derrubada de Goulart e tenham se constituído num dos principais elementos arregimentadores da opinião civil contra o ex-presidente, denunciaram os desmandos do novo governo e, por conta disso, ofereceram à sociedade civil que se desarticulava os instrumentos *informativos* que faziam crescer o isolamento do Estado⁶⁰. No entanto, foi na área da intelectualidade (que abrange a imprensa) que o governo Castelo Branco encontrou a resistência orgânica mais significativa.

Embora se trate de um segmento da sociedade civil marcado por sua heterogeneidade, a análise da formação do intelectual no Brasil permite afirmar que a base hegemônica de sua atuação traduzia, no período estudado, uma formulação *democrática*. Trata-se daquilo que pode ser classificado como essência da produção cultural e científica nacional, sem que se desconsiderem manifestações conservadoras e autoritárias, de raízes aristocráticas. A rigor, no período posterior à II Guerra, até mesmo em função das particularidades da política populista, assiste-se a um forte envolvimento da intelectualidade brasileira nas questões nacionais. Ainda que o populismo possa ser visto como uma prática manipuladora e atreladora do movimento operário ao Estado, sua disposição negociadora (base de sua sustentação) permitiu que as grandes questões vinculadas à ordem econômica e social do país estivessem acopladas à produção cultural e acadêmica⁶¹.

Esse fato revela em sua essência um conflito inerente à natureza do trabalho intelectual num país periférico, onde os agentes das formas mais elaboradas de manifestação da cultura (intelectuais e cientistas) atingem momentos de atuação política e de reflexão sobre a realidade circundante que não correspondem ao nível de vida material e ao nível de organização política da sociedade (civil). Vem dessa constatação a compreensão do significado *paternalista* das propostas culturais da intelectualidade, que pretendiam interpretar a realidade nacional ao mesmo tempo em que buscavam superar a fragilidade e o atraso das relações entre *povo* e Estado.

⁶⁰ A trajetória-limite de jornais da imprensa liberal que passaram da simpatia ao afastamento de Goulart à sistemática oposição aos militares pode ser exemplificada com o *Correio da Manhã*: “Uma semana após a queda do governo, o *Correio da Manhã*, em editorial aponta como perigos imediatos para o fracasso do movimento que depôs Jango ‘o desabusado esforço dos que, fracassados em tentativas anteriores’ querem transformar o momento em ‘uma negra festa reacionária’” (Jeferson de Andrade. *Um Jornal Assassinado. A última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1991).

⁶¹ José Marques de Melo (org). *Populismo e Comunicação. Documento Básico do III Ciclo de Estudos da INTERCOM*. São Paulo, Cortez Editora, 1981.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) é um exemplo de instituição que se constituiu, com o patrocínio do próprio Estado, num foro de discussão das questões nacionais de uma perspectiva (hegemônica) desenvolvimentista. Para o pensamento isebiano, o conhecimento da realidade nacional passava por “uma concepção nitidamente instrumental do saber e o papel oferecido ao intelectual, de servir de intérprete às consciências menos esclarecidas e de promover a racionalização da sociedade através do planejamento”⁶².

Em todos os setores da vida cultural brasileira, no período que se estende de 1945 a 1964, essa postura é visível. No teatro, na música, na literatura, na imprensa, na Universidade, o ponto central da atuação dos intelectuais residia na necessidade de conhecer o país real, no empenho de sua mobilização e em sua transformação, apesar da diversidade de suas propostas e de sua característica heterogêna. Desse processo resultará aquilo que identificamos como 'núcleo democrático da cultura brasileira'⁶³, a partir do qual irradiam gerações de escritores, poetas, compositores, autores e diretores teatrais, cineastas e sociólogos.

O papel dessa intelectualidade de extração média foi definido por Roberto Schwarz: “Num país dependente mas desenvolvimentista, de capitalização fraca e governo empreendedor, toda iniciativa se faz em contato com o Estado. Esta mediação dá perspectiva nacional (e paternalista) à vanguarda dos vários setores da iniciativa, cujos teóricos iriam encontrar os seus impasses fundamentais já na esfera do Estado, sob a forma de limite imposto a ela pela pressão imperialista e em seguida pelo marco do capitalismo mesmo. Isto vale para o conjunto da atividade cultural (incluindo o ensino) que precise de meios, vale para a administração pública, para setores de ponta da administração privada, e especificando-se um pouco valeu mesmo para isolados capitalistas nacionais e para oficiais do exército. Em consequência, a tônica de sua crítica será o nacionalismo anti-imperialista, anti-capitalista num segundo momento, sem que a isto corresponda um contato natural com os problemas da massa. Um marxismo especializado na inviabilidade do capitalismo, e não nos caminhos da revolução. Ora, como os intelectuais não detêm os meios de produção, essa teoria não se transpôs para a sua atividade profissional, embora faça autoridade e oriente a sua consciência crítica. Resultaram pequenas multidões de profissionais imprescindíveis e insatisfeitos, ligados profissionalmente ao horizonte da revolução...”⁶⁴.

Há no país, em razão disso, um *movimento* que, num primeiro momento, em razão do impacto provocado pelo rompimento da ordem constitucional em 1964, reage

⁶² Marya Silvia de Carvalho Franco. *Apresentação*. In: *ISEB: Fábrica de Ideologias*. Caio Navarro de Toledo. São Paulo, Editora Ática, 1977.

⁶³ A idéia da existência desse "núcleo", fundamental para a comprovação das hipóteses levantadas neste livro, é corroborada por Bernardo Kucinski em *Jornalistas e Revolucionários (Nos Tempos da Imprensa Alternativa)*. São Paulo, Scritta Editorial, 1991.

⁶⁴ Roberto Schwarz. *Cultura e Política, 1964-1969*. In: *O Pai de Família e outros estudos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

emocionalmente à perda de sua perspectiva de onipotência alimentada sobre a matéria-prima com a qual trabalhava e que era o eixo de sua produção cultural - o nível de mobilização da sociedade civil - e que se transformara no objeto de ação da ordem autoritária. As restrições às liberdades públicas, o dismantelamento do quadro sindical e partidário, a intervenção em organizações civis, tinham, no entanto, duplo significado. Ao mesmo tempo em que colocavam em cheque a própria compreensão do processo histórico brasileiro, alimentavam novo comportamento da intelectualidade e de suas manifestações, tornando-as introspectivas, herméticas, repletas de significados alegóricos, metafóricos, sem que isso significasse a perda de sua combatividade.

Esse engajamento se manifestou imediatamente após o golpe de 1964. Não só pelas sucessivas denúncias da imprensa, mas também pelo elenco de críticos do novo regime, nomes consagrados na vida nacional, punidos ou não, que mostram a intensidade do isolamento do governo: Anísio Teixeira, Celso Furtado, Otto Maria Carpeaux, Alceu Amoroso Lima, Carlos Heitor Cony, Edmar Morel e outros.

Definido o quadro sucessório da Presidência da República, o endurecimento do regime não retrocedeu. O país tinha agora uma nova Lei de Imprensa, uma nova Lei de Segurança Nacional, uma nova Constituição e um mandatário que havia se imposto às demais candidaturas civis e às lideranças militares moderadas: o Estado autoritário ampliava seu controle sobre o conjunto da sociedade. Merece reflexão mais detida, por isso mesmo, a relação desse Estado com a imprensa.

É certo que, entre as correntes mais radicais dos grupos que assumiram o poder em 1964 não faltava a tese de que à imprensa deveria ser imposta a censura. O governo Castelo Branco, no entanto, especialmente em vista do apoio que o movimento militar recebeu dos editores dos grandes jornais, imaginava que a imprensa pudesse canalizar a ampliação dessa sustentação entre outros segmentos da sociedade civil. A realidade política, contudo, mostrou que a cooptação dos jornais não era tarefa simples e tudo indica que as redações escapavam ao comando dos empresários. Daí porque o Estado teve necessidade de redefinir sua própria concepção para uma política que cuidasse do caráter estratégico das informações veiculadas. Embora não se tenha estabelecido a censura direta, com a presença policial entre os jornalistas (exceto em casos esporádicos), a imprensa passou a ter suas atividades limitadas pelo menos em dois níveis.

O primeiro nível é o que diz respeito ao fechamento do círculo do poder em relação às atividades dos jornalistas. Trata-se de um fato palpável no exercício diário da atividade profissional, e que era amplamente sentido pelos profissionais da imprensa, inclusive entre articulistas que tinham acesso a fontes mais restritas de informação. Os passos do governo, as expectativas das lideranças políticas, o caráter hesitante das reformas institucionais, as derrotas no Congresso, eram informações tateadas pelos jornais e que consolidavam um clima de insegurança generalizada, característico de situações autoritárias.

O segundo nível decorria do primeiro, isto é, o surgimento entre os jornalistas daquilo que Arnaldo Pedrosa Horta chamou de "coisa difusa" que rondava as redações: a progressiva passagem do conhecimento sobre as dificuldades da veiculação da informação à consciência sobre o que não devia ser informado. Neste caso, o fato de que tenha inexistido uma postura generalizada de auto-censura nos grandes jornais demonstra que a posição predominante nas redações era a do contorno das dificuldades surgidas para o exercício do trabalho jornalístico. Até que a censura se instalasse oficialmente na imprensa brasileira, essa será a prática comum nos jornais de grande circulação.

Entre a intelectualidade acadêmica o clima de distanciamento do regime era maior. Os governos militares, desde 1964, guardaram em relação à Universidade um profundo divórcio, já que se localizava ali um sem-número de atividades que eram, por natureza, incompatíveis com a ordem autoritária que se implantava. Depois, a prática das dificuldades e punições criadas para vários docentes e líderes estudantis demonstrava que havia um fosso insuperável entre o Estado e a instituição de ensino e pesquisa. A Universidade brasileira participava ativamente da discussão das questões nacionais e havia, antes de 1964, um clima de franco engajamento na luta pelas reformas de base: a revisão da ordem social brasileira preconizada hegemonicamente pelo meio universitário caminhava em sentido oposto ao modelo implantado em abril. Não existiam, portanto, condições de aproximação. Ao contrário. Os incidentes que envolveram a UNE logo depois do golpe, o fechamento do Movimento de Cultura Popular (MCP) e dos Centros Populares de Cultura (CPCs), a instauração de IPMs que envolveram personalidades de respeito do mundo intelectual, as intervenções na Universidade de Brasília, no Instituto Oswaldo Cruz (Manguinhos), no ISEB, as demissões ocorridas na Universidade Federal de Minas Gerais, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, acabaram representando uma rachadura em torno da qual crescerá, nos anos seguintes, um clima de desconfiança mútua e de aberto antagonismo.

No entanto, estavam na Universidade o público das manifestações artísticas, as elites ilustradas, os segmentos formadores de opinião que alimentavam, entre os setores médios da população, o isolamento do Estado. Cria-se mesmo um ambiente cultural marcadamente oposicionista que se estende pela produção simbólica da vida nacional.

Para Heloísa Buarque de Holanda, essa conjuntura, a constatação do refluxo dos movimentos sociais e a (momentânea) incapacidade de uma reflexão crítica a respeito da derrota sofrida criaram num primeiro momento “uma situação em que a produção (...) preserva-se marcadamente didática e ingênua - apregoando obviedades para um público 'culto' e, grosso modo, de 'esquerda'. Os espetáculos são verdadeiros *meetings* onde a *intelligentzia* renova entre seus pares suas inclinações populares, antiimperialistas, socialistas e revolucionárias. Mais do que nunca a intelectualidade faz de sua opção 'revolucionária' uma opção 'espiritual'. Enquanto ela reitera em seus encontros cívico-teatrais os propósitos de não dar tréguas à ditadura e aos *yankees*, sua

produção começa a formar um público consumidor de cultura 'revolucionária' - um processo que virá por vários caminhos, nos anos seguintes e até nossos dias..."⁶⁵.

Ainda que a autora possa deixar transparecer em sua análise que o momento cultural vivido no imediato pós-64, em sua aberta tendência politizada, tenha se transformado em um *modismo* que condicionava o comportamento de uma parcela significativa das classes médias urbanas, o fato é que a prática intelectual no período anterior ao golpe havia deixado raízes que não se extinguiram com o fechamento da vida política nacional. Ao contrário, o conjunto de manifestações artísticas do período que se estende até 1968 demonstra um ânimo renovado (e invariavelmente engajado) da produção brasileira de bens simbólicos. No balanço dos 10 primeiros anos do novo regime, a revista *Visão* definiu esse momento como carregado de um leque variado de opções que indicavam que a arte nacional havia perdido sua ilusão e sua inocência, ingressando depois de 1964 num traçado conturbado: "Um longo trajeto se fizera de 1964 a 1968 - do êxito quase impune de *Opinião* ao sucesso controvertido de *Roda Viva*. No acidentado trajeto, a arte percorreu vários caminhos: de busca do consumo, cada vez mais crescente, até um movimento pendular entre dois pólos convergentes: alegoria e realismo críticos"⁶⁶.

Portanto, esse terceiro nível de conflito enfrentado pelo novo regime, ao lado das dificuldades provocadas pelo fechamento institucional e também do estreitamento das bases sociais de apoio em consequência do caráter recessivo da política econômica posta em prática depois de 1964, favoreceu a disseminação de um clima de inconformismo cultural que reforçou marcas permanentes da produção intelectual brasileira, especialmente aquelas que adquiriram significado simbólico expressivo para os setores letrados das classes médias urbanas, em seu conjunto alijadas do processo político formal: a contestação da ordem autoritária, a rebeldia, a transgressão dos costumes, o libertarismo anárquico. Trata-se de verdadeiros *totens* da vida cultural de meados dos anos 60, que encontram correspondência internacional na vanguarda cultural de todo o ocidente e que aqui solidificaram sua especificidade em razão do abstrato conservadorismo moral com que o movimento militar buscava justificar sua existência e seus desmandos.

Havia, portanto, uma contradição insuperável na sociedade brasileira que a regra autoritária não conseguia equacionar. O regime instalado em 1964 pretendia ser moderno e conservador a um só tempo. Moderno na eficácia administrativa, na racionalidade econômica, no apoio à produtividade e à otimização do capital. Ao mesmo tempo, no entanto, sua prática discursiva contrariava a modernidade com a qual buscava se legitimar: fazia apelos á "moral e aos bons costumes", policiava os

⁶⁵ Heloisa Buarque de Holanda. *Impressões de Viagem. CPC, Vanguarda e Desbunde: 1960/70*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

⁶⁶ *Visão*, vol 44, nº 5, 11/03/1974. A mesma revista editou ainda duas outras matérias em que oferece um amplo panorama da vida cultural Brasileira, antes e depois do movimento militar de 1964: no número de 05/07/1971 e no anuário *Quem é Quem na Economia Brasileira* de 1973.

atentados “a família”, colocava-se como guardião de toda a rede de ícones que formavam a base ideológica de um país atrasado. Certamente, é essa contradição que explica o fato de que tenha existido no país, no período que se estende de 1964 a 1968, um momento de insegura liberdade de expressão, hesitante mesmo, em razão da ameaça policial sempre presente (às vezes concretizada), e que serviu à expansão das atividades culturais marcadas por seu radicalismo.

Esse conflito foi também analisado por Roberto Schwarz: “...a noção de funcionalidade moderna só pode vigorar onde **todos** os padrões culturais da elite tecnocrática que passará a dirigir o país correspondem a ela. E como não há país moderno, nos anos 60, que não discuta a crise do capitalismo, a saída será historicamente a de um regime de direita que convive com a contestação artística de esquerda”.

Para Schwarz, “o governo que saia do golpe, contrariamente à pequena burguesia e à burguesia rural, que ele mobilizara mas não ia representar, não era atrasado. Era pró-americano e anti-popular, mas moderno. Levava a cabo a integração econômica e militar com os E.E.U.U.; a concentração e a racionalização do capital. Neste sentido o relógio não andara para trás, e os expoentes da propriedade privada rural e suburbana não estavam no poder. Que interesse pode ter um tecnocrata, cosmopolita por definição, nos sentimentos que fazem a hinterlândia marchar? Muito mais interessante é ver o que vêem os seus colegas em Londres, Nova Iorque e Paris, Hair e Marat-Sade, Albee e mesmo Brecht. Da mesma forma, quando marchavam pelas ruas contra o comunismo, em saia, blusa e salto-baixo, as damas da sociedade não pretendiam renunciar às suas toaletes mais elaboradas. A burguesia entregou aos militares a Presidência da República e lucrativos postos na administração, mas guardava padrões internacionais de gosto. Ora, neste momento a vanguarda cultural do ocidente trata de um só assunto, o apodrecimento social do capitalismo. Por sua vez, os militares não traziam a público o seu esforço ideológico (...) pois dispendo da força dispensavam a sustentação popular. **Nesse vácuo foi natural que prevalecessem o mercado e a liderança dos entendidos, que devolveram à iniciativa a quem a tivera no período anterior.** A vida cultural entrava em movimento, com as mesmas pessoas de sempre e uma posição alterada na vida nacional. Através de campanhas contra a tortura, rapina americana, inquérito militar, estupidez dos sensores, **a inteligência do país unia-se e triunfava moral e intelectualmente sobre o Governo, com grande efeito de propaganda**”⁶⁷.

Essa é a conjuntura político-cultural que, em linhas gerais, define o período que se estende de 1966 a 1968. Suas características tornam-se mais agudas com a chegada ao poder do grupo que havia sustentado a candidatura do Gal. Costa e Silva. Não se pode afirmar que tenha havido qualquer alteração estrutural em nenhuma das linhas de ação do novo período do regime militar, mas é possível perceber que o conservadorismo do novo segmento, suas posições ortodoxas e "duras" no tratamento com os grupos

⁶⁷ Op. Cit. Grifos nossos.

oposicionistas deixavam menor espaço para o relacionamento com as elites civis. O país se ressentia da inexistência de convívio com os setores liberais tradicionais que ainda se percebia no governo Castelo Branco. O período Costa e Silva, a rigor, significou o embrutecimento das relações políticas, o predomínio - em gestação desde a conspiração que derrubou Goulart - de um clima de desconfiança e de suspeição em relação às lideranças tradicionais, mesmo aquelas que ainda hipotecavam seu apoio ao autoritarismo.

Esse quadro vigorou apesar do esforço do estreito círculo do poder efetivo em transmitir ao conjunto da sociedade uma imagem de entendimento e de conciliação. A própria imagem pública do Presidente, alvo de piadas e ele próprio aparentemente dotado de uma personalidade afável, contribuía para que houvesse uma mensagem humanizadora do governante, de tal forma que é em seu mandato que se cria a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). O esforço, no entanto, se revelaria infrutífero, já que era impossível operar com êxito a menção ao diálogo e ao entendimento sob a herança de mudanças institucionais deixada ao final do governo Castelo Branco. Por outro lado, as tentativas concretas de restabelecimento de pontos de convergência com as lideranças civis confiáveis para os militares, esbarravam invariavelmente numa postura ressentida dos políticos que haviam perdido seus mandatos ou seus direitos, ou os dois simultaneamente. Nesse caso era inevitável que a advertência sobre um possível descontrole da situação política acabasse prevalecendo sobre os remanescentes moderados do governo.

Na realidade, os moderados (militares e civis) perderam terreno durante todo o governo Costa e Silva, principalmente depois que surgem as primeiras notícias sobre atividades ilegais e armadas de grupos oposicionistas, como foi o caso da descoberta de áreas de treinamento de guerrilhas em Minas Gerais logo em 1967. Na frente civil e legal, a ameaça que ataçava os militares "linha dura" veio da formação da chamada "Frente Ampla", que reunia ou tentava reunir, num entendimento oportunista e tático, Lacerda, Juscelino, Jango, Jânio, inclusive com o apoio de setores dos partidos oficiais, ARENA e MDB. O retorno das velhas lideranças políticas ao cenário nacional - ainda que algumas delas compulsoriamente afastadas do exercício pleno de seus direitos - acuava o Estado e fortalecia, como já foi dito, os grupos mais ortodoxos do regime militar.

Nesse quadro, as primeiras e tímidas tentativas de reorganização do movimento operário produziram no círculo militarizado do poder reações que davam uma mostra razoável das dificuldades dos negociadores, sempre mais acuados. Em 1968, por exemplo, a greve dos metalúrgicos de Contagem (MG), tímida, fora do controle do sindicato local e que contou com o apoio de outros trabalhadores, tentou ser contornada pelo diálogo através do então ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho. Diante da firmeza dos trabalhadores, o governo não demorou em endurecer. A cidade foi ocupada com todas as consequências cerceadoras subsequentes. A greve de Contagem pôs à mostra, sempre para os grupos ortodoxos do governo, a impossibilidade da transigência, a permanente ameaça de retorno à situação anterior ao golpe, à desestabilização do regime e da própria economia.

No entanto, nenhum desses episódios foi capaz de galvanizar de tal forma a opinião pública e nenhum deles esteve tão em evidência quanto a emergência do movimento estudantil. Apesar da repressão que se abateu sobre ele depois de 1964, o movimento dos estudantes recuperou-se rapidamente de suas perdas e foi esse o segmento que já em 1966 promoveu as primeiras manifestações de rua contra o governo, seja por questões especificamente universitárias seja por questões de ordem política mais geral, diretamente vinculadas à contestação do regime. Essa aparente maturidade das massas estudantis e a sua disponibilidade para a mobilização e confronto obedeciam a causas diversas, algumas inclusive de ordem internacional.

As causas que poderiam ser chamadas "internas" são aquelas que dizem respeito à configuração de "território livre" que a Universidade tinha na época, uma espécie de espaço dominado pelo "confinamento crítico", que incluía também seu corpo docente, e que tinha sido continuamente objeto de reprimendas e de medidas arbitrárias desde o primeiro momento do golpe militar. Por outro lado, a origem social dos universitários de meados da década de 60 era predominantemente elitizada. Os estudantes mesmo, em sua grande maioria alunos de escolas superiores públicas, estavam descompromissados com o mundo da produção e, certamente também por causa disso, jogavam no confronto aberto com o governo toda a liberdade e toda a disposição política que a época permitia. Além disso, suas lideranças, suas organizações (apesar de extinta, a UNE agia com desenvoltura no meio estudantil) não hesitavam em transpor para o plano da "luta contra a ditadura" a mais elementar reivindicação. Essa agilidade da análise e da prática política tinha fundamento e consistência: quase não havia - dificilmente deve ter existido nesse período - lideranças independentes; as facções estudantis eram na sua quase totalidade lideradas por partidos que agora viviam na clandestinidade: PCB, PCdoB, POC, POLOP, AP.

O eixo do movimento estudantil não era um só, mas todas as suas variáveis acabavam desaguando nas mazelas do regime: luta pelo ingresso dos excedentes nos cursos para os quais haviam sido aprovados, melhoria das condições de alimentação ("Calabouço"), exigência de mais verbas para a Educação, reforma universitária. Essa variedade de demandas e a ocorrência de manifestações públicas de massa nas ruas das principais cidades do país revelava um quadro caótico para o qual o governo militar não tinha uma resposta que passasse pela aceitação do protesto e da crítica aberta à sua própria existência. Ao contrário. Na medida em que a mobilização permanente dos estudantes - em muitos casos com o apoio de setores médios da população - caminhava para o impasse e, por conta disso, suas lideranças passavam a enfrentar o risco do isolamento, a tendência era o surgimento de uma espécie de "vanguardismo inconsequente", que escapava à racionalidade política. No final de 1968, a liderança do movimento estudantil já havia se tornado um celeiro de quadros para a guerrilha urbana, em alguns casos para a guerrilha rural.

Há, contudo, um substrato cultural do movimento estudantil que deve ser avaliado com cautela, e que se prende a uma conjuntura específica de questionamento de valores que se estendeu por todo o ocidente em meados dos anos 60, e que também

contornava o imaginário das classes médias urbanas intelectualizadas brasileiras. Trata-se aqui de investigar, em linhas gerais, o impacto do processo de industrialização em todo o arcabouço filosófico humanista que predominou nos sistemas ideológicos de base renascentista. Esse impacto era o resultado da entropia das transformações tecnológicas que colocavam a medida da produtividade da indústria como um fim em si mesmo, dotando-a de racionalidade própria e submetendo todas as demais atividades humanas ao critério da funcionalidade capitalista.

Em meados dos anos 60, a polêmica em torno desse tema percorreu as principais universidades do ocidente, de Berkeley a Nanterre, estimulando e fundamentando palavras de ordem de contestação à sociedade de massas ou à sociedade de consumo às quais o movimento estudantil brasileiro, ainda que não perdesse de vista sua particularidade de se desenvolver contra o regime autoritário, também estava sensível. Não é difícil imaginar a rápida e estreita associação de idéias que se processava quando a emergência dos governos militares no Brasil - declaradamente empenhados no processo de modernização das bases econômicas nacionais e, por isso, da industrialização intensiva -, era vista como um sintoma da “opressão” das características principais de uma onda de desumanização que varria o mundo.

Paul Sweezy e Paul Baran abordaram essa “inversão” ocorrida no sistema capitalista: a predominância dos fins da produção sobre quaisquer outras considerações de caráter ético ou humanista⁶⁸. A dinâmica da sociedade industrial, também analisada por Henri Lefebvre⁶⁹, era a lógica da racionalidade produtiva. Do ponto de vista desse sistema, até mesmo o proletariado urbano chegava a ser visto como uma categoria “reacionária”, na medida em que suas reivindicações de caráter ideológico representavam um freio à dinâmica da indústria e da tecnologia.

Na verdade, o desenvolvimento do modo de produção capitalista havia levado a uma extensão praticamente ilimitada toda a decorrência do império do *valor de troca* nas relações sociais. A mercadoria, já no imediato pós-guerra, havia se transformado numa *linguagem* subordinadora do humano, de tal forma que a capacidade criadora do homem - base do pensamento humanista - se submetia à lógica do sistema e era expropriada de seu conteúdo transformador. Nesse sentido, a vida humana deixava de ser *fim* e se transformava em objeto da dinâmica produtiva, só adquirindo significado se pudesse, de alguma forma, atender à racionalidade do sistema industrial. No limite dessa leitura, não eram as necessidades humanas que moviam esse sistema, já que de seu ponto de vista elas, em si mesmas, não tinham significação alguma. Eram as necessidades do próprio sistema que o alimentavam.

⁶⁸ Paul Baran e Paul Sweezy. *O Sistema Irracional*. In: *O Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

⁶⁹ Op. Cit.

Para quem quer que estivesse, de alguma forma, envolvido por essas questões, o vaticínio de Karl Manheim soava como um pesadelo: "É possível (...) que no futuro, num mundo em que nunca haja nada de novo, em que tudo esteja terminado e cada momento seja uma repetição do passado - isto é, o mundo cibernético descrito por Lefebvre -, possa existir uma condição em que o pensamento seja completamente desprovido de elementos ideológicos e utópicos. Mas esta eliminação completa dos elementos transcendentais à realidade, em nosso mundo, conduz a um 'objetivismo' que em última análise significaria a decomposição da vontade humana... A desaparecimento da utopia traz consigo uma estagnação em que o próprio homem se transforma em coisa. Teríamos de enfrentar o maior paradoxo imaginável, ou seja, o de que o homem, tendo atingido o mais alto grau de domínio racional da existência, vê-se abandonado por todo ideal, tornando-se simples brinquedo do impulso. Assim, ao cabo de um desenvolvimento longo e tortuoso, mas heróico, exatamente no apogeu da consciência, quando a história deixa de ser destino cego e vai-se tornando cada vez mais uma criação humana, com o abandono das utopias, o homem perderia a vontade de plasmar a história e, com ela, a capacidade de compreendê-la"⁷⁰.

Nos anos 60, uma vaga filosófica de extração marxista e romântica se confrontou com a constatação dessa realidade cotidiana, embora retirasse dela própria seu discurso utópico. A frase inscrita nos muros da Paris de 1968 - *A Imaginação no Poder* - revela esse estado de busca e de rompimento. Os contrapontos à hegemonia da sociedade "irracional" serão o culto das filosofias orientais, a disseminação da droga, a "viagem", o comportamento individual transgressor e "livre", a visão anárquica sobre o poder do Estado, o anti-belicismo (consumado na vida política norte-americana pela resistência à Guerra do Vietnã) e o anti-autoritarismo generalizado que abalou até mesmo o predomínio, na Europa Central e Oriental, dos Partidos Comunistas de formação estalinista.

A respeito desse quadro cultural, e tomando como ponto de partida o que ocorreu com os estudos de comunicação, pudemos afirmar em outro momento:

"Na década de 60, a efervescência cultural que tomou conta dos meios intelectuais e estudantis do mundo inteiro viria atuar sobre esse quadro (o da Universidade) de forma variada. Intensificou-se a crítica aos meios de comunicação como estruturas manipuladoras da sociedade de massas. Tratava-se, na verdade, de uma recuperação revisitada dos conceitos da Escola de Frankfurt - e que levou à concepção da *sociedade unidimensional* de Herbert Marcuse. Ao lado de Adorno, Horkheimer e Enzensberg, Marcuse transformou-se na referência teórico-política dos estudiosos da Comunicação Social porque apontava o nexo causal de um padrão de cultura marcado pelo ser indiferenciado e pelo individualismo oprimido que consubstanciavam a essência da sociedade de consumo. Na base dessa análise estava a *Indústria Cultural*, 'capaz de atingir (...) de forma indiferenciada, milhares de telespectadores, de leitores, de ouvintes, de gente que vai ao cinema(...)' e que 'ao invés de tomar como referência

⁷⁰ Citado por Rubem Alves. Op. Cit.

o gosto individual, parte do princípio de que há, na sociedade de consumo, um gosto médio que poder ser satisfeito...’.

“Em 1968, no auge das revoltas estudantis de maio, o pensamento de Marshall McLuhan reforçava a percepção de que a sociedade unidimensional havia efetivamente se transformado em padrão da civilização capitalista/burocrática, com a racionalidade dos meios enquadrando a concepção *finalista* das ideologias. Com McLuhan altera-se, de forma radical, o entendimento das idéias de *progresso*, de *desenvolvimento*, de *liberdade*. Os meios, dessa forma, são alçados à condição de entes autônomos e dominadores, para cuja própria lógica a sociedade deve se submeter”⁷¹.

O movimento estudantil brasileiro - e os próprios padrões de comportamento dos setores médios urbanos - não estiveram excluídos, portanto, da abrangência dessas idéias. Ao contrário, como já foi dito, absorviam-nas de forma redobrada porque as vicissitudes da sociedade de consumo eram agravadas aqui pela hipertrofia do Estado, pelo discurso conservador em nome do qual os militares exerciam o poder. Dessa forma, os elementos simbólicos que estruturavam o público consumidor da cultura *letrada* no país eram elementos afinados com esses mesmos paradigmas.

CAPÍTULO 3

O DESAFIO: UM NOVO JORNALISMO OU UM NOVO TEXTO?

⁷¹ J.S.Faro. *A Universidade Fora de Si: A Intercom e a Organização dos Estudos de Comunicação no Brasil*, São Paulo, INTERCOM/ALAIC, 1992

A conjuntura político-cultural descrita nas páginas anteriores representou um desafio para a linguagem jornalística. Se pela sua própria natureza, os padrões de *objetividade* são impotentes para a apreensão do real, como se procurou demonstrar no capítulo *Comunicação e produção cultural: horizontes da práxis jornalística*, a dinâmica da vida nacional em meados da década de 60 agravava essa limitação. Era o próprio cotidiano do público letrado dos centros urbanos que se deslocava frente à variedade de conflitos existentes, chocando-se com os limites do discurso racionalista padronizado pela imprensa. Mais que isso, no entanto, vinha de parcela dos próprios jornalistas, de sua existência e de sua *praxis* intelectual, o questionamento sobre a inocuidade do padrão objetivo de transmissão da informação. Se é verdade que é no gênero do *jornalismo informativo* que os dados elementares do fato encontram seu espaço textual, as questões culturais colocadas socialmente para a intelectualidade exigiam o rompimento com as *regras* tradicionais de reportar.

A rigor, tal necessidade sempre esteve presente na imprensa, a julgar pela própria definição da *reportagem*. Para José Marques de Melo, “... A *notícia* é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A *reportagem* é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística”⁷². Isto significa que a *reportagem* se caracteriza pela verticalização com que informa, ou, como diz Cremilda Medina, “a *reportagem* é a forma de maior aprofundamento possível da informação social e, por outro lado, é aquela que responde melhor às aspirações de uma democracia contemporânea, **com toda a plenitude até mesmo da utopia**, o socialismo, ou dentro da modernização capitalista. Pois é justamente a pluralidade de vozes e a pluralidade de significados sobre o imediato e o real que fazem com que a *reportagem* se torne um instrumento de expansão e instrumentação plena da democracia, uma vez que a democracia é polifônica e polissêmica”⁷³. Dessa forma, a conjuntura político-cultural do país, no período indicado, se não reinventava o gênero - que sempre esteve presente na imprensa brasileira -, cobrava do jornalismo, em razão da demanda cultural do público e em razão das características estruturais da formação intelectual de parcela significativa do profissional de imprensa, uma postura renovada na abordagem da informação.

Em outras palavras, entende-se aqui que a natureza do gênero *reportagem* permite ao jornalista superar os limites impostos pelos padrões de conteúdo e de linguagem da objetividade informativa. Na conjuntura de inquietação intelectual vivida pelo país em meados dos anos 60, essa possibilidade adquiria valor redobrado; ela vinha ao encontro de expectativas dos próprios profissionais da imprensa, como indica o depoimento de José Maria Mayrink:

⁷² José Marques de Melo. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1979. Citado por Edvaldo Pereira Lima. *Páginas Ampliadas*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993.

⁷³ Entrevista concedida a Edvaldo Pereira Lima. Op. Cit. Grifos nossos.

“*Lead e sublead* em parágrafos corridos, entretítulos a cada 20 linhas, a matéria seguia, à risca, a técnica da pirâmide invertida, que teoricamente permitia cortar o texto pelo pé, sem maior prejuízo. **Era uma boa regra, mas funcionava então como uma camisa-de-força**, da qual só consegui me libertar muitos anos mais tarde, a partir de 1968, na revista *Veja* e no *Jornal da Tarde*”⁷⁴.

Registra-se assim situação análoga àquela que Edvaldo Pereira Lima descreveu, referindo-se ao livro-reportagem:

“... fruto da inquietude do jornalista que tem algo a dizer, com profundidade, e não encontra espaço para fazê-lo no seu âmbito regular de trabalho, na imprensa cotidiana. Ou é fruto disso e (ou) de uma outra inquietude: a de procurar realizar um trabalho que lhe permita utilizar todo o seu potencial de construtor de narrativas da realidade. O jornalismo oferece ao profissional de talento e fôlego para o aprofundamento inúmeras possibilidades de tratamento sensível e inteligente do texto, enriquecendo-o com recursos provenientes não só do jornalismo mas também da literatura e até do cinema(...). A satisfação pelo uso de todo o seu potencial de talento, pelo desafio da comunicação de amplitude, é um fator motivador que impulsiona alguns dos profissionais de imprensa a procurar, no livro-reportagem, a medida exata para exigir ao máximo suas habilidades de comunicador do real”⁷⁵.

O autor refere-se ao *livro-reportagem*; todavia, é possível que os mesmos conceitos do gênero possam ser aplicados às revistas que, em épocas diversas e especificamente no caso de *Realidade*, permitiram a mesma adequação entre forma e conteúdo nas matérias de verticalização da informação.

E para que se chegasse a isso seria preciso que o caráter empobrecedor da objetividade fosse rompido duplamente. De um lado, pela própria ação do repórter, que teria que se colocar como um *pesquisador* diante do tema sobre o qual estava escrevendo: nenhum detalhe, nenhuma personagem, nenhuma causa e nenhum efeito poderiam estar fora do texto; nenhuma relação entre eles poderia deixar de ser feita sob nenhum ângulo. A ambição da totalidade do real, a integração entre partes aparentemente desconexas do fato, eram, assim, apropriadas pelo jornalista.

De outro lado, pelo rompimento com a narrativa convencional e a introdução de elementos que vinham marcados pela verosimilhança e por seu sentido ficcional, instrumentos que asseguravam a apropriação do caráter diverso e multifacético do real.

Esse *método* não era novo na imprensa brasileira. Não era novo na imprensa propriamente. O que era novo no período estudado era a fermentação cultural que na

⁷⁴ José Maria Mayrink. *Vida de Repórter*. In: *3 x 30. Os Bastidores da Imprensa Brasileira*. São Paulo, Editora Best Seller/Círculo do Livro, 1992. Grifos nossos.

⁷⁵ Edvaldo Pereira Lima. Op. Cit, pág.33.

década de 60 permitia a codificação de um estilo de jornalismo onde os elementos formais do texto adquiriam a feição de um instrumento vital para a profundidade de seu conteúdo.

Codificação semelhante a essa pode ser observada no fenômeno conhecido como *new journalism* que teve nos Estados Unidos o ponto inicial de sua elaboração: um estilo de reportar que associava elementos informativos à narrativa ficcional da novela norte-americana. Entrevistado pela revista *Diálogo*, Tom Wolfe, considerado um dos principais teóricos do movimento, afirmou que “o jornal é (...) hostil ao estilo”. Segundo ele, “trabalhando em jornais, escreve-se até certa extensão, normalmente matérias muito curtas; tende-se a buscar formas simples de expressão. O que se torna um meio de acomodação...”⁷⁶. O *new journalism* apresenta a saída para essa limitação e propõe a transcrição do *pensamento ativo*, que usa frases incompletas, emocionais; uma narrativa psicológica, o presente histórico, “imagens excêntricas e metáforas”⁷⁷. Para Wolfe o ato de escrever assemelha-se a uma “torrente de idéias” que consegue captar “todos os sons, todos os aspectos e todo o clima”, seja qual for o ambiente; um texto repleto de detalhes reveladores pelo que representam e não uma descrição que se esgota numa espécie de “barroquismo jornalístico”.

Essas características só são possíveis através de elementos ficcionais, já que a não-ficção perde em realismo pela ausência do ponto de vista do repórter e do brilho psicológico dos personagens. A ficção dá flexibilidade ao texto e é dela que Wolfe toma de empréstimo os elementos com os quais acaba, ao final, compondo narrativas não-ficcionais. Em razão disso, a grande reportagem seria sempre um amplo painel descrito de forma apaixonada e envolvente pelo jornalista, nunca com prejuízo do realismo. “Na ficção, diz o autor de *Fogueira de Vaidades*, se pode dramatizar a realidade de maneira mais fácil e mais concisa (...) e se pode apresentar muitos segmentos de uma sociedade num único enredo”⁷⁸.

Esse conjunto de princípios que formam as bases da reportagem, e constituem a essência dessa “nova” escola, se contrapõe ao jornalismo criticado por Wolfe em que predomina a competição pela primazia e pelo inédito da notícia. Nos Estados Unidos dos anos 60, essa definição incluía tudo o que estivesse fora da categoria factual da informação, aquilo “que oferecesse uma certa margem para escrever”⁷⁹. A expectativa, alimentada por gerações de jornalistas e escritores norte-americanos, correspondia ao *status* que a novela havia adquirido entre eles. “A novela não era uma simples forma literária”, diz Wolfe. “Era um fenômeno psicológico, uma febre cerebral”⁸⁰, que

⁷⁶ *A Arte da Ficção*. Entrevista concedida a George Plimpton. Revista *Diálogo*.

⁷⁷ *Idem*.

⁷⁸ *Idem*.

⁷⁹ Tom Wolfe. *El Nuevo Periodismo*. Barcelona, Editorial Anagrama, 1976

contagiava pela própria genialidade dos romancistas que marcaram a literatura do país: Ernest Hemingway, William Faulkner, John Steinbeck, John dos Passos. Ser romancista era uma "irresistível paixão", "um apelo espiritual" que alimentou uma geração de jornalistas norte-americanos que viveram no período entre as duas guerras mundiais.

Segundo Wolfe, nos anos 50, esse gênero literário ganha ainda mais vigor, de tal forma que "não havia lugar para o jornalista, a menos que assumisse o papel de aspirante-a-escritor ou de simples cortesão dos grandes". O resultado desse quadro e a impossibilidade de que o movimento editorial dos Estados Unidos absorvesse a variedade e a quantidade de novos romancistas, foi a invasão "dos diminutos confins da esfera profissional da reportagem. Essa descoberta, modesta no início (...), consistia em tornar possível um jornalismo que... fosse lido como uma novela"⁸¹. Nos anos 60, essa forma narrativa ultrapassou, ainda segundo Wolfe, "os limites convencionais do jornalismo, mas **não simplesmente no que se refere à técnica**. A forma de recolher material que estavam desenvolvendo se parecia também como muito mais ambiciosa. Era mais intensa, mais detalhada, e certamente consumia mais tempo do que os repórteres de jornal ou de revista, incluindo os repórteres investigativos, empregavam habitualmente. Fomentaram o costume de passar dias inteiros com a pessoa sobre a qual estavam escrevendo, semanas em alguns casos. Tinham que reunir todo o material que um jornalista persegue... e depois ir mais além. Parecia primordial estar ali quando ocorriam cenas dramáticas, para captar o diálogo, os gestos, as expressões faciais, os detalhes do ambiente. A idéia consistia em oferecer uma descrição objetiva completa, mas algo que os leitores sempre tinham que buscar nas novelas ou nos relatos breves: isto é, a vida subjetiva ou emocional dos personagens"⁸².

Um jornalismo impressionista, como Wolfe define o rótulo posto na nova narrativa pela velha guarda da imprensa norte-americana. Esse "movimento", que o autor se recusa a definir como tal, representou a abertura de possibilidades inusitadas para a informação; não mais para a informação *inexpressiva*, mas para um estilo de reportar que combinava monólogos interiores na própria mente dos personagens reportados associados a uma concepção que herdava do realismo social literário sua dinâmica e seu envolvimento. Para Wolfe, a própria novela norte-americana havia, nos anos de florescimento do *new journalism*, se tornado acadêmica, não refletia mais a riqueza dos anos 60 e, por conta disso, havia deixado um vazio pronto para ser ocupado por esses escritores-jornalistas que galvanizam a atenção do público. Nomes como o do próprio Tom Wolfe, Gay Talese, James Baldwin e Norman Mailer despontaram como autores de uma literatura - pelos padrões bem comportados do que se produzia até então - suja, marginal, mas profundamente afinada com os problemas intelectuais e culturais de seu tempo.

⁸⁰ Idem, pág. 15.

⁸¹ Idem, pág. 18.

⁸² Idem, pág. 35. Grifos nossos.

O exemplo clássico da origem e das características desse fenômeno é o de Truman Capote, que publica no *The New Yorker*, em 1965, uma série de reportagens sobre uma notícia quase despercebida na grande imprensa norte-americana: o assassinato de toda uma família cometido por dois marginais em Kansas⁸³. Como livro, *A Sangue Frio* foi publicado em 1966, causando um verdadeiro abalo no estabelecimento letrado do país. Diz Tom Wolfe que Capote passou cinco anos reconstruindo a história do crime e seus desdobramentos, "num trabalho meticuloso e impressionante" que arrebatou leitores de todos os níveis. Para o próprio Capote, sua obra era uma "novela de não-ficção"⁸⁴.

A Sangue Frio retirava de um fato isolado ocorrido numa comunidade obscura no meio-oeste dos Estados Unidos um conjunto de pequenos conflitos que formam um painel intrigante no qual se revelam as vicissitudes do conservadorismo da região. Na composição desse painel, Capote comprova que a não-ficção é tão artística quanto a ficção e que esse gênero - que recorre à narrativa ficcional - só era considerado uma espécie inferior de literatura por ser escrito por jornalistas que, teoricamente, não estavam equipados para explorá-lo. "O jornalismo se move no plano horizontal, conta as histórias; a ficção - a boa ficção - move-se verticalmente, mergulha fundo nas personagens e nos fatos. Ao tratar um fato real com essas técnicas (o que um jornalista não pode fazer até aprender a escrever) é possível fazer essa síntese", define Capote⁸⁵. Segundo o biógrafo do escritor, os bons ficcionistas norte-americanos, na época, desdenhavam a reportagem e os repórteres não aprenderam a escrever a boa ficção; por isso, o novo gênero "nunca realizara seu potencial"⁸⁶. Com Capote, a narrativa não-ficcional define seu espaço e consolida a idéia de que a novela social da época era a reportagem do novo jornalismo.

É de Marcos Faerman a interpretação segundo a qual o exercício de Capote representou, na verdade, muito mais que um ensaio individual: "O jornalismo americano dos anos 50 opera em torno da objetividade - estes pequenos textos que informam e não informam, que simulam revelar os acontecimentos -, como se uma notícia de jornal que contasse com seu lead e sublead que uma certa família Clutter foi assassinada, em Holcomb, Kansas, pudesse nos dizer que a família Clutter foi

⁸³ Referindo-se à importância que o noticiário policial teve na construção dos códigos do *new journalism*, diz Marcos Faerman: "O Novo Jornalismo tira as histórias policiais de um território de ingenuidade e pequenas charadas em que elas são confinadas ao longo de todo o século XX. Se o crime é também a história de angústias e horrores, como a sombra de um patíbulo avistado das galerias de um presídio, é em umas poucas obras escritas com as técnicas da reportagem literária que sua verdade terrível vai ser resgatada" (*Da arte dos belos crimes*. Revista Shalon, ano 29, nº 303, janeiro/fevereiro/março de 1995).

⁸⁴ Tom Wolfe. Op. Cit, pág. 43.

⁸⁵ Gerald Clarke. *Capote. Uma Biografia*. São Paulo, Editora Globo, 1993.

⁸⁶ Idem, pág. 337.

assassinada, em Holcomb, Kansas. Truman Capote leu esta notícia e pensou, então, em escrever a história deste crime e suas implicações”⁸⁷.

Os efeitos dessas mudanças vinham ao encontro da tensão existente entre as expectativas do ofício de reportar e os limites do jornalismo convencional. Outros nomes surgiram e, embora se tratasse de uma corrente de intelectuais cuja exposição pública obscurecia a real dimensão de seu trabalho (a exemplo do que descreveu Norman Mailer em *Os Degraus do Pentágono*, de 1968), o fato é que essa produção correspondia à inquietação ética de uma era de transgressão, como foram os meados dos anos 60. Tom Wolfe acredita que a literatura tradicional, a novela inclusive, foi negligente em relação às potencialidades da época e não foi capaz de apreender o sentido das mudanças profundas que ocorriam à sua volta. Os cronistas desse período foram os escritores-repórteres que se aventuraram pelo novo jornalismo, buscando a totalidade do real além da aparência dele próprio.

O significado do novo jornalismo, como se vê pela descrição de sua proposta, abria as perspectivas da reportagem além dos limites da imprensa norte-americana. Tanto quanto os demais questionamentos daquilo que se pode caracterizar como “a cultura dos anos 60”, esse movimento que introduzia possibilidades ilimitadas de aprofundamento do texto jornalístico se estendeu para a própria concepção do papel da imprensa na sociedade e das possibilidades de que sua atuação não se restringisse ao mito da objetividade. Esse instrumental narrativo do *new journalism* permitia a revisão do papel do profissional de imprensa no âmbito da Indústria Cultural, já que o nível de autonomia de seu trabalho se ampliava em função dos novos códigos de abordagem propostos pelo movimento. De outro lado, é um movimento que tem traços universais, isto é, sua lógica não se restringe aos Estados Unidos. Tanto quanto as limitações do jornalismo convencional contribuíram para lhe dar origem, também os paradigmas da cultura dos anos 60 ofereceram respostas para que se superasse essas mesmas limitações. Não se tratava, contudo, de dois fenômenos exclusivos da sociedade norte-americana; tratava-se de um fenômeno que se ampliava pelas sociedades industriais e urbanizadas e que correspondia à contestação generalizada dos valores da sociedade de massas do pós-guerra.

Dessa forma, ainda que o surgimento de Realidade responda a causas encontradas no desenvolvimento da própria imprensa brasileira e na evolução do nível de realismo crítico provocado pela conjuntura político-cultural que absorve a intelectualidade em meados dos anos 60, o entendimento do código proposto pelo *new journalism* é fundamental para que se compreenda toda a abrangência de sua proposta editorial. A narrativa da grande reportagem no jornalismo brasileiro surgia alterada e inovadora com a revista da Editora Abril.

⁸⁷ Marcos Faerman. Op. Cit.

CAPÍTULO 4

A IMPRENSA E O PROJETO REALIDADE

Os estudos na área da Comunicação Social ainda não produziram uma história do jornalismo brasileiro. A bibliografia a respeito do tema, além de escassa é apenas pontual, no sentido de que se restringe a momentos da produção jornalística, quase sempre desconexos com o traçado de uma possível linha de coerência entre eles ou seus possíveis momentos de ruptura. Em paralelo, também não há a elaboração de uma história da imprensa analisada do ponto de vista do desenvolvimento de sua inserção nas transformações sociais brasileiras. Nos dois sentidos, a pretensão mais ambiciosa e que tem sido referência bibliográfica obrigatória nas atividades acadêmicas da área é o livro de Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*⁸⁸. A obra, a rigor, confunde duas áreas de análise que são distintas. Num primeiro momento, Werneck Sodré aborda a circulação das idéias políticas na imprensa, isto é, a produção ideológica do jornalismo brasileiro, seu envolvimento nas lutas políticas que se travam no país a partir da Revolução Burguesa que é, para o autor, o marco do nascimento da própria imprensa. O eixo desse instante da obra é a participação do jornalismo na polarização social, cultural e política provocada pelo advento das idéias liberais e da leitura que faziam dela os vários segmentos das elites políticas brasileiras. É uma análise do discurso jornalístico da imprensa.

Quando entra na avaliação do século XX e se aproxima do período contemporâneo, Werneck Sodré encaminha sua interpretação para a imprensa enquanto instituição empresarial, seus vínculos e sua proximidade com o poder, desfocando as idéias veiculadas pelos jornais, ou seja, a produção cultural e ideológica do jornalismo. Isso é particularmente notado no momento em que o autor estuda as "condições gerais" daquilo que denomina "a crise da imprensa", datada da segunda metade do século XX. Embora discorra com pertinência sobre a influência do padrão norte-americano de informação na transmissão de notícias pelos jornais impressos e sobre o processo de concentração de capital que atinge a existência dos jornais, o papel do jornalista é praticamente esquecido por Werneck Sodré.

A mesma lacuna pode ser observada em *O Papel do Jornal*⁸⁹, de Alberto Dines, quando o autor analisa as transformações ocorridas na imprensa brasileira nos anos mais recentes. Ainda que utilize como ponto de partida de sua obra a definição de Alceu Amoroso Lima segundo a qual *o jornalismo é literatura sob pressão*, e faça da questão da objetividade da informação o contraponto de um jornalismo beletista, Dines restringe seu campo de análise às consequências que a especialização do conhecimento têm no jornal contemporâneo. Mas para o autor, no entanto, não obstante a estruturação funcional da grande imprensa consequente desse fato, "o processo da

⁸⁸ Nelson Werneck Sodré. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

⁸⁹ Alberto Dines. *O Papel do Jornal*. Rio de Janeiro, Artenova, 1974 (1ª edição).

comunicação e do jornalismo é eminentemente cultural", para concluir: "um veículo de comunicação, por mais próspero que procure ser, não é indústria nem empresa como as outras. Assim como a indústria cinematográfica (...) ou como a indústria editorial em todo o mundo, a sobrevivência do jornal, revista, emissora de rádio ou rede de TV só vai ser possível quando a sua estruturação destinar-se ao apoio, sistematização e **organização do talento**. E este possa dirigir-se, exclusivamente, ao preenchimento das finalidades sociais da instituição"⁹⁰. Ao afirmar isso, Alberto Dines aponta para o elemento central de toda a estruturação da empresa jornalística: o profissional da reportagem. A obra, no entanto, não chega a aprofundar essa linha de interpretação.

Embora não seja possível deixar de reconhecer que há uma estreita relação entre uma instância e outra da análise, a produção jornalística, enquanto discurso, pode ser vista de forma específica, a exemplo do que tem sido feito em estudos - como se disse - pontuais a respeito de suas características e contradições. É o que faz, por exemplo, Carlos Marcos Avighi em *Euclides da Cunha Jornalista*, tese de Doutorado apresentada à Universidade de São Paulo. Para Avighi, o trabalho do escritor em *Os Sertões*, originalmente produzido para *O Estado de S. Paulo* durante a Guerra de Canudos, revela esforço que está “nos limites da grande reportagem”⁹¹, embora tenha adquirido posteriormente a feição da obra que seria um dos marcos da literatura brasileira. A título de exemplo para que se esclareça a afirmação sobre a distinção entre uma e outra história, a do jornalismo e a da imprensa, a análise de Avighi sobre o trabalho de Euclides da Cunha na imprensa é específica sobre o discurso ideológico do escritor enquanto jornalista, diferindo da análise do papel que o jornal *O Estado de S. Paulo* tinha no conjunto da evolução técnica da imprensa brasileira, ou de suas características empresariais.

Esse enfoque permite compreender o nível de profundidade com que os jornalistas abordaram a realidade objeto de seu trabalho. No caso de Euclides da Cunha, paralelamente à cobertura feita sobre Canudos por outros jornais do país, o que se vê é a inter-relação que o escritor soube fazer entre a existência do arraial de Antonio Conselheiro e a natureza do sertão da Bahia, o comportamento do sertanejo e até mesmo a conjuntura internacional que podia ser associada ao conflito, elementos sobre os quais as matérias produzidas pelos correspondentes dos outros jornais passaram distante. Em certo momento de seu trabalho, Euclides da Cunha “entrava pelo sertão conflagrado (...). Conferia fontes e procurava investigar pessoalmente os fatos, a ponto de expor-se a perigos em lances de temeridade nascidos do entusiasmo em desvendar o ‘mistério’ e de conhecer o universo da caatinga(...). Durante toda a viagem estendia seus passeios pelos ermos, nos quais, decerto, circulariam grupos conselheiristas(...). Não se restringia, pois, à segurança da comitiva do ministro, onde, aliás, de nada ficaria sabendo para noticiar a seus leitores. Procura por si os fatos que

⁹⁰ Idem. Grifos nossos.

⁹¹ Carlos Marcos Avighi. *Euclides da Cunha Jornalista*. ECA/USP, 1987.

simultaneamente satisfizessem seus interesses intelectuais - e que futuramente constariam em *Os Sertões* - e constituíssem as notícias aguardadas pelos leitores”⁹². Percebe-se, assim, que o estudo sobre a produção jornalística permite compreender a extensão com que a realidade fica registrada nas páginas da imprensa, a sensibilidade com que os jornalistas a abordaram e o que esses profissionais, enquanto intelectuais, conseguiram apreender da dinâmica e da complexidade dessa realidade. É o caso de *Euclides da Cunha Jornalista* de Carlos Marcos Avighi.

Para Edvaldo Pereira Lima, que em sua obra diz oferecer “sinais para uma história da reportagem”, com exceção do trabalho de João do Rio nas primeiras três décadas deste século - “período de transformação carioca rumo à modernidade” -, nada há que indique a persistência dos traços deixados por Euclides da Cunha na imprensa brasileira. O autor de *Páginas Ampliadas* afirma que os textos de João do Rio deixaram marcas de um “pioneirismo inconfundível pela observação detalhada da realidade, pela coleta de informações, por meio de entrevistas a fontes”⁹³, ingredientes que formariam “os embriões dos elementos que constituiriam mais tarde as vigas de sustentação” do jornalismo que se faria no Brasil nos anos 60. Entre o início do século e o período posterior à II Guerra, no entanto, há um vazio deixado pela prática da reportagem. Quais as causas que respondem por ele?

A hipótese de que o papel que a literatura ficcional desempenhou nesse período tenha inibido a produção verticalizada do jornalismo brasileiro é plausível. Os anos 30-45 formam mesmo um momento de amadurecimento da geração modernista, quando as obras produzidas por ela militam no realismo crítico. É plausível também a hipótese de que o Estado Novo e a prática permanente e oficializada da censura tenham se constituído em outro fato inibidor da produção jornalística. Todavia, apesar da viabilidade dessas hipóteses, é preciso considerar um outro fator, este de ordem estrutural, que responde pela inexistência de um jornalismo de profundidade entre o início do século e o pós-guerra.

Na análise desse fator, deve-se levar em conta que o que ocorre com os exemplos citados - Euclides da Cunha e João do Rio -, são excepcionalidades. Euclides da Cunha não é um jornalista, embora tenha produzido material sobre Canudos que é visto como pioneiro da reportagem. A rigor, no entanto, o autor de *Os Sertões* olha o objeto de sua investigação com o olhar do naturalista, do investigador conduzido pela brutalidade do meio geográfico e pelas características da etnia. Produziu sua correspondência para um jornal, é certo; mas faltava-lhe o compromisso com a estrutura e com a vocação do órgão de informação. Sua genialidade é isolada e solitária. O mesmo ocorre com João do Rio, guardadas as proporções da individualidade e do meio. O jornalista carioca é certamente pioneiro na abordagem em profundidade das matérias que escreveu, mas deve ser visto como precursor e não

⁹² Idem. Citado por Edvaldo Pereira Lima. Op. Cit, pág. 163.

⁹³ Edvaldo Pereira Lima. Op. Cit, pág. 164.

chega a indicar uma tendência no período em que viveu. Falta-lhe também, como em Euclides, uma inserção na imprensa como instituição cultural. Tais reservas, ainda que não pretendam desconhecer o mérito de ambos os autores para as origens da narrativa jornalística verticalizada, servem para indicar que não está no início do século aquilo que pode ser definido como o nascimento da reportagem na imprensa brasileira. Se assim fosse, uma variedade abrangente de escritores que militaram na imprensa entre 1900 e os anos 30, pela qualidade do material que produziram enquanto escritores marcados pela influência do realismo social, deveria ser arrolada como precursora da grande-reportagem, ou precursora dos elementos de um jornalismo novo, marcado pela hibridéz entre a informação objetiva e convencional e a investigação. Dessa forma, portanto, não há uma linha de continuidade entre essa produção e a do pós-guerra porque é mesmo somente após a década de 40 que surgem as condições para a consolidação do jornalismo investigativo. É o momento em que a imprensa passa por duas ordens de mudanças que terão sensíveis desdobramentos em seu comportamento.

A primeira delas é a nova organização empresarial que adquire, até como resultado do desenvolvimento sócio-econômico da vida brasileira. A partir da II Guerra, as empresas se organizam "de acordo com padrões de eficiência operacional", passando a "adotar **critérios de qualificação profissional para compor seus quadros...**"⁹⁴. Essa transformação atende aos novos padrões de consumo dos centros urbanos em torno dos quais operam os meios de comunicação. A imprensa, a partir daí, estará modernamente vinculada à dinâmica cultural. Não se trata mais de uma produção artesanal de material informativo; sua concepção já se aproxima daquilo que viria a ser a Indústria Cultural nos anos posteriores.

A segunda ordem de mudança é a que diz respeito à qualificação técnica e à formação universitária do profissional de imprensa. Também nos anos 40, assiste-se no Brasil ao surgimento dos cursos superiores de jornalismo e, apesar dos desvios apontados pelos estudiosos na organização curricular desses cursos (a polêmica entre formação filosófica e formação técnica), que ainda persiste, o fato é que o profissional de imprensa saído desses cursos adquire embasamento acadêmico estruturado. O *novo jornalista* não será mais o profissional liberal autodidata com pendores literários que é *também* jornalista. Seu ofício agora é o de lidar com a informação de forma profissionalizada, ainda que sob uma concepção incipiente no período apontado.

A redação será então a forma orgânica que a empresa jornalística dá ao trabalho desses profissionais. Informar já não é uma operação isolada; sua concepção tem, a partir daí, um traço coletivo. O veículo de informação (seja revista ou jornal) produzido na década de 40 introduz a "organização de talentos" como define Alberto Dines⁹⁵. A reportagem na imprensa brasileira é fruto desse processo. Ela se destaca da produção literária ficcional porque é cotidiana e especializada; mas guarda dessa

⁹⁴ José Marques de Melo. *Poder, Universidade e Escolas de Comunicação*. In *Ideologia e Poder no Ensino de Comunicação*. São Paulo, Cortez e Moraes/Intercom, 1979. Grifos nossos.

⁹⁵ Op. Cit.

produção os traços do criticismo que - reitera-se - está na base da formação da intelectualidade brasileira. Ela também não é mais esporádica, no sentido de que o que se produz são exceções - como os exemplos de Euclides da Cunha e de João do Rio. Reportar, a partir dessas transformações, é uma atividade que exige técnica associada à investigação, sempre no marco das contradições vividas pelo jornalista enquanto intelectual. Evidentemente o objetivo aqui não é comprovar a hipótese de que a reportagem como gênero jornalístico só surge no Brasil nos anos 40. A argumentação desenvolvida pretende situar o momento em que a informação verticalizada ganha espaço na imprensa brasileira como trabalho jornalístico intermitente. Esse momento é o do aprofundamento das relações econômicas modernas e industriais que se consolidam no Brasil nessa etapa da chamada *Era Vargas*. A reportagem é filha de uma dupla face da modernização, a da sociedade e a da imprensa brasileira e reflete o duplo conflito que advém dessa nova etapa.

Modernizando-se, paralelamente à complexidade gradativa que adquirem as relações sociais no Brasil por conta do processo de industrialização, a imprensa adotou padrões técnicos de tratamento do noticiário que eram internacionais. O jornal passa a trabalhar com códigos que liquidam o *beletrismo* e introduzem elementos de objetividade ao qual o profissional terá de se submeter, sufocando parcialmente o exercício do aprofundamento investigativo. A contradição reside no fato de que, apesar desse *aggiornamento* da imprensa brasileira com o que se produz no resto do mundo (especialmente nos Estados Unidos), a realidade político-cultural do Brasil é uma realidade polarizada, fruto dos conflitos que os anos 40 e o progressivo isolamento do Estado Novo apresentavam. A imprensa será a caixa de ressonância dessa crise, e será no desenvolvimento e amadurecimento da reportagem que isso estará inscrito nos principais veículos de comunicação impressa do país.

Até que esse processo se consumasse nos anos 60, um tortuoso caminho foi percorrido pela imprensa brasileira, que passou por reformas gráficas e assistiu à implantação de normas de elaboração de textos que padronizavam seu produto final. Nenhuma dessas oscilações, no entanto, chegava a desestabilizar o grau de importância que as redações gradativamente adquiriam na medida em que a empresa de comunicação se profissionalizava. Como diz Alberto Dines, "a homogeneização e a universalização de um jornal são resultados diretos do consenso, do equilíbrio de funções dentro de uma equipe" e se seguiram ao "sistema dominante (...) do jornalista-proprietário da empresa" que predominou "até a década de 50". Nesse sentido, parece ter prevalecido nos órgãos de informação a idéia de que seu produto final é institucional. Acrescenta Dines: "o destino de um jornal não concerne apenas aos seus proprietários, mas à sociedade que representa. (...) a imprensa não é o instrumento arbitrário daqueles que nominalmente detém a posse dos veículos. Acima do número de ações (...), quem dirige o jornal tem compromissos com a opinião pública"⁹⁶, razão pela qual o corpo de jornalistas profissionalizados passa a desempenhar função decisiva na concepção das matérias, em detrimento da vontade exclusiva e unipessoal do empresário.

⁹⁶ Op. Cit, págs. 108 e 109.

O exemplo que serve à demonstração dessa situação vem justamente do momento em que a reportagem amplia seu espaço na imprensa dos anos 50 com a revista *O Cruzeiro*. Surgida em 1928, a revista de Assis Chateaubriand ampliou e diversificou seu quadro de profissionais durante a guerra. Alguns deles, praticamente *asilados* pelo empresário em consequência de sua militância anti-fascista, como foi o caso do austríaco Otto Maria Carpeaux. Por conta dessa renovação, a revista passaria por uma sensível mudança gráfica e de conteúdo, liderada pelo fotógrafo de *Paris-Match*, Jean Manzon, e por David Nasser.

Manzon, a quem a revista havia impressionado por sua baixa qualidade gráfica e jornalística, introduz "no Brasil um hábito da imprensa de reportagens européia: a dobradinha repórter-fotógrafo. Um só escrevia, o outro só se preocupava em fotografar". Pouco tempo depois, *O Cruzeiro* já produzia o primeiro resultado dessas inovações: a reportagem *Enfrentando os Chavantes* (sic), que ocupou 18 páginas da revista, "com fotos jamais vistas de selvagens atacando a flechadas e golpes de borduna, a poucos metros de distância, uma avião" onde estavam Manzon e Nasser sobre a serra do Roncador, na fronteira do Mato Grosso com o Pará, "em plena selva amazônica"⁹⁷. A reportagem tirou a revista do marasmo editorial em que se encontrava e o exemplar com a matéria sobre os Xavantes se esgotou rapidamente. "Para Antonio Callado, um dos pioneiros das viagens de brancos à Amazônia, 'aquela reportagem significou, no sentido cabal do termo, a descoberta do índio brasileiro'. Para *O Cruzeiro*, ali estava a marca registrada que a acompanharia pelo resto de sua existência - a de uma revista de grandes reportagens. E, para os milhares e milhares de leitores, nascia quase um *slogan* que eles se habituariam a aguardar com ansiedade, todas as semanas, pelos quinze anos seguintes: 'Texto de David Nasser, fotos de Jean Manzon'⁹⁸.

O período que antecede a queda de Getúlio Vargas, em 1945, assistiria à transformação da redação de *O Cruzeiro* numa reunião inusitada de profissionais que marcariam a imprensa brasileira, só se comparando à revista *Diretrizes*, editada na mesma época por Samuel Weiner. Nomes como Millor Fernandes, Nelson Rodrigues, Lúcio Cardoso, Rachel de Queiroz, Alex Viany, Franklin de Oliveira, Joel Silveira, Gilberto Freyre e José Lins do Rego, além de Manzon e Nasser, compunham a equipe que Chateaubriand juntou para produzir a revista, alguns deles - como se pode perceber - com formação política e ideológica bem diversa do proprietário dos Diários Associados. Em consequência dessa soma de talentos, a partir de 1944 a revista ingressou em seu período áureo de existência.

"Apenas três anos antes, era uma revista mixa, com cheiro de remédio de barata e que vendia onze mil exemplares por semana. Quando vendiam 11.500 faziam festa. Mas, então, Freddy Chateaubriand e Accioly Neto assumiram a redação e mudaram tudo. Promoveram uma reforma gráfica, modernizaram a paginação, **investiram na reportagem**, criaram novas seções e a circulação saltou para 150 mil exemplares - e

⁹⁷ Fernando Moraes. *Chatô. O Rei do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, págs 418 e seguintes.

⁹⁸ Idem, *ibidem*.

continuava crescendo. As estrelas da revista eram a dupla de reportagem David Nasser e Jean Manzon e as seções 'Sete Dias', de Franklin de Oliveira; 'O Pif-Paf', de Vão Gôgo, aliás Millor Fernandes; a crônica de Rachel de Queiroz; e 'O Amigo da Onça'...⁹⁹.

Para reunir esse grupo, Chateaubriand "recrutava" os profissionais entre o que a imprensa da época tinha de melhor, principalmente em veículos concorrentes, como foi o caso dos jornalistas que vinham da publicação de Samuel Weiner e do jornal de Roberto Marinho. No caso da revista *Diretrizes*, de Weiner, Joel Silveira foi assediado por Chateaubriand até que cedesse quando, em razão de uma matéria sua contra o Estado Novo, a publicação concorrente de *O Cruzeiro* foi fechada pela polícia. Joel conquistaria destaque durante a II Guerra com as matérias enviadas do *front* de batalha da FEB e se constituiria num dos nomes mais importantes da grande reportagem que se produzia então, mas era profissional afinado com idéias distantes de Chateaubriand, como de resto eram todos os que trabalhavam na publicação do Weiner¹⁰⁰.

A revista *Diretrizes*, na verdade, era concorrente de *O Cruzeiro* num duplo sentido. Disputava o público leitor e disputava os melhores profissionais do Rio de Janeiro. Embora fosse mais modesta do ponto de vista empresarial, a revista havia se constituído num semanário influente e se caracterizava como uma publicação que fugia - como *O Cruzeiro* estava fugindo - do servilismo dos órgãos que apoiavam a ditadura de Vargas incondicionalmente. Nessa linha, Weiner reuniu nomes como Otávio Malta, Jorge Amado, Alvaro Moreyra, Francisco de Assis Barbosa, Rubem Braga e o próprio Joel Silveira.

Surgida em 1938, *Diretrizes* nasceu para falar de política em plena implantação do Estado Novo. Mas surgiu determinada a abrigar os nomes da intelectualidade que resistiam a Vargas, "com todos os ingredientes para durar pouco. Mas durou bastante. Pelo menos, o suficiente para fazer história"¹⁰¹. O sucesso da revista, parcialmente devido ao clima de expectativa provocado pela guerra na Europa, foi intenso e suficientemente importante para que as correntes organizadas de oposição ao governo vissem nela uma "tribuna" de veiculação de plataformas políticas. Naquela conjuntura, era o PCB o partido que exercia sobre a conjugação de forças oposicionistas "um forte fascínio". Mesmo assim, *Diretrizes* conseguiu manter seu pluralismo, como conta seu editor:

"Certa vez, ainda em 1938, fui levado ao encontro de Oswaldo Costa, um dos mitos do PCB. Emocionei-me ao encontrá-lo num quarto escuro de um prédio no largo do Machado, no bairro do Catete. Ele folheou a revista, fez alguns elogios e recomendou-

⁹⁹ Ruy Castro. *O Anjo Pornográfico. A Vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, pág. 183. Grifos nossos.

¹⁰⁰ Joel Silveira. *Tempo de Contar*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1985. Ver também do mesmo autor e de Geneton Moraes Neto, *Hitler/Stalin. O Pacto Maldito*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1989.

¹⁰¹ Samuel Weiner. *Minha Razão de Viver. Memórias de um Repórter*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1987.

me que mantivesse a mesma linha que vinha seguindo. *Diretrizes*, segundo Oswaldo Costa, não deveria tornar-se porta-voz do PCB; o correto era defender a formação de uma frente política que unisse as forças democráticas...

"Esses vínculos com os comunistas, que tinham como corolário uma franca simpatia pela União Soviética, exerceriam um efeito paralisante sobre *Diretrizes* em agosto de 1939, quando Hitler e Stalin assinaram o célebre pacto de não-agressão entre alemães e russos. Para a redação, aquilo representou um desastre moral. Até então, adotávamos uma linha abertamente antinazista e antifascista. Com a assinatura do pacto, ficamos perplexos. Como sair daquele impasse? Reunimo-nos para debater a questão, mas não havia solução possível. Os comunistas, sempre disciplinados, tinham de apoiar o que Stalin decidira. Como eu era controlado pelos comunistas da redação, acabei concordando. Foi a fase mais difícil vivida por *Diretrizes*. Seis meses antes da ruptura do pacto pelos alemães em junho de 1941, dei meu grito de independência, ao mandar fazer uma série de reportagens sobre as possibilidades de a guerra envolver a Inglaterra, retomando a antiga linha francamente antinazista"¹⁰².

A revista, com tiragens que não ultrapassavam a casa dos cinco mil exemplares, consolidou sua imagem de publicação de grandes reportagens marcadamente políticas, algumas delas de forte repercussão entre os leitores, como a antológica "Grã-Finos em São Paulo", feita por Joel Silveira e que levou a três edições sucessivas em 1943. A matéria, que desvendava a vida mundana da elite paulistana, era resultado da observação direta do repórter, das impressões obtidas no contato pessoal com as fontes, de entrevistas. Ao final, um painel que apontava o contraste entre a frivolidade da aristocracia e o país.

"O Brasil está vivendo uma era de fartura - diz Joel em sua matéria. Uma fartura que, na verdade, não chega para todos. Mas chega para Fifi, para Lelé e para Mimi, orquídeas raras. De noite, quando se acendem as luzes de São Paulo, a cidade fica ainda mais imponente. Os anúncios luminosos rasgam o céu: são anúncios das melhores e mais poderosas coisas da América do Sul. Há centenas de indústrias em São Paulo. Cada anúncio luminoso, um anúncio alegre. Cada indústria pede centenas de motores, cada motor pede dezenas de operários. Dia e noite os operários manejam os motores. Os motores fazem dinheiro. Os olhos e o sorriso de Jerry se derramaram satisfeitos sobre Fifi, como se Fifi fosse uma criação de sua coluna mundana da *Folha da Manhã*. Amanhã ele escreverá: 'Na *boiserie* alta e clara de carvalho natural da sua sala de jantar, a senhora Stela Penteado Maurel sempre gostou de enfeitar as rendas cremes de sua toalha de mesa com o colorido quente de rosas cor-de-rubi..."¹⁰³.

Outras reportagens de *Diretrizes* marcaram sua época: sobre a presença do movimento nazista entre a colônia alemã do Rio Grande do Sul, sobre golpes financeiros surgidos com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, sobre a prospecção de petróleo na

¹⁰² Idem, pág. 54.

¹⁰³ Joel Silveira. *Tempo de Contar*, pág. 102.

Bahia, uma entrevista sensacionalista com o assassino de Euclides da Cunha, sobre o general Miguel Costa, que havia dividido com Luiz Carlos Prestes o comando da Coluna em 1926, e outras. Algumas dessas matérias colocaram a revista em confronto com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o órgão responsável pela censura durante o Estado Novo, mas mostravam que se fazia jornalismo de grandes reportagens no Brasil. "Entre abril de 1938 e julho de 1944 - conta Samuel Weiner -, ***Diretrizes* sustentou contra o DIP uma luta sem tréguas, apoiada pelo entusiasmo ideológico e pela capacidade intelectual de cada um de seus componentes. Essas virtudes compunham seu capital. Em 1944, a revista estava profissionalizada, mas devia sua sobrevivência à visão romântica que tínhamos do jornalismo.** Faltavam anunciantes, faltava capital, a venda em bancas não bastava para assegurar salários justos para os homens que faziam a revista e a dívida com a gráfica aumentava. Ainda assim, prosseguíamos"¹⁰⁴. O confronto com o DIP, no entanto, seria fatal para a revista que teve sua cota de papel suspensa pelo governo. Seu último número circulou em meados de 1944.

Guardadas as diferenças empresariais e políticas que distinguiram *O Cruzeiro* de *Diretrizes*, pode-se dizer que as duas revistas consolidaram a existência da grande-reportagem na imprensa brasileira. Embora se trate de exemplos suficientes para identificar a formação de uma *tradição* desse gênero de jornalismo na imprensa brasileira, deve-se destacar que também os jornais diários estiveram abertos à sua influência. Periódicos como *O Jornal*, *Diário Carioca*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, publicavam sucessivamente matérias investigativas, não necessariamente denúncias, sobre assuntos momentâneos que polarizavam a opinião pública. A mescla dessas reportagens e seu tom sensacionalista, em vários casos, formaram o cotidiano dos grandes centros urbanos do país, envolvendo o leitor de extração média e consolidando, na imprensa, um padrão de informação marcado por essas duas vertentes já apontadas: o profissionalismo do ofício de reportar e as demandas culturais que formavam o universo simbólico do público. Trata-se da confluência de duas linhas de análise fundamentais.

De outro lado, o quadro político brasileiro no pós-guerra só fez aprofundar os rumos dessa forma de jornalismo: a exacerbação do fenômeno populista, as questões nacionalistas, as eleições, o crescimento da participação das massas urbanas na polarização que se intensificava, são elementos que deram aos órgãos de comunicação impressa um papel desatacadado. E nesse conjunto, a simples objetividade da informação se revelava carente de recursos para que a imprensa pudesse acompanhar o *ritmo* da vida nacional. A prática do profissional de imprensa dos anos 60 trará consigo essa perspectiva. São elementos que se acredita suficientes para explicar o surgimento da revista *Realidade*.

A revista da Editora Abril, lançada em 1966, tem ocupado esporadicamente a atenção de estudos acadêmicos na área da Comunicação Social. *Realidade* é sempre vista como um marco na história da imprensa brasileira e suas características são apontadas

¹⁰⁴ Op. Cit, pág. 67. Grifos nossos.

como tendências que deixaram um traço de qualidade que a produção jornalística não chegaria a repetir depois que a revista deixou de existir. Três desses estudos, de importância fundamental, serão analisados aqui.

O primeiro é o de Bernardo Kucinski, já citado.¹⁰⁵ O autor apresentou-o originalmente como tese de Doutorado na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e seu objetivo principal foi construir uma história da imprensa alternativa no Brasil, delineando principalmente seu contorno político. Os marcos culturais que cercam o surgimento e o desenvolvimento da imprensa em meados dos anos 60 são vistos por Kucinski como apêndice das lutas e plataformas organizadas pelas forças de esquerda que atuavam no período. Na fundamentação de sua análise, o autor credita à revista *Realidade* a responsabilidade de ter sido uma das publicações que, por sua natureza e concepção, esteve na origem da imprensa que nos anos 70 foi a portadora de um estilo de resistência à ditadura militar.

Em seu estudo, Kucinski afirma que duas das vertentes (duas "linhagens", uma existencial, outra política) que formaram as bases da imprensa alternativa vieram de *Realidade*. Segundo Kucinski, a revista da Abril surgiu "em plena revolução da sexualidade e introdução da pílula anticoncepcional", e se tornou um êxito editorial "com um jornalismo baseado na reportagem social, na discussão crítica da moral e dos costumes, mostrando um Brasil real, em profundas transformações. Era também um jornalismo com ambições estéticas, inspirado no *new-journalism* norte-americano, numa técnica narrativa baseada na vivência direta do jornalista com a realidade que se propunha a retratar"¹⁰⁶.

A revista, no entanto, tinha outras características, entre elas - e de importância fundamental para que concretizasse como projeto avançado da imprensa brasileira -, a de funcionar com uma redação que gozava de grande autonomia na orientação de cada número que ia às bancas, embora pertencesse a grupo editorial cujas relações com o poder do Estado autoritário e com o capital estrangeiro vinham sendo denunciadas à época do lançamento da revista¹⁰⁷. Apesar disso, no entanto, os principais profissionais da publicação eram militantes de esquerda e discutiam com a direção da Abril, "impondo seus pontos de vista", diz Kucinski, acrescentando as palavras de Nilson Monteiro: "O grupo todo tinha a mesma posição editorial, as reuniões em que se definiam os rumos da revista tinham um espírito democrático e uma grande

¹⁰⁵ Bernardo Kucinski. *Jornalistas e Revolucionários. Nos Tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo, Scritta Editorial, 1991.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Kucinski não se preocupa em analisar esse aspecto do problema. O fato, no entanto, é que em 1966 a Editora Abril, juntamente com o *Globo*, vinha sendo apontada como uma empresa associada a interesses internacionais. A publicação *Brasil Semanal*, em fevereiro de 1966, denunciou que o representante do *The Reader's Digest* havia mantido entendimentos com Victor Civita ("ex-funcionário de *Time-Life*") para o lançamento da revista *Panorama*, "de atualidades e grande público, no estilo de *Life*. (...) O lançamento não se efetivou porque havia, com sede em Curitiba, uma revista com o mesmo título..." (Nelson Werneck Sodré. Op. Cit, pág. 503). O título *Realidade* teria sido o escolhido para substituir a idéia de *Panorama*.

preocupação política, não no sentido partidário, mas no sentido das palavras que empolgavam a juventude da época, debate e democracia"¹⁰⁸. Apesar do depoimento de Nilson Monteiro, para Kucinski, como se verá adiante, era o sentido partidário que determinava a participação dos jornalistas na produção da publicação.

Pelo caráter da revista e pelo sucesso editorial em que rapidamente se transformou, *Realidade* era mesmo estragética para as organizações políticas nas quais vários de seus profissionais militavam e a orientação de transformá-la em "área de concentração" de uma parte dessa militância contribuía para o empenho em dar à redação um aspecto "orgânico". Por outro lado, *Realidade* herdou o clima de dispersão que tomou conta de vários profissionais de imprensa que trabalhavam em publicações variadas que desapareceram antes e depois do golpe militar de 1964.

Kucinski cita exemplos concretos para fundamentar sua afirmação. O primeiro foi o fechamento, em 1962, da revista *Anhembi*, dirigida por Paulo Duarte, uma publicação mensal de cultura que não pode ser definida como um órgão de informação jornalística, razão pela qual o autor de *Jornalistas e Revolucionários* se equivoca em dar a ela o papel que acredita ter desempenhado no surgimento de *Realidade*. O segundo exemplo é mais razoável: o declínio, também a partir de 1962, da revista *Senhor*, um projeto jornalístico que revolucionou a edição de revistas nacionais. Diz Kucinski: "*Senhor* contou com um projeto gráfico vanguardista de Carlos Scliar e teve editores de categoria como Newton Rodrigues, Luiz Lobo e Paulo Francis. (...) Ao seu padrão gráfico superior, somavam-se originais de escritores nacionais e elementos da contracultura americana e européia. Ali se reuniram, durante seu apogeu, alguns dos futuros protagonistas d'o *Pasquim*, entre os quais Ivan Lessa, Millôr Fernandes, Jaguar e Paulo Francis"¹⁰⁹. Outros exemplos são citados pelo autor. Depois da ruptura constitucional de 1964, edições como os *Cadernos do Povo Brasileiro* e revistas como *Estudos Sociais* e *Brasiliense* tiveram sua existência inviabilizada.

Para Kucinski a esse quadro de desarticulação veio se somar o clima de estreitamento do trabalho jornalístico que se seguiu ao golpe de 1964. Deixaram de existir jornais de partidos, de organizações da sociedade civil, jornais estudantis. O desaparecimento desses órgãos foi motivado menos pela repressão movida diretamente contra eles do que pelo clima de verdadeiro desbaratamento das lideranças que os articulavam e produziam. "Todos os veículos do campo popular, a maioria defensores das *reformas de base*, fecharam. Muitos de seus editores tiveram que se exilar (...). E também na grande imprensa o clima de dispersão atingia nomes importantes para o jornalismo e mesmo alguns jornais, como foi o caso de *Última Hora*, de Samuel Weiner.

¹⁰⁸ Citado por Kucinski. Op. Cit, pág. 6.

¹⁰⁹ Op. Cit, págs 8 e 9.

"Também foram extintos de imediato o influente *O Semanário*, de orientação nacionalista, inspirado pela ideologia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e *Brasil Urgente*... Entre os editores de *Brasil Urgente* estava Roberto Freire, a principal influência espiritual do grupo da revista *Realidade* e futuro editor de *Bondinho*"¹¹⁰.

Nem por isso, no entanto, essa conjuntura chegou a aniquilar a existência de um jornalismo crítico que resistia ao clima de autoritarismo implantado no país. Pela via do humor, da mordacidade, do anti-convencionalismo e até mesmo em razão dos espaços que eram deixados pelas indefinições de um regime militar que não se assumia como ditadura e que fazia concessões às liberdades defendidas pelas elites civis, várias iniciativas, tomadas ainda na época dos governos populistas, conseguiram atravessar o golpe e chegavam ao presente intocadas e com ânimo redobrado. Outras manifestações da imprensa já denunciavam o isolamento em que o regime militar iria progressivamente se envolvendo. Kucinski cita o *Correio da Manhã* e a revista *Pif-Paf*, fundada em 1963, como manifestação desse processo. Sobre essas publicações, diz o autor de *Jornalistas e Revolucionários*:

“O grotesco dos primeiros dias do golpe militar desencadeou nos humoristas cariocas uma fúria criativa que não encontrava espaço suficiente no *Correio da Manhã*, único jornal da grande imprensa a condenar o autoritarismo e as violações dos direitos humanos. Ao mesmo tempo nascia *Pif-Paf*, planejado por Millôr Fernandes um pouco antes do golpe, mas que passou a circular como primeiro jornal alternativo, menos de dois meses após, no dia 21 de maio. Sua repercussão foi fulminante, juntando-se à do próprio *Correio da Manhã*, como primeiros sinais de reação do campo derrotado e da sociedade civil”¹¹¹.

Seja pela dinâmica do próprio movimento social brasileiro, seja pelo papel que as forças de esquerda passavam a desempenhar na aglutinação da oposição já crescente ao regime militar, essa reação se estendeu à imprensa como um rastilho. Kuncinski afirma que além do *Correio da Manhã*, que centralizava na grande imprensa as denúncias contra o regime, "foi lançado o semanário *Reunião*, de Ênio Silveira (que também lançou nessa linha a *Revista Civilização Brasileira*). No mês seguinte (novembro), um grupo de economistas e jornalistas ligados ao PC criou *Carta Econômica Brasileira*, boletim mensal especializado, dirigido por Roberto Saturnino Braga, de linha discreta mas firmemente anti-governamental". Em Belo Horizonte, a revista *Alterosas*, de Roberto Drummond, reunia boa parte da geração de jornalistas mineiros que emigrariam para *Realidade*. Era o momento em que o regime militar endurecia com o AI-2, a decretação do estado de sítio, a cassação de outras lideranças políticas, a dissolução dos partidos legais existentes, conjuntura de agravamento da recessão econômica e de reformulação profunda das relações de trabalho com o fim da estabilidade e a criação do FGTS. *Carta Econômica* deixa de circular; mas surgem

¹¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹¹ Idem, págs. 13 e 14.

Folha da Semana, também articulada pelo PC no Rio de Janeiro e com a presença de nomes do *Correio da Manhã* e de intelectuais que buscam reorganizar a esquerda de atuação semi-legal¹¹².

Para Bernardo Kucinski estava em São Paulo, no entanto, o núcleo de jornalistas que iria fornecer um dos eixos de profissionais que alimentaram o projeto de *Realidade*. O autor localiza duas fontes que deram origem a esse fato. Em primeiro lugar está a disseminação, pela primeira vez na história recente da imprensa brasileira, de jornais que já podem ser caracterizados como alternativos, especialmente o *Amanhã*, “apoiado por uma frente de partidos de esquerda que controlavam o Grêmio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. No *Amanhã* constituiu-se o núcleo dirigente que, sob a liderança de Raimundo Rodrigues Pereira, viria a fundar vários dos mais importantes jornais alternativos, dos quais, por sua vez, surgiram outros jornais e grupos dissidentes. E foi em *Amanhã* que se criou o mecanismo de *frente jornalística*, pelo qual vários partidos de esquerda, mantendo seus jornais clandestinos ou de partido, unem-se na sustentação de um jornal, produzido sob padrões técnicos de mercado, voltado não só aos seus militantes, mas também a um público externo e distribuído nacionalmente”¹¹³.

A segunda fonte diz respeito à hegemonia absoluta que o ideário político de oposição ao regime militar e de feição marcadamente socialista tinha entre os jornalistas que militavam nessa imprensa, sempre segundo o autor. Divididos entre as várias facções que disputavam a liderança dos segmentos médios da sociedade civil, especialmente os estudantes universitários, a imprensa alternativa que surge daí viverá ao sabor de divergências que se dão fora dela, isto é, divergências partidárias, rachas, dissidências. O núcleo irradiador dessa conjuntura política, que encontra na Rua Maria Antonia o espaço privilegiado de sua existência, era o próprio Grêmio da Filosofia da USP, uma espécie de território livre da oposição onde as teses anti-imperialistas e a discussão das formas de ação política pós-64 são intensamente discutidas.

A tese de Kucinski comprova que o jornal *Amanhã* integrou esse processo de radicalização, embora obedecesse a um projeto gráfico sofisticado - para os padrões tradicionais da imprensa estudantil da época - e a um projeto político que vinha com a chancela do PCB e com o talento jornalístico de Raimundo Pereira. Não se tratava, portanto, de uma publicação concebida de forma improvisada. Ao contrário, *Amanhã*, embora carregasse a mítica do ativismo político estudantil destinado à articulação da classe operária, era produzido “sob clara influência do estilo do *Jornal da Tarde*”, também surgido em 1966. Nas reportagens que publicou, com temática predominantemente vinculada às novas regras que o governo criava para os trabalhadores, “foi decisiva (...) a colaboração de Antonio Félix Nunes, redator sindical de *Notícias Populares...*”. Além disso, o jornal mantinha “seções de esporte, cultura, notas internacionais e uma seção de popularização da ciência, baseada em

¹¹² Idem, pág. 20.

¹¹³ Idem, pág. 24.

reportagens. Do Rio de Janeiro, foi assegurada a colaboração regular de Otto Maria Carpeaux (...), Nelson Werneck Sodré, Jaguar e Fortuna.”¹¹⁴. Surgido em 1967, o jornal desapareceu quando se tornou inviável a manutenção da *frente jornalística* que garantia sua existência. Sua base de sustentação era política e não material; assim, as fissuras permanentes entre os grupos de esquerda punham em cheque seu projeto, na mesma medida em que se ampliava no movimento estudantil a variedade de perspectivas radicais na luta contra o regime militar.

Amanhã foi substituído, no início de 1968, pelo *Grêmio Informa*, que herdava nomes e estilo da antiga publicação. É nesse novo jornal, agora dirigido apenas aos estudantes, que Paulo Patarra, então editor de *Realidade*, vai buscar a participação de Raimundo Pereira na revista da Abril. Pereira surge na obra de Kucinski como um nome que faz uma verdadeira ponte entre a imprensa alternativa e militante da época e grandes órgãos de informação, como a *Folha da Tarde*, onde produziu esporadicamente com outros jornalistas egressos do *Amanhã*, e a própria *Realidade*. Na revista da Abril, segundo o autor de *Jornalistas e Revolucionários*, Raimundo Pereira irá produzir reportagens sob a orientação de dirigentes políticos da Ação Popular.

O trabalho de Bernardo Kucinski é fundamental para que se entenda a dinâmica da produção jornalística do período estudado. Tanto através das publicações que o autor analisa como através da trajetória de alguns nomes de destaque nessa produção, é possível perceber a existência de um núcleo de concepção informativa que guarda coerência com a conjuntura político-cultural do período. Na visão do autor, nasce em meados dos anos 60 uma noção de atividade política que tem na produção impressa um universo de existência próprio e que ganha prioridade para os profissionais que se engajaram na execução dos projetos jornalísticos : “... o impulso decisivo da empreitada alternativa não foi o político, e sim o jornalístico”, diz Kucinski¹¹⁵. No imaginário político das classes médias intelectualizadas que formavam a base do público leitor dessas publicações, o discurso de denúncia e de oposição ao regime, algumas vezes mais radical, outras vezes menos, formava um *mercado* que a imprensa convencional não conseguia ignorar. Daí porque, experiências alternativas se confundiam com experiências da chamada grande imprensa. *Realidade* é um exemplo disso, como são exemplos outros órgãos citados por Kucinski - *Correio da Manhã*, *Zero Hora*, *Fatos & Fotos*, *Jornal da Tarde*, *Folha da Tarde*.

Há, no entanto, uma contradição não suficientemente esclarecida deixada pela análise de Kucinski. Embora afirme que nos jornais e publicações do período havia uma precedência do jornalístico sobre o político, isso não transparece ao longo da tese. Os exemplos citados pelo autor dão conta do inverso, como se a produção jornalística fosse obra da articulação das forças de esquerda que conduziam os movimentos de oposição ao regime. O surgimento dos jornais e o movimento migratório de profissionais da imprensa entre as várias publicações parecem constituir um traçado

¹¹⁴ Idem, pág. 29.

¹¹⁵ Idem, pág. 38.

que se localiza fora do jornalismo, como se a necessidade de dar respostas ao conflito político-social que o país vivia na época fosse passível de ser apontada exclusiva ou hegemonicamente de uma perspectiva programática e organizada. Acredita-se que foi exatamente o inverso o que ocorreu: os elementos da conjuntura político-cultural é que arregimentavam os profissionais da imprensa e as próprias estruturas partidárias semi-legais que atuavam no período estudado. Nesse sentido, a produção jornalística dos órgãos de informação surgidos na época será antes fruto da inserção do *repórter* na linha de conduta que os vários segmentos urbanos, especialmente os setores médios intelectualizados, nutriam em relação à realidade vivida pelo país. Inconformismo, realismo crítico, formulação de utopias, engajamento político, anti-autoritarismo e anti-convencionalismo eram elementos presentes nesse caldo de cultura, tornavam-se indissociáveis da produção intelectual e alimentavam o caráter *orgânico partidário* que se procurou dar à sua existência. A rigor, trata-se de reverter a análise do autor de *Jornalistas e Revolucionários*: a aparência que as organizações políticas semi-legais de meados dos anos 60 davam à militância intelectual ocultava a essência de seu engajamento que era fruto do próprio desenvolvimento do jornalismo.

Nessa medida, a produção da revista, no marco das características apontadas acima, colocou em evidência a inserção dos jornalistas no âmbito do *movimento* cultural que resultava dessa conjuntura. Embora a compreensão desse *movimento* deva necessariamente passar pelo entendimento do quadro político brasileiro, a área de elaboração discursiva da revista desfrutou de um elevado grau de independência frente ao quadro partidário existente. Refuta-se, assim, a noção de que a redação e o resultado de sua dinâmica interna (pauta, títulos, fotos, matérias finais) pudessem ser instrumentalizados, embora a militância de vários de seus membros traduzisse concepções geradas *fora* do campo de produção da revista. A julgar pelos estudos já realizados com *Realidade*, ainda que não tenha sido esse seu objetivo, a redação da revista, pela natureza de seu projeto e pelas especificidades que serão apontadas, constituía-se num ente institucionalizado autônomo, que se legitimava como orgânico em face da relação estreita que guardava com o *social*. A abrangência da postura militante de seus repórteres foi, dessa forma, mais ampla que o imaginário programático dos grupos políticos existentes no período estudado, e aos quais eventualmente esses profissionais pertenciam.

Essa linha de análise encontra respaldo no trabalho, também já citado, de Edvaldo Pereira Lima¹¹⁶. Trata-se de outra tese de Doutorado apresentada à ECA/USP cujo objetivo foi o de analisar as condições de produção da reportagem fora dos órgãos convencionais de informação, especificamente o livro-reportagem. Para chegar a isso, o autor percorreu o caminho da definição dos gêneros e características da produção jornalística, classificando-os e detalhando-os de acordo com a produção cultural em geral. Dessa forma, quando se aproxima da análise da produção brasileira nesse setor, era inevitável que Edvaldo Pereira Lima discorresse sobre a convergência dos elementos produtores das formas de reportar com as experiências havidas na imprensa

¹¹⁶ *Páginas Ampliadas. O Livro-Reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993.

brasileira, aspectos já utilizados neste trabalho quando da análise da conjuntura político-cultural.

É nessa linha de interpretação que o autor de *Páginas Ampliadas* explica o surgimento de *Realidade*, considerada por ele como a “mais significativa experiência estilística” vivida pelo jornalismo impresso brasileiro¹¹⁷. A revista era o resultado da intensa atividade cultural vivida pelo país no período pós-64, “um inédito intervalo de liberdades democráticas” que “formam um ambiente estimulador para a experimentação e a renovação”¹¹⁸. Em 1965, a Editora Abril já havia entrado no mercado de revistas especializadas, mas nada havia feito no campo das publicações de informação geral: um setor praticamente dominado pelas revistas dirigidas ao grande público urbano e tratado de forma indiferenciada, como eram os casos de *O Cruzeiro*, *Manchete* e *Fatos & Fotos*. Havia, assim, espaço mercadológico para uma nova publicação; e havia também espaço para uma concepção intelectualmente mais refinada de uma revista mensal que pretendia ampliar o nível do trabalho que os grandes nomes da reportagem produziam nas publicações então existentes.

O número experimental da nova revista surgiu em novembro de 1965, com “apenas cinco mil exemplares”. O primeiro número surge em abril do ano seguinte, com mais de 250 mil exemplares e se esgota em três dias. A partir daí, a ascensão da revista foi fulminante, surpreendendo seus próprios editores. Em fevereiro de 1967, quase um ano após seu lançamento, *Realidade* chegava a uma tiragem de mais de 500 mil exemplares¹¹⁹. O que explica o sucesso da revista? Para Edvaldo Pereira Lima, era “sua feliz proposta editorial, que se casa com as condições do mercado de revistas”¹²⁰.

“As grandes publicações de informação geral no Brasil dessa época são *O Cruzeiro* e *Manchete*”, diz o autor. “Mas a primeira perde fôlego, parece não conseguir reciclar sua fórmula, que se esgota, depois de tanto sucesso. Há problemas com os *Diários Associados*, império editorial criado por Assis Chateaubriand, proprietário da revista *O Cruzeiro Internacional*, que tenta penetrar no mercado hispano-americano, e sua concorrente *Life Internacional*, com derrota para a brasileira. Tudo isso, visto sistemicamente, é provável que tenha contribuído para a perda de forças de *O Cruzeiro*. *Manchete*, por sua vez, é mais uma publicação com ênfase nos recursos ilustrativos do que no texto de profundidade, **deixando insatisfeito o novo público que passa a despontar no cenário brasileiro: a classe média urbana em formação,**

117 Idem, pág. 167.

118 Idem, ibidem.

119 Os dados das tiragens crescentes de *Realidade* foram analisados em matéria que o editor da revista, Paulo Patarra, escreveu no número de março de 1967 intitulada *A História das Doze Capas*. Citado por Edvaldo Pereira Lima, Op. Cit, págs. 167 e 168.

120 Idem, ibidem.

constituída principalmente de jovens de nível escolar superior ou pelo menos equivalente ao segundo grau de hoje¹²¹.

O golpe de 64 não conteve a renovação generalizada que havia tomado conta do país nos anos anteriores. Esse impulso remontava ao período de JK, à simbologia de Brasília, à industrialização, à mítica da interiorização do desenvolvimento econômico e às novas formas de expressão artística que se espalhavam pela música, pelo cinema. O autor inclui nesse conjunto as manifestações da Bossa Nova, do Cinema Novo, da MPB, do tropicalismo e, “menos sofisticadamente, na Jovem Guarda de Roberto Carlos”¹²². Até mesmo o quadro internacional dá influência para esses tempos de renovação: hippies, liberação sexual, guerra-fria, pacifismo, sensorialidade. Segundo Edvaldo Pereira Lima, “a nova audiência em constituição no Brasil queria compreender o país em mudança, os novos tempos, o planeta”¹²³.

A proposta editorial de *Realidade* vinha responder às expectativas geradas por essa conjuntura cultural: uma proposta marcada, a um só tempo, pela horizontalidade e pela verticalidade, no sentido de que situava o leitor no âmbito universal dos problemas de seu tempo, mas não o fazia de forma acanhada ou apenas plástica; fazia isso desnudando a crise do contemporâneo. A revista procurava dar ao público a dimensão essencial de suas indagações através de uma extraordinária variedade temática, como se verá. Mas numa pauta nada aleatória, muito menos um universo de situações que não guardavam relação entre si, como se analisa adiante.

Quais as fontes dessa experiência jornalística? Uma delas foi certamente a conjuntura político-cultural do período do surgimento da revista e de seus três primeiros anos de existência. Outra dessas fontes é a que diz respeito ao código discursivo inovador de que os profissionais da revista lançaram mão para produzir suas matérias, tenha ou não esse código sido influenciado pelo *new journalism*, isto é, as indicações aparentemente *técnicas* de elaboração da reportagem procedentes do jornalismo norte-americano.

Nesse sentido, confirma-se a tese do autor de *Páginas Ampliadas*: descomprometida com a premência do tempo, já que era uma revista mensal, *Realidade* permitia ao repórter bater “na mesma tecla do realismo social”, confundindo sua experiência pessoal com a temática que estava reportando, “para captar pelo cérebro e pelas entranhas, pela emoção e pela razão”. Essa prática transferia-se para o produto textual que rompia gradativamente com os padrões do jornalismo convencional. Ao final, a revista encontrava “uma expressão literária própria, ajustada ao relato do real que, se não fazia avançar a técnica literária - de ficção ou de factualidade - para rumos

121 Idem, *ibidem*. Grifos nossos.

122 Idem, *ibidem*.

123 Idem, *ibidem*.

completamente novos, adaptava às suas necessidades o arsenal de artifícios correntes naquele momento histórico”¹²⁴.

Esse conjunto de características, no entanto, não chegava a se transformar num padrão. A regra era a do estilo pessoal e a da “experimentação estética” e sensorial. Nessa medida, o texto haveria de ser o literário com as possibilidades que ele permite; o texto que guarda a força expressiva da vivência. Mesclam-se pontos de vista, imagens, sequências; as reportagens formam um caleidoscópio que dá às matérias elementos de vínculo com o sensorial do leitor. A esse quadro se integrava a imagem fotográfica, que não é aqui um mero acessório do texto - como em *O Cruzeiro*, *Manchete e Fatos e Fotos* -, mas sua expressão visual, integrado a ele.

O último dos estudos acadêmicos que também aborda a revista *Realidade*, é a tese de Doutorado da Profa. Terezinha Fátima Tagé Dias Fernandes apresentado à ECA/USP em 1988 sob o título *Jorge Andrade, Repórter Asmodeu (Leitura do discurso jornalístico do Autor na Revista "Realidade")*¹²⁵. A tese, diferentemente das duas obras analisadas anteriormente, tem como objeto a análise específica dos textos produzidos para a revista pelo dramaturgo e escritor Jorge Andrade no período 1969-1973, momento portanto posterior àquele que está sendo analisado neste livro. Na verdade, os textos de que trata a tese em questão foram publicados quando *Realidade* já vivia - como de resto toda a sociedade brasileira - sob o impacto da hipertrofia que o Estado brasileiro havia adquirido após a edição do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968.

A produção de Jorge Andrade se dá, portanto, em condições adversas ao exercício pleno da liberdade de imprensa. E a autora inicia sua análise delimitando essas condições, referindo-se à fase de crise em que o material do escritor foi produzido. Ao elaborar suas reportagens, "o autor assume uma postura crítica diante do fazer jornalístico, por ele próprio definida, ao comparar o repórter moderno à figura de Asmodeu, príncipe dos demônios, na demonologia judaica. Sua característica principal era a de dar a quem o acompanhasse o dom de 'espionar' o lado oculto no interior das pessoas, dos fatos e da sociedade. O repórter cumpre a sua função social como um '... farejador de fatos, Asmodeu moderno que espia dentro dos outros, descobre, no menor sinal, o rumo dos acontecimentos..."¹²⁶. É no âmbito dessas características da concepção de Jorge Andrade sobre o jornalismo, que metaforiza o papel do repórter (e a metáfora será uma presença constante na vida cultural brasileira depois de 1968), e nos marcos do autoritarismo que se instala no país, que a autora desenvolveu seu trabalho.

¹²⁴ Op. Cit , pág. 172.

¹²⁵ Terezinha F.T.D. Fernandes. *Jorge Andrade, Repórter Asmodeu (Leitura do discurso jornalístico do Autor na Revista "Realidade")*. Tese de Doutorado. São Paulo, ECA/USP, 1988.

¹²⁶ Terezinha Fernandes. Op. Cit, pág.2.

No entanto, até que pudesse *ler* a produção de Jorge Andrade, Terezinha Fernandes indaga sobre a natureza da revista *Realidade*, na busca de um momento da "evolução das formas de discurso jornalístico no Brasil, em sua relação com o momento histórico no qual surgiram"¹²⁷. Nesse percurso, a autora se depara com o projeto original da publicação: "a revista dos homens e das mulheres inteligentes que querem saber mais a respeito de tudo", como disse Victor Civita na apresentação do primeiro número de *Realidade*¹²⁸. A concepção do empresário, no entanto, assumia compromissos com o jornalismo que seria produzido: "Pretendemos informar, divertir, estimular e servir a nossos leitores. Com seriedade, honestidade e entusiasmo. Queremos comunicar a nossa fé inabalável no Brasil e no seu povo, **na liberdade do ser humano, no impulso renovador que hoje varre o País** e nas realizações da livre iniciativa"¹²⁹.

Para a autora de *Jorge Andrade...*, a revista cumpriu os objetivos genéricos delineados por Civita, mas já em outubro de 1968, sua equipe começa a enfrentar as primeiras dificuldades que prenunciam o clima de agravamento institucional, como testemunha Paulo Patarra citado por Terezinha Fernandes:

"Era pressão por todo lado, os companheiros queriam decidir como antes sobre as matérias, mas a direção temia represálias governamentais e passou a censurar cada vez mais os textos e os temas escolhidos para cada edição. Assim a equipe exigia, por meu intermédio, liberdade de expressão e a empresa intermediava (...)"¹³⁰.

A revista continuaria a abordar temas importantes, mesmo depois do estabelecimento da censura, mas esses temas "já não tinham conexão imediata com a realidade brasileira. Citavam-se os fatos, mas não os fatos mais atuais, numa solução de emergência, o que criava um certo constrangimento entre os profissionais"¹³¹.

Todavia, Terezinha Fernandes identifica uma causa estrutural, para além da conjuntura política desfavorável, que passou a inviabilizar *Realidade*. Segundo a autora, "a imprensa estava em fase de mudança não só em decorrência das pressões da censura, mas em relação à necessidade de encontrar modelos de revistas e veículos de reportagem mais adequados às transformações sociais ocorridas no mundo e no país.

"A revista de interesse geral, a respeito de **tudo** não funcionava mais. Havia uma preferência do público pelo fragmento, pelo interesse específico. A televisão resumia tudo e impunha velocidade nas informações e a aceitação maior da imagem, da

¹²⁷ Idem, *ibidem*.

¹²⁸ Citado por Terezinha Fernandes. Op. Cit, pág. 18.

¹²⁹ Idem, *ibidem*. Grifos nossos.

¹³⁰ Idem, pág. 19.

¹³¹ Bernardo Kucinski, citado por Terezinha Fernandes. Idem, *ibidem*.

recepção imediata. Neste caso, roubava o público, principalmente de revistas ilustradas, como 'Realidade'¹³².

Essa causa estrutural apontada pela autora é confirmada pelas propostas editoriais da Abril já em 1968. Quando Vitor Civita apresentou ao público o primeiro número de *Veja* (setembro), a justificativa para o lançamento da nova revista vinha embasada na idéia de que "o Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva, a fim de escolher rumos novos"¹³³. Essa avaliação era acompanhada, pela Editora Abril, de uma análise mercadológica das dificuldades enfrentadas pelas revistas. Roberto Civita, responsável na editora por *Realidade*, acreditava que as revistas ilustradas (*Life*, por exemplo), tinham seus dias contados, e só poderiam ser substituídas por revistas de informação. As causas dessa crise eram profundas: "a gente via o que estava acontecendo. A TV tinha audiências cada vez maiores, com apenas o preço de uma tomada na parede. Nós tínhamos de gastar papel, tinta, máquinas. Do ponto de vista publicitário, nosso custo por leitor nunca poderia bater a televisão. Quanto à fotografia, como poderíamos mostrar melhor amanhã as imagens que a TV mostrou ontem?"¹³⁴. O definhamento de *Realidade* era, portanto, uma questão de tempo. No caso específico da vida política brasileira, a situação da revista se agravava com o Estado autoritário, mas a necessidade de ser substituída já havia sido detectada, não porque fosse possível compará-la com uma revista *ilustrada*, mas porque sua proposta editorial esbarrava na dinâmica acelerada dos meios de comunicação eletrônicos que chegavam para ficar.

A análise de Terezinha Fernandes serve para demonstrar não só as características de *Realidade* no período analisado neste livro; serve também para que, através do confronto entre essas características e o período posterior ao final de 1968, se possa estabelecer as dificuldades encontradas pelo jornalista para manter a fidelidade ao projeto original da revista. Embora o objeto da tese sobre Jorge Andrade não seja o de discutir as marcas editoriais da primeira fase da revista, a autora deixa claro que a possibilidade de se produzir um "jornalismo de texto" permitia ao repórter operar com um nível de criatividade diferente dos modelos padronizados do jornalismo. Reside na incompatibilidade entre essa abertura e a institucionalização das restrições à liberdade de imprensa o início do processo de decadência da revista.

Até que esse quadro se definisse, cabe perguntar se *Realidade* era uma experiência isolada em sua época de ouro. Como revista de informação é possível afirmar que sim. Os termos de comparação mais citados (*O Cruzeiro*, *Manchete*, *Fatos & Fotos*) estavam longe de acompanhar seu padrão de texto e o nível de profundidade atingido pelas matérias que eram publicadas. Eram revistas que obedeciam a projetos editoriais

132 Idem, ibidem, págs. 19 e 20.

133 *Veja*. Edição especial, 1972.

134 Idem.

de outra natureza. *Manchete e Fatos & Fotos*, como já foi dito, primavam por um jornalismo que se esgotava no visual de suas ilustrações; não chegavam a ser publicações de reportagens verticalizadas e sua periodicidade, limitada ainda mais pelas deformações do entendimento do que deva ser a *atualidade* no jornalismo, representava obstáculo praticamente insuperável para suas redações. *O Cruzeiro* era diferente. Também como já foi dito, a revista dos *Diários Associados* carregava consigo o pioneirismo de reportagens instigantes sobre questões nacionais, mas padecia de dificuldades de outra ordem: era uma revista que oscilava ao sabor do poder unipessoal de Assis Chateaubriand, permanentemente instrumentalizando os veículos de seu império em torno de seus interesses, políticos ou não.

A esse respeito, é importante registrar o depoimento de Audálio Dantas sobre as deformações atravessadas pela revista dos Associados em seu apogeu:

“O *Cruzeiro* (...) não tinha problemas de dinheiro. Era o apogeu do repórter-estrela. Você se sentia muito à vontade lá. Não havia limitação de dinheiro, o repórter propunha seus próprios assuntos. Mas tinha o sujeito que pedia para você fazer uma matéria sobre a vedete que estava no Teatro Natal. (...) O Neil Ferreira dizia ‘eu não vou fazer, a p... que o p..., eu não vou fazer essa reportagem, o dia que eu quiser comer mulher e como com o meu p... e não com com a capa da revista’¹³⁵.

A experiência da Editora Abril era diversa. Tudo indica que *Realidade* era administrada com padrões que diluíam na organização empresarial a fonte do poder, pelo menos enquanto o Estado autoritário não tratou de unificar o discurso e a prática da censura. Quando isso ocorreu, em fins de 1968, não restaram dúvidas sobre o papel que os Civita ou seus prepostos tinham na definição dos rumos da revista.

Em 1966, no entanto, quando *Realidade* surgiu nas bancas, indicando claramente sua intenção em dividir o mercado de leitores de revistas com *O Cruzeiro*, Chateaubriand encarou a concorrência como um desafeto pessoal e não poupou nem críticas nem suspeitas à Editora Abril. Para o dono dos *Diários Associados*, Vitor Civita era "um apátrida" e estava no Brasil "para ganhar dinheiro, e não passa de outro tentáculo Time-Life", numa referência clara à desconfiança que alimentava também em relação a Roberto Marinho, Não era o padrão das reportagens que incomodava Chateaubriand; era a suspeita de que a revista da Abril estava sendo protegida pelo governo, enquanto *O Cruzeiro* enfrentava a má vontade das autoridades militares.

A interpretação enraivecida do dono dos *Diários Associados* veio depois que *Realidade* publicou, em 1966, as reportagens "sobre a hostil receptividade da população da República Dominicana às tropas brasileiras que faziam parte da força de paz da ONU enviada àquele país do Caribe" e "sobre o exílio de João Goulart e de Brizola no Uruguai, ambas de autoria do jornalista Luís Fernando Mercadante. Chateaubriand dedicou a elas um artigo em que afirmava que, meses antes, os Associados haviam sondado as autoridades militares sobre a conveniência de se fazer,

¹³⁵ Depoimento dado ao jornal *EX*, nº 11

em *O Cruzeiro*, exatamente as duas reportagens publicadas por *Realidade*. 'Que não se metesse *O Cruzeiro* em tal aventura, fomos advertidos', escreveu o jornalista, para deduzir: 'Combater a colaboração militar do Brasil ao continente e reviver Jango e Brizola em nosso país é um privilégio dos Civita'. Para o dono dos Associados, ao publicar duas reportagens que teriam 'tremenda repercussão entre as esquerdas brasileiras', a revista estava dissimulando suas origens e verdadeiras intenções"¹³⁶.

O exemplo mostra que Chateaubriand buscava conduzir sua revista em sintonia com o regime militar, tentando agradá-lo. Para *O Cruzeiro*, essa filosofia seria fatal e a revista inicia mesmo um processo de decadência que revelava o sentido senhorial de sua administração. A imprensa brasileira, em meados dos anos 60, já cobrava um estilo de gerenciamento que permitisse sua renovação. O mercado publicitário, que tinha nas bancas um termômetro sensível, acompanhava de perto esse quadro, e *Realidade* tirava vantagens disso.

Portanto, nem os repórteres da revista nem os empresários da Abril estavam brincando de fazer jornalismo; ou pelo menos não se tratava de uma aventura. Antes que fosse definitivamente para as bancas com seu primeiro número, uma pesquisa encomendada pela editora ao Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (INESE) com base na mensuração dos efeitos do número *zero* sobre amostragens de leitores potenciais definiu quais eram as demandas que a revista vinha atender: 85% de leitores entre 18 e 44 anos; 73% de leitores com escolaridade equivalente ou acima do 2º grau; 59% de leitores situados entre as classes *B* e *A*. A pesquisa indicou praticamente tudo aquilo que asseguraria o êxito da revista, e sua rápida análise permite verificar que *Realidade* vinha preencher um vazio na área das revistas de informação não especializada.

“São de interesse mais geral - disse o INESE - matérias sobre Ciência e Progresso, Grandes Problemas Brasileiros e Assuntos relativos ao Sexo e Educação Sexual”. Em relação ao número *zero*, que havia servido de base para a pesquisa, “o artigo mais apreciado foi, de longe, ‘A vida antes de Nascer’ (70%). Outros artigos muito apreciados foram Desgraçado é o goleiro (23%) e Este é o Humberto (29%)”.

“Ao comparar *Realidade* com outras revistas a maioria dos entrevistados considerou-a melhor ou muito melhor que as demais. Cerca de 65% dos entrevistados gostariam de ler regularmente a revista”¹³⁷.

Se *Realidade* estava praticamente sozinha como revista, a mesma coisa não pode ser dita quando se olha para os jornais diários de São Paulo. O exemplo é o *Jornal da Tarde*¹³⁸. “Surgido em janeiro de 1966, *JT* foi para as bancas como um vespertino

¹³⁶ Fernando Morais. Op. Cit, pág. 672.

¹³⁷ *Pesquisa Editorial sobre a Revista Realidade*. São Paulo, INESE - Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, janeiro de 1966 (documento inédito). A pesquisa foi realizada em seis cidades - São Paulo, Juiz de Fora, Guanabara, São José do Rio Preto, Porto Alegre e Londrina - “escolhidas de acordo com o Departamento de Distribuição da Editora Abril”.

inovador na diagramação e na linguagem. O novo veículo rompia com a tradição de sisudez de *O Estado de S.Paulo*, de cujo grupo fazia parte. E o editorial de seu primeiro número falava em 'estilo vibrante, irreverente' para 'atingir um público diferente daquele que, normalmente, lê apenas matutinos, cujo estilo deve ser, forçosamente, mais pesado e prolixo. O *Jornal da Tarde* vai para a mesma luta, em defesa da liberdade, que é o fim do Homem na sua vida terrena¹³⁹. Essa generosidade de princípios - traço comum em apresentações de veículos novos e muito semelhante ao de Vitor Civita no primeiro número de *Realidade* - vinha acompanhada, no entanto, de uma efetiva inovação editorial. A cidade, o lazer, o leitor, o noticiário policial ganhavam destaque e competiam nas manchetes fortes em pé de igualdade com o tradicional noticiário nacional e internacional. Um de seus repórteres, 10 anos depois, testemunhou que "os temas mais populares apareciam na capa com frequência, sobretudo devido ao tratamento nobre que o jornal lhes dava. A notícia policial, por exemplo, era tratada quase que literariamente, como provam as coberturas das andanças do Bandido da Luz Vermelha...

"Mas essa preocupação com o fato puramente popular não afastou o jornal de acontecimentos políticos importantes, como o surgimento da Frente Ampla de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart no período de maior contestação ao governo Costa e Silva. Assim como esteve atento ao início das crises estudantis (...) Como sempre foi um jornal de personagens, ajudou a construir e a manter a imagem dos novos nomes da música popular brasileira que surgiram naquele ano (1967)..."¹⁴⁰. O *JT* chegou a ser acusado de procurar um "estilo de vida" e não informar. Veio de Raimundo Pereira (ex-*Amanhã*, ex-*Grêmio Informa*, ex-*Realidade*), no entanto, a definição do mérito do jornal: seu caráter experimental, permitindo ao jornalista manifestar sua criatividade no texto e no conteúdo da informação, mesmo nos limites da grande imprensa. "O sucesso do *Jornal da Tarde* vem disso, da capacidade de criar dentro de um terreno limitado"¹⁴¹.

A experiência do *JT* demonstra que o tratamento do fato jornalístico passava por um processo de enriquecimento mesmo na imprensa diária. E o código narrativo aproximava o jornal de *Realidade*, mostrando uma tendência: "A matéria que amplia uma simples notícia de poucas linhas, aprofunda o fato no espaço e no tempo e esse aprofundamento (conteúdo informativo) se faz numa interação com a abordagem estilística. A reportagem seria então uma 'narração noticiosa'¹⁴².

¹³⁸ A *Folha da Tarde* foi outro órgão de informação diária que passou, em meados dos anos 60, por experiências editoriais significativas, abrindo-se para um jornalismo parcialmente verticalizado e em sintonia com as principais questões políticas que mobilizavam os segmentos médios urbanos.

¹³⁹ Citado em J.S.Faro. *Raízes Culturais de Nossa Imprensa Contemporânea*. Revista de Cultura Vozes, volume LXXI, ano 71, nº 6, agosto de 1977.

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁴¹ Citado em *Raízes...* Idem, *ibidem*.

"As linhas de tempo e espaço se enriquecem: enquanto a notícia fixa o aqui, o já, o acontecer, a grande reportagem abre o aqui num círculo amplo, reconstitui o já no antes e depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente. Através da contemplação de fatos que situam ou explicam o fato nuclear, através da pesquisa histórica de antecedentes, ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato - a reportagem leva a um quadro interpretativo do fato.

"A narração torna-se indispensável: do relato direto, descritivo, numa estrutura hierárquica quase sempre padrão, por causa da concisão da notícia, a elaboração da reportagem precisa de técnica de narrar. Foge-se aí das fórmulas objetivas para formas subjetivas, particulares e artísticas. O redator não tem à disposição recursos prontos, mas passa a criar. Nesse momento, só se diferencia do escritor de ficção pelo conteúdo informativo de sua narração, por isso narração noticiosa."¹⁴³.

Eram esses os traços marcantes do *JT*, em tudo semelhantes ao que faziam os jornalistas de *Realidade*, embora como jornal diário, o vespertino não dispensasse um conjunto de matérias de conteúdo exclusivamente informativo. Essa simetria de propostas entre as duas publicações - cujo eixo pode ser resumido na busca dos elementos universais humanos na dinâmica dos fatos particulares, extraindo deles sua significação social - dava a perspectiva do momento cultural vivido pelo país.

Era a mesma raiz de inventividade, de radicalismo, de mudança de padrões de comportamento, e o jornal refletiu isso em suas formas, abandonando o convencionalismo dos códigos do jornalismo informativo e partindo para a elaboração de "alguma coisa que seria um misto entre um jornal diário e uma revista semanal"¹⁴⁴. Segundo Mino Carta, o primeiro editor-chefe do jornal, posteriormente diretor de redação de *Veja*, havia dinheiro e carta-branca para **contratar os melhores profissionais**¹⁴⁵. O resultado foi uma ousadia, como depõe Ivan Ângelo: "Na diagramação, os próprios editores (não os diagramadores, não os diretores de arte) desenhando, inventando, experimentando, como artistas visuais. **Na reportagem, a valorização da visão pessoal do repórter, trânsito livre para o texto mais literário.** Na reportagem policial, fim do jargão, **estímulo às histórias no estilo de contos e romances policiais.** Sustos na Imprensa: todo mundo trabalhando num só assunto, como na trágica tromba d'água de Caraguatatuba; um suplemento inteiro para o primeiro transplante de coração feito no Brasil; viagens pelos quatro cantos, descobrindo ou redescobrimo brasis, como a travessia da Transamazônica; briga contra o governo já no primeiro ano, como a manchete (...) *Ditador quer calar a*

¹⁴² Cremilda de Araújo Medina. *Notícia. Um Produto à Venda. Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1978.

¹⁴³ Idem, pág. 134.

¹⁴⁴ Ruy Mesquita, citado por Ivan Ângelo. ... *O jornal da era de Aquário*. Suplemento Especial do Jornal da Tarde, 28/01/1991.

¹⁴⁵ Citado por Ivan Ângelo. Idem, *ibidem*. Grifos nossos.

Imprensa (...). Fotos abertas acintosamente. Uso e abuso de ilustrações, desenhos. A capa diagramada como um cartaz"¹⁴⁶. Refletindo sobre sua própria história, 25 anos depois de ter nascido, o *JT* colocou na cena da imprensa brasileira um novo personagem: o repórter investigativo, "isto é, com um código de ética marcado pela repulsa ao autoritarismo ou à manipulação dos poderosos"¹⁴⁷.

Vê-se, portanto, que não era a periodicidade do órgão de informação que moldava sua proposta editorial. *Realidade*, uma revista mensal de reportagens, não estava sozinha mesmo quando comparada a um jornal diário como o *JT*, tomado aqui como um exemplo de que não havia muitas saídas para o jornalismo que se produzia no país. Quer dizer, não havia saídas que se quisessem fazer coerentes e atuais com o quadro de "exigências" da classe média urbana intelectualizada, segmento que formava o público leitor das duas publicações. Evidentemente não se trata de um sociologismo que explica a imprensa, mas de uma perspectiva sociológica e cultural que permite compreender melhor a *praxis* do jornalismo. O discurso da reportagem, em busca da variedade e complexidade de componentes que compõem o real, com o artifício do ficcional e do literário, era a narrativa de uma época que os jornalistas que viveram essas experiências como produtores de cultura souberam captar. Não era um discurso desencaixado dessa sua condição. E, na medida em que era hegemônico por toda a produção cultural do período, não deixava à Indústria Cultural outra alternativa senão assegurar sua reprodução. Nos termos da conceituação da modernidade, a revista *Realidade* era parte de uma demanda social e aqueles que a fizeram, consciente ou inconscientemente, perceberam isso.

Assim, no plano da referência teórica que pode ser feita sobre o projeto *Realidade*, é possível que a experiência vivida por seus profissionais tenha posto em prática aquilo que Antonio Gramsci chamava de *jornalismo integral*, conceito referido por Antônio Hohlfeldt¹⁴⁸: "o que não só pretende satisfazer a todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas que quer criar e desenvolver estas necessidades e, por conseguinte, suscitar, em certo sentido, seu público e ampliar progressivamente sua área"¹⁴⁹. Isto é, o jornalismo que atende a uma dupla necessidade externa, eminentemente política e que, em seu segundo aspecto - o de desenvolver necessidades - coloca o profissional de imprensa na condição de militante de seu tempo. Dois depoimentos deixados pelos jornalistas que participaram dessa experiência respondem por essa análise:

O primeiro é o de José Hamilton Ribeiro¹⁵⁰:

¹⁴⁶ Ivan Ângelo. Op. Cit. Grifos nossos.

¹⁴⁷ *Sempre defendendo o cidadão e a cidade*. Suplemento Especial do Jornal da Tarde, 28/01/1991.

¹⁴⁸ Antonio Hohlfeldt. *As diferenças entre Jornalismo e Literatura (Existem?)*. Cadernos de Jornalismo/2, Porto Alegre.

¹⁴⁹ Idem

"Eu era chefe de Redação da revista *Quatro Rodas*¹⁵¹ e, na época, a revista era jornalisticamente importante. Ela ganhava prêmios e tinha iniciado (com Mino Carta) a grande reforma na linguagem jornalística brasileira, que seguiu, depois, no *Jornal da Tarde* e encontraria mais tarde, na própria *Realidade*, o seu apogeu.

"Era bom ser chefe de Redação de *Quatro Rodas*, mas eu estava recebendo uma dessas propostas que não se recusam: ser repórter da *Realidade*, a revista da Abril cujo primeiro número estava prestes a sair. Muita gente não acreditava num revista mensal 'IG' (de interesse geral), mas Sérgio de Souza (...) dizia:

- Você tem que estar nessa simplesmente porque você não pode estar fora.

Sérgio de Souza era o 'editor de texto' da nova revista e, até então, nenhuma outra publicação brasileira tinha tido 'editor de texto'. Diretor de Redação era o próprio Robert Civita e redator-chefe o Paulo Patarra.

(...)

"Era abril de 1966, e o convite para *Realidade* já vinha até com pauta pronta:

- Você vai ser preto por um mês.

A proposta dessa reportagem - eu me submeteria a um tratamento médico que me deixaria preto e, como preto, viveria normalmente durante um mês - uma proposta entusiasmante e irrecusável, **ia ser uma das características da nova revista: matérias nascidas em grande criatividade e para serem 'vivas' profunda e corajosamente. E depois transcritas com toda 'verdade' possível.** Daí o nome: *Realidade*.

(...)

"Arranjei primeiro um dermatologista da USP, em São Paulo, que ia - através de remédios, de banhos de infra-vermelho e outros recursos - fazer minha pele escurecer. Não deu certo. Tentei um professor da Medicina de Ribeirão Preto,

¹⁵⁰ Redator-chefe de *Realidade*. Depoimento dado ao jornal *Unidade*, ano I, nº 8. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, março de 1976. Todos os grifos colocados no depoimento de José Hamilton Ribeiro são nossos.

¹⁵¹ A revista *Quatro Rodas* foi lançada pela Editora Abril em 1959, quando Roberto Civita, filho de Vitor Civita, chega dos Estados Unidos para trabalhar na editora como diretor de publicidade da nova publicação. Os chefes de redação de *Quatro Rodas* eram Mino e Luis Carta. A publicação, editada à semelhança de sua homônima italiana, tornou-se um dos maiores sucessos da Abril e foi uma das primeiras experiências com revistas especializadas da editora. Apesar disso, para Vitor Civita, a revista era o embrião de um periódico de atualidades parecida com a também italiana *Oggi*. A interpretação dos protagonistas dessas mudanças, dão conta de que a orientação editorial dos irmãos Carta à revista permitiu que *Quatro Rodas* também fosse uma publicação de reportagens vinculadas ao automobilismo e ao turismo.

também não deu certo. Como eu não conseguia ficar preto por dentro, resolvemos tentar por fora: o maior maquiador brasileiro me fez um imenso crioulo por uma noite, e foi até divertido; mas não deu matéria. *Realidade* exigia muito mais.

"Minha primeira reportagem na revista 'furou', mas o 'amor' repórter-revista já estava selado. Eu iria viver, em *Realidade*, os meus mais emocionantes, mais premiados e mais dramáticos dias de jornalista brasileiro.

"*Realidade* encantou o Brasil desde o primeiro número. Seu resultado surpreendeu até a própria Editora Abril, que estava acostumada a um 'período de amaciamento e maturação' para que uma publicação nova começasse a render dinheiro. Com muitas revistas, a Editora aguentava longos períodos "em vermelho" (no caso de *Veja*, que veio depois, suportou dois anos seguidos de vultosos prejuízos até que o semanário se tornasse 'um transatlântico', como Mino Carta definia); com *Realidade*, a massa de anúncios e a procura das revistas nas bancas surgiram quase como um incêndio. O vento soprava a favor e *Realidade* crescia a cada número.

"O segredo de tudo estava, primeiro, em que **a revista encontrara um 'filão novo' de assuntos na então assustada e acomodada imprensa brasileira (o espantinho de 64 só tinha dois anos)**. E segundo que tinha reunido uma equipe muito criativa, muito trabalhadora e, acima de tudo, muito unida.

"O ambiente de *Realidade* não é de companheirismo; é de cumplicidade, dizia, uma semana depois de ter começado a trabalhar lá, um psiquiatra que logo se tornaria repórter famoso (e hoje é outra vez psiquiatra): Roberto Freire¹⁵².

"As reuniões de pauta da revista (quando a redação se reunia para escolher os assuntos e os respectivos repórteres para o número seguinte) eram um misto de reunião de trabalho, de psicoterapia e de curtição. Varavam as noites, com muito uisque e, enquanto descobriam ótimos temas jornalísticos, um brigava com o outro para tirar uma dúvida antiga e tudo acabava depois em fantásticas declarações de amor.

- A cada reunião de pauta - dizia José Carlos Marão, repórter - alguém se apaixona por alguém, dentro da equipe.

"Houve paixões por secretárias, por novas repórteres, por colaboradoras eventuais, pela mulher dos outros - quase tudo nascido nas reuniões de pauta. Houve um momento em que, de toda a equipe, só dois (o Woile Guimarães... e eu) mantinham seus velhos casamentos.

¹⁵² A "principal influência espiritual do grupo da revista *Realidade*...". Bernardo Kucinski, Op. Cit, pág. 9.

(...)

"No quarto ou quinto número, *Realidade* já era o sonho de todo jornalista brasileiro. Cada exemplar era 'estudado' nas redações e despertava vontade de fazer jornalismo em pessoas que até então consideravam isso de escrever uma ocupação menor.

"Veio a notícia que, em Portugal, a revista tinha sido adotada em classe como 'livro de texto de português'. A forma como *Realidade* tratava os assuntos-tabu (principalmente sexo, vida de operário, de estudante e de padre) ia moldando um estado de espírito que Millôr Fernandes definiria, no Rio, como 'a geração *Realidade*'.

(...)

"Quando a reportagem, após todo o trabalho de parto, chegava na redação, um novo ciclo começava. Aí era o Sérgio de Souza, editor de texto, que dava sua sentença:

- Está ruim. Traz aquele personagem para o começo e reescreve tudo a partir dele.

Era um tal de reescrever, reescrever, pentear, editar.

"Quando o texto, afinal, passava pelo Sérgio (e pela 'escola de texto' que ele abriu lá, e que teve Miltainho Severiano, Otoniel dos Santos Pereira e outros artistas), ia enfrentar mais dois 'cascas': Patarra e Robert Civita.

"Era a batalha do título, do olho, da abertura.

"Quantas vezes o Robert Civita - dono da editora e varando noites na redação, muitas vezes dormindo no sofá - vetava uma, duas, três vezes uma abertura, até que Sérgio ou Patarra explodiam:

- Tá bom, 51. Então você faz.

Robert Civita era chamado de 51%. Por brincadeira, ele dizia que a ***Realidade* era uma 'cooperativa da redação', com a diferença de que ele tinha 51% dos votos. Quando uma discussão apertava, ele apelava para os seus 51%.**

"Aí o Robert Civita sentava na máquina e ia fazer como ele queria. Ia mostrar. Tentava uma, duas, oito, dez vezes. Amassava o papel e jogava fora. Então se rendia.

- Ok, Sérgio. Faz do jeito que v. quer.

***Realidade* era uma luta constante. A redação querendo que a revista tivesse os assuntos que ela achava melhor, Robert Civita usando seus 51% para a**

revista 'não mostrar apenas o lado negativo, o aspecto pessimista do Brasil'.

"Era uma luta desgastante, que afinal acabava assim: dos 13 assuntos que a revista comportava, 11 a redação tinha escolhido; dois 'ela tinha que engolir'. O balanço final resultava equilibrado; nem era uma revista mentirosa, nem era uma publicação amarga e derrotista. Os 'palpites' de Robert - por coisas poéticas, por humor, por ensaios bonitos de fotografia, por material estrangeiro e histórias de gente que venceu na vida - na verdade seriam melhor aceitos pela equipe se ele fosse só jornalista; e não, também, o 'homem dos 51%'.

"A angústia pela pauta se somava às angústias pessoais da redação. Foi uma época de sofrimento existencial muito agudo, de buscas sentimentais e, até de escolha de vida. Toda a 'eletricidade humana' que estava no ar se concentrava no trabalho, e a revista, como um catalizador, cintilava. Ia assim em alto-mar quando aconteceu a sua 'primeira morte'.

"A primeira morte da *Realidade* aconteceu no ano também da sua grande tragédia: 1968.

"A primeira morte foi determinada pelo AI-5.

"O AI-5, como se sabe, matou um pouco a inteligência do Brasil inteiro. E continua matando. Acabou com o Estado de Direito, e entregou o direito individual das pessoas 'ao guarda da esquina'. Instituiu o arbítrio e a irresponsabilidade.

"No caso da revista *Realidade*, o AI-5, mais que por ação direta, assustou a Editora Abril. *Realidade* era então uma forte 'instituição política' (ainda que pareça incrível) e se abateu sobre ela o peso das discriminações. Muitos itens da pauta de *Realidade*, e que eram o seu cardápio preferido (estudantes, padres, juventude, operários, sexo, D.Helder e os bispos progressistas), foram proibidos. Com isso - e por mais alguns fatores de ordem interna - aconteceu a 'segunda morte': toda a equipe se demitiu. (Hoje não tenho certeza qual das duas 'mortes' veio primeiro).

"Do dia para a noite, *Realidade* ficava sem os homens que a tinham feito luzir durante três anos. Ia tentar-se recompor a equipe, fazer uma nova, mas a tentativa - se veria depois - seria vã.

"*Realidade* tinha chegado, em 68, ao seu apogeu. A revista bicava os 500 mil exemplares, em ritmo crescente e prenunciando que chegaria à *meta um* de Robert Civita: um milhão de exemplares *vendidos*.

"O nível de ambição jornalística era o da competição internacional - *Realidade* estaria onde estivesse o assunto. Fosse no Haiti, na Guiana, no Vietnã ou na China. Discutia-se uma edição pela qual eu me bati durante anos: toda a equipe na Índia, fazendo uma reportagem-documentário sobre 'O maior escândalo da Humanidade'. A própria Índia.

(...)

"Sem a equipe original, o Brasil sob esse instrumento medieval chamado AI-5, a Editora Abril muito razoavelmente amedrontada (...) - *Realidade* ainda tentaria erguer-se nos pés.

"Atraiu, com jeito, alguns remanescentes da antiga equipe, contratou novos, procurou desesperadamente um redator-chefe e um editor de texto que cobrissem a imensa lacuna de Paulo Patarra e Sérgio de Souza, convidou diretores de nome e prestígio - e seguia num equilíbrio instável.

"Houve um momento em que, se a Editora tivesse apostado, o renascimento viria: a revista era dirigida por um tripé falso (Luis Fernando Mercadante, Luis Carta e eu). Falso porque o pé do Luis Carta, também diretor da editora, era muito grande; mas um tripé. Raimundo Pereira, saindo de *Veja*, estava 'dando sopa', e eu briguei para que ele se tornasse o editor-geral da revista. Não consegui.

(...)

"Sem o tripé - que seria o último grito de socorro da revista - *Realidade* passou a ser, cada vez mais, apenas uma revista a mais. Não era mais importante. E não era útil, nem necessária. Por que, então, haveria o leitor de procurá-la?

(...)

"A Editora devia ter fechado *Realidade* que, apesar de tudo, ainda tinha imagem e uma sensação de carisma. E fechado dignamente, explicando exatamente porque o fazia, que engrandeceria a Editora. Em seguida, com lançamento pensado, se colocaria na praça a nova revista, com outro nome, com outra proposta e com outras promessas. *Realidade* morreria com dignidade e a nova revista, sem enganar ninguém na sua fórmula, teria muito mais chances de encontrar a sua faixa de mercado"¹⁵³.

¹⁵³ O último número de *Realidade* que chegou às bancas foi o 120, de janeiro de 1976. O número 121, embora pronto, não chegou a ser editado. Oficialmente, a Editora Abril alegou que o fechamento da revista visava o lançamento de uma revista semanal de televisão. Em entrevista que deu à *Gazeta Mercantil*, anunciando a decisão da Abril, Thomaz Souto Corrêa comparou *Realidade* às revistas *Look* e *Life*, que desapareceram com uma circulação relativamente elevada (o último número de *Realidade* foi de 120 mil exemplares). Os jornalistas que prepararam a matéria sobre o desaparecimento da revista e que foi publicada no tablóide *Unidade*, denunciaram o equívoco da comparação, já que as duas revistas norte-americanas foram substituídas por publicações de atualidade e não por um guia de televisão.

O segundo depoimento é o de Woile Guimarães¹⁵⁴:

"Por que *Realidade* surpreendeu até sua própria Editora, que teve de encomendar apressadamente novas remessas de papel? As respostas são muitas: primeiro, porque o mercado editorial não tinha uma revista mensal de reportagens. Tinha algumas revistas dirigidas a públicos específicos. A própria Abril tinha *Cláudia*, revista feminina; e *Quatro Rodas*, de automobilismo e turismo. E, semanais, já amorfas e desinteressantes, disputavam leitores *Manchete* e *Cruzeiro*. Havia o lugar nas bancas, mas havia um medo estranho no ar. 'Paulista não deve fazer revista de reportagens; isso é com os cariocas'. Preconceito, evidentemente. E que se explicava apenas historicamente: *Manchete* e *Cruzeiro* vinham do Rio. A Abril teve a coragem de enfrentar o desafio, mas esperava que, com muita sorte, a tiragem de *Realidade* se fixasse, após alguns números, em 100 mil exemplares.

"A Redação da revista foi que lucrou com isso. Fez um acordo informal com a Editora: a cada 100 mil exemplares vendidos, aumento de salário. Em pouco tempo, era a equipe mais bem paga da imprensa brasileira (outra equipe valorizada, na época, era a do recém-nascido *Jornal da Tarde*, dirigido por um Mino Carta brigador, ativo, cercado também de jovens competentes e entusiasmados).

"Um outro fator de sucesso de *Realidade* foi, sem dúvida, sua proposta editorial, sua verticalização, seu aprofundamento dos assuntos. Quinze assuntos no número 1, que apresentava na capa Pelé com o *busby* usado pelos guardas da rainha Elizabeth - matéria que falava da Copa de Londres. Matéria que previa nossa vitória, um tremendo erro mas sem dúvida uma previsão corajosa, com descrição de jogos (e resultados) que seriam realizados em julho, três meses depois quando o Brasil seria eliminado. Como temas, o índice da revista destacava reportagens sobre o espaço, documento (*As Revoluções que eu vi*, de Carlos Lacerda), internacional (*Brasileiros, go home* - reportagem feita na República Dominicana, onde o enviado especial da revista sentiu o ódio dos dominicanos pelos soldados brasileiros 'invasores'), problema (telefone), religião (o culto de NS da Aparecida), ciência (ensaio fotográfico sobre 'a vida antes de nascer'), aventura (*Este petróleo é meu*), mulher (fotos sobre mulatas), perfil (*Eis Roberto Campos*)...

"Essa fórmula pouco mudou enquanto a equipe dirigida por Paulo Patarra, o editor de texto Sérgio de Souza esteve à frente da Redação, até outubro de 68. Mas, na maneira de desenvolver essa fórmula aparentemente simples é que

¹⁵⁴ Secretário-Gráfico e Secretário de Redação de *Realidade*. Depoimento dado ao jornal *Unidade*, ano I, nº 8. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, março de 1976. Todos os grifos colocados no depoimento de Woile Guimarães são nossos.

estava o segredo do sucesso da revista: **tudo era feito com muito critério, discutia-se cada título, cada legenda, cada seleção de fotos. A revista era um desafio para cada um...**

"Reunião de pauta daquela *Realidade* durava três, quatro dias. Os assuntos, jogados na mesa, eram triturados. Os que resistiam eram pautados, havia sempre um repórter com vontade, disposição e amor para fazê-lo. Para procurar pessoas que entendessem desse assunto; para grudar em entrevistados durante duas, três semanas; para viajar Xingu a dentro, lá ficar 40 dias e trazer 12 páginas de aventura idêntica, densa, que atingiria a sensibilidade do leitor.

(...)

"A estrutura de texto de certa forma também era nova. Contavam-se os acontecimentos através de histórias. Era um 'romance real'.

"Pela forma, pelo desenvolvimento e fluidez de um texto claro, atraente, que tinha os adjetivos nos lugares e nos momentos certos; e também pela técnica da narrativa, que atraía o leitor linhas a fora, 10, 12 páginas.

"Evidentemente, a Redação soube entender sua época, percebeu que em 66, 67 e até fins de 68 era possível fazer jornalismo. Era possível ousar. E a ousadia foi outro traço característico do sucesso da revista. Como não havia censura até então, e navegava-se no liberalismo do presidente Castelo Branco, a revista pode entrevistar políticos cassados pela revolução de 64, pode apresentar e discutir temas esquecidos e aparentemente perigosos. Mas fez isso com cuidado, embora com coragem e com a exposição dos fatos em seus diversos ângulos. Negar uma consciência política àquela equipe; negar-lhe uma consciência social da realidade, uma vontade de agir e de mudar, de contribuir e melhorar, é não lhe fazer justiça. Sem exageros, a revista mudou o comportamento do brasileiro. Suas abordagens do sexo, corajosas, sem sensacionalismo, destruíram muitos tabus - e foram seguidas por revistas semanais, que chegaram a se descaracterizar para também conseguir leitores.

"Enfim, a Abril tinha, pela primeira vez, uma publicação que a fazia existir jornalisticamente, que iniciaria uma mudança de sua imagem, depois continuada por *Veja*. O aparecimento de *Realidade* fez com que a empresa (...) passasse a montar um departamento de relações públicas, apressou seus contatos políticos e fez com que entendesse sua importância no mercado editorial. A filosofia liberal que os Civita, principalmente Roberto Civita, haviam trazido da imprensa americana, ajudou muito nesse processo...¹⁵⁵.

¹⁵⁵ Roberto Civita, o 51% de *Realidade* (na lembrança de José Hamilton Ribeiro), veio dos Estados Unidos, com 24 anos, mais ou menos na mesma época do lançamento de *Quatro Rodas*. De acordo com a revista *Veja*, cursou

(...)

"Por que os quase 500 mil compradores de *Realidade* se dispersaram? Porque a revista os traiu, porque eles já não encontravam nela as leituras de antes. Porque as bancas apresentavam alternativas...

"Porque, principalmente, *Realidade* ficava **cada vez mais superficial**. Suas reportagens apresentavam falhas de texto de jornal diário, suas fotos não tinham o impacto de antes, **seus assuntos já não emocionavam...**

CAPÍTULO 5

VISÕES DA REALIDADE: 1966-1968

As reportagens que *Realidade* publicou no período de abril de 1966 a dezembro de 1968 - época em que se aplicam os postulados teóricos apresentados até aqui -, abrangeram uma pauta extraordinariamente variada de temas. A revista estendeu a *visão* de seus repórteres pelo universo dos valores do comportamento, da política internacional e nacional, e pelo universo dos elementos que compunham o referencial informativo *imediate* de seu público leitor. Além disso, para cada uma dessas grandes áreas de abordagem, a revista trazia esporadicamente o traçado do perfil de personalidades que construíam e solidificavam essa visão. A característica comum a essa variedade temática, como já foi dito, foi a apresentação do ângulo que rompia com o padrão convencional do jornalismo informativo, num primeiro momento, e obviamente, tendo em vista o projeto em que a publicação fundava sua proposta.

Num segundo momento de análise, no entanto, as *visões* que a revista lançava sobre esse universo temático podem ser consideradas sob um duplo aspecto. O primeiro, é a *transgressão* dos elementos consensuais que cercavam convencional ou oficialmente os assuntos que *Realidade* reportou. A publicação da Abril assumia mesmo, perante seu corpo de jornalistas e perante seu público leitor, a imagem de um órgão para o qual não havia *tabus*, no sentido de que se dispunha a avançar sobre o que não se discutia ou sobre assuntos a respeito dos quais se discutia timidamente. Como se pretende demonstrar, a revista investigou e desnudou todo o universo simbólico conservador que povoava a moral cotidiana das classes médias urbanas brasileiras, ou acompanhou as transformações que esse universo apresentava. Nesse sentido, *Realidade* trazia à tona o questionamento de padrões que já ocorria surdamente no processo de modernização e de crescente autoritarismo da vida brasileira. Em decorrência disso, a revista polemizou com tais valores permanentemente, *transgrediu* portanto a convenção estabelecida e acabou se contrapondo ao discurso *ético-político* através do qual o Estado buscava legitimar sua existência.

Estão incluídas nesse aspecto as reportagens que a revista *Realidade* publicou sobre temas que faziam referência, direta ou indiretamente, à estrutura da *família*, à *mulher*, aos *jovens*, ao *sexo*, à *religião* e às *Igrejas*, à *ciência* e à *medicina*, às questões da *política internacional*, aos problemas da *vida política, econômica e social brasileira*, às *questões urbanas*, à *mídia*, à *vida cultural*, aos *mitos da cultura de massa*, ao *consumo*, aos *assuntos policiais*, à *tecnologia* e à *educação*. Formava-se, assim, um conjunto que investigava a contemporaneidade e que tornava a revista uma espécie de *polo gerador de polêmica e de inquietação cultural*. Matérias que davam ressonância aos novos padrões de comportamento da sociedade que se modernizava aceleradamente.

Ao lado desse conjunto estavam os *perfis* que a revista traçava de personalidades que consolidavam a polêmica em torno dos mesmos temas. Repetidas vezes *Realidade*

trouxe em suas páginas elementos *biográficos* dessa transgressão, com a única exceção dos perfis que traçou de individualidades que integravam a sociedade política autoritária. Trata-se de matérias que parecem *negociar* com o Estado, transigindo com o autoritarismo que se intensificava e que não chegavam a se evidenciar como padrão dominante da revista. É o segundo aspecto sob o qual as *visões* da realidade devem ser encaradas. É possível mesmo antecipar que a existência desse conjunto de matérias que *humanizavam* as individualidades da sociedade política daquela conjuntura faziam parte da dinâmica negociadora existente na redação da revista, segundo se pode deduzir do depoimento de José Hamilton Ribeiro. Essa mesma característica *transigente* poderá ser observada nas matérias em que *Realidade* tratou de questões da nova ordem econômica do país, especialmente as que diziam respeito às mudanças de caráter administrativo e fiscal que foram adotadas logo nos primeiros anos do regime militar.

Os próximos capítulos pretendem ler os números de *Realidade* sob os dois aspectos descritos acima: o da *transgressão*, predominante, e o da *conservação*, que se dilui no conjunto das matérias publicadas. Evidentemente, o material da revista não se esgota nesses dois conjuntos. Havia matérias e seções de outra natureza em segundo plano: crítica musical, crítica teatral, crítica literária, comentários curtos sobre transformações na mídia. Invariavelmente esse grupo de abordagens "abria" a revista e aqui será analisado do ponto de vista do referencial que *Realidade* representava para a conjuntura cultural do período estudado. Não será analisada a publicação de capítulos de livros ou depoimentos de próprio punho de personalidades que a revista publicou com exclusividade, exceto quando se tratar de material que formava parte integrante de determinada abordagem. A escolha pela exclusão desse material justifica-se pelo fato de que se tratava, em primeiro lugar, de textos esporádicos; em segundo, porque não eram produto da redação, embora sua presença nas páginas da revista tenha sido resultado da concepção dos números em que surgiram. De qualquer forma, na maior parte das vezes, esses textos "de terceiros" traduziam a linha genérica de produção da revista que o autor pretende identificar.

Resta, por último, uma observação. Embora os depoimentos deixados pelos jornalistas que viveram a experiência de *Realidade* sempre enfatizem o papel que a redação da revista tinha na definição de sua pauta, é sintomático que seu público leitor potencial, tal como foi identificado na pesquisa realizada pelo INESE com base no número *zero* - e já referida¹⁵⁶ -, tenha fornecido à Editora Abril os mesmos indicativos sobre os assuntos em torno dos quais seus profissionais trabalharam. Na medida em que não há um único testemunho de que a pesquisa feita em janeiro de 1966 tenha, em qualquer momento, determinado a pauta da revista, essa constatação reitera a sensibilidade dos jornalistas de *Realidade* em relação às expectativas do padrão de *consumo* dos leitores.

¹⁵⁶ Ver nota 138

Segundo o INESE, os assuntos preferidos pelo público potencial da revista estavam divididos entre os “favoritos”, os “apreciados”, aqueles cujo interesse dependia “do sexo do leitor” e os de “reduzido interesse”. *Ciência, grandes problemas brasileiros e assuntos relativos ao sexo e à educação sexual*, haviam recebido, nesta ordem crescente, a preferência dos leitores, mas caracterizavam-se por seu sentido universal: “este grupo de assuntos - disse o instituto responsável pela pesquisa - é o que menos sofre flutuações de interesse em função da classe social, sexo ou idade do entrevistado”¹⁵⁷.

Entre os “assuntos apreciados”, a pesquisa mostrava a mesma tendência. *Entrevistas, Economia, Arte e Literatura, Acontecimentos Internacionais e Religião*, nesta ordem, em nenhum caso receberam menos de 50% da manifestação de interesse do leitor e eram todos mantidos assim, qualquer que fosse a classe social do entrevistado, ainda que variassem na sua preferência. Os temas internacionais, por exemplo, eram favoritos entre os entrevistados da classe A e tinham “reduzido interesse” para os entrevistados da classe C.

A pesquisa do INESE foi feita com uma amostragem distribuída entre 52% de leitores do sexo masculino e 48% do sexo feminino. O desdobramento dessa composição afetava o “interesse” pelos assuntos. “De um modo geral - afirmou o instituto - os homens interessam-se mais pelos vários assuntos do que as mulheres, isto é, para quase todos os assuntos a porcentagem de menções ‘muito interessante’ é maior entre os homens do que entre as mulheres”¹⁵⁸. Mesmo assim, a julgar pelos resultados apresentados, somente o assunto *Esportes* sofria uma forte perda de preferência quando era indicado pelas mulheres. Os temas relativos à *Ciência*, ao *sexo*, às *questões nacionais*, à *economia*, à *religião*, às *artes*, aos *problemas brasileiros* estavam entre os mais importantes, qualquer que fosse o sexo do leitor. A mesma conclusão havia sido possível quanto à preferência do leitor de acordo com a classe social ou a faixa etária a que pertencesse.

A pauta de *Realidade*, portanto, estava afinada com os interesses de seus leitores. Mas o sucesso que a revista obteve desde seu primeiro número não se explica apenas por isso. O enfoque que esses assuntos receberam nas matérias publicadas - a *visão* que os jornalistas da revista tinham sobre eles - parece indicar que essa identidade não era formal. Ela dizia respeito ao sentido da época.

¹⁵⁷ INESE. Op. Cit.

¹⁵⁸ Idem.

CAPÍTULO 6

O EIXO DA ORDEM CONSERVADORA: VISÕES DA FAMÍLIA

De todos os elementos do universo simbólico que compunham, em meados dos anos 60, o padrão ético-político dos segmentos médios da sociedade brasileira, aquele que ganhava evidência pelo papel de núcleo de ligação entre os valores que caracterizavam a ideologia conservadora era a *família*. Ela era vista como o elemento nuclear da *ordem*. Sua preservação e seu caráter *sagrado* integravam as bases do discurso conservador e autoritário, não sendo mesmo uma coincidência que sua "defesa" tenha feito parte da propaganda política que arregimentou amplos setores das camadas médias no período que antecedeu o golpe de 1964. A "estabilidade familiar" era tida como uma espécie de "aval" das instituições clássicas da sociedade burguesa: as instituições políticas, a propriedade, a autoridade. No limite, todo o organismo do Estado e toda a articulação social hierárquica que se dava em torno dele, tinham na família sua pedra angular. Essa simbologia irradiava educação, paz, religiosidade, negação da violência, repúdio ao vício, reprodução da espécie e todos os demais lugares comuns que o cotidiano dos países ocidentais levaram ao plano mítico desde meados do século XIX.

Na metade dos anos 60, no entanto, a família também era vista como o eixo da *desordem*, e ocupava mesmo o espaço central das mudanças nos padrões de comportamento que já vinham se manifestando desde o fim da II Guerra. Os componentes de sua estrutura redefiniam seu papel social na mesma medida em que ganhavam complexidade crescente as relações sociais que advinham da intensidade do processo industrial. Havia uma simetria bastante regular entre esses dois fatos e não chega a ser uma hipótese a constatação de que o conflito surgido da decomposição da antiga ordem familiar era um prenúncio cultural da modernidade.

Esse tema já estava presente no depoimento da atriz sueca Ingrid Thulin dado à jornalista italiana Oriana Fallaci e publicado no primeiro número de *Realidade*, na verdade um *perfil* que serve como testemunho da transgressão do conservadorismo¹⁵⁹. Thulin havia se destacado em seu país numa campanha em favor do exercício feminino do sacerdócio e era (pouco) conhecida no Brasil por sua participação no filme *O Silêncio*, de Ingmar Bergman, uma obra que aborda uma história de amor entre duas mulheres. A entrevista da atriz falava sobre tópicos sensíveis que giravam em torno de assuntos interligados: independência da mulher, sexo, moral religiosa e, por consequência, a família.

Para a jornalista Oriana Fallaci a moral sueca era a "mais controvertida e observada, (...) uma espécie de laboratório onde se prova um sistema de vida, pelo qual deverá passar a civilização de amanhã. São discutidas as jovens suecas: as famosas jovens que o homem latino olha com gulodice e ilusão, a ilusão de que basta desembarcar em Estocolmo para sentir-se num leito. O que definimos como experiência pré-

¹⁵⁹ *As suecas amam por amor*, abril de 1966, pág. 110.

matrimonial, ali é um costume tão normal como banhar-se nu em um rio. Aquela que tem um filho ilegítimo, não é marginalizada. Ao contrário, é protegida pelas leis do Estado, que ainda lhe concede uma pensão..."

A entrevista, feita de forma convencional e sem que a repórter buscasse acompanhar a globalidade subjetiva do entrevistado - como *Realidade* faria em sua primeira fase de existência - se estendia sob esse prisma de confronto entre sociedades de diverso grau de amadurecimento sobre assuntos fechados à discussão pública no cotidiano brasileiro: Ingrid Thulin dizia-se orgulhosa de viver num país onde as questões "morais" haviam adquirido um novo enfoque, onde as noções de "escândalo" e "má reputação" haviam sofrido uma mudança compatível que a própria imagem da Suécia reforçava na mitologia urbana: índices de bem-estar superelementares com formas de vida liberadas de preconceitos. A imagem da atriz em *O Silêncio* confundia-se, na entrevista, com seus valores individuais:

"Sou atriz - dizia Thulin - e, se para interpretar qualquer papel, é necessário usar meu corpo, uso meu corpo. Naquela cena eu interpretava uma mulher que morre sem ter ninguém mais para amar e então ama-se a si mesma. Acontece a muita gente tímida ou amedrontada, ou doente, amar-se a si mesma..."

O depoimento de Ingrid Thulin surgido no primeiro número de *Realidade* antecipava um conjunto de questões cuja essência permitia que o leitor brasileiro polemizasse com valores que o remetiam ao universo dos símbolos conservadores. Questões que diziam respeito às formas de relacionamento individual entre homens e mulheres eram dessacralizadas na entrevista com a atriz sueca e diziam respeito não apenas ao núcleo *família*, mas também aos desdobramentos que esse núcleo abrigava. Ingrid Thulin se afirmava consciente do sentido que essa dessacralização adquiria para a própria entrevistadora e destacava em suas respostas o contraste entre padrões culturais diversos: "meus pais me ensinaram a não ter vergonha da nudez", "o pecado não é um corpo nu", "casar é para os que não sabem viver só", "pôr um filho no mundo é um ato de escolha", "os meninos suecos riem da virgindade". Na base do depoimento, uma nova ordem social que justificava a assimetria de valores entre o moderno e o arcaico. Perguntada por Fallaci sobre sua própria compreensão dessas mudanças, a entrevistada afirmava: "a liberdade da mulher leva, inevitavelmente" a um novo "sentido de família". As questões suscitadas pela entrevista de Ingrid Thulin indicavam que a discussão aberta sobre os componentes do núcleo de valores representado pela família permitia uma ampla variedade de abordagens.

Realidade voltaria indiretamente ao assunto em seu segundo número, em reportagem sobre o controle da natalidade¹⁶⁰. O tema já havia sido abordado superficialmente na entrevista de Ingrid Thulin quando a atriz referiu-se aos avanços registrados na Suécia com a liberação da mulher, o amor livre e as novas relações que se estabeleciam entre os sexos em meados dos anos 60¹⁶¹. Essa perspectiva não estava afastada da

¹⁶⁰ *Brasil: 60 milhões de pilulas por ano*, maio de 1966, pág 16.

abordagem que *Realidade* fez da questão do controle da natalidade, mas a reportagem estabelecia um viés político-econômico: a discussão se travava em torno da limitação do crescimento populacional no Brasil. Estabelecia-se assim uma dupla polêmica que a matéria procurava tratar de forma didática: de um lado, a desmistificação das questões relacionadas com o uso, já disseminado pelo país, dos métodos contraceptivos e da prática do aborto; de outro lado, a questão diretamente relacionada com o controle da natalidade e seus aspectos sociais mais amplos (uma das *visões* da realidade que será analisada adiante).

Ao abordar o problema do conflito existente entre o crescimento populacional e a geração da riqueza nacional - eixo em torno do qual se fixavam os que se situavam na defesa do limite do crescimento da população - a revista resvalava sua abordagem para questões de ordem ético-jurídica, desvendando o tabu que cercava a prática do uso de medicamentos contraceptivos e do aborto. Para *Realidade*, no consumo da pílula anticoncepcional e do DIU revelavam-se duas "revoluções" na base das quais estava parte da luta pela emancipação feminina. Nesse sentido, a polêmica era vista sob a ótica internacional e sob a ótica brasileira, abrangendo posições diversas sobre o assunto, inclusive da própria Igreja Católica. Quando aproximava o foco de sua análise das dificuldades que a questão do planejamento familiar assumia no Brasil, a matéria denunciava a defasagem da legislação em relação à prática que em meados dos anos 60 se alastrava pelo país, com prejuízos sensíveis para os que viviam o problema: abortos provocados sem assistência médica e descontrole no uso dos medicamentos existentes.

Embora o núcleo principal da reportagem estivesse voltado para um problema de natureza propriamente econômica, o tema da contracepção suscitava o debate sobre a constituição da ordem familiar já que colocava em pauta a possibilidade de que sua adoção fugisse de uma visão tradicionalista - ética ou legal - do problema e ganhasse uma feição de motivação libertária, especialmente para o novo papel que a mulher passava a ter nas relações sociais. A reportagem de *Realidade*, nesse sentido, fazia coro com uma das questões mais sensíveis do período estudado e integrava o amplo painel da contestação da simbologia conservadora vivida na época.

Nas páginas de *Realidade* essa contestação ganhou novo alento em junho de 1968 quando a revista publicou reportagem específica sobre o aborto¹⁶². A repórter Norma Freire introduzia o leitor numa situação verossímil criada a partir de duas personagens femininas, ambas envolvidas com a prática do aborto, na fronteira entre o risco de

¹⁶¹ Nos anos 60 a Suécia era uma espécie de paradigma das questões relacionadas com a liberdade individual e o bem-estar social. A imagem do país escandinavo era cercada de uma verdadeira mitologia que se contrapunha ao elenco de padrões conservadores e de dificuldades materiais do terceiro mundo. Por conta disso, *Realidade*, em agosto de 1968, produziu extensa reportagem feita pelo psiquiatra José Ângelo Gaiarsa (*Os suecos são felizes?*, pág. 128): "... nesse país, diz o texto, o Governo resolve, através de simples leis, problemas que o povo (...) nem tinha pensado. Lá não existe miséria nem desemprego, o Estado garante a todos assistência, proteção e segurança. As mulheres são livres e iguais aos homens, e cada um vive sua vida como quer". Mas advertia: "No entanto, o povo parece triste e descontente".

¹⁶² *O aborto*, junho de 1968, pág. 156.

vida e a ilegalidade que a situação representava para ambas. O objetivo da matéria era reiterar a denúncia que *Realidade* já havia feito quando abordou a questão do controle da natalidade: "em cada ano, mais de 30 milhões de mulheres praticam o aborto em todo o mundo, o que significa 85 mil por dia, ou 59 por minuto. No Brasil, onde ele é proibido por lei como em muitos outros países, cálculos apontam uma média de 500 mil por ano". O núcleo da abordagem da repórter, no entanto, não se restringia à denúncia factual; ele se desdobrava no questionamento da legislação brasileira, na necessidade de se disseminar os métodos contraceptivos, na questão da liberdade de escolha da mulher, nas restrições da Igreja e nas informações científicas a respeito do tema.

A *ordem* simbolizada pela família, portanto, se transformou numa pauta permanente das matérias de *Realidade*, embora a sistemática abordagem do assunto se desse na diversidade dos componentes que ele permitia. O divórcio era um desses componentes, o que levaria a revista, em julho de 1966, num texto de José Carlos Marão, a analisar o assunto¹⁶³. A matéria se caracterizava, em primeiro lugar, pela narrativa encontrada por seu autor para apresentar a discussão do problema. Marão lançava mão de recursos literários e ficcionais para introduzir o leitor no painel que traçava sobre a instituição do casamento: criava personagens, ambientes, situações verossímeis para abrir o debate em torno de problemas como "casamentos ilegais, separações, desquite, anulações, divórcio". Além disso, introduzia no texto opiniões de um padre, um jurista, um psicanalista, um defensor do divórcio e um "defensor da família". A matéria terminava com aquela que seria a "Primeira Grande Pesquisa de Realidade": um cartão anexado à revista através do qual o leitor responderia à pergunta *O que você pensa do divórcio*¹⁶⁴.

A matéria de *Realidade* sobre o divórcio surgiu no momento em que se debatia, em nível governamental, a preparação de um novo projeto de Código Civil e a iniciativa da revista em abrir a discussão do problema, não só para as personalidades que foram entrevistadas pelos repórteres mas também para o leitor da revista, indica que a intenção de ter sido pautada era a de interferir com elementos concretos nos rumos que a nova legislação pretendia dar ao problema. Nesse sentido, o texto de Marão compunha um amplo painel de situações e um arco de referências que deixa entender o engajamento da revista em favor da adoção do divórcio pela legislação brasileira. Esse partidarismo de *Realidade* ficava evidente nos títulos que encimavam as várias páginas da reportagem: "Quando o amor acaba o casal pode continuar junto mas é o fim do casamento", "No desquite, a segunda mulher é concubina e não tem nenhum direito", "Só Espanha e Itália, na Europa, ainda não instituíram o divórcio", "O ideal é a felicidade conjugal, mas essa o legislador não pode decretar". No miolo do texto, no

¹⁶³ *Desquite ou divórcio*, julho de 1966, pág. 26.

¹⁶⁴ As pesquisas sobre temas específicos feitas diretamente com os leitores através de cartões-resposta, ou encomendadas a institutos especializados, foi uma prática permanente de *Realidade*. Nos textos em que surgiram - e que serão referidos ao longo deste livro -, seus resultados eram oferecidos como *pano de fundo* para o aprofundamento da investigação jornalística. Tratava-se de uma inovação na imprensa brasileira.

entanto, o debate foi aberto a uma gama variada de posições: desde o então deputado federal Nelson Carneiro, divorcista histórico, até a TFP, entidade de extrema direita que na época ganhava as ruas com uma campanha de coleta de assinaturas contra as mudanças previstas no Código Civil. A reportagem de Marão, nesse sentido, pode ser tomada como um dos exemplos da disposição da revista *Realidade* em investigar temas do cotidiano da conjuntura brasileira, vinculando-os a uma linha de análise marcadamente "modernizante" e sintonizada com as expectativas de mudança nos padrões de comportamento dos setores médios da população.

A questão do divórcio foi retomada por *Realidade* no número de setembro de 1966 com a informação de que a revista havia recebido mais de 10 mil respostas do questionário que havia acompanhado a reportagem de julho¹⁶⁵. Na mesma matéria, *Realidade* pautava dois artigos sobre o tema. O primeiro, de autoria do Pe. Paul-Eugène Charboneau, já entrevistado por Marão na reportagem que deu origem à polêmica e contrário ao divórcio. O segundo, de Nelson Carneiro, manifestando posição oposta. A revista, portanto, não deixava o assunto cair no esquecimento e prometia voltar à carga com os resultados da pesquisa feita com os leitores.

A promessa foi cumprida em novembro de 1966 com reportagem assinada por Duarte Pacheco¹⁶⁶. A matéria se constituía num retrato significativo do nível de atualidade que a questão da organização familiar e de suas novas perspectivas frente à possibilidade de que o divórcio fosse legalizado no país tinha adquirido para o público da revista. *Realidade* havia recolhido perto de 15 mil respostas dos leitores e entregou essa amostragem para um instituto especializado na tabulação de pesquisas. O resultado *fotografava* a sensibilidade da revista para os novos padrões de comportamento da sociedade urbana brasileira: 79% dos que haviam respondido à pesquisa manifestaram-se favoráveis ao divórcio; 16% contra qualquer tipo de dissolução do casamento; 5% favoráveis ao desquite.

As conclusões da pesquisa, no entanto, não foram divulgadas de forma fria e apenas numérica. Como o cartão anexado à reportagem de julho de 1966 abria espaço para a justificativa da posição do leitor sobre a pergunta, a configuração dos resultados pôde investigar as causas da maciça aprovação do divórcio, além do perfil daqueles que fundamentaram sua posição com argumentos articulados de várias formas. Desse quadro é possível deduzir que o público leitor de *Realidade* era mesmo constituído majoritariamente por segmentos que hoje, possivelmente, seriam enquadrados nas classes A e B, concentrados em sua maior parte nas áreas urbanas. As demandas culturais desse público, tomadas aqui em seu sentido mais amplo, eram *modernas* no sentido de que se traduziam em exigências argumentadas em torno de questões éticas e institucionais.

¹⁶⁵ *O que você pensa sobre o divórcio?*, setembro de 1966, pág. 123.

¹⁶⁶ *O que os brasileiros pensam do divórcio*, novembro de 1966, pág. 92

Quer dizer, o divórcio recebia aprovação maciça na pesquisa feita pela revista não porque houvesse uma campanha a favor de sua legalização, nem mesmo porque *Realidade* havia abordado o assunto já em seu segundo número. A aprovação vinha de um padrão de comportamento que se consolidava no país, que refletia a complexidade que as relações sociais e políticas haviam adquirido. Era esse o público da revista. E era em torno dessa interação entre as expectativas desse público e a conjuntura da época que *Realidade* pautava suas matérias. O debate em torno do divórcio estaria destinado a prosseguir por mais de uma década até que ele fosse instituído no Brasil. Em seu tempo, a revista da Abril não deixou de documentar a mudança que se processava.

A pesquisa feita por *Realidade* em torno da questão do divórcio, trazendo a manifestação do leitor de forma inédita para o centro da polêmica sobre a *ordem da família*, na verdade inaugurou um procedimento ao qual a revista iria retornar com frequência na abordagem dos temas que diziam respeito à estrutura dos valores simbólicos que moldavam a ética das classes médias brasileiras. O recurso da consulta ao leitor, contudo, não tinha o poder de instituir o debate; ele o alimentava, dando-lhe uma dimensão pública que o retirava do acanhamento ao qual estava confinado pela construção da ordem autoritária e conservadora que o governo militar havia iniciado em 1964.

A questão da família, no entanto, traçava um espectro muito mais amplo: ela estava relacionada com seus componentes internos em direção aos quais a revista iria caminhar nas edições do período estudado. Um desses componentes é o que envolvia a discussão sobre o papel do *jovem* na estrutura social. A rigor, a conjuntura nacional e internacional de meados dos anos 60 instituiu uma mitologia que associava a contestação aos padrões da sociedade industrial (e autoritária, no caso do Brasil) à existência de uma massa de jovens permanentemente mobilizados em torno de padrões de comportamento mais *autênticos*, padrões que rompiam com valores fundados na imagem da racionalidade e da aceitação passiva da disciplina como norma de conduta. A partir do final dos anos 50 essa mobilização permanente ganhava forma e estética: ela esteve presente na geração *beat* norte-americana e alcançou a boemia parisiense; ela se revelou - já nos 60 - nas Universidades do mundo inteiro e propôs formas alternativas de vida, cultuou ritmos e alucinógenos, um estado de *impermanência* permanente que se chocava com aqueles que eram considerados os *pilares* de uma mal definida "civilização ocidental".

A reação a esse comportamento *livre* vinha de várias frentes, à esquerda e à direita do espectro político. No caso brasileiro, o pensamento conservador rotulava a mobilização jovem como "massa de manobra" da ação dos partidos marxistas no processo de desestabilização da ordem institucional. Contestação e subversão, para o discurso autoritário e conservador, eram significantes que se equivaliam, merecendo, portanto, o rigor da ordem policial, mesmo que esta não se efetivasse. Ainda no caso brasileiro, o sentido desorganizado dessa mobilização, para a esquerda, tinha feições descomprometidas com o projeto socialista a partir mesmo da própria indefinição que o jovem - especialmente o universitário - tinha no mundo da produção. Incapaz de

definir, de forma nítida, o objeto de sua ação contestadora, o jovem era visto como o produto de uma concepção política anárquica pelos partidos marxistas tradicionais. À direita e à esquerda, assim, prevalecia sobre essa mobilização o conceito de extração autoritária e disciplinadora que alimentava esses dois polos da vida política. Só quando a mobilização jovem era capaz de se transportar para ação política, por via do movimento estudantil, é que os partidos e as facções de orientação marxista ou as correntes militarizadas do Estado incluíam-nos em sua estratégia de ação. Ela valia - a mobilização - não por seu sentido enraizadamente *out-sider*, mas por sua configuração convencionalmente politizada.

No que diz respeito à mitologia que se formava em torno do *jovem*, portanto, a ordem da família tinha desdobramentos mais profundos. O núcleo de sua origem, sabatinado pela nova posição da mulher e pela possibilidade de dissolução legal do casamento, surgia agora acrescido de um outro fator de instabilidade. Esse quadro, que uma visão mais simplista da época teria considerado como um sintoma de desregramento e de descontrole, de rompimento com os valores abstratos da *autoridade*, não passou despercebido por *Realidade*. E assim, a revista se manifestava, mais uma vez, sintonizada com a polêmica que já estava instaurada e, nesse caso, na abordagem de um assunto que se constituía num verdadeiro elo entre as questões já analisadas aqui.

Em agosto de 1966, *Realidade* publicou sua segunda pesquisa, desta vez feita com o objetivo de traçar "o retrato autêntico do que rapazes e moças, do Rio e de São Paulo, conhecem, falam e fazem a respeito dos problemas sexuais"¹⁶⁷. O texto de Duarte Pacheco se baseava em 116 mil respostas que a revista colheu em três meses de pesquisa em torno de um questionário elaborado pelo psiquiatra José Gaiarsa. Na abertura da matéria, *Realidade* trazia o fundamento de sua preocupação: "No mundo inteiro, a juventude está revendo seus comportamentos e atitudes diante de todos os problemas da existência humana. Segundo estimativas oficiais, existem hoje no Brasil - entre 84 milhões e 600 mil habitantes - 44 milhões e 700 mil jovens com menos de 20 anos. O que pensam, falam e fazem estes rapazes e moças? Ninguém sabe, embora alguns assegurem que tudo vai muito mal. Especialmente na área sexual, onde talvez o maior medo, hoje, é o medo de saber a verdade...".

As 116 mil respostas dadas à pesquisa referiam-se a uma amostragem de mil jovens, entre 18 e 21 anos, alunos de cursos preparatórios para os vestibulares, divididos igualmente entre homens e mulheres do Rio e de São Paulo. A questão sexual que a revista apresentava como o objeto central da pesquisa, no entanto, podia ser vista como uma espécie de *gancho* para a revelação de um universo de concepções mais amplas, todas pertinentes aos valores simbólicos mais gerais que perpassavam o *locus* de atuação social da juventude.

¹⁶⁷ *A juventude diante do sexo*. *Realidade*, agosto de 1966, pág. 68.

O resultado mostrava um quadro *inquietador*, segundo a revista. Percentuais elevados de desconhecimento e a presença de "velhos preconceitos" sobre assuntos diversos levava *Realidade* a advertir: a chamada "revolução sexual da juventude" era "incômoda e nunca estudada". Apesar disso, o extenso temário da pesquisa abria o debate e estimulava a polêmica entre o público leitor, mantendo a discussão sobre o questionamento de padrões conservadores de comportamento na ordem-do-dia das preocupações dos segmentos que consumiam a revista, da mesma forma como vinha sendo feito nas reportagens já analisadas.

Nesse sentido, mais do que constatar o elevado nível de desconhecimento verificado pela pesquisa em torno de questões consideradas "objetivas" (relativas a problemas científicos relacionados aos organismos masculino e feminino), era no âmbito da *ética* que a reportagem transgredia com o caráter velado que a discussão desse temário tinha na sociedade brasileira: assuntos como educação sexual, relações sexuais, namoro, dissolução do casamento, mostravam uma juventude que oscilava entre a reprodução do conservadorismo e o rompimento em direção àquilo que a revista identificava como uma "nova moral". A demonstração dessa oscilação vinha do conflito que o cruzamento de algumas questões permitia identificar.

Mais da metade dos jovens entrevistados, por exemplo, considerava o matrimônio monogâmico e indissolúvel como solução satisfatória para a realização sexual. No entanto, na mesma proporção, os jovens entrevistados não aceitavam que pudesse haver restrições ético-religiosas para a quebra desses princípios. Como se tratava de uma questão pertinente à *ordem familiar*, é possível interpretar a contradição como uma ruptura nos fundamentos hierárquicos da organização da família, o que permitiria indentificar uma concepção individual liberada em relação aos padrões de conservação que a revista já havia colocado em discussão quando abordou a questão do divórcio.

Na reportagem, essa nova moral era contraposta à "falsa moral", "de fachada, de aparência e fingimento". Dizia a matéria: "Uma moça sem religião acha que 'os credos têm o direito de ditar normas sexuais, **se estas normas visam felicidade e não hipocrisia**'. É falsa ainda a moral que contraria a natureza do homem", embora possa ser aceita "por pressão social e por tradição, e não por convicção pessoal e interior. Por isso mesmo, eles (os jovens) **não acreditam numa moral de soluções prontas, de normas gerais e absolutas, que não se preocupe com a realidade concreta da vida, sempre relativa e particular**"¹⁶⁸.

A conclusão da pesquisa não chegou a ser publicada por *Realidade*. Tendo prometido "para o próximo número" todos os resultados inferidos das respostas dos jovens ao questionário, a revista foi surpreendida por uma advertência do Juizado de Menores da Guanabara: a edição seria apreendida caso o trabalho fosse apresentado. Na opinião do Juiz Alberto Cavalcanti de Gusmão, a matéria era "obscena e chocante". Obviamente,

¹⁶⁸ Idem. Grifos nossos.

a revista recuou diante da ameaça, mas não deixou de anotar em seu número de setembro de 1966¹⁶⁹:

"Ao nosso ver, não pode haver obscenidade num artigo que é apenas o retrato fiel do comportamento e das atitudes de uma parte representativa da juventude brasileira. **Não inventamos este retrato. Também não o aprovamos, nem condenamos. Isso cabe aos nossos leitores.** Mas estamos serenos por tê-lo divulgado, prestando aos pais, educadores e, sobretudo, aos jovens um serviço que julgamos inestimável - e imprescindível.

"Não querendo, mesmo assim, entrar em choque com o Juizado de Menores da Guanabara, resolvemos suspender temporariamente a publicação da parte final do trabalho, até que os Tribunais Superiores se pronunciem a respeito.

"REALIDADE parte do princípio de que seus leitores são adultos, inteligentes e interessados em saber a verdade. E continuará fiel ao seu compromisso de informar. Com imparcialidade, com serenidade. E com coragem de enfrentar os fatos".

Essa não seria a única vez que *Realidade* enfrentaria uma restrição judicial que a impedia de divulgar sua *visão* sobre os padrões de comportamento, como se verá adiante. Neste caso da pesquisa sobre a juventude diante do sexo, a advertência do Juizado de Menores da Guanabara servia para confirmar que a abordagem do assunto - sem considerar o fato de que a proibição ampliava naturalmente a repercussão da primeira parte dos resultados da pesquisa - estreitava os vínculos de identificação entre a revista e as expectativas latentes no universo do cotidiano do público leitor. Era uma identificação que se aprofundava na medida em que a revista ganhava o perfil de um jornalismo que se fazia dissociado das instituições reguladoras da *ordem*, como era o caso de um Juiz de Menores que se arvorava na condição de intérprete da sociedade civil.

Apesar disso, *Realidade* voltou a assunto correlato na edição de dezembro de 1966¹⁷⁰. Embora a reportagem tratasse de tema que podia ser genericamente associado à educação das crianças, o foco da matéria sobre a questão da *educação sexual* remetia aos traços deixados na pesquisa sobre os jovens e sobre os padrões do comportamento familiar. Nesse sentido, o texto de Jaime Negreiros se caracterizava pela contundência com que punha em xeque a visão tradicionalista que transformava num misto de *constrangimento*, *mistério* e *medo* as informações elementares sobre a reprodução humana, atualizando o leitor com aquilo que a "psicologia moderna" pregava à época: "as crianças precisam receber respostas francas, naturais e imediatas a todas as suas perguntas sobre os problemas do sexo".

¹⁶⁹ *A juventude diante do sexo*, setembro de 1966, pág. 3. Grifos nossos.

¹⁷⁰ *Eles devem saber a verdade*, dezembro de 1966, pág. 92.

As dimensões do tema foram dadas pela própria reportagem. Elas estavam vinculadas à rigidez ainda majoritariamente difundida com que se enxergava a preservação do núcleo familiar. E o repórter, com o objetivo de descer às raízes do assunto, levava a abordagem da questão às fronteiras da moral; retirava das entrevistas feitas com psicólogos, educadores e psicanalistas, o elemento transgressor do padrão convencional de convivência entre pais e filhos. Essa relação ficava estabelecida no trecho em que se manifestava o psicanalista Hélio Pellegrino:

"... se tudo é belo na criação do homem, a sexualidade dos criadores também o é, não sendo chocante nem ilógico falar de amor sexual ou do amor no sentido geral com crianças de 2 a 11 anos".

Essa relação entre os dois níveis da abordagem feita pelo repórter se consolidava no momento em que a matéria associava a *educação sexual* à questão moral, sempre entendida pela revista como o eixo da ordem, sem subterfúgios ou "hipocrisias"; o que, no âmbito dos padrões conservadores, era o símbolo da ameaça à "ordem". Escreve então Jaime Negreiros: "O círculo de ferro com que a moral tem limitado os temas sexuais projeta suas sombras até na atitude dos pais diante dos filhos". Ou: "A verdade é que o jovem mal educado sexualmente sai da adolescência desarmado e sem rumo. Não tem poder de afirmação...".

A polêmica em torno do problema da *educação sexual*, abordada aqui como exemplo de reportagem que remetia à questão da ordem familiar (sem prejuízo de que volte a ser analisada em outros de seus aspectos) voltou à revista em fevereiro de 1967 em artigo assinado pelo jornalista Alessandro Porro¹⁷¹. O texto ocupava a última página de *Realidade*, desde o primeiro número destinada ao confronto de opiniões sobre temas polêmicos¹⁷². Desta vez, no entanto, o artigo de Porro estava sozinho e apresentava, em resposta à pergunta, uma longa e bem-humorada argumentação para justificar o enigmático "sim" colocado em seu início. Na verdade, a revista transformava em ironia a defesa da visão conservadora sobre o tema *educação sexual*.

Quando *Realidade* voltou a polemizar em torno do assunto na mesma última página, o humor foi deixado de lado¹⁷³. A revista contrapôs a argumentação do Juiz de Menores de Brasília, Jorge Duarte de Azevedo, favorável à educação sexual nas escolas, à de outro Juiz de Menores, Alberto de Gusmão, da Guanabara, que tinha restrições à idéia, e que já havia ameaçado apreender a revista caso fosse publicada a parte final da pesquisa sobre "a juventude diante do sexo".

¹⁷¹ *A cegonha existe?*, fevereiro de 1967, pág. 138.

¹⁷² A "última página" de *Realidade* constituía-se, na verdade, numa secção intitulada *Brasil pergunta*, destinada ao debate de questões sugeridas por leitores. Excepcionalmente foi ocupada, em fevereiro de 1967, com o texto de Alessandro Porro. Em todos os outros números do período estudado, o tema sugerido era debatido por duas ou três personalidades envolvidas com o assunto.

¹⁷³ *A educação sexual deveria ser obrigatória nas escolas?*, agosto de 1967.

Para o magistrado da capital federal, a escola supriria a omissão dos pais, e a medida permitiria que os preconceitos deixassem de existir. "Abordar o problema, com os jovens, estritamente sob os aspectos científico, moral ou religioso, é fornecer-lhes uma concepção artificial do sexo. Ao contrário, uma atitude sã, baseada nos componentes do amor e do prazer, que devem presidir à função sexual, concorrerá para a formação do homem moral, oposto ao moralista..."

O Juiz da Guanabara pensava diferente. O Brasil não dispunha de meios para enfrentar com seriedade o problema e, em razão disso - segundo Gusmão -, a educação sexual nas escolas seria "desorientada, mal dirigida, insuficiente". Embora não fosse contrário à idéia e até reconhecesse nela aspectos positivos, desde que "idônea", o magistrado preferia que as coisas ficassem como estavam:

"Será mil vezes melhor permanecer com os velhos preconceitos do que enveredar por caminhos que levam à ausência total de qualquer moral, à desagregação e à corrupção..."

"Fiquemos (...) nos conselhos simples aos pais para que não façam dos fatos sexuais um bicho de sete cabeças, um mistério impenetrável. A natural intuição deles, o amor pelos filhos, fará com que encontrem imagens e exemplos indispensáveis a uma educação sexual verdadeira, sadia. Somos pela educação sexual idônea. A inidônea é um crime".

Realidade voltou ainda uma vez ao tema da educação sexual no período estudado neste livro. Em novembro de 1968, um mês antes que se encerrasse a primeira etapa de existência da revista, o repórter José Carlos Marão analisou os resultados de uma outra pesquisa feita com base em 17 perguntas dirigidas a uma amostragem de 2.400 pessoas, em sua maioria (56%) dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro¹⁷⁴. O resultado, levando em conta os aspectos relacionados com os valores da *família*, comprovavam que a rigidez conservadora e o caráter acanhado que o debate em torno do assunto tinha, cediam espaço para uma visão que progressivamente se abria para uma postura liberal e anti-convencional. Para os entrevistados, a educação sexual tornava as pessoas mais felizes (99%), era um assunto "importante e agradável" (81%), devia ser oferecida predominantemente na infância (75%) e na adolescência (23%), envolvia principalmente pais (95%) e professores (86%), devia estar presente nas escolas (95%) desde o curso primário (71%), deveria ser dada igualmente a pessoas de ambos os sexos (98%), incluindo o conhecimento sobre o uso de anti-concepcionais (89%).

Como se vê, a questão proposta por *Realidade* em sucessivas matérias sobre o tema não se esgotava em sua mera compreensão educacional. A revista insistia em abrir o debate para a variedade de assuntos que se desdobravam do eixo principal das reportagens. Na verdade, como já foi dito, *Realidade*, se não tinha o poder de pautar a discussão da sociedade civil, pautava suas matérias voltada para a inquietação cultural

¹⁷⁴ *Sexo sem medo*, novembro de 1968, pág. 173.

que abrangia os padrões de comportamento em meados dos anos 60. A revista repercutia essa nova ética e, ao fazê-lo, aprofundava sua compreensão, enfraquecia o complexo ideológico conservador que lhe dava sustentação e abria caminho para um jornalismo consequente com o movimento social da época e com as questões que o envolviam.

Essa marca surgiria em outros momentos da revista, sempre com a tônica de superar os limites pactuados em torno da preservação silenciosa dos desvios de comportamento que escapavam à ética conservadora. *Realidade* fazia desse pacto um objetivo em permanente perseguição, a julgar pelas matérias que publicou dando conta de que havia padrões novos em emergência. Essa postura de um jornalismo investigativo que rompia com o estabelecido dava o perfil da revista e era sustentado pelo público leitor de forma crescente¹⁷⁵.

Nesse sentido, os textos em que *Realidade* abordou as questões relacionadas ao sexo, para além de sua dimensão educacional, tinham mesmo um efeito catalisador, porque se tratava de uma temática que reunia em si mesma elementos da informação e elementos da polêmica em torno do comportamento. Essa dupla dimensão esteve presente em outras edições da revista, seja pelo viés da abordagem indireta nas questões relativas à família, à mulher, ao jovem, seja pela abordagem direta de assuntos vinculados ao comportamento sexual. Em maio de 1968, por exemplo, *Realidade* abordou a questão do homossexualismo numa reportagem de Hamilton Almeida¹⁷⁶. A matéria era pioneira na imprensa brasileira, embora se tratasse de assunto emergente no quadro cultural da época, sempre marcado pelo novo enfoque que a liberdade individual e as opções existenciais vinham adquirindo.

Hamilton Almeida traçou sobre o assunto um painel de profundidade, convivendo ele próprio "durante semanas" no "mundo triste e desumano dos homens que negam sua condição de homens". Embora essa abertura do texto possa ser lida numa vertente tradutora do preconceito que atribuía à condição homossexual os adjetivos de "triste" e "desumano", vinculados à idéia de que tudo isso ocorria porque se tratava de "homens que negam sua condição de homens", tomado aqui no sentido masculino do termo, o fato é que a dimensão do homossexualismo era dada pelo repórter exatamente em sentido diverso. Quer dizer, a tristeza e a desumanidade advinham do fato de que se tratava de homens que eram obrigados a negar sua condição *humana*. Nessa medida, a reportagem de Hamilton Almeida estabelecia a relação entre a liberdade individual e o preconceito *social* que levava à sua renúncia:

"A extrema reprovação social - dizia o repórter - domina toda a vida exterior do homossexual. Esta reprovação não determina todas as características do seu

¹⁷⁵ Em várias oportunidades a própria revista informou seus leitores sobre o crescimento vertiginoso de suas vendas nas bancas. As referências a esse crescimento são feitas neste trabalho pelos próprios jornalistas que produziam *Realidade* e serão ainda abordadas nas conclusões finais do livro.

¹⁷⁶ *Homossexualismo*, maio de 1968, pág. 112.

comportamento, mas ainda assim representa o fator mais importante, obrigando-os a dissimular seus sentimentos e a reunir-se em grupos mais ou menos fechados aos estranhos à sua condição". Isto é, o preconceito como elemento de dessolidarização humana era a peça-chave da matéria. Nessa linha de abordagem, o texto de *Realidade* avançava sobre a questão em vários níveis: o cultural, o social, o científico, o da marginalidade. E, em todos eles, a entremeação da informação objetiva, em *boxes*, com o resultado da vivência do jornalista, a descrição de ambientes, o relato de diálogos, cenas fortes carregadas de frases emotivas ("No bar, há tumulto, mal-estar, muita tensão", "Na família, Adilson não passa de um boêmio", "Vou jogar água fria na canalha", "Tenho ódio de ver meu pai comendo"). No final, a entrevista com uma psicóloga e dois religiosos.

Em março de 1968, *Realidade* abordaria outro tabu. Desta vez a proposta era discutir o *Adulterio*¹⁷⁷. A matéria foi escrita por Narciso Kalili e se abria com um confronto de opiniões que já se tornara padronizado: de um lado, o psiquiatra José Ângelo Gaiarsa; de outro, o Padre Eugène Charbonneau. Para o primeiro, que era apresentado como autor do livro *A Juventude Diante do Sexo*, o adultério, "antes de maldição, talvez seja um bem para a humanidade". Para o segundo, apresentado como professor de Filosofia, o adultério "é um mal, pois o amor e o casamento exigem fidelidade".

No contraste entre as duas opiniões, a rigor, não era o adultério que estava em discussão, mas era a própria discussão que ganhava importância. Os valores expressos pelas duas personalidades eram valores recorrentes nos padrões de comportamento da família monogâmica, mas na verdade, não era disso que se tratava: a polêmica é que dizia respeito ao centro do problema. Era da possibilidade de que o tema viesse à tona e fosse discutido que a reportagem tirava sua força narrativa. Narciso Kalili descrevia cinco situações reais. Em todas elas, a abordagem do problema proposto reiterava a tônica dos textos de Gaiarsa e de Charbonneau: "em vez de trair ela deve decidir com quem ficar", "a fidelidade é importante mas não pode ser obrigação", "mulher que comete adultério é mulher perdida", "eles abusam e depois as abandonam como uma coisa usada", "estive com um homem casado por um ano. Precisava de amor".

Em torno das cinco situações o repórter deixava sempre que os personagens que protagonizaram as experiências falassem por si, num texto fluente, literariamente construído, que não poupava interjeições, exclamações, diálogos imanentes dos fatos narrados. No conjunto, um quadro representativo de pessoas comuns que se debatiam em torno de posturas éticas que a realidade cobrava para além da instituição tradicional da família. Não havia definição da matéria; o repórter "fotografava" os elementos vivenciados e os expunha ao leitor, quase dizendo: "Esta é a situação, o que você pensa a respeito dela?". Nesse procedimento, a revista tornava-se o núcleo desestabilizador do convencionalismo, como era da natureza de toda a conjuntura cultural circundante do período.

¹⁷⁷ Aqui está o *adultério*, março de 1968, pág. 142.

A dessacralização da *família*, como se vê, esteve presente nas páginas de *Realidade* durante toda a fase inicial da existência da revista. O tema era pautado no âmbito de seus desdobramentos estruturais que acabavam por compor um painel de questionamentos referentes ao cerne ideológico que o assunto trazia consigo. As matérias *revelavam* a mutação dos padrões consensuais conservadores, estimulavam o conhecimento verticalizado em torno do assunto e ampliavam as possibilidades de sua discussão.

CAPÍTULO 7

O EIXO DA ORDEM FAMILIAR: VISÕES DA MULHER

Todavia, nenhum dos desdobramentos que genericamente o eixo da família abrigava foi tão polêmico quanto a questão da *mulher* na sociedade contemporânea. O assunto tinha natureza explosiva do ponto de vista dos padrões de comportamento nas sociedades capitalistas e estava mesmo na ordem-do-dia de todos os movimentos políticos internacionais que ganharam destaque na década de 60. Já não se tratava de garantir à mulher o exercício de direitos políticos, de resto conquistados entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. A questão colocada no período de que trata este estudo era a do exercício pleno da cidadania feminina, envolvendo a liberdade individual, o trabalho, as relações pessoais, o sexo, a participação efetiva nos destinos políticos de cada formação social. No caso do Brasil, essa temática ganhava uma dimensão redobrada em face do autoritarismo instalado no país. A conjuntura de restrições às liberdades públicas se somava aos padrões ideológicos conservadores e senhoriais que se estendiam sobre a mulher. O direito pleno à cidadania feminina, portanto, era um tema de significado político imanente e fácil de ser associado não apenas a questões relacionadas com os padrões de comportamento que envolviam a ordem familiar, mas à ordem institucional como um todo.

O assunto esteve presente com extraordinária frequência nas reportagens que *Realidade* publicou. Já em seu primeiro número a revista havia apresentado o depoimento da atriz Ingrid Thulin, todo ele girando em torno de uma "nova moral" que permitia que os suecos desfrutassem do estabelecimento de um nível de liberdade feminina visto como *modelo* pela jornalista Oriana Fallaci¹⁷⁸.

O segundo número da revista havia abordado indiretamente a questão da mulher na reportagem sobre o problema do controle da natalidade¹⁷⁹. No histórico que apresentou sobre a questão, a reportagem atribuía à luta da norte-americana Margaret Sanger os avanços registrados nos Estados Unidos pela popularização do uso de anticoncepcionais: "**Desde os princípios do século, enfrentando a moral puritana e velhas leis que consideravam os anticoncepcionais e a regularização de nascimentos 'obscenos e imorais'**, Margaret Sanger viu numerosas vezes suas reuniões serem suspensas pela polícia e suas clínicas serem fechadas. Foi até presa, mas nunca desanimou". Quer dizer, o enfoque da matéria, ainda que predominantemente voltado para os aspectos sócio-econômicos do controle do crescimento populacional, como já foi dito, ganhava uma dimensão politizada na medida em que estabelecia um vínculo direto entre as restrições morais ao uso de anticoncepcionais e a luta política, neste caso individualizada pelo exemplo da líder norte-americana.

¹⁷⁸ *As suecas amam por amor*, abril de 1966, pág. 110.

¹⁷⁹ *Brasil: 60 milhões de pilulas por ano*, maio de 1966, pág. 16. Grifos nossos.

Mesmo quando tratou da questão do divórcio, *Realidade* deu às matérias publicadas uma abordagem que destacava a garantia dos direitos da mulher na possibilidade dessa forma de dissolução legal do casamento¹⁸⁰. No texto de José Carlos Marão a relação entre a questão feminina e o caráter defasado da legislação brasileira sobre o assunto era clara. Referindo-se à situação de um casal que vivia numa situação que os juristas chamavam de "concubinato", o repórter era incisivo: "União desse tipo, com casamento no exterior ou não, existem em grande quantidade. A lei não proíbe e a sociedade aceita. Segundo muitos, falta apenas a legalização dessa situação de fato, para dar amparo econômico à viúva, caso o marido morra".

A questão feminina também estava presente quando *Realidade* investigou o problema da juventude¹⁸¹. A pesquisa feita pela revista e tratada no texto de Duarte Pacheco, quando apontava para a "nova moral" que decorria dos padrões de comportamento contestários de meados dos anos 60, dava ao papel da mulher jovem um duplo significado: a luta pelo respeito aos valores de *sua* geração, e a luta pela superação dos valores éticos que a confinavam à passividade feminina na aceitação do comportamento padronizado pela moral conservadora. Nesse sentido, as respostas dadas ao questionário de José Gaiarsa, quando focadas sobre o universo de mulheres que abrangeu, dava à reportagem uma dimensão maior, remetendo-a ao questionamento de estruturas que não diziam respeito apenas ao jovem, mas à sociedade como um todo. E nesse caso, as mulheres - ainda de acordo com os índices apresentados na pesquisa - traduziam um grau de descomprometimento mais elevado que o dos homens: elas manifestavam maior consciência em relação à educação sexual, maior despreendimento em relação à estrutura do casamento, maior liberalidade em relação à contracepção, embora ainda fossem mais conservadoras que os homens em todas as questões sobre as relações sexuais. Esse quadro mostra que as matérias de *Realidade* encontravam um contexto favorável à polêmica em torno de padrões de comportamento, mas era um quadro duplamente favorável ao debate sobre o papel da mulher, um debate surdo que pré-existia às matérias da revista, mas que a sintonia de sua pauta com os problemas do presente não deixava escapar.

Nada se comparou, no entanto, ao alvoroço que *Realidade* provocou em seu número de janeiro de 1967, uma edição inteira dedicada à mulher brasileira¹⁸². Na apresentação do material, o diretor da revista, Roberto Civita, informava que a elaboração do número especial havia consumido três meses de "uma grande pesquisa nacional. Entrevistamos 1.200 mulheres de todos os tipos, idades e mentalidades, de Pernambuco ao Rio Grande do Sul. Tabulamos mais de 100 mil respostas". O

¹⁸⁰ *Desquite ou divórcio?*, julho de 1966, pág. 26.

¹⁸¹ *A juventude diante do sexo*, agosto de 1966.

¹⁸² *A mulher brasileira, hoje*, janeiro de 1967. Edição especial.

resultado, para a direção de *Realidade*, era "o maior estudo do gênero jamais realizado no Brasil".

E, de fato, era isso. A pesquisa referida por Civita não deixou de abordar nenhum tabu, como *Realidade* já vinha se caracterizando para o público leitor: política, família, religião, economia, esportes, lazer, moral, sexo, casamento, enfim, toda a simbologia da ética foi objeto do trabalho que abria o número especial. O resultado foi contundente: o retrato da mulher brasileira, em 1967, emergia das páginas de *Realidade* como a configuração de um universo em transformação que punha em xeque valores consensuais arraigados na vida brasileira. Sobre todos os itens em que foram questionadas, as entrevistadas manifestavam um grau de *independência* e de liberdade que indicava a existência de um segmento social majoritariamente afinado com a modernidade e sensivelmente crítico em relação aos problemas de seu tempo. Os resultados apresentados pela pesquisa eram uma amostra da *interação* que *Realidade* promovia com a contemporaneidade, neste caso especificamente em relação à *visão* que suas reportagens estendiam sobre a conjuntura de meados dos anos 60.

Os percentuais da pesquisa eram a *peça de resistência* do número de janeiro, mas a revista não se restringiu a eles. As matérias que se seguiam discutiam a questão da superioridade entre os sexos, faziam a radiografia da estrutura física da mulher e de todo o aparelho reprodutor feminino, traçavam o perfil de religiosas envolvidas com questões sociais, abordavam em fotos e textos o momento do parto, traçavam ainda o perfil de Ítala Nandi, apresentada como uma mulher livre e independente, carregada de convicções perturbadoras sobre os padrões conservadores, discutiam questões de ordem sentimental, analisavam a personalidade e o trabalho de uma mãe de Santo, dissecavam histórias de casamentos desfeitos, o perfil de uma empresária, de uma mãe solteira que se proclamava orgulhosa disso e ainda questionavam, na última página, se a mulher devia ou não ser "virgem ao casar".

Os textos dessas reportagens podem ser situados entre aqueles que mais definem o código narrativo da revista. Em todos eles, a experiência vivenciada pelo repórter com a personalidade objeto da matéria ou com a situação reportada ocupava papel central na sua elaboração, mesclando-se recursos literários, atemporalidade, reconstrução de ambientes. O resultado final era duplamente significativo: de um lado, a temática explosiva; de outro, a forma de reportar densa em que a objetividade factual caminhava paralela a uma estrutura textual que segurava o leitor num *enredo* vivenciado. O repórter *contava*.

O conservadorismo, no entanto, cobrou da revista *Realidade* o preço desse conjunto de transgressões: um outro Juiz de Menores, agora de São Paulo, decidiu apreender o número especial sobre a mulher antes mesmo que todos os exemplares chegassem às bancas. Foi acompanhado na decisão, poucos dias depois, pelo Juiz de Menores da Guanabara. Para ambos, a edição especial de *Realidade* era "obscena" e "ofensiva à dignidade da mulher".

No número de fevereiro de 1967 a direção da revista denunciou a apreensão, evidentemente fazendo uso do duplo sentido que a palavra permitia¹⁸³. Segundo a nota, a retenção dos exemplares da revista na gráfica era medida arbitrária porque privava do acesso a ela leitores que estavam fora da jurisdição das autoridades coatoras. O fato era visto como uma ameaça à liberdade de imprensa agravada pelo sentido pessoal que a decisão de uma autoridade administrativa adquiria. "Esse tipo de apreensão ameaça jornais e revistas que publicarem fatos, estatísticas e opiniões julgados inconvenientes a critério exclusivo de uma única pessoa".

A contestação da revista, no entanto, não era importante por seu aspecto jurídico, embora o exercício arbitrário da autoridade judicial pudesse ser visto no quadro mais amplo das crescentes dificuldades que a existência da liberdade de imprensa ia criando para os setores mais "duros" do Estado. A contestação da revista era significativa pelo que denunciava de descompasso entre a tematização da questão da mulher, a polêmica que se seguia a ela, e a capacidade da sociedade política em absorvê-las. Tanto quanto o impedimento que *Realidade* sofreu ao ser proibida de publicar a parte conclusiva de sua pesquisa sobre os jovens diante do sexo¹⁸⁴, a apreensão do número especial sobre a mulher denotava que o jornalismo investigativo estava afinado com o movimento e as inquietações da sociedade civil e levava consigo interesses financeiros de vulto.

Nesse sentido, é importante destacar que a nota da Editora Abril sobre a apreensão do número especial de janeiro de 1967 argumentava nos dois planos. No primeiro, a revista indagava: "O que havia de obsceno na edição apreendida? Os dois juízes de Menores não especificaram. Mas certas pessoas supõem que eram os desenhos científicos mostrando o funcionamento do corpo feminino. Alguns apontam uma estatística sobre o índice de abortos (incluídos nos resultados da maior, mais variada e mais cuidadosa pesquisa de opinião e de comportamento jamais realizada entre mulheres brasileiras). Outros mencionam uma entrevista com uma moça que não se envergonha de ser mãe solteira; a foto de uma prostituta que - pelo milagre da maternidade - confessa sua intenção de se regenerar; e o debate da última página, onde duas escritoras conhecidas apresentam opiniões divergentes sobre a importância da virgindade pré-matrimonial.

"Finalmente, muitos pensam que uma determinada foto, publicada na reportagem sobre uma parteira do interior, foi julgada 'obscena' pelos defensores da moralidade pública.

"Torna-se evidente, portanto, que a 'obscenidade' - no sentido exato da palavra - não estava em jogo, pois a revista não continha sequer uma frase maliciosa, um fato provocante, um desenho erótico ou um texto libidinoso. **O que estava - e ainda está - na balança é uma atitude perante a vida, o mundo e a realidade brasileira**"¹⁸⁵.

¹⁸³ *A apreensão de Realidade*, fevereiro de 1967, págs. 3 e 4. Grifos nossos.

¹⁸⁴ *A juventude diante do sexo*, setembro de 1966, pág. 3.

No segundo plano, a nota da Editora apontava para outra ordem de problema: aquele que vinculava sua proposta editorial à recepção do público e, por conta disso, a estrutura empresarial envolvida na operação *Realidade*. Dizia o texto:

"Desde nosso primeiro número, em abril de 1966, manifestamos a opinião de que a única maneira de resolver problemas é enfrentá-los. E nos meses que se seguiram a **jovem equipe que faz esta revista procurou não perder de vista as dúvidas e problemas que são continuamente levantados, ponderados e debatidos no Brasil inteiro**. A recepção foi entusiástica: em apenas seis meses, *Realidade* alcançou a maior tiragem do país, com 475.000 exemplares e mais de um milhão e meio de leitores por edição.

"A apreensão do número de janeiro constitui, assim, muito mais que uma simples ação punitiva contra qualquer vulgar publicação licenciosa. (...) **Significa que basta a simples opinião de uma autoridade administrativa para anular meses de trabalho e provocar vultosos prejuízos materiais**".

A argumentação da nota sobre a apreensão da revista dá indícios de que, antes de completar um ano de existência, *Realidade* deixava a Editora Abril em desconforto com a publicação que havia criado. Seu êxito de público - e, por consequência, publicitário - estava preso à proposta editorial da revista, uma proposta de uma "jovem equipe" sintonizada com os problemas que o país debatia. O ônus dessa proposta, em que a redação decidia 11 das 13 matérias possíveis por número, conforme depoimento de José Hamilton Ribeiro, residia no fato de que apartava a empresa do Estado. Profundidade editorial e convivência com a situação autoritária não poderiam andar juntas. Ou ainda, no plano da formulação teórica que sustenta uma das hipóteses deste trabalho: a apreensão do número especial sobre a mulher brasileira punha à tona um conflito incontornável que a Indústria Cultural viveu em meados da década de 60, o de que parte de sua viabilidade econômica estava atrelada ao realismo crítico de seus profissionais e ao sentido *engajado* que sua produção adquiria.

Esse conflito, no entanto, deixava momentaneamente as páginas da revista e ia ser resolvido na Justiça. Os documentos que traduzem a indignação das autoridades coatoras com as matérias publicadas no número de janeiro de 1967 e aqueles que contestam as acusações feitas à revista são peças importantes para a compreensão de toda a extensão do seu significado¹⁸⁶, como se verá.

Para Artur de Oliveira Costa, o Juiz de Menores de São Paulo que determinou a apreensão, a questão não era apenas a obscenidade: "A publicação contém algumas reportagens obscenas e profundamente ofensivas à dignidade e à honra da mulher, ferindo o pudor e, ao mesmo tempo, **ofendendo a moral comum**, com graves inconvenientes e incalculáveis prejuízos para a moral e os bons costumes".

¹⁸⁵ *A apreensão de Realidade*, fevereiro de 1967, págs. 3 e 4. Grifos nossos.

¹⁸⁶ Os documentos referidos foram publicados em *Realidade* de fevereiro de 1967, págs. 6 e seguintes. Grifos nossos.

Já o despacho do Juiz de Menores da Guanabara, Alberto Cavalcanti de Gusmão - o mesmo que impediu a publicação do resultado final da pesquisa sobre a opinião dos jovens nas questões sexuais e também o mesmo que havia se pronunciado na última página contrário à educação sexual nas escolas¹⁸⁷ - foi mais revelador sobre o que a revista *Realidade* estava representando para o universo dos padrões conservadores:

"Volta a REALIDADE aos temas que já provocaram pronunciamento deste juízo. E volta a esses temas - amor livre, comportamento sexual etc - em **reportagens de absoluta desenvoltura**. Quem vem acompanhando a linha de desenvolvimento de trabalhos divulgados pela revista, percebe claramente que **a direção do periódico, fugindo aos propósitos comuns de periodismo no Brasil - informar corretamente, divulgar as coisas e idéias, dentro do panorama dos nossos costumes, aceitando ou combatendo moderadamente os nossos hábitos e as nossas tradições - resolveu bem ao contrário, encetar uma campanha e realizar uma verdadeira revolução radical no terreno da moral familiar.**

"Revista moderna, tecnicamente bem feita, procura apoiar as suas reportagens em pesquisas e levantamentos. **Mas não faz apenas pesquisas e levantamentos e sim defende teses**, promove campanha aberta e dissimulada. Até onde poderão os órgãos de divulgação assumir tal posição contrária aos cânones morais adotados pela nossa sociedade e consagrados nas leis do país?

(...)

"A revista REALIDADE divorcia-se, destarte, da realidade brasileira e, em matéria de costumes, de moral familiar, intenta promover - ao que parece - uma verdadeira revolução".

A Editora Abril contestou as alegações dos dois juízes e recorreu às instâncias superiores para obter a liberação da revista. Na argumentação contraposta às afirmações do juiz de São Paulo, os advogados da empresa insistiam nos aspectos técnicos da decisão judicial e apenas formalmente questionavam as acusações de obscenidade que pesavam sobre as reportagens da mulher brasileira. A contestação às opiniões e conceitos do juiz carioca, no entanto, eram mais extensas e, na mesma medida dos argumentos desenvolvidos pela autoridade coatora, mais profundas.

Segundo a revista, além da discussão sobre a permanente afirmação de obscenidade atribuída às matérias do número de janeiro de 1967, o que estava em jogo era a afirmação de que *Realidade* vinha promovendo uma "verdadeira revolução radical no terreno da moral familiar". Para os advogados da Abril a postura da revista ia ao encontro daquilo que o próprio Papa Paulo VI havia identificado como "perturbação atual dos espíritos e mudança nas condições de vida". Nesse processo, "a inteligência

¹⁸⁷ *A educação sexual deveria ser obrigatória nas escolas?*, agosto de 1967, pág. 162.

humana dilata de certa maneira o seu domínio também sobre o tempo. Sobre o passado, pelo conhecimento histórico. Sobre o futuro, pela arte prospectiva e pela planificação. O progresso das ciências biológicas, psicológicas e sociais não só contribui para que o homem tenha um conhecimento melhor de si mesmo, mas também ajuda a influenciar diretamente na vida da sociedade..."

Realidade, assim, estava afinada com as questões de seu tempo, inclusive com aquelas que a Igreja Católica identificava como importantes. E o que a publicação fazia - ainda segundo os argumentos apresentados - era "divulgar esses conhecimentos pela forma popular de uma revista de alto nível e acessível a todos, não só pelo preço, mas também pela sua linguagem". O recurso da Abril se estendia pela análise de cada uma das matérias publicadas no número especial de janeiro de 1967. Em todas elas, o eixo da argumentação era o da contemporaneidade que se estabelecia entre a reportagem e o fato, o fato e a consciência, a consciência e a discussão que a abordagem das questões do cotidiano permitia.

Embora se tratasse de uma argumentação judicial repleta das cores fortes e da dramaticidade que caracterizam invariavelmente a natureza desses documentos, o fato é que havia em torno das alegações de parte a parte uma dose significativa de pertinência excludente entre o discurso da *conservação* e o da *transgressão*. A revista tinha tocado a sensibilidade do aparato ideológico conservador e provocou reação legal correspondente. Essa reação não dispunha ainda dos censores que se antecipavam à apreensão judicial de publicações e convivia com o caráter híbrido da conjuntura política do período, submetendo sua contrariedade ao ritual dos tribunais. A revista, de sua parte, ocupava o espaço e fazia coro com o leitor.

Só no segundo semestre de 1968 a pendência judicial sobre a apreensão de *Realidade* chegou ao fim e a revista, no número de novembro, se apressou em publicar os trechos principais do voto do Ministro Aliomar Baleeiro, do Supremo Tribunal Federal, a respeito do assunto¹⁸⁸. Na época, o STF era palco do confronto que setores da magistratura estabeleceram com a ordem autoritária que procurava se institucionalizar com a legislação de exceção; e Baleeiro era uma espécie de obstáculo para as tendências mais ortodoxas do regime militar. Até que o AI-5 fosse editado, em dezembro daquele mesmo ano, a conjuntura política do país permitia que seus votos se transformassem em reservas das elites civis liberais já parcialmente divorciadas do Estado. No caso do julgamento da apreensão da revista *Realidade* não foi diferente.

Em seu voto, o Ministro não contestava o direito da sociedade - o Estado incluído - "defender-se do obsceno e repugnante e, sobretudo, preservar de influências deletérias o caráter do adolescente e da criança". Reconhecia mesmo, nos termos da Lei de Imprensa então em vigor (datada de 1953), os poderes que o Juizado de Menores tinha de agir como agiu. Mas ressaltava que "o conceito de obsceno, imoral, contrário aos bons costumes, é condicionado ao local e à época". Embora atribuísse a apreensão da revista a uma "atitude discriminatória" promovida pelos que viam em *Realidade* uma

¹⁸⁸ *Liberada edição sobre "a mulher brasileira, hoje"*, novembro de 1968, págs 4 e 5. Grifos nossos.

publicação "comprometida com editoras estrangeiras", Baleeiro entendia que havia "direito líquido e certo de alguém expor e defender livremente seu pensamento, respondendo pelos abusos que cometer. O cidadão pode dizer e publicar o que pensa sobre o nudismo, a igualdade de sexos, a defesa jurídica e social da mãe solteira, a educação sexual, o divórcio, o comunismo, o anarquismo, a existência de Deus, a historicidade de Cristo, a pílula anticoncepcional e não sei quantos **temas do nosso tempo**, alguns dos quais foram de todos os tempos". Tendo analisado o número recolhido, o Ministro dizia não ter encontrado nele "o caráter de publicação obscena, imoral, sórdida ou contrária aos bons costumes". E concluía: "Não há ofensa aos padrões atuais do Brasil..."

Dessa forma, a batalha judicial travada em torno da apreensão do número especial de *Realidade* sobre a mulher havia sido reveladora: mostrava o terreno concreto em que se moviam os textos da revista. As reportagens, por força de sua concepção investigadora, andavam esbarrando na complexidade contraditória dos valores de uma sociedade urbana em transformação, e as manifestações jurídicas em torno da questão mostravam isso. Obviamente, não haveria como recuperar os 20 meses que a direção da revista esperou pela decisão do STF porque o momento havia passado, mas o voto de Baleeiro, a julgar pela apresentação do texto no número de novembro de 1968, dava aos profissionais de *Realidade* um ânimo redobrado, especialmente em vista do clima político que o país vivia.

Realidade voltaria indiretamente à temática dos novos valores femininos nem bem havia assentado a poeira levantada com a apreensão do número de janeiro de 1967. Com efeito, já no mês de junho, numa reportagem aparentemente voltada exclusivamente para o aprofundamento de conhecimentos científicos, a revista abordou a questão do parto¹⁸⁹. O texto de Carlos Azevedo, a par do cuidado demonstrado em desmistificar o suposto sofrimento de parturientes, relacionando-o com os avanços que haviam surgido na medicina, tratava de problemas mais amplos, vinculados à própria educação feminina. Para o repórter, boa parte das deformações existentes em torno do assunto eram consequência da persistência de valores educacionais opressivos, que acabavam por transformar a maternidade numa mistura de ansiedade e sacrifício. A reportagem estabelecia, assim, a ligação entre o conhecimento objetivo em torno do tema e valores herdados das "nebulosas informações sobre sexo, a noção do pecado e a necessidade de um castigo através do sofrimento". Acrescentando: "As proibições do sexo ligadas intimamente à moral religiosa (o pecado) e ao medo de gravidez durante as relações sexuais desenvolvem um sistema refinado de autopunição que normalmente terminam numa gestação cheia de sofrimentos (...) e num parto doloroso".

As matérias que transgrediram o universo conservador da ética feminina, contudo, não se restringiram à temática dos valores consensualmente "morais". Como já foi dito, a conjuntura cultural do período era mais abrangente e reivindicava a revisão do papel da mulher na dimensão da cidadania plena, desdobramento que enveredava para a

¹⁸⁹ *A dor do parto não existe*, junho de 1967, pág. 150

órbita de sua ação política, obviamente compreendida aqui no seu sentido imediato, o da ação política institucional. Sem dúvida, em 1967, em plena construção dos mecanismos de controle autoritário da sociedade civil brasileira, o tema era repleto de apelos e, em torno dele, formava-se no cotidiano dos segmentos médios uma valoração de personalidades que o simbolizavam, especialmente em conjunturas que guardavam semelhança com a situação nacional. Eram personalidades que consolidavam o discurso jornalístico da grande reportagem feita por *Realidade*.

O exemplo é o perfil de Melina Mercouri desenhado em entrevista feita por Oriana Fallaci e publicada por *Realidade* em outubro de 1967¹⁹⁰. A atriz grega havia sido praticamente banida de seu país pela ditadura militar e embora ainda fosse vista internacionalmente como "sexy e talentosa" por suas atuações no cinema, sua postura militante em favor da democracia apresentava ao público uma nova imagem: a de "heroína nacional no exílio", como definiu a entrevistadora. Ao longo da matéria, Oriana Fallaci contrapunha essas duas versões que cercavam então o *mito* da cultura de massas - a da mulher que sempre teve "uma sorte louca", vivendo o *conto de fadas* do estrelato, simultaneamente com o compromisso da consciência política. *Realidade* já havia feito isso, de certa forma, com o perfil de Ítala Nandi no número especial apreendido pela justiça¹⁹¹. Com Melina Mercouri a entrevista continha o discurso anti-fascista associado à campanha internacional de denúncias contra as arbitrariedades cometidas pela ditadura grega, discurso que se confundia com a própria questão do novo papel da mulher: "Nestas últimas semanas - dizia a atriz - transformei-me em outra mulher: alguém que sabe dizer não. Antes, não conseguiria. À primeira lágrima, à primeira carícia, logo respondia sim. E desta maneira obedecia sempre aos outros, mudando de opinião a cada instante. Agora sei o que quero: sei dizer não. Recebi um grande dom, o de descobrir a injustiça. E junto com a injustiça, descobri a dignidade".

A questão da dignidade feminina apareceu nas páginas de *Realidade* de forma variada, e ganhou intensidade quando a revista abordou a personalização de novos padrões de comportamento: o tema esteve presente nas entrevistas (Ingrid Thulin, Ítala Nandi, Melina Mercouri), mas tinha tonalidade ainda mais forte quando a identificação do problema era a dimensão da "marginalidade" da mulher em atividades que os padrões conservadores assim consideravam. Foi o caso da *mãe solteira*, abordado no número especial apreendido¹⁹²; e foi também o caso da matéria publicada em abril de 1968 sobre mulheres que ganhavam a vida fazendo *shows* de *strip-tease* em São Paulo¹⁹³. Neste caso, o texto de Fernando Portela tinha um desdobramento que ia direto ao eixo familiar, como se pode concluir adiante.

¹⁹⁰ *Vou mostrar ao mundo como a ditadura é ridícula*, outubro de 1967, pág. 176.

¹⁹¹ *Esta mulher é livre*, janeiro de 1967, pág. 76. Edição especial.

¹⁹² *Sou mãe solteira e me orgulho disso*, janeiro de 1967, pág. 116. Edição especial.

¹⁹³ *Meire vive tirando a roupa*, abril de 1968, pág. 36. Grifos nossos.

A mãe solteira não se envergonhava de sua condição; a mulher da vida noturna pensava da mesma forma: crítica de seu público ("Veja do que o público gosta; que animais!") e ciosa da sua consciência ("Não, não é arte; mas nós precisamos viver"). Na conclusão da matéria, o viés psicanalítico e sociológico que trazia à discussão, juntamente com a questão da dignidade, os padrões de comportamento em transição e que estavam na polêmica da ordem familiar:

"Um psiquiatra, José Gaiarsa, afirma que a imagem da mulher honesta, a que esconde pudicamente o corpo diante do marido, é a responsável pelo triste espetáculo do Santana (uma das casas noturnas onde o repórter acompanhou a reação do público masculino na presença do nu feminino). E conclui que boa parte dos homens que estão na platéia, olhos fixos no corpo de Mara Lupion, são os maridos dessas mulheres.

"Numa estimativa pessoal, o médico acha que mais da metade das mulheres casadas, de trinta anos em diante, têm vergonha de se despir diante do marido. Por isso, quem está no Santana não faz mais nada senão preencher um interesse fundamental, sadio e sistematicamente frustrado, isso valendo também para os solteiros. 'A nudez humana é suprimida irracional e estupidamente sem nenhum motivo plausível...

(...)

"Um sociólogo, Ruy Galvão de Andrade Coelho, diz que os tabus do mundo ocidental não foram vencidos e a mulher nua aparece enquadrada dentro de um tipo de consumo, na capa de revistas ou no *strip-tease* do Santana. **E que os próprios moços ocidentais não têm uma atitude revolucionária contra os velhos padrões de valores. Sua atitude é de rebelião, apenas; eles não têm valores próprios a oferecer.** Aí vem a ambiguidade que gera neurose. Vejo meninas universitárias, tentando libertar-se do preconceito burguês, assumindo atitudes livres, tornarem-se verdadeiramente neuróticas".

A construção de um novo entendimento sobre a questão feminina, por isso, estava presente numa gama variada de temas. Contudo, quando a abordagem resvalava para a "marginalidade", o padrão referencial adquiria um significado denso, causa da produção de textos repletos de uma carga vivenciada e denunciadora. Foi assim com a reportagem sobre a prostituição¹⁹⁴ feita por um grupo amplo de profissionais: Carlos Azevedo, Celso Kinjô, Raimundo Rodrigues Pereira, Percival de Souza e Fernando Portela, com texto de Mylton Severiano da Silva. A matéria era uma radiografia de múltiplos sentidos: a crise social na raiz do problema, a desmistificação da "vida fácil", os sonhos das prostitutas, a rede de interesses envolvida na exploração das mulheres, o debate acadêmico em torno do assunto. No tratamento de cada um desses aspectos, a narrativa oscilava entre o recurso ao ficcional, a insistente presença do texto literário e a informação factual impactante:

¹⁹⁴ *Prostituição*, julho de 1968, pág. 131.

"Ela está nas ruas, nos bares, nos hotéis, nos prédios de apartamentos. No centro das grandes cidades, e nos bairros afastados das cidades pequenas. Na preocupação dos governos, da polícia, dos juristas, dos sociólogos, dos religiosos, das famílias. Ela é a prostituta. Não tem sobrenome. Chama-se apenas Marina, Marly, Solange, Esmeralda. Contar a história desta é quase repetir a história daquela. Marina, por exemplo. Até os dez anos, viveu num vilarejo do interior, com os pais e mais cinco irmãos. O pai, meio lavrador, meio trabalhador urbano sem especialidade. A mãe, lavadeira. Brigas terríveis em casa, o pai às vezes bebia, gritava com todos, xingava, batia, acusava a mulher de estar traindo-o. Marina, a mais velha, corria para fora, mesmo que fosse de noite, socorria-se dos vizinhos, amedrontada.

"Um dia, uns tios da capital a levaram, junto com o irmão de nove anos. A família se desintegrou, anos depois. Morreu o pai, a mãe entregou mais três crianças a outros parentes e refugiou-se com o caçula na casa de sua madrastra, numa cidadezinha mineira. Aos treze anos, semi-analfabeta, Marina empregou-se de babá numa casa de família. Aos catorze, defloramento".

Como se vê, os elementos que compunham o texto adquiriam a força da generalidade em função do recurso literário aplicado à particularidade. Não havia descrição factual, embora todos os termos do texto fossem, em si mesmos, factuais. O que havia era a revelação do elemento trágico que integrava a vida das mulheres que *Realidade* queria retratar. No desenrolar da matéria, iam se acrescentando, um a um, os componentes do universo desse destino: "todas gostariam de viver como uma mulher normal, ter um lar", "a maioria já tentou mudar, mas sempre alguma coisa impediu", "todos estudam o problema e apontam uma solução. Existe solução?", "onde todas são iguais", "isto não é vida" etc. No centro da questão, a mulher e os padrões da moralidade que se movimentavam para determinar sua *exclusão* do universo civil, para determinar sua marginalidade. Nesse contexto, a matéria caminhava num texto de inegável singularidade expressiva.

Embora a reportagem sobre a prostituição apresentasse o debate acadêmico e jurídico sobre o problema, envolvendo autoridades policiais, professores universitários e juristas - inclusive com a transcrição das conclusões de um primeiro "Seminário sobre a Prostituição" realizado em Ribeirão Preto -, *Realidade* ainda incluiu naquela edição, na última página, a discussão sobre o possível confinamento da prostituição, entregando o debate a dois delegados de polícia¹⁹⁵.

As questões envolvendo a nova ética que se formava na época em torno da mulher, ou aquelas que sustentavam sua polemização, estiveram, portanto, permanentemente nas páginas da revista. Elas vieram à tona de forma recorrente na matéria de Norma Freire sobre o aborto¹⁹⁶, na reportagem de José Gaiarsa sobre a Suécia ("A mulher trabalha e

¹⁹⁵ *Prostituição: confinamento é a solução?*, julho de 1968, pág. 178.

¹⁹⁶ *O aborto*, junho de 1968, pág. 156.

pode sentir orgulho de ser livre")¹⁹⁷, no debate de última página entre dois padres sobre o uso de pílulas anticoncepcionais¹⁹⁸. Nesses momentos, *Realidade* se transformava num instrumento de duplo valor, como já foi possível afirmar: repercutia sobre uma espécie de ordem-do-dia que ocupava o cotidiano de seu público e fazia sobre ele próprio repercutir o resultado do trabalho de seus profissionais.

¹⁹⁷ *Os suecos são felizes?*, agosto de 1968, pág. 128. *Realidade* publicou ainda uma matéria internacional sobre a questão da libertação feminina: *Gueixas, adeus*, dezembro de 1968, pág. 246.

¹⁹⁸ *Depois da nova Encíclica de Paulo VI é pecado usar a pílula anticoncepcional?*, setembro de 1968, pág. 210.

CAPÍTULO 8

VISÕES DO JOVEM: A ORDEM AMEAÇADA?

Este trabalho já fez referência à mitologia construída em torno dos padrões de comportamento da juventude a partir dos anos 50, e enfocou o assunto como um dos desdobramentos que a questão da *família* encerrava na discussão sobre sua estrutura, sua permanência e sua estabilidade. O complexo dos valores simbólicos conservadores tinha nesse desdobramento um dos alicerces de sua argumentação, que corria paralelamente à *disciplina* da mulher. Na verdade, eram dois componentes vistos como responsáveis pela conservação, ambos igualmente subordinados à ética da submissão. Cada um deles, a seu modo, representava no período estudado a garantia da imobilidade, num momento em que nada mais podia ser considerado imóvel. Ao contrário, se houve uma característica comum aos fenômenos costumeiramente utilizados para o retrato dos anos 60, essa foi idubitavelmente o sentido instável de todas as estruturas que compunham o organismo social. Dessa forma, a segurança de que a preservação da "rigidez" moral, a assexualidade, o conformismo, para a mulher e para o jovem, fossem garantias da estabilidade e da reprodução do futuro, essa segurança encontrava-se consideravelmente abalada.

Tudo indica, como parece ter ficado demonstrado até aqui, que *Realidade* acompanhou esse processo, estimulando-o até. Quando transgrediu com os valores da ordem familiar, em si mesma e no âmbito das questões que relacionavam essa ordem com a mulher e o jovem, a revista tanto era efeito e causa de uma postura *inserida* de seus jornalistas nos problemas do seu tempo, como, de outro lado, alimentava a *construção* de um código narrativo em que se mesclavam recursos inusuais no jornalismo brasileiro.

Para *Realidade*, no entanto, a problemática do jovem não foi vista apenas como um elemento da ordem familiar. Pelas dimensões que a questão tinha em meados dos anos 60, a mitologia construída era mais ampla, os valores éticos e os padrões de comportamento que se alteravam andavam juntos com outras posturas que podem ser entendidas como marcadamente *políticas*, sem que deixassem de ser políticas aquelas que diziam respeito à ética e ao comportamento. A revista voltou sua atenção para isso em várias oportunidades: abriu espaço para que suas matérias versassem sobre a contestação da ordem do Estado, no Brasil e em outras partes do mundo. Mas fez isso com indicativos de maior cautela e, nesse sentido, deixou traços de que, nas questões obliquamente *políticas*, nem tudo estava em *desordem*.

A primeira manifestação específica da revista sobre a problemática do jovem foi a pesquisa publicada em agosto de 1966 versando sobre a questão sexual¹⁹⁹. A segunda parte do trabalho - como já foi dito - não chegou às bancas por força da intervenção da justiça. No entanto, já na apresentação da primeira parte dos resultados, o enfoque editorial que *Realidade* deu ao assunto mostrava que a polêmica sobre o

¹⁹⁹ *A juventude diante do sexo*, agosto de 1966, pág. 68.

comportamento da juventude não se restringia à especificidade da pesquisa, mas "a comportamentos e atitudes diante de todos os problemas da existência humana". Ao final, os percentuais apresentados revelavam um estado de transição e o surgimento de "uma nova moral" marcada pela autenticidade, pela exigência de respeito à individualidade e pela contestação do autoritarismo que permeava os padrões éticos. Em outras palavras: a pesquisa identificou um segmento social e etário marcado por um liberalismo que, em todos os sentidos, se coadunava com a conjuntura cultural do período.

Realidade voltou à questão dos jovens em julho de 1967, quando anunciou aos leitores a intenção de publicar no mês de setembro daquele mesmo ano uma edição especial sobre a juventude²⁰⁰: "Neste país - dizia a revista -, onde metade da população é constituída de menores de 21 anos, é muito importante saber o que os jovens estão pensando, fazendo e planejando". Para isso, a edição de julho anexava um questionário de 19 perguntas a ser respondido por pessoas entre 15 e 25 anos. No conjunto das questões, a parte essencial era aquela que indagava sobre perspectivas em relação ao futuro, opinião sobre o governo e os problemas brasileiros, religião, família, regimes políticos, educação, profissões, participação política e fontes de informação sobre a atualidade brasileira e internacional.

Em setembro de 1967, os resultados da pesquisa foram publicados em edição especial²⁰¹. O impacto da publicação foi menor que o da edição sobre a mulher: não houve apreensão em qualquer sentido, até porque inexistiu o sensacionalismo que a restrição judicial obviamente provocara em janeiro daquele ano. O resultado do trabalho, no entanto, não foi menos significativo. Além da pesquisa respondida diretamente pelos leitores (20 mil questionários foram devolvidos à revista), a Editora Abril havia encomendado uma outra, feita por instituto especializado (Marplan), ambas apresentando resultados convergentes. Depois, a sucessão de reportagens sobre a presença dos jovens em todos os campos de atividade: "a fábrica, o escritório, o campo, a universidade, a administração de empresas. (...) "Procuramos - dizia a apresentação do número especial - os que estão fazendo coisas importantes em política, ciência, arte, negócios. (...) Viajamos até um quartel na fronteira... Uma psicóloga e jornalista escreve sobre o conflito de gerações...".

Os percentuais apresentados na tabulação das duas pesquisas foram resumidos pela revista: "Os jovens acreditam ao mesmo tempo em Deus e no socialismo, não pensam em revolução, acham que há muita coisa errada, mas a maioria prefere não protestar contra os abusos e erros. Julgam que seu papel é estudar, trabalhar e preparar-se para o futuro. Estão mais a favor do que contra o governo, embora muitos nem se preocupem com isso. Pregam a fidelidade para marido e mulher, os rapazes exigem a virgindade feminina, e muitas moças a masculina. Muitos defendem o controle da natalidade e se inclinam pela separação quando o casamento fracassa". Era, evidentemente, um

²⁰⁰ *Retrato da juventude. Uma grande pesquisa nacional de "Realidade"*, julho de 1967, pág. 6.

²⁰¹ *A juventude brasileira, hoje*, setembro de 1967. Edição especial.

resumo simplificado de um perfil contraditório, onde os elementos representativos dos padrões conservadores de comportamento se misturavam aos mesmos traços de sua superação que a revista vinha pondo à mostra. A rigor, a pesquisa confirmava a análise de Ruy Galvão de Andrade Coelho quando foi entrevistado por *Realidade* na reportagem sobre os *shows* de *strip-tease*²⁰²: a *rebelião* dos jovens não tinha correspondência em suas atitudes individuais frente a muitos dos valores simbólicos da estabilidade burguesa.

O número especial sobre a juventude brasileira foi em busca desse conflito. Ao lado de matérias sobre o caráter multifacético da mitologia formada em torno do jovem - moda, padrões musicais, originalidade de comportamento, isto é, vários dos componentes que o marcavam como um consumidor estratégico e alvo de um padrão massificado que se consolidava na época, havia reportagens que investigavam o cotidiano do trabalho desse segmento que, na análise que Marialice Foracchi fez para a revista, moldava o mundo. E na investigação desse cotidiano, o resultado textual reiterava a *práxis* que marcava a produção jornalística de *Realidade*.

Para produzir a matéria sobre o *jovem operário*, José Hamilton Ribeiro havia passado três semanas numa fábrica de São Paulo. O repórter Henrique Caban havia trabalhado no campo oposto: foi viver, no Rio de Janeiro, como um *jovem dirigente* empresarial. Alberto Libânio mergulhou no campo estudantil. Luiz Fernando Mercadante havia se voltado para a investigação dos hábitos e valores do *jovem do interior* e, para isso, havia percorrido o mundo provinciano das cidades do interior de São Paulo e do Rio. A repórter Lana Nowikow ingressou no universo do *jovem bancário*, Narciso Kalili no universo do *jovem camponês*. Todas essas reportagens vieram para as páginas da revista com a característica da experiência vivenciada pelo jornalista, sempre em depoimentos onde o repórter, narrando na primeira pessoa, transpunha para o texto o painel da realidade concreta, retirando dele o conjunto dos valores simbólicos que teciam o comportamento da juventude brasileira. Ao final, *Realidade* deixava para o leitor um retrato impressionista de uma massa de individualidades penetrada pelos conflitos que marcavam a conjuntura brasileira.

O *jovem operário*, por exemplo, sonhava "em ser patrão algum dia"; não lia jornais, entendia "muito pouco de política"; estava às voltas com a sobrevivência e carregava consigo os objetivos da ascensão e da propriedade. Era o contraponto do universo empresarial, onde o *jovem dirigente* perseguia os padrões de eficiência e de racionalidade exigidos de quem "está no comando" das unidades que representavam o processo de intensificação da modernização vivida então pelo país, embora também mantivesse a ambição de "montar a própria empresa". Os jovens do interior lembravam muito pouco o estereótipo urbano de rebeldia e inovação. O repórter encontrou-os "amarrados à engrenagem monótona das pequenas cidades..." e se afligiam "com problemas que vão desde 'o que fazer no dia de hoje', até saber o que vão fazer na vida amanhã: permanecer na cidade natal, ou saltar para a frente e

²⁰² Meire vive tirando a roupa, abril de 1968, pág. 36.

procurar se integrar numa cidade grande...". Entre os jovens bancários, a repórter havia encontrado "um mundo bem comportado".

Esse sentido conformista da vida da juventude brasileira, claramente reportado nessas quatro matérias - na medida em que contrariava o mito da rebeldia e da contestação -, não era o mesmo que se percebia no texto de Alberto Libânio sobre a vida estudantil em Belo Horizonte, cidade escolhida por se realizar ali, em 1967, o XXIX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade que havia sido posta na ilegalidade pelo governo militar. Um mês depois de viver numa república e de participar de todos os desdobramentos da vida universitária, o repórter havia identificado um traço militante que permeava todas as atividades, estas sim correspondentes ao padrão da transgressão: a política como atividade do cotidiano, o sexo livre. Do outro lado, a crítica das autoridades universitárias: "estudante só quer saber de bagunça na rua", "ameaçam os alicerces da República".

O número especial sobre a juventude brasileira trouxe ainda outras reportagens. A leitura de todas elas reiterava o universo contraditório de um segmento da população brasileira que não poderia ser caracterizado apenas por sua classificação etária. Na verdade, os padrões de comportamento vinculados à cultura de massa, as indefinições existentes sobre as "carreiras" profissionais, o arrivismo do jovem operário, do jovem empresário, o provincianismo do jovem interiorano, permitiam entender que o "mundo jovem" não diferia do "mundo adulto", e reproduzia basicamente - e de forma predominante, pelo menos nas reportagens de *Realidade* de setembro de 1967 - a simbologia da conservação. As matérias publicadas pela revista absorveram essa constatação: o resultado final, não obstante a produção textual carregada do código narrativo que já havia se tornado o "estilo *Realidade*", era acanhado. A julgar por ele, a ordem não estava ameaçada.

A juventude só voltaria às páginas da revista em fevereiro de 1968 numa matéria não assinada sobre o movimento "hippie" norte-americano²⁰³. Embora a reportagem buscasse a definição do fenômeno procurando vê-lo alternativamente como "moda", "filosofia", "música" etc, havia um claro enquadramento de sua existência nos limites do nascimento de um novo humanismo caracterizado pelos *slogans* que se tornaram padronizados na época - e que foram aproveitados pelo próprio título da reportagem: *façam amor não guerra*. Na base desse enquadramento, contudo, era possível a leitura da contestação em dois níveis: em primeiro lugar, o nível da oposição de uma parcela da juventude norte-americana ao "complexo industrial-militar" que respondia pela intervenção no Vietnã; em segundo, o nível da oposição da juventude de todo o ocidente industrializado à sociedade de consumo.

O primeiro nível é o que estava no centro da reportagem de *Realidade*: as manifestações de inspiração *beatnik* ocorridas na Califórnia contra a guerra no sudeste

²⁰³ *Façam amor não guerra*, fevereiro de 1968, pág. 110.

asiático tinham no confronto com os segmentos militarizados o fator primordial de mobilização, referência que aparece sucessivamente na matéria em questão. Embora divorciados da "nova esquerda" americana (vista como "acadêmica"), "isto não impede - dizia a revista - que os hippies tomem incríveis providências para que cada vez mais e mais jovens se recusem a ir para a guerra. Criam centros ilegais que têm como único objetivo instruir os rapazes que não querem entrar para o Exército".

O segundo nível era mais amplo. Ele remetia ao complexo ideológico de extração marxista e romântica, já referido neste livro, de repúdio à racionalidade do sistema capitalista e aos valores de sua *ordem*. À matéria de *Realidade*, nesse sentido, *ênfatizava* o roteiro do discurso alternativo para essa sociedade: "As ruas da cidade - dizia um jovem entrevistado - já são tão cinzentas, tristes... Nós obrigamos as pessoas a não mais julgar pela aparência, a atingir o verdadeiro 'eu' dos outros. O que importa é fazer o que se quer, em qualquer momento ou lugar, com uma única condição: que isto não prejudique ninguém. Não acredito em obrigações religiosas, morais ou familiares. Só acredito na felicidade".

Não se tratava, assim, de um movimento localizado nos Estados Unidos, nem era apenas uma versão da geração *beatnik* dos anos 50, embora representantes dessa geração tenham ficado à sua frente em várias oportunidades. Eram "almas amorosas em busca de libertação da sua consciência cósmica, (...) em Londres, Hamburgo ou Paris", militantes da não-violência que davam "a medida da evolução de um ser, de uma sociedade ou de uma civilização".

Como o número especial de setembro de 1967 havia deixado claro, somente no âmbito estudantil a juventude brasileira se aproximava dos movimentos de contestação de meados da década de 60, embora em termos de modismos não faltasse aos jovens das classes médias urbanas ânimo para a cópia de cabelos, roupas, ritmos e cores. Não era essa reprodução da aparência, no entanto, o que interessava à revista. Em 1968, os conflitos que transformaram a Universidade brasileira no núcleo mais expressivo de oposição ao governo militar haviam atingido um nível elevado de ebulição. Por todo o país, mas com destaque inevitável para o que acontecia no Rio e em São Paulo, os estudantes estavam saindo às ruas desde o início do ano em protesto contra uma interminável lista de equívocos que o Estado cometia contra os setores médios intelectualizados da população. No que dizia respeito aos universitários, esses equívocos eram representados pelas restrições orçamentárias à Educação, pelo número limitado de vagas nos cursos superiores públicos (então predominantes na rede de ensino de 3º grau), pelas propostas de reforma universitária patrocinadas por interesses internacionais (MEC-USAID), e até por condições de alimentação precárias em restaurantes estudantis. No limite, como já foi dito, a transposição dessas questões específicas para lutas políticas mais gerais (anti-imperialistas e contra o governo militar) era quase imediata, encarregando-se disso as lideranças e as entidades estudantis de atuação semi-legal, invariavelmente vinculadas aos grupos e partidos políticos clandestinos que povoavam os movimentos de oposição ao regime. Uma conjuntura carregada de uma ética política que cobrava de parcelas da juventude um envolvimento não apenas epidérmico com os padrões da contestação.

O tema já havia sido abordado no número especial sobre a juventude na reportagem feita por Alberto Libânio²⁰⁴. Todavia, em 1967, o que ocorria com os estudantes era apenas o início das grandes manifestações que o país assistiria no ano seguinte. O agravamento da crise política nacional e o papel que nela jogavam os universitários, por isso, levou *Realidade* a retomar o assunto no número de julho de 1968 com a reportagem de José Carlos Marão sobre a atuação da UNE feita durante "uma secretíssima reunião de sessenta líderes estudantis de todo o País"²⁰⁵.

Embora os elementos informativos centrais da matéria fossem de clara conotação descritiva do projeto político do movimento estudantil sobre a ordem institucional brasileira, Marão estendeu a narrativa sobre o complexo mundo da atuação semi-clandestina de um grupo de jovens que havia feito da militância política a pauta de seu cotidiano. Da reportagem, assim, emergia uma ética diferenciada, onde a contestação de valores escapava aos limites do descomprometimento da cultura de massas, do arrivismo e do provincianismo, e ganhava a feição da transgressão da ordem do Estado. "Nossos generais - dizia um dos vice-presidentes da UNE - podem ficar tranqüilos. O que aconteceu na França (referindo-se a maio de 68) não vai repetir-se no Brasil. Vai ser muito pior".

A reportagem de Marão, dessa forma, alternava a composição do ambiente que emoldurava a articulação da liderança estudantil em lances que procuravam traduzir os componentes "tensos" da clandestinidade - a descrição de *pontos*, esquinas, horários, veículos sorrateiros, disfarces - e outros lances: a discussão política, o embate entre as várias siglas em que os líderes se dividiam, e o comportamento despreendido de jovens que haviam *abdicado* dos padrões de vida usuais das camadas médias em favor do engajamento político.

Luiz Travassos, por exemplo, o presidente da UNE que havia se transformado na capa daquele número de *Realidade*, tornava-se o símbolo do repórter Marão: "é um moço magrelo, meio alto, de voz e sorriso muito calmos, mas que numa assembléia ou concentração de estudantes se transforma. (...) Nasceu para as políticas de estudantes na Faculdade de Direito da Universidade Católica de São Paulo. De lá, foi eleito presidente da UEE-SP. E, depois desse dia, **trocou uma casa confortável no bairro de Santo Amaro, na capital paulista, por uma vida corrida, de reuniões, prisões, discursos, discussões e fuga da polícia.**

"Seu pai, pequeno industrial, não o viu mais. Luís mora em qualquer casa, veste qualquer roupa. Está sempre meio sujo, meio barbudo, só troca de camisa quando a noiva consegue achar alguém que vai encontrá-lo e manda uma. Dinheiro, está sempre sem nenhum. Não procura a família, para não 'complicar o

²⁰⁴ *A juventude brasileira, hoje*, setembro de 1967, pág. 81. Edição especial.

²⁰⁵ *Eles querem derrubar o governo*, julho de 1968, pág. 26. Grifos nossos.

pessoal', mas não consegue esconder um pouquinho de emoção, um certo olhar para cima, quando fala deles:

'- Eu tenho esperança de que logo haja liberdade para vê-los, sem deixar de fazer o que faço atualmente".

Essa esperança permeava a vida estudantil. E parece ser dela que *Realidade* retirava o perfil de atuação consequente da juventude, embora nenhuma das reportagens a respeito do tema tenha resvalado para um estilo "manifesto" ou tenha adquirido uma feição "didática". Em meados de 1968 a presença dos estudantes no cenário político nacional deixava sobre a imprensa uma tensão permanente porque vinha deles a criação do *fato* político. Arrebatado ou não, independente ou não, era do movimento que se desenvolvia no "confinamento crítico" da Universidade que surgia uma ética sintonizadora da juventude brasileira com a modernidade ocidental.

Realidade refletia essa tensão no seu estilo. Em agosto de 1968, o repórter Dirceu Soares estava junto com os estudantes que haviam invadido a Faculdade de Filosofia da Rua Maria Antonia, em São Paulo²⁰⁶. O resultado narrativo era praticamente o mesmo da matéria feita sobre a UNE: ficava em segundo plano a crônica política e ganhava prioridade toda a simbologia da nova ética jovem que marcava o acontecimento.

O texto de Dirceu Soares, nesse sentido, é antológico. Não era o fato político que ganhava a condição de *sujeito* da reportagem; nem mesmo chegava a ganhar essa definição o embate das correntes em que se dividiam os estudantes, ou o emaranhado de *palavras-de-ordem* e de objetivos táticos e estratégicos em que se movimentavam. O eixo do texto era o cotidiano universitário da contestação, o despreendimento do engajamento político como padrão de comportamento e a emergência, em razão disso, de uma conjuntura que se definia como *libertária*. A narrativa, nessa linha, descrevia os acontecimentos da Rua Maria Antônia como pertencentes a um universo que se contrapunha ao estabelecimento e que encerrava, em sua dinâmica, o conjunto de conflitos que caracterizavam o momento vivido pelo país: as barricadas erguidas pelos estudantes confundindo-se com as obras do Departamento de Trânsito, o confinamento, numa "rua pequena, apenas dois quarteirões", de posições antagônicas em relação ao Estado - "os fundos da Universidade Mackenzie" - os *slogans*, a insegurança, a disposição para a luta aberta, a ameaça da repressão iminente. O retrato era o do microcosmo em que se reproduziam os elementos do universo simbólico expressivo e conflituoso da conjuntura político-cultural, que envolvia uma proposta alternativa para a Universidade e para o país. A leitura do texto é, nesse sentido, esclarecedora:

"Os estudantes continuam dipostos a voltar com as passeatas e os comícios-relâmpagos pelas ruas... Mas a calma voltou à Maria Antônia... Quando há alguma assembléia de alunos é para discutir a comissão paritária da reforma universitária. Nas

²⁰⁶ *A faculdade está ocupada*, agosto de 1968, pág. 49

lideranças, o assunto já é a realização do próximo congresso da UNE... Mas suas reuniões são secretas e o que transpira delas é que vai haver muita luta interna por causa das (...) correntes políticas.

"Em compensação, os cursos-pilotos que servirão de base na reestruturação da faculdade continuam cada vez mais frequentados.

"- Estes cursos são muito importantes para nós - diz Bernardino, enquanto almoça no Recanto dos Estudantes. Nós não ocupamos a Faculdade apenas por ocupar. Hoje a escola é um campo de experiência muito sério. (...) Os professores estão conosco e trabalham de graça. No fim do mês, daremos, com eles, um balanço para saber dos resultados obtidos. Se forem bons, insistiremos para que continuem até o fim do ano. Temos, assim, feito a nossa própria reestruturação, bastando, depois, ser legalizada"²⁰⁷.

Nesse universo de rebelião estudantil, o paradigma da mobilização jovem era mais uma vez representado pelo papel que os líderes desempenhavam na articulação de seus rumos. *Realidade* traduziu isso tanto na reportagem sobre o movimento universitário feita no número de julho de 1968²⁰⁸ como no texto de Dirceu Soares e em outras matérias que traçaram o perfil daqueles que comandaram as manifestações de rua daquele ano. No primeiro caso (julho de 1968), o perfil dos líderes estudantis recebeu quase um tratamento coletivo, com a ênfase para a homogeneidade de posturas que os marcavam como *símbolos* do engajamento e da resistência ao governo militar. Na reportagem sobre a ocupação da Faculdade de Filosofia da Maria Antônia, o destaque ia para o então presidente da União Estadual dos Estudantes, José Dirceu, embora neste caso sua fisionomia de agitador e organizador ("...dirigiu passeatas na capital e sempre dá entrevistas. Nas próximas eleições da UNE ele pode até ser presidente".) ficasse diluída entre todos os elementos que compunham o *painel* da reportagem.

No mesmo número de agosto de 1968, no entanto, *Realidade* publicou também a entrevista dada ao repórter Marcos de Castro ("um documento do nosso tempo", como era apresentada) por Vladimir Palmeira²⁰⁹: "um jovem de 23 anos, casado, (...) capaz de organizar grandes manifestações, mas que confessa não poder derrubar governos". O ritmo da matéria era o da aventura vivida pelo jornalista ao entrevistar a liderança semi-clandestina do movimento estudantil carioca: "Nada havia de suspeito por perto, nem mesmo o guarda, desses que dão serviço apenas no trânsito...

²⁰⁷ Essa associação de idéias feita na matéria sobre a ocupação da Faculdade de Filosofia da Maria Antônia entre a contestação ao governo e uma alternativa "séria" de reforma universitária, foi reiterada no mesmo número de agosto na última página da revista. Ali, os professores da USP Clodovaldo Pavan e Maria José Werebe discutiram se "os estudantes devem dividir com os professores a direção das faculdades" (agosto de 1968, pág. 194).

²⁰⁸ *Eles querem derrubar o governo*, julho de 1968, pág. 26.

²⁰⁹ *Eis o que pensa um novo líder da esquerda*, agosto de 1968, pág. 62. Grifos nossos.

(...)

"- Acho bom mudar o local e a hora dessa entrevista (...) O negócio tá muito manjado".

Ao lado disso, o foco do repórter sobre o dirigente político jovem, descomprometido, que inaugura, na época, um figurino novo de atuação, diferente das personalidades populistas e tradicionais da vida brasileira, inclusive as da esquerda:

"- Meu negócio é política, rapaz. Se você veio aqui me procurar é porque eu tenho um certo tipo de atuação política. **Não interessa então o homem Vladimir, a família do Vladimir, a mulher do Vladimir, o livro de poesias do Vladimir, a roupa que ele veste ou a comida que ele come, nem se ele é um moço triste ou moço alegre. Interessa é a sua atuação política**, como líder estudantil, e sobre isso eu falo.

(...)

"- Por exemplo: um dia veio um bobalhão aqui e entre uma série de outras tolices me perguntou se eu era marxista. Ora, em primeiro lugar, ninguém tem nada com isso, se eu sou ou não. Em segundo lugar, nós somos todos muito moços e nenhum de nós pode dizer ainda se é marxista ou não, se é isto ou aquilo, ou não. Agora é que nós estamos começando a estudar as coisas, agora por exemplo é que eu estou começando a ler uma porção de coisas que é preciso ler, inclusive Marx. Não posso ainda, portanto, honestamente, dizer que sou marxista ou não. Mas para lutar é preciso também ter lido Marcuse. Agora só se fala em Marcuse..."

A entrevista com Palmeira, como se vê, não apenas se caracterizava pela marca daquilo que era dito pelo entrevistado de forma espontânea e *assimétrica*, mas também porque registrava, nessa espontaneidade e nessa assimetria, o conjunto de valores que definiam o perfil da liderança estudantil e que guardava estreita convergência com a ética mitologizada da juventude: autenticidade, anti-individualismo (obviamente com traços personalistas, e foi só nessa medida que o anti-individualismo pareceu interessar ao repórter). Ao longo do texto de Marcos de Castro esses valores eram reiterados com afirmações que os ampliavam: o anti-individualismo vinha acompanhado da abnegação com que Palmeira se dispunha a exercer seu papel ("Acho que agora não posso mais recuar") e pela compreensão que aparentava demonstrar da dinâmica da luta política ("Sou apenas peça de uma engrenagem"). A autenticidade era associada à firmeza e à segurança com que o "novo tipo de líder" enfrentava o desafio ("A luta vai continuar, é dura, mas não tem mistérios").

Até o final do período estudado (dezembro de 1968), *Realidade* não voltou a abordar nenhuma questão relacionada diretamente à *juventude*. Nas matérias que publicou é possível perceber uma linha de incoerência inicial que perde sentido na medida em que a revista se aproxima do universo estudantil, marcado na conjuntura brasileira da época por uma *politização* inegável. É provável que não tenha sido essa a expectativa da revista no momento em que *investigou* os padrões de comportamento da juventude no número especial de setembro de 1967: os resultados da pesquisa e as várias

reportagens haviam revelado a existência de um segmento da população brasileira oscilante e indefinido, com uma coloração conservadora que destoava dos fenômenos que haviam sido observados em relação à *família* e à *mulher*. No entanto, quando a revista se aproximou das questões que colocavam em ângulos opostos a juventude e o Estado, o sentido das matérias publicadas parece ter encontrado um novo prumo e um novo ânimo, que chegaram mesmo a aprofundar o padrão narrativo pelo qual *Realidade* vinha se caracterizando.

CAPÍTULO 9

VISÕES DA IGREJA E DA RELIGIÃO: A UNIDADE PARTIDA

Nenhum assunto - com exceção daqueles diretamente relacionados com a crise política brasileira - esteve tão frequentemente presente nas páginas de *Realidade* como a religião²¹⁰. As reportagens sistemáticas em torno desse tema, especialmente aquelas que tinham como referência a Igreja Católica, parecem indicar que *Realidade* estava atenta para as novas orientações pastorais que emergiram no seio da instituição a partir do pontificado de João XXIII e que ganharam destaque em meados dos anos 60. Com efeito, depois de Pio XII e com o fim da II Grande Guerra, a Igreja iniciou uma ampla reflexão sobre o sentido histórico de seu papel numa sociedade atolada nas graves desigualdades sociais geradas pelo processo de industrialização. Na base dessa postura revisionista estava o entendimento de que o catolicismo havia se caracterizado como um aliado secular das elites conservadoras no mundo inteiro, mas especialmente nas áreas coloniais, onde a modernização econômica, no presente, havia gerado uma trágica dinâmica de exclusão social para a qual a Igreja só tinha, até então, uma mensagem de conformismo terreno e de esperança divina. Com João XXIII e, depois, com Paulo VI, inicia-se um movimento reflexivo que levaria ao oposto da complacência católica com o quadro de opressão que a Guerra Fria havia se encarregado de ressaltar. A partir desse movimento é que surge a concepção mais polêmica que a Igreja romana enfrentou na época moderna: a de transformar a mensagem do Evangelho num instrumento de luta e de libertação, envolvendo-a numa militância que levaria a instituição a uma "nova aliança" com o verdadeiro povo de Deus: os oprimidos.

Na América Latina em geral, e no Brasil em particular, a realidade concreta que embasava essa disposição era visível sob todos os aspectos: o continente inteiro estava imerso no domínio do latifúndio, nas relações de trabalho servis ou pré-capitalistas, na monocultura, na presença de massas excluídas da economia de mercado, majoritariamente analfabetas e padecendo de doenças endêmicas graves que elevavam os índices de mortalidade em qualquer faixa etária. Nas regiões onde o processo de industrialização havia se acelerado, e onde os elementos de uma economia moderna haviam se intensificado nos anos 50, o quadro não era mais animador: áreas urbanas deterioradas, condições precárias de vida, políticas de renda defasadas, e a emergência do fenômeno populista que, na visão dos críticos mais radicais da sociedade de classes do terceiro mundo, servia antes como elemento manipulador dos movimentos operários do que como instrumento de sua consciência e de sua ação. Genericamente, toda essa situação era resultado - ainda no entendimento revisionista daqueles que propugnavam uma nova teologia para a ação dos católicos - de uma dinâmica perversa que associava os interesses conservadores das oligarquias da região à ação do capital

²¹⁰ Ao longo do período 1966-1968, *Realidade* publicou apenas três matérias sobre instituições religiosas que se situavam fora da Igreja Católica e dos cultos sincretistas existentes no Brasil. Uma delas sobre as correntes do protestantismo (*Eles querem salvar o mundo*, janeiro de 1968, pág. 62), outra sobre a Igreja na antiga URSS (*A Igreja dos comunistas*, março de 1968, pág. 110) e outra ainda sobre a prática do Budismo no Vietnã (*São os bonzos de Saigon*, abril de 1968, pág. 64). Desse conjunto, apenas as duas últimas serão analisadas no capítulo sobre as reportagens em que a revista abordou questões políticas internacionais.

internacional, especialmente o norte-americano. No caso do Brasil especificamente, quando se iniciou o colapso da era de Vargas com a eclosão do movimento pelas reformas de base e a consequente conspiração para a derrubada de Goulart, a Igreja havia ficado, mais uma vez, ao lado dos setores retrógrados da sociedade brasileira, fato que enchia de culpa o debate em torno da nova postura que se pretendia para os católicos.

A polêmica em torno de uma "nova Igreja", portanto, era um tema palpitante e aglutinador de várias outras questões, sempre repletas de significado político. Em torno dela, além disso, vislumbrava-se uma nova postura do próprio ofício do sacerdócio em relação aos dogmas e preceitos a que estava subordinado numa época de valorização da liberdade individual e de exacerbação da desobediência como norma de conduta, especialmente em estruturas rigidamente hierarquizadas, como era o caso da Igreja Católica. Essas questões estiveram nas páginas de *Realidade*: a revista procurou acompanhar, no Brasil e no exterior, as tendências que buscavam o *aggiornamento* da militância católica, transformando-as em questões públicas, abrindo-as ao debate.

Ao mesmo tempo, *Realidade* produziu matérias sobre os componentes da religiosidade popular, abordou credices e investigou a incorporação de suas manifestações à cultura dos segmentos subalternos da vida brasileira, analisou cultos sincretistas e fez do universo dessas questões um retrato pluralista do cotidiano místico de amplos setores da população brasileira.

Já em seu primeiro número, *Realidade* trouxe para suas páginas uma matéria sobre o culto de "milhões de fiéis" a Nossa Senhora da Aparecida²¹¹. O texto, sem assinatura de qualquer repórter, era um retrato da exaltação católica praticada naquela cidade do interior de São Paulo e que reunia em torno de si a norma disciplinada dos elementos conservadores da fé: "um culto permanente, que se estende pelos 365 dias do ano; que traz ao santuário de Aparecida humildes colonos, equipes de futebol e chefes de governo; que arrebatava multidões com vivas e hinos em procissões coloridas; que já deu a Nossa Senhora Aparecida os títulos de padroeira do Brasil e de Brasília; e que, a 7 de setembro próximo, na Capital Federal, vai lhe valer a patente de 'Generalíssima das Forças Armadas Brasileiras". O tom da matéria, assim, era o da dessacralização pelo destaque que dava aos componentes *irracionais* incorporados à fé.

A cidade mesma era uma mistura de duas vidas. A primeira, uma vida de rezas, "de muitas rezas". Aparecida acordava "às quatro e meia, com vozes de seis sinos de bronze misturadas aos cânticos e orações dos romeiros madrugadores. A igreja se abre e começa a primeira das dez missas diárias. Os 1.200 lugares da velha basílica já estão tomados. A nova, em construção, acomodará 20 mil pessoas. Maior que ela, só a de São Pedro, em Roma".

²¹¹ *A bênção, senhora!*, abril de 1966. pág. 58.

A segunda vida que emergia da reportagem era a da quantificação de todas as operações que cercavam a exaltação religiosa: "Na igreja - dizia o texto - o movimento corre em ritmo de fábrica. No ano passado foram distribuídas 800 mil comunhões, efetuados 18 mil batizados e celebrados três mil casamentos...". Nesse processo, uma multidão de padres e missionárias mobilizavam tudo: um time de futebol, uma rádio, um jornal, um cinema e a extensa rede de comércio que "abre o ano inteiro", 400 lojas, 90 hotéis, fotógrafos, vendedores de bilhetes. Sem espaço para qualquer outra seita: Aparecida "é provavelmente a única cidade do Brasil onde funciona apenas uma religião pública".

A descrição desse ambiente carregado de misticismo vinha acompanhada, no entanto, de uma mensagem claramente política, nos termos em que podiam ser entendidas as mensagens políticas vinculadas ao culto católico: não havia como contraditar a fé, nem era essa a intenção da reportagem. O que a justificava eram as "histórias de gente simples (que) contam que a santa é do povo". Uma simplicidade que "faz lendas" entre os romeiros e que resgatava, na matéria, a participação do elemento popular na construção do imaginário religioso: "Vem como vai essa multidão de romeiros, fluindo o ano inteiro por Aparecida. Gente que chega de caminhão, ônibus, automóvel e trem, que reza, chora e ri, que faz piquenique na praça, leva água para benzer. (...) Gente que é solicitada por vários cartazes (...) mas que passa indiferente, pois o que vale para ela é a Santa".

Essa correspondência entre a *fé* e seu caráter *popular* - que respondia na matéria sobre Aparecida pelo conteúdo autêntico do culto -, foi novamente enfatizada por *Realidade* em julho de 1966 em reportagem assinada por Narciso Kalili sobre o candomblé baiano²¹². O texto era todo ele concebido como um conto, repleto de recursos literários e ficcionais, com as cores fortes que vinculavam o ritual dos terreiros ao sacrifício de animais para a serventia de Exu: "Terminado o sacrifício dos animais, Rosa misturou ao sangue os ingredientes rituais da matança a Exu. Com a mão, mexeu o sangue que começava a coagular e foi juntando, aos poucos, depois de dizer palavras cabalísticas e favoráveis, a cada um dos alimentos, azeite de dendê, cachaça, mel, água e sal...

(...)

"Colocou um pouco do sangue já grosso sobre um prato e levou-o para o peji (altar), derramando-o sobre a imagem que representa o Exu: as sete pontas de ferro ficaram vermelhas e o sangue lavou a terra onde a imagem estava fincada...".

A matéria de Kalili falava sobre um problema de amor que devia ser resolvido pelos "deuses negros - os orixás - trazidos da África pelos escravos", um despacho preparado para que Leonor ficasse com Domício. O repórter colocava-se na condição de observador-participante do ritual, descrevendo a cerimônia na terceira pessoa e dando voz a seus protagonistas. O resultado era a criação de um ambiente feérico, repleto de elementos reais que se intercalavam com as manifestações da magia

²¹² *Um despacho de amor*, julho de 1966, pág. 36.

inerente aos sons, movimentos e cores dos participantes do ritual cheio de sensualidade: "Leonor e Maria estavam na ponta da roda. Nunca uma Oxum fora mais sensual que Leonor. Quando se aproximava de Domício, retorcia-se, mostrando o belo corpo moreno que ele já conhecia tão bem. A Iansã de Maria não teve o mesmo sucesso. Domício só via Leonor". O desfecho do texto era a síntese dos elementos da tragédia grega de Eurípides: Domício, que havia contrariado Maria, filha de Iansã, e cedido ao "trabalho" de Leonor, morre ao lado da amante.

A matéria, dessa forma, reunia - além da temática que vinculava a *fé* ao *popular*, como já foi dito - elementos daquilo que a literatura registraria posteriormente como *realismo fantástico*, embora o repórter de *Realidade*, ao final do texto, quebrasse a predominância desse estilo narrativo com a presença do observador estranho ao culto, um turista gaúcho para quem "todo esse negócio de candomblé é bobagem".

Os elementos do sincretismo religioso voltariam a ser objeto de matéria no número especial de *Realidade* sobre a mulher, com o texto de Roberto Freire sobre a mãe-de-santo²¹³, um perfil que consolidava a investigação da revista iniciada na reportagem de Kalili. Ao lado de outros perfis femininos envolvidos com o trabalho de paróquias católicas no nordeste brasileiro, feitos por Luiz Fernando Mercadante²¹⁴, a prática religiosa, qualquer que fosse a origem de seus princípios, ganhava nas páginas da revista uma versão popularizada e, neste caso específico das mulheres, mães-de-santo ou freiras, uma vertente que a retirava de um outro isolamento: o de se tratar de uma atividade também predominantemente masculina. De qualquer forma, a ênfase, tanto em Roberto Freire como em Luiz Fernando Mercadante, era a da vinculação entre a prática do culto e a vivência desinformalizada que aproximava a crença da realidade social.

Essa estreita relação entre as duas dimensões do problema religioso voltava à revista sempre que a reportagem versava sobre qualquer gênero de culto. O universo das manifestações místicas formava, por isso, um círculo abrangente, que retirava qualquer pretensão de hegemonia católica, como se a realidade espiritual brasileira estivesse sendo desvendada. Quando tratou da Umbanda²¹⁵, por exemplo, a revista viu-a como "religião oficial de milhões de brasileiros negros e brancos, de todas as classes", de tal forma importante entre os rituais místicos da vida nacional que abrigava o interesse de especialistas do Vaticano, elegia deputados, era objeto de pesquisas do IBGE e até mesmo alternativa para o universo das concepções políticas ("Dr. Ismar não achou solução no comunismo. Foi para a Umbanda").

²¹³ *Minha gente é de santo*, janeiro de 1967, pág. 88. Edição especial.

²¹⁴ *A bênção, Sá Vigária*, janeiro de 1967, pág. 52. Edição especial.

²¹⁵ *Baixou o santo*, outubro de 1968, pág.156.

O vínculo entre manifestações religiosas e realidade social assumiu também a forma da denúncia quando *Realidade* investigou a religião como prática messiânica. Foi o caso da reportagem de José Carlos Marão no número de junho de 1968: uma matéria que abordava "o fazedor de milagres" como produto da simples credence, envolvido na marca do mistificador, e cuja ação arrastava uma multidão de desenganados²¹⁶. "Cego enxerga, paralítico anda, câncer tem cura", dizia o repórter. Na verdade, era a exploração da "indústria da esperança" que "volta e meia" aparecia pelo Brasil. Embora o texto reproduzisse a observação direta do jornalista em meio ao povo e revelasse o ritual de mezinhas, simpatias e "remédios" de que o milagreiro lançava mão para alimentar a arrebatção em torno de sua personalidade - "se diz padre, mas não é" - a matéria não transigia: denunciava os interesses financeiros que se concretizavam com a crença popular, a inocuidade dos remédios, a "vigarice" que acompanhava a prática das curas:

"Seu Manuel, olhos vermelhos, já sente dúvidas. Chega a vez de seu menino maior. O padre, lá dentro, olha a cadeira de rodas. Pergunta ao pai:

"- Já andou antes?

"- Não, senhor padre, nunca andou antes.

"- Antonio Rosa (o milagreiro), conhecedor desses casos, que tantos já viu, coça a cabeça. Abaixa-se, pega a perna do menino, verifica a articulação do joelho. É dura. Faz força, quase quebra, o menino geme, baixinho, o padre desiste. Precisa haver alguma coisa, para mostrar ao povo, que essa alguma coisinha logo se transforma em milagre, pelo fim da fila. Tenta um movimento.

"- Mexa as pernas.

"Nada.

"- Mexa as pernas.

"Nada.

"Gomes, o comerciante, ajuda, baixinho:

"- Como se fosse andar de bicicleta.

"À imagem da bicicleta, os olhos do menino se abrem, olhar alegre. As pernas dão três balançadinhas, prá frente e prá trás. O padre manda levar a cadeira de rodas para fora:

"- Ermãos, esse menino ainda não pode andar.

(...)

²¹⁶ *Milagre!*, junho de 1968, pág. 90.

"... No meio do povo, vem vindo o rapaz do Galaxie, na cadeira de rodas. A moça que estava junto (...), vem e pergunta:

"- O que você achou, meu anjo?

"- O que eu achei? Uma vigarice!"

A denúncia sobre os milagreiros, no entanto, desapareceu das páginas da revista quando a reportagem de Dirceu Soares abordou Frei Damião²¹⁷, embora *Realidade* não se tenha furtado de estabelecer uma pormenorizada relação entre a presença do messianismo no Nordeste e as características sociais, econômicas e culturais da região. O tom da matéria, no entanto, deixava longe a idéia de "vigarice" reportada por José Carlos Marão: havia a crença nos milagres, o arrebatamento popular, o magnetismo da mensagem da condenação ("Homens sem Deus, mergulhados na lama do pecado. Amancebados! Adúlteros! Mentirosos! Arrependei-vos de vossos pecados! Do contrário, irão todos para o inferno! Para o inferno!"), mas o tom era *respeitoso*. Frei Damião tinha outra linhagem: sua figura - há mais de 35 anos percorrendo o Nordeste - era associada pelos fiéis "à do Padre Cícero", integrava a estrutura institucionalizada da Igreja e recebia a legitimação social de sua prática.

"- Frei Damião é um santo. Não faz milagres porque não quer. Uma vez eu o vi em Juazeiro do Norte. Havia uma seca danada e o povo pedia a ele para fazer chover. Então, ele recomendou a todos os homens e mulheres que confessassem e se arrependessem de seus pecados. Foi uma longa noite com filas diante do confessionário. No dia seguinte, logo de manhã, choveu".

A questão social, no entanto, não era a única que preocupava *Realidade* quando o assunto tratado era o misticismo. Havia um conjunto bastante amplo de *mistérios* que cercavam o imaginário do público leitor da revista e que o remetia a uma indagação metafísica do Universo. As reportagens, assim, não ficaram voltadas exclusivamente para o caráter *institucional* da prática religiosa e, por isso, passíveis de serem lidas predominantemente pelo seu sentido politizado. Um exemplo dessa variedade de enfoques foi a matéria de Duarte Pacheco publicada em dezembro de 1966 sobre a existência de Deus²¹⁸: um texto que insistia na explicação do caráter *racionalista* da fé, um sintoma de períodos de crise ("O problema religioso sempre surgiu como um esforço do homem para explicar a si mesmo"), quando o misticismo aparece "em função da própria ignorância do homem". Para o repórter, nada havia de sólido na cristandade ocidental e as dúvidas sistematicamente abordadas no texto refletiam uma "ética de questionamento" que abalava o caráter autoritário da Igreja.

²¹⁷ *O sertão quer um messias*, novembro de 1968, pág. 148.

²¹⁸ *Deus está morrendo?*, dezembro de 1966, pág. 26.

Essa ética foi retratada pela revista em outras oportunidades. Quando alinhava no mesmo nível a indagação teológica e a pesquisa histórica sobre o "homem Jesus"²¹⁹, *Realidade* dessacralizava o misticismo e corria ao encontro da insatisfação que as versões tradicionalistas provocavam na sociedade urbana moderna. De outra feita, quando publicou a matéria de Narciso Kalili sobre o diabo²²⁰, *Realidade* trouxe ao centro da atenção de seu público leitor a mitologia que sedimentava a credence popular, desfazendo-a no texto irônico e bem-humorado, da mesma forma como faria ainda uma vez, em maio de 1968, na matéria de Humberto Pereira sobre o pecado ("... o conceito de pecado já não é o mesmo. Sociólogos e psicólogos o estudam, sacerdotes de várias religiões estão revendo suas posições, a Igreja se renova")²²¹.

Outro exemplo dessa variedade de abordagens foram os textos de Roberto Freire e de Carlos Azevedo publicados nos números de junho e novembro de 1967 sobre o espiritismo²²². No primeiro, o repórter investigou o "caso" José Arigó na cidade de Congonhas do Campo, em Minas Gerais. Consideradas ora como "impostura", ora como "instrumento da fé" e ora como um acontecimento de natureza "científica", as curas obtidas por Arigó haviam se transformado em lenda e catalisavam o noticiário do jornalismo informativo. Havia no fato, contudo, elementos que justificavam uma matéria nos mesmos moldes com que *Realidade* vinha acompanhando as manifestações que associavam o misticismo popular à busca da concretização de esperanças. No segundo caso, o repórter - da mesma forma como Roberto Freire havia feito em Congonhas do Campo - entrava na experiência direta com o conjunto de normas do fenômeno do espiritismo - "religião que também se diz ciência e filosofia". Nas duas reportagens, a verticalização que retirava do assunto seu caráter *reservado*, isto é, praticado por iniciados que criavam em torno de si uma aura de práticas insondáveis. Na verdade, o tema - que sempre se prestou a uma atitude de ceticismo e desconfiança no cotidiano de todos os segmentos sociais - era visto por *Realidade* como elemento do testemunho e da observação que os dois repórteres dividiam com "dez milhões de pessoas que viviam experiências semelhantes".

A experiência coletiva com os fatos religiosos era, portanto, o eixo presente em todas as reportagens que a revista publicou sobre o assunto, ainda que esse eixo percorresse um extenso caminho entre a *politização* dessa experiência e seu simples caráter de elemento da fé. Essas matérias estiveram entre aquelas que abriam maiores possibilidades para o exercício do conjunto de características do jornalismo praticado por *Realidade*: vivência direta do repórter, forte presença dos elementos descritivos ambientais dos fatos narrados, uso frequente da forma literária e abertura para a dimensão ficcional na abordagem do real. A leitura dessas reportagens permite identificar um universo de problemas cuja discussão mostrava uma massa de fiéis que

²¹⁹ *Quem era o homem Jesus*, março de 1967, pág. 60.

²²⁰ *Pobre diabo*, agosto de 1967, pág. 90.

²²¹ *O pecado está mudando*, maio de 1968, pág. 132.

²²² *Arigó é a última esperança*, junho de 1967, pág. 70. *Eles falam com os mortos*, novembro de 1967, pág. 100.

se deslocava entre os vários cultos de forma compacta e surpreendente. Nesse sentido, o recurso aos componentes narrativos que superavam os limites do jornalismo informativo tornava-as sintetizadoras dos ingredientes do cotidiano.

A polêmica instaurada pela revista em torno dos problemas da religião recebia, contudo, não só o tratamento de uma investigação em torno da fé, mas também em torno do caráter institucionalizado da prática religiosa. E, nesse sentido, embora a forma de reportar não abandonasse os elementos discursivos com os quais *Realidade* havia se caracterizado, as matérias em torno do assunto adquiriram uma feição *política* mais direta, como se verá.

A preocupação da revista com a posição da Igreja em relação à polêmica dos temas que abordou foi manifestada em inúmeras ocasiões. Os representantes do catolicismo oficial brasileiro foram chamados a opinar nas matérias que diziam respeito à ordem familiar, ao novo papel da mulher, à educação sexual, ao controle da natalidade, ao jovem; aos padrões de comportamento em geral (foi nas palavras de Paulo VI, por exemplo, que a revista encontrou argumentos para contestar, nos tribunais, a apreensão do número especial sobre a mulher²²³). A presença de um padre, ao lado de um psicólogo ou de um cientista social, nos debates em torno desses temas todos, chegou mesmo a se tornar uma constante nas páginas de *Realidade*: a dimensão da controvérsia, assim, ganhava em profundidade na medida em que refletia um variado espectro ideológico; retirava mesmo das matérias o sentido *unilateral* que a revista procurava evitar quando esbarrava na transgressão, e dava à investigação um caráter pluralista.

Mas mostravam também uma outra face da Igreja: a conjuntura de renovação em que a instituição vivia, reflexo de um período em que o questionamento estava na ordem-do-dia em todos os sentidos; mostrava-a compenetrada em fundamentar suas verdades. No limite, registrava uma Igreja repleta de posições heterogêneas sobre vários assuntos, o estudo tomando o lugar da afirmação categórica e autoritária. Quando discutiu, pela primeira vez, o problema do controle da natalidade²²⁴, por exemplo, *Realidade* trouxe um retrato fiel das dificuldades que o assunto representava para o Vaticano:

"O Papa Paulo VI tem um grave problema para resolver: deve decidir se a Igreja pode mudar um ensinamento que vem transmitindo há 2.000 anos: evitar filhos é pecado.

"Nunca, talvez, alguém teve que encarar uma decisão da qual dependesse tão grande número de vidas. A Igreja Católica tem 580 milhões de membros e a posição do Vaticano em relação ao controle da natalidade divide-os, muitas vezes violentamente.

(...)

²²³ *A apreensão de Realidade*, fevereiro de 1967, págs. 3 e 4.

²²⁴ *Brasil: 60 milhões de pílulas por ano*, maio de 1966, pág. 16.

"Em dezembro de 1965, o papa aprovou um relatório do Concílio Ecumênico anunciando que o tema precisa de 'um estudo mais diligente'²²⁵.

Como se vê, as posições da Igreja deixavam de se justificar pela tradição e era inevitável que ela própria acabasse produzindo um movimento de introspecção, um olhar para dentro de suas posturas, acompanhando uma tendência que era universal em meados dos anos 60. *Realidade* absorvia isso, e as matérias que produziu sobre a instituição católica serviram para alimentar não só a discussão interna como a própria discussão da inserção da Igreja na modernidade. Já no mesmo número em que tratou do controle da natalidade, a revista mostrava, num texto não assinado, uma aproximação impensável para os católicos conservadores: a busca da psicanálise por um grupo de padres mexicanos²²⁶: "Sessenta monges de um mosteiro mexicano resolveram submeter-se a tratamento psicanalítico. Resultado: 40 desertaram e 20 descobriram a verdadeira fé cristã". A descoberta de Freud havia provocado alvoroço no Concílio de 1965 porque os mexicanos censuravam o Vaticano, colocando o médico austríaco no mesmo nível em que eram colocados outros nomes da ciência (Copérnico e Darwin), criticando o silêncio "sobre um assunto tão importante quanto o próprio problema do homem moderno, isto é, a psicanálise", e advertindo: "se a Igreja deseja o diálogo sincero com o homem atual, deve abandonar sua desconfiança em relação à psicanálise...".

Na opinião de uma parcela significativa do clero a questão não era nem mesmo "o diálogo sincero com o homem atual", mas a abertura da discussão sobre problemas existenciais da vida dos próprios sacerdotes, a exemplo do que ocorria com a questão do celibato. Com o debate sobre esse tema, a dissidência surda que se espalhava pela ordem conservadora dos valores da Igreja tradicional tangenciava todo o edifício ético que se erguia fora da instituição católica.

O celibato havia sido objeto de análise em *Realidade* de setembro de 1966 que o abordou através do depoimento angustiado do padre norte-americano de pseudônimo Stephen Nash²²⁷. A revista julgou o material "tão importante e atual" que decidiu publicá-lo, ouvindo padres brasileiros. Tratava-se, no entanto, apenas da abertura do debate, no mesmo número em que a questão do divórcio era discutida entre o Pe. Eugène Charbonneau e o então deputado federal Néelson Carneiro²²⁸.

²²⁵ *Realidade* voltaria a apresentar a polêmica suscitada pela questão do controle da natalidade no seio da Igreja Católica quando discutiu, na sua última página, em setembro de 1968, os efeitos que a Encíclica *Populorum Progressio* teve sobre o comportamento de seus seguidores. O debate, entre dois padres, sobre o tema mostrava que a unidade católica estava partida em torno de questões essenciais para a autoridade da Igreja sobre as áreas em que a modernidade alterava padrões de comportamento.

²²⁶ *Psicanálise no convento*, maio de 1968, pág. 109.

²²⁷ *Sou padre e quero casar*, setembro de 1966, pág. 118.

²²⁸ *Porque sou contra o divórcio e Porque sou a favor do divórcio*, setembro de 1966, págs. 124 e 126.

A discussão ampla a respeito do celibato, no entanto, seria feita no número de outubro de 1968, em texto de Gabriel Romeiro²²⁹. Segundo a matéria, os números mostravam a gravidade do problema: "No Brasil, há mais de quinhentos padres casados, num total de quase 13 mil sacerdotes católicos. Um entre cada 26 padres casou. Em todo mundo, há perto de 80 mil padres casados; todo ano casam mais ou menos 2.500. De dez anos para cá, mais de 7 mil padres franceses abandonaram o seu trabalho na Igreja para casar. Na Itália, 70 mil ainda estão trabalhando, mais 15 mil já casaram".

Não havia, por isso, como aceitar o manto de silêncio que a Igreja havia deixado cair sobre a questão, embora nem mesmo o ar renovador de Paulo VI tenha permitido que o assunto fosse discutido no Concílio Vaticano II. A revista, no entanto, fazia mais que isso: recuperava o texto bíblico permissivo sobre o casamento clerical, historiava casos famosos da própria Roma medieval e moderna, apontava exemplos recentes e rumorosos e transcrevia a repercussão que o celibato havia adquirido naquele que seria uma espécie de foro divisor de águas da Igreja latino-americana: a assembléia do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), realizada em setembro de 1968 em Medellín, Colômbia. Ali, os bispos haviam afirmado que "os padres que abandonaram o sacerdócio são respeitados como irmãos e amados como filhos, embora sua decisão tenha causado sofrimentos". Arrematando: "Vós encontrareis sempre nosso coração aberto para ajudar-vos a conservar ou recuperar os laços visíveis de uma unidade essencial na Igreja de Cristo". Para o observador atento ao que ocorria no interior da Igreja Católica, a reportagem de *Realidade* mostrava que a unidade da instituição em torno de tópicos sensíveis de seus princípios éticos estava se partindo.

O problema, no entanto, não era a psicanálise ou o celibato. *Realidade* entendeu o efeito da ação das forças que haviam sido postas em movimento no seio da Igreja quando analisou o pontificado de João XXIII²³⁰, "considerado de transição", mas que "iria marcar a história da Igreja Católica com sua passagem alegre, imprevista, audaciosa e renovadora". A reportagem também não levava assinatura, mas o perfil traçado em tom intimista mostrava o Vaticano iniciando, na personalidade de João XXIII, um movimento de recuperação da identidade da prática cristã com a dinâmica social; uma Igreja mais despojada, como aquela que a Encíclica *Mater et Magistra* havia preconizado e que o Concílio Vaticano II, também convocado por ele, estava debatendo. A era e a personalidade de João XXIII seriam novamente analisadas por *Realidade* em relato feito para a revista por D. Helder Câmara: um conjunto de situações de predominância humanizada²³¹. Neste caso, não havia qualquer conotação política abertamente colocada, embora a simples publicação do perfil de João XXIII denotasse a reiteração da postura descortinada que marcou seu pontificado. .

²²⁹ *O celibato*, outubro de 1968, pág. 52.

²³⁰ *A fábula do papa João*, junho de 1966, pág. 84.

²³¹ *O santo que eu conheci*, junho de 1968, pág. 166.

No Brasil, no entanto, a Igreja Católica atravessava com grande intensidade a encruzilhada que o despojamento de Roma havia iniciado. Em decorrência desse embate entre renovação e reafirmação tradicionalista, a imprensa brasileira já havia dado conta da existência, entre o clero, de uma posição rotulada como *progressista*, aberta à discussão e voltada para a militância política e o engajamento em torno das questões sociais; e uma posição *conservadora*, matriz de uma racionalidade fechada e de um entendimento acanhado (pelo menos na visão dos que a ela se opunham) da mensagem do Evangelho. A rigor, essa polarização, na segunda metade dos anos 60, não era um assunto que dizia respeito apenas à Igreja. Na medida em que se retomava a crítica ao apoio que os militares haviam recebido dos hierarcas católicos no golpe de 64 e também na medida em que ganhavam força as contradições que abriam espaço para o universo dos movimentos oposicionistas - inclusive os estudantes -, as dificuldades internas da instituição passavam a ocupar um espaço público bastante amplo. *Realidade* repercutiu isso publicando o perfil, feito por Alessandro Porro, da personalidade que estava no epicentro dessa divisão: o mesmo D. Helder Câmara²³².

O arcebispo de Olinda e Recife fazia então, do Palácio de Manguinhos, sede do arcebispado, "um centro de relações públicas para sua campanha social-religiosa", inaugurado com sua chegada ao Nordeste, em 1964, depois de 30 anos de Rio de Janeiro. A marca da vilegiatura de D. Helder já era, dois anos depois, a do despojamento:

"- Irmãos, não estamos no Vaticano. Estamos no Nordeste. Tirem logo esse trono daí e coloquem uma cadeira qualquer no lugar no lugar.

(...)

"- Precisamos de uma profunda reforma, especialmente no que diz respeito à nossa vida rotineira, a nossas vestimentas. Temos que ser mais simples. (...) temos que dar o exemplo de viver num clima de trabalho e pobreza. Chega de Bispos-Príncipes que ficam distantes do povo e mesmo do Clero. Tomemos por exemplo nosso Papa, Paulo VI...".

Os setores da Igreja representados por D. Helder, assim, mostravam-se aqueles que, na conjuntura política nacional de meados dos anos 60, haviam feito uma clara opção de engajamento em torno de problemas sociais graves e que, no Nordeste, ganhavam a dimensão de um desafio frontal ao autoritarismo do Estado militar. O arcebispo de Olinda e Recife já havia desafiado a nova ordem; sistematicamente, em várias oportunidades, tinha deixado explícita sua simpatia pelos movimentos populares reformistas e, por isso, corriam soltos os boatos sobre sua prisão. Indiferente a isso, D. Helder se cercava do apoio de artistas, intelectuais e de setores marginalizados da região. Todo esse quadro era retratado no perfil feito por Alessandro Porro. O resultado final da matéria era uma dupla constatação: em primeiro, a de que a unidade católica deixara de existir, pelo menos naquilo que dizia respeito ao envolvimento do

²³² *O padre Helder*, julho de 1966, pág. 116.

clero com as questões concretas vividas pela sociedade brasileira. Em segundo, a constatação de que *Realidade* trazia a questão a público e, nessa medida, abria a discussão não só sobre temas específicos da Igreja mas, de forma mais ampla, sobre os rumos da vida política nacional.

O envolvimento dos sacerdotes católicos com assuntos de caráter político e social estava se disseminando entre as ordens religiosas, algumas delas em profundo processo de reflexão autocrítica. Não era uma postura generalizada, e o conservadorismo ainda detinha a hegemonia sobre o comportamento da Igreja. A opção de *Realidade*, no entanto, parece ter sido a de investigar os focos de rebeldia e de renovação pastoral, para além da personificação dos hierarcas que simbolizavam o novo catolicismo, como tinha sido o caso do perfil de D. Helder Câmara. A primeira reportagem publicada pela revista, nesse sentido, surgiu em outubro de 1966, em matéria assinada por Narciso Kalili: uma investigação sobre os frades dominicanos de São Paulo entre os quais o repórter havia vivido durante 15 dias²³³.

A abertura da matéria era contundente. Kalili havia selecionado um conjunto de 10 "mandamentos", de autoria dos próprios frades, que externavam as máximas da militância dominicana, algumas delas de sentido francamente transgressor para a ordem social burguesa e, no caso brasileiro, para a ordem do Estado autoritário: "Meu Deus não é o deus-ópio, que aliena; ao contrário. Ele engaja, compromete", "A grande descoberta que fiz no cristianismo foi a de não ser uma religião de bons, de justos, de santos. Foi justamente a de ser uma religião de pecadores", "Não me sinto chamado por Deus, mas pela humanidade, no sentido de ter o dever de dar minha contribuição para a unidade do homem", "A preocupação com os problemas concretos do homem não é uma concessão que faço, mas uma necessidade imperiosa decorrente de um encontro com Deus no Cristo".

A narrativa decorrente dessa abertura era a do jornalista que abandonava sua condição de simples observador da sinuosidade que os "mandamentos" dos dominicanos apresentavam. A reportagem era um painel em que os perfis dos frades e sua vida enclausurada voltada para o estudo da teologia e da política, misturavam-se com o impulso da rebeldia contra a velha Igreja. Nesse painel repleto de circunstâncias alegóricas - os próprios 10 "mandamentos" eram um recurso significativo criado pelo repórter -, o texto caminhava sempre para o eixo que justificava, no quadro da conjuntura vivida pela Igreja e pelo país, o novo discurso:

"- Nós pegamos o bonde andando, dizia um entrevistado. A Ordem (dos dominicanos) tem 750 anos e muitos anos mais tem a Igreja. Isso é duro, pois tanto a Igreja como a Ordem recolheram riquezas impressionantes através desses anos todos, mas ao mesmo tempo uma canga de aderências que não é mole. O pior de tudo é que a Igreja, em muitas épocas, esteve ligada aos poderes dominantes, numa situação que Cristo condenava, pois refletia a injustiça, a impostura, a mentira, o desamor. Infelizmente, aqui no Brasil, isso também aconteceu".

²³³ *Revolução na Igreja*, outubro de 1966, pág. 34.

Contra isso, os dominicanos estudavam, trabalhavam, discutiam, protestavam e estavam "prontos para serem perseguidos e torturados", transpondo toda a simbologia católica para a concretude da opção militante, já que "o lugar de santificação é o próprio mundo". E carregavam consigo, nesse processo, a experiência que alguns deles haviam acumulado no período anterior ao golpe de 64. Na conclusão da matéria, o repórter estabelecia então o nexos que ligava os vários elementos discursivos que *Realidade* vinha desenvolvendo, naquela e em outras reportagens sobre a Igreja:

"Desde o princípio, os dominicanos procuraram ligar-se à realidade brasileira. No entanto, foi com João XXIII e suas encíclicas sobre os problemas sociais que a Ordem começou a se destacar, por sua constante atuação junto aos trabalhadores, camponeses e estudantes, cristãos ou não. Em 1962, junto com um grupo de leigos, fundaram um jornal de orientação esquerdista - *Brasil, Urgente* - dirigido por frei Carlos Josafá que (...) foi transferido para a Europa por pressão dos setores conservadores da Igreja. Foram também alguns dominicanos, com outros padres, que inspiraram militantes católicos a criar - juntamente com outros cristãos e não-cristãos - um movimento de orientação popular. Esse movimento chegou a dominar amplos setores da política brasileira durante o governo de João Goulart".

A segunda vez em que *Realidade* foi no foco da militância clerical ocorreu na edição de setembro de 1968, com a publicação da reportagem de Gabriel Monteiro sobre a presença ativa de padres e de organizações religiosas nos movimentos de oposição e de apoio ao regime militar brasileiro²³⁴. Era mesmo um momento de aguçamento do clima de isolamento do Estado, pelo menos entre os setores médios urbanos intelectualizados das grandes capitais do país. A Igreja já havia sido envolvida pelo clima de mudanças decorrente do Concílio do Vaticano II e, no Brasil, surgiam os primeiros efeitos concretos do abalo sofrido pelo tradicionalismo católico, que reagia em voz alta à perda de seu espaço. Eram efeitos agravados pela peculiaridade da conjuntura nacional. O repórter constatava esse clima: "Padres falam em viver com os pobres, freiras e estudantes saem em passeatas, organizações leigas vão às ruas em defesa das tradições cristãs, bispos publicam manifestos, grupos de católicos tomam posição diante de problemas sociais e políticos. Durante os últimos anos, a Igreja brasileira, como em todo mundo, vem-se preocupando com algumas alas de religiosos que resumem seus objetivos numa palavra: renovação".

A reportagem de Gabriel Monteiro estendia-se sobre todo o complexo de relações que o envolvimento político trazia aos católicos: a repressão, em 1964, às organizações católicas de esquerda, o desbaratamento de seus líderes, seu envolvimento com os movimentos estudantis, e a contrapartida indignada dos setores conservadores. A própria matéria de *Realidade* sobre os dominicanos²³⁵ havia provocado uma dura reação sob a forma de um manifesto onde 54 leigos católicos de São Paulo diziam que "A Igreja não é, nunca foi revolucionária".

²³⁴ *O que querem estes padres?*, setembro de 1968, pág. 116.

²³⁵ *Revolução na Igreja*, outubro de 1966, pág. 34.

O quadro, no que dizia respeito aos católicos, era de dissensão e a *visão* de *Realidade* sobre os desafios colocados para a Igreja tinha que ter mesmo um contorno altamente politizado. Em consequência disso, as matérias sobre o assunto nunca foram feitas com qualquer traço particularista ou com elementos dissociados da conjuntura político-cultural vivida pelo país: o centro das abordagens era sempre o desdobramento para questões mais genéricas, ainda que o *mote* principal da pauta sobre a passagem do tradicionalismo católico à militância política do clero pudesse ganhar a aparência de um *relato* feito para especialistas em assuntos religiosos. De qualquer forma, a revista evitava que os fatos fossem encarados dessa forma, como o debate da última página que promoveu entre o pensador católico Alceu Amoroso Lima e o deputado federal Eurípedes C. de Menezes sobre a intervenção da instituição nos problemas políticos e sociais do Brasil²³⁶.

Em fevereiro de 1967, *Realidade* sintetizou o alcance de todo o movimento de renovação da Igreja Católica e as bases que lhe davam sustentação numa reportagem transcrita da *Paris-Match* sobre as conclusões do Concílio Ecumênico que havia se encerrado, já havia um ano, em Roma²³⁷. Para a revista francesa, tinha surgido ali um período de "inovações" que tornava a instituição "mais presente no mundo e (...) em dia com o nosso século". Os movimentos que, na Europa, pretendiam revolucionar as cerimônias litúrgicas, permitir a participação (nos assuntos da Igreja) de "padres e leigos, homens e mulheres, e até protestantes e ateus" estavam sintonizados com os efeitos que o Concílio Vaticano II teve na América do Sul, onde os católicos "vêm tomando posição de combate às condições de pauperismo reinante em diferentes áreas do continente". Neste caso, caíam como uma luva as conclusões da CELAM de Medellín, em 1968, ponto de partida da chamada Teologia da Libertação²³⁸.

Essa agitação que abalava a imagem circunspecta do tradicionalismo católico andava envolvendo também judeus e protestantes, absorvendo rituais religiosos africanos. Quer dizer, o texto de *Realidade* alentava o leitor para o universo *religioso* em transformação, como que o situando no quadro mais amplo em que se encaixava a variedade de mudanças que eram observadas no Brasil. E, no Brasil, essas mudanças - as das reformas litúrgicas ou as que propunham o engajamento dos sacerdotes "nos problemas do século" - eram rapidamente transformadas pela revista no confronto de personalidades que sedimentavam a discussão, como ocorreu em maio de 1967, na última página, entre D. Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, e D. Helder Câmara, arcebispo de Recife, sobre os "abusos" que as reformas do Concílio Ecumênico poderiam eventualmente permitir²³⁹. E como ocorreu outra vez, em janeiro

²³⁶ *A Igreja deve intervir nos problemas políticos e sociais do Brasil?*, dezembro de 1966, pág. 194.

²³⁷ *A Igreja se renova*, fevereiro de 1967, pág. 53.

²³⁸ Em agosto de 1968, a Colômbia, que havia sediado a CELAM, sintetizava todas as consequências do rompimento da unidade Católica: "a disputa entre os seguidores do padre-guerrilheiro Camilo Torres, morto em combate depois de afastado da Igreja pelas suas idéias, e a hierarquia eclesiástica" conservadora. *Realidade* reproduziu em suas páginas a crise às vésperas da visita de Paulo VI àquele país em reportagem de Carlos Alberto Christo. (*Colômbia dividida espera o Papa*, agosto de 1968, pág. 22)

²³⁹ *As reformas litúrgicas abrem as portas para abusos?*, maio de 1967, pág. 154.

de 1968, com a discussão, também na última página, sobre a participação do sacerdote nas transformações sociais, envolvendo um arcebispo, um bispo e um monge beneditino²⁴⁰.

Quando a encíclica *Populorum Progressio* foi concluída, enfeixando todo o resultado do momento de inquietação que a Igreja estava vivendo nos anos 60, *Realidade* analisou o documento numa matéria assinada por Oswaldo Rezende Jr²⁴¹. Para a revista, o documento de Paulo VI resumia-se num "apelo pela paz. Não a ausência de guerra, uma falsa paz baseada no equilíbrio de forças, mas a libertação de todos os homens. A grande certeza do Papa é que não há paz sem justiça e verdade. Numa palavra, paz, verdade e justiça só têm sentido para o homem de hoje se significarem *desenvolvimento*".

Essa ênfase dada a um problema aparentemente econômico vinha da influência que os setores do clero preocupados com a questão da distorção das desigualdades econômicas entre os países e nas sociedades das nações do 3º mundo, tiveram na elaboração do documento, influência que *Realidade* destacava com a indicação dos grupos ouvidos pelo Papa na concepção da encíclica. Obviamente, esse sentido *secular* das teses do Vaticano II estimulava os grupos clericais chamados *progressistas*, legitimava sua desenvoltura e conferia-lhes o primado da iniciativa; mas mesmo os grupos conservadores - laicos e católicos - não deixaram de buscar nela um instrumento do discurso *humanista e abstratamente descompromissado* que sua leitura permitia. *Realidade* bateu nessa tecla: "No Brasil, a encíclica foi bem recebida. O presidente Costa e Silva fez dela a carta de princípios de seu governo. Na Câmara dos Deputados, foi debatida e inscrita nos anais. Sem contar a 'batalha de textos' entre os católicos, cada qual querendo explicar a seu modo o pensamento do Papa".

Em vista disso, isto é, em razão da variedade de "interpretações" que o documento permitia, *Realidade* tomou a iniciativa de aprofundar sua discussão, na mesma matéria de Oswaldo Rezende Jr: convocou seis estudiosos de várias áreas do conhecimento para "uma espécie de mesa redonda sobre as implicações que a *Populorum Progressio* possa ter em relação à nossa sociedade". O debate promovido pela revista dissecou a encíclica, e seus participantes enveredaram pelas raízes dos problemas levantados pelo papa: o distanciamento da Igreja em relação aos problemas nacionais, a contestação da propriedade privada como direito absoluto, a reforma agrária, a insurreição revolucionária e popular e, inevitavelmente, as disparidades sociais geradas pela modernização econômica em condições de subdesenvolvimento.

Realidade ainda não tinha encerrado sua presença nas questões que envolviam a religião e a Igreja no período abrangido por esta tese, mas já havia deixado um rastro de análise e de polêmica que permitia a seu público leitor acompanhar a dinâmica das transformações que se processavam, com um viés claramente posicionado em favor

²⁴⁰ Deve o sacerdote participar diretamente das transformações sociais?, janeiro de 1968, pág. 146.

²⁴¹ Um homem pede por todos os povos, julho de 1967, pág. 140.

das reformas. A revista abriu um extraordinário espaço para as correntes *progressistas* do clero e editorializou suas reportagens, transformando-as em apêndices de proposições que estavam afinadas com o anti-conformismo. Quando não fez isso na discussão dos temas que alvoroçavam os católicos tradicionalistas, reiterou uma espécie de *empatia* com os perfis de personalidades que consolidavam o momento de mudanças, inclusive o do próprio Paulo VI, num perfil traçado por Alessandro Porro em novembro de 1967²⁴²: o papa que havia mantido o clima de renovação da Igreja iniciado por seu antecessor e cuja personalidade a revista associou às transformações que estavam em curso.

No período analisado por este livro, ainda uma vez *Realidade* abriu o debate sobre o abalo que a Igreja estava sofrendo. Trouxe para suas páginas, sob a forma de dois artigos, o primeiro embate entre a dupla de pensadores católicos que representava as grandes correntes surgidas com a *renovação*: Alceu Amoroso Lima e Gustavo Corção²⁴³. Antes que se refletisse nas ruas a intensidade da dissidência entre *progressistas* e *conservadores*, assunto que a revista abordaria em sua edição de setembro de 1968²⁴⁴, os dois teóricos do catolicismo haviam se tornado a referência teórica das duas tendências.

"Estudantes saem à rua em manifestação - dizia a *Realidade* - e no dia seguinte, nos maiores jornais do País, lá está o artigo de Gustavo Corção, a condená-los, e o artigo de Alceu Amoroso Lima, a tratá-los com simpatia. Dom Helder faz qualquer pronunciamento de sentido político, e Corção o condena, enquanto Alceu o aplaude como o grande líder da renovação da Igreja no Brasil. Para Corção, a 'nova' Igreja não passa de um grupo, geralmente de comunistas, que insiste em destruir as bases da Igreja eterna. Para Alceu, a 'nova' Igreja é a verdadeira Igreja eterna, preocupada com os caminhos do homem".

A publicação dos dois artigos era mais que uma postura *imparcial* de *Realidade*, até porque a leitura de suas reportagens em torno da Igreja Católica conduz à inevitável conclusão de que a revista apostava na renovação como o sentido de tudo o que ocorria na época. Os textos de Amoroso Lima e de Corção atendiam antes à necessidade de manutenção da polêmica, uma marca que já estava configurada no jornalismo produzido pela revista. Ele se alimentava do universo contraditório que brotava da natureza das questões emergentes de meados dos anos 60. Absorver ou refletir isso punha *Realidade* no centro do processo todo e institucionalizava o trabalho do repórter como prática reiterativa da dinâmica social.

²⁴² "Boa noite", *santidade*, novembro de 1967, pág. 124.

²⁴³ *Dois inimigos pelo amor de Deus*, julho de 1968, pág. 144.

²⁴⁴ *O que querem estes padres?*, setembro de 1968, pág. 116.

CAPÍTULO 10

VISÕES DO BRASIL: A POLÍTICA, A ECONOMIA, A SOCIEDADE

Até aqui, a análise do material produzido por *Realidade* no período estudado permite concluir que a investigação jornalística em torno dos grandes temas reportados obedecia a uma linha de coerência discursiva. Essa linha resultava do vínculo que a revista havia estabelecido com aquilo que foi definido como a *transgressão* dos valores consensuais estabelecidos pela *ordem* do Estado. Como consequência dessa interpretação, é possível também concluir que a produção jornalística de *Realidade* revelava o descompasso que marcava a vida político-cultural brasileira: os elementos indicativos da instabilidade geral de valores que marcou os anos 60, e que era absorvida pelo público leitor da revista, contrastavam com o acanhamento institucional progressivo da vida política do país, decorrência da construção do autoritarismo que havia se iniciado depois de 64. A rigor, tudo se passava - para quem (re)lê *Realidade* levando em conta o quadro político brasileiro da época - como se houvesse dois universos autônomos de existência social. De um lado, o da demolição do conservadorismo, que a revista apresentou sob a forma de um amplo painel abrangendo a *família*, a *mulher*, o *jovem*, a *religião*; de outro, a presença na sociedade política de componentes avessos a esse processo de instabilidade permanente, inibidores do debate, da contestação, do rompimento com os padrões éticos do autoritarismo.

Esses dois universos andaram juntos nas páginas de *Realidade*. A revista tratava simultaneamente de ambos, buscando identificar a realidade econômica, política e social do país com a mesma profundidade com que investigava o *movimento* dos novos valores. Nesse esforço, no entanto, a linha de coerência discursiva que se constatou até aqui, ganhou, em alguns momentos, uma feição dúbia, oscilante mesmo, entre a revelação da crise brasileira e a ênfase exaltadora da simbologia que marcava o fechamento do Estado, embora isso não chegasse a descaracterizar aquilo que era uma característica fundamental do projeto *Realidade*: sua sintonia com as manifestações oposicionistas difusas na sociedade civil.

Essa contradição - que os jornalistas que produziram *Realidade* atribuíram à transigência com que a Editora Abril e a própria redação marcavam suas relações com o poder²⁴⁵ - esteve presente nos números da revista publicados até junho de 1967, coincidindo com a ascensão e a consolidação do governo do General Costa e Silva. Em abril de 1966, por exemplo, a revista publicou uma ampla matéria sobre a participação brasileira na intervenção militar ocorrida na República Dominicana²⁴⁶. A reportagem havia sido produzida por Luiz Fernando Mercadante e era carregada de significado político, já que o Exército brasileiro havia se disposto a aceitar, em nome da Organização dos Estados Americanos (OEA), o papel de força repressiva sob o

²⁴⁵ Ver depoimentos de José Hamilton Ribeiro e Woile Guimarães.

²⁴⁶ *Brasileiros go home*, abril de 1966, pág. 38.

eufemismo de que se tratava de uma Força Interamericana de Paz. Na verdade, o que ocorria na República Dominicana era uma intervenção aberta nos negócios internos daquele país com o objetivo bastante claro de afastar do poder um grupo reformista de oficiais que, na interpretação dos Estados Unidos, ameaçava ampliar a influência comunista na região da América Central. Era, evidentemente, um tema da Guerra Fria, e a presença de Cuba na área alargava os temores de Washington. O governo brasileiro havia aceitado o papel de interventor e o próprio Senado, em Brasília, tinha referendado a iniciativa. Para os militares brasileiros - citados na reportagem - tratava-se de "solidariedade continental" ou "entrosamento de segurança interna e externa".

Ao final das contas, no entanto, os militares brasileiros ficavam numa situação difícil, interna e externamente. No Brasil, as correntes de oposição mais radicais se apressaram em rotular o governo como "testa de ferro do imperialismo *yankee*". No exterior, a intervenção isolava o regime brasileiro, especialmente entre os governos social-democratas da Europa. Pior que isso, no entanto, era a reação de hostilidade que as tropas nacionais estavam sofrendo da população dominicana, embora a Força Interamericana de Paz contasse com a participação de contingentes de outros países.

A reportagem de Mercandante traduzia esse emaranhado de problemas e traduzia também, até mesmo no título da matéria - *Brasileiros go home* -, o desconforto político em que se encontravam os militares brasileiros. O repórter ficou três semanas com as tropas e seu relato era uma descrição da angústia que se multiplicava entre os pracinhas, os oficiais, a população local, embora o feitiço da matéria trouxesse também os elementos da *humanização* da vida militar, o cotidiano do consumo em país estrangeiro, os exercícios, a correspondência com o Brasil. Mesmo assim, em que pese o fato de a abordagem humanizada quebrar a gravidade do assunto, *Realidade* apresentava a presença das tropas brasileiras na República Dominicana como uma questão polêmica que dividia opiniões de personalidades de peso no mundo político. Nesse sentido, a revista elencou as manifestações de Lyndon Johnson, Charles De Gaulle, Castelo Branco, Jânio Quadros, Ademar de Barros, Costa e Silva, Vieira de Melo, Juracy Magalhães, Juscelino Kubitschek, apresentando um equilíbrio entre aqueles favoráveis e os contrários à intervenção. No limite, contudo, *Realidade* destacava a própria Carta da OEA como o instrumento jurídico internacional que havia sido violado pela entidade e pelo governo brasileiro: "Nenhum Estado, ou grupo de Estados, tem o direito de intervir (...), seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro". A matéria era, portanto, *crítica* em relação ao problema, e reiterava em seu enfoque geral, em seus títulos, e na interpretação política do fato, uma linha de condenação à intervenção²⁴⁷.

²⁴⁷ A imagem da política externa brasileira depois da intervenção militar na República Dominicana ficou bastante arranhada, especialmente se se leva em conta que o Itamaraty havia fixado, desde o curto período de Jânio Quadros na presidência da República, uma atuação independente das posições norte-americanas no cenário internacional. Depois de 1964 essa orientação mudou e as posições brasileiras tornaram-se objeto de um debate promovido com evidentes intenções recriminatórias. *Realidade* refletiu essa discussão em duas oportunidades, sempre na última página: *O Brasil deve enviar tropas para o Vietnã?* (abril de 1968, pág. 162) e *O Brasil é um país imperialista?* (maio de 1968, pág. 186).

O mesmo número de *Realidade* trouxe o perfil de Roberto Campos, feito pelo repórter Alessandro Porro²⁴⁸. O então Ministro do Planejamento do governo Castelo Branco era o alvo principal de toda crítica que se fazia ao modelo econômico implantado no país depois de 64. Monetarista ortodoxo, defensor da internacionalização da economia brasileira, Roberto Campos, em 1966, era responsabilizado pela recessão, pelo desemprego, pelo aumento do número de falências e pela insensibilidade com que tratava as questões sociais brasileiras. O perfil feito por Alessandro Porro, contudo, passava ao largo dessas questões. O repórter reconhecia em Campos uma personalidade controversa, mas preferia defini-lo como "um dos menos conhecidos homens públicos brasileiros". O foco da matéria, assim, era o do cotidiano do Ministro, sua vida pessoal, seu trabalho, seus hábitos e predileções; um demorado convívio com sua intimidade caseira, sonhos, amores, família, dados biográficos.

Essa revelação consagrada da autoridade pública, o traço forte sob os elementos constituintes de sua vida privada - como se verá em outros exemplos - retirava a nitidez da polêmica política na qual invariavelmente as personalidades retratadas por *Realidade* encontravam-se envolvidas. Obviamente não se pretende co-relacionar mecanicamente o padrão investigativo do texto produzido pela revista ao sentido polêmico da temática abordada. Ao contrário. O perfil feito por Alessandro Porro é o que marcou a linha de trabalho jornalístico de *Realidade*: ele emergia da configuração das circunstâncias e do ambiente que cercavam o entrevistado. Os elementos textuais resvalavam para a fluência de idéias, para diálogos etc. Mas eram elementos que se tornavam pálidos, porque faltava neles a presença da polemização. Neste caso específico, um evidente contraste com a matéria feita sobre a presença militar brasileira na República Dominicana, já que se tratava de dois fatos subjacentes à questão do Estado e contemporâneos do referencial cotidiano do público.

Essa dubiedade da revista, no entanto, perdia intensidade quanto o assunto era qualquer questão de ordem marcadamente institucional, diretamente relacionada com o momento político vivido pelo país. Nessas situações, a revista recuperava abertamente sua intenção de instauradora do debate, como foi o caso da primeira última página de *Realidade*: a discussão sobre o caráter democrático ou não das eleições indiretas²⁴⁹.

A polêmica em torno do assunto era absolutamente pertinente, já que a escolha indireta para as funções de prefeitos, governadores e Presidente da República, ao lado da criação de partidos oficiais, era um indicativo da progressiva hipertrofia do Estado e da impossibilidade do governo militar conviver com as oligarquias civis dissidentes que davam mostras de força e de articulação. No entanto, se foi capaz de polemizar em torno da natureza democrática ou não da eleição indireta, quando *Realidade* traçou o perfil do General Costa e Silva²⁵⁰, o primeiro beneficiário do novo sistema de

²⁴⁸ *Eis Roberto Campos*, abril de 1966, pág. 101.

²⁴⁹ *Eleições indiretas são democráticas?*, abril de 1966, pág. 138.

²⁵⁰ *Feliz aniversário seu Artur*, maio de 1966, pág. 24.

eleições²⁵¹, a revista voltou a percorrer o mesmo caminho trilhado no perfil de Roberto Campos. Embora o general fosse o representante dos grupos militares considerados "duros", favoráveis à intensificação do fechamento institucional e contrários ao espectro de alianças políticas civis que Castelo Branco vinha tentando pôr em prática em sua gestão, o retrato de Costa e Silva ganhava, nas páginas de *Realidade*, uma moldura de "popularização" com traços inegavelmente construtores de uma imagem oposta àquela que os grupos oposicionistas proclamavam.

O general tinha "cara de mau, é gaúcho dos bons, gosta de cavalos e sabe chorar", *humanização* associada ao seu programa de governo. "A plataforma de governo do general Artur da Costa e Silva vai partir de um binômio: Paz e Produção. Seus assessores asseguram que o tema central de sua candidatura será esse.

"Seu Artur sabe que sem paz e sem produção não se chega ao desenvolvimento. E o que ele se propõe é pacificar a família brasileira e estimular a produção de tal modo que o país acelere sua marcha para o desenvolvimento". A personalidade de Costa e Silva voltaria novamente às páginas de *Realidade* em fevereiro de 1967²⁵². Luiz Fernando Mercadante havia visitado a cidade natal do militar, "enquanto o Brasil inteiro" aguardava sua posse na presidência da República. A primeira dama, por sua vez, em abril de 1967, teve seu perfil traçado pelo mesmo Mercadante²⁵³: a tônica era a família harmoniosa, a história pessoal construída com os elementos da união e da confiança, o despojamento da vida pessoal em favor da vida pública.

A julgar pelo número de reportagens que fez sobre Costa e Silva, Mercadante havia se transformado num especialista no assunto: em junho de 1967, nova matéria sobre o então presidente²⁵⁴. A conjuntura política ganhava, com o texto, todos os componentes da legitimação autoritária e popular. Segundo o repórter, "Serenos, forte política e militarmente, nas suas dez primeiras semanas de governo, Costa e Silva cuidou de administrar", em oposição ao *estilo* de seus antecessores ("instável", para Jânio; "meio triste", para Castelo Branco; "eufórico", para JK; "fechado", para Jango). A ênfase na capacidade administrativa de Costa e Silva, ou na racionalidade que, segundo a matéria, buscava imprimir às suas decisões, traduziam o progressivo espaço que a tecnocracia vinha adquirindo no núcleo do poder; os ministros eram técnicos, o governo era disciplinado, o presidente "dá as cartas". No final, havia chegado o "tempo de sonhar" de novo:

²⁵¹ A consolidação do nome de Costa e Silva como o presidente que iria substituir Castelo Branco representou um momento de intensa divergência entre os setores "liberais" e "duros" do Exército, estes últimos aglutinados em torno do nome do ministro da Guerra. *Realidade* polemizou em torno do assunto na última página de sua edição de agosto de 1966: *Costa e Silva já pode ser considerado nosso próximo presidente?*, pág. 130.

²⁵² *Um garoto chamado Artur*, fevereiro de 1967, pág. 64.

²⁵³ *Dona Yolanda a presidenta*, abril de 1967, pág. 28.

²⁵⁴ *Há um novo tempero no poder*, junho de 1967, pág. 26.

"Pode-se dizer que no tempo de Juscelino, Brasília tinha ar de festa, clima de feriado nacional, pioneirismo e heróis. Quando veio Jânio, acabou-se a festa: bandeiras foram arreadas, a cidade levou um susto. Jango chegou no bojo de uma crise. E, de crise em crise, Brasília passou a viver de sobressaltos. Com Castelo, a Capital respirou austeridade. Agora, vive dias de Costa e Silva, diferente dos quatro: um homem comum, capaz de sonhar, espera que um povo inteiro sonhe outra vez, pensando num destino melhor".

Em *Realidade* de junho de 1966, o perfil publicado foi o do próprio Presidente da República, Castelo Branco, também de autoria de Luiz Fernando Mercadante²⁵⁵. O texto, mais uma vez, pretendia descobrir o *homem* atrás do cargo: frugalidade, simplicidade, inocência ("Um menino vive na noite do Presidente"), despreendimento ("Ele queria o máximo: ser capitão"), moderação e inteligência ("Ele não fuma, não bebe, só joga xadrez"). Tanto como no perfil de Costa e Silva, o de Castelo Branco valorizava o descortínio da entrega pessoal à responsabilidade pelo comando do país, associado ao humor e aos ingredientes das imagens de *simpatia e firmeza política* que formavam, para o repórter, a aura do governante:

"Num dia mais calmo, passa os olhos pelos jornais. Quando está muito cansado, tira uma soneca. De pijama e tudo. Há algum tempo, depois de uma dessas viagens, Lacerda lhe confessou:

"- Quando falam mal de mim, Presidente, não como, não bebo, nem durmo. Castelo respondeu:

"- Pois quando falam mal de mim, como, bebo e durmo muito bem; principalmente quando é o senhor que fala...".

Inegavelmente, nessas matérias, *Realidade* cortejou diplomaticamente o Estado autoritário através dos perfis de seus representantes. É um engano, no entanto, supor que se tratasse de uma manifestação de *cooptação* ou imaginar que a revista integrava organicamente uma estratégia projetada para popularizar os novos dirigentes brasileiros. Como foi dito, a pauta de *Realidade* oscilava e, nessa oscilação, nos momentos em que reproduziu outros perfis de lideranças políticas, a revista acabava por se transformar numa espécie de tribuna voltada para outros matizes do espectro ideológico da vida brasileira. Em maio de 1966, o mesmo Luiz Fernando Mercadante produziu o perfil de Jânio Quadros, um dos nomes afastados da vida política nacional por força da perda de seus direitos²⁵⁶. O estilo com que a matéria foi feita, reproduzia as mesmas características dos perfis anteriores, mas apresentava ingredientes de natureza política que contrastavam com o silêncio que havia sido imposto a todos os cassados pelos militares. O ex-presidente, cuja imagem ainda estava associada ao sentido confuso e polêmico de sua renúncia (assunto em torno do qual *Realidade*

²⁵⁵ *Este é o Humberto*, junho de 1966, pág. 52.

²⁵⁶ *Jânio, hoje*, maio de 1966, pág. 116.

voltaria em novembro de 1967, reproduzindo trechos da "História do Povo Brasileiro" de autoria do próprio ex-presidente, e um artigo de Carlos Castello Branco sobre as repercussões imediatas da renúncia²⁵⁷), era apresentado como o articulador político confinado compulsoriamente, que precisava "retemperar as forças": havia "uma dura caminhada pela frente". A simbologia do recolhimento do líder político cassado, nesse sentido, ganhava a dimensão da polêmica e, obviamente, contribuía para fragmentar o discurso autoritário do Estado.

Do ponto de vista do espaço que abria para as lideranças civis dissidentes do governo militar, aquelas que estavam rompidas com o Estado desde a origem do golpe de 64, ou aquelas que foram se afastando do novo regime na medida em que ia se cristalizando seu isolamento social, *Realidade* acabou se transformando num polo referencial de informações para os segmentos que formavam seu público leitor. Carlos Lacerda, por exemplo, já desenganado de disputar a presidência da República em 1965 e iniciando o processo de montagem da "Frente Ampla", apresentou no primeiro número da revista um extenso depoimento em que traduzia sua visão sobre vários momentos da história recente do país²⁵⁸. Lacerda seria novamente alvo da atenção de *Realidade*, como jornalista e como personalidade de inegável destaque na cena brasileira. Como jornalista, o ex-governador do estado da Guanabara cobriu para a revista, como enviado especial, as eleições presidenciais norte-americanas de 1968²⁵⁹. Como líder político controverso e sistematicamente no centro dos acontecimentos, Lacerda chegou a motivar, na última página, em março de 1968, o debate em torno de sua própria carreira²⁶⁰: a opinião pública acompanhava os lances em torno da formação da Frente Ampla, uma articulação oposicionista que reunia João Goulart, Juscelino e o próprio Lacerda; e era inevitável que o movimento, com correspondência significativa na sociedade civil, gerasse dissensões.

Realidade repercutiu esse clima não só na sua tradicional última página; no número seguinte, em abril de 1968, o mesmo Luiz Fernando Mercadante que havia se destacado nas matérias sobre Costa e Silva e Castello Branco, fazia o perfil de Lacerda²⁶¹. O tratamento que o repórter dava ao político carioca era o da mesma polêmica: a trajetória do ex-governador da Guanabara em episódios importantes da vida política brasileira, como a crise de 1954, a crise de 1961, o golpe de 64. Uma imagem traçada à semelhança daquela deixada no perfil de Jânio Quadros, isto é, a do líder político confinado, temerário, matreiro até, cuja imagem era a do previsível retorno à cena política, mais cedo ou mais tarde. A revista deixava aberto o canal para

²⁵⁷ *Documento. O porquê da renúncia. O dia seguinte*, novembro de 1967, págs 26 e 38. A discussão sobre a renúncia de Jânio Quadros esteve presente na última página de *Realidade* nesta mesma edição (*Depois de tudo o que aconteceu, acha que Jânio tinha razão?*). Participaram do debate os ex-ministros de Jânio Oscar Pedrosa Horta, Sílvio Heck e Catete Pinheiro. Pág. 186.

²⁵⁸ *As revoluções que eu vi*, abril de 1966, pág.30.

²⁵⁹ *Um império escolhe seu presidente*, novembro de 1968, pág. 24.

²⁶⁰ *Carlos Lacerda é um político carreirista e incoerente?*, março de 1968, pág. 162.

²⁶¹ *Este homem é um anjo?*, abril de 1968, pág. 20.

o discurso que contradizia, na voz do próprio Lacerda, a imagem do opositor sistemático e oportunista:

"- O senhor é um agitador?"

"- Não. Não sou um agitador, ainda que haja muita gente interessada em espalhar essa imagem. Não estive, não estou e não estarei interessado em agitar. Quero, sim, é reimplantar a democracia no Brasil; restaurar o poder civil, restabelecer as eleições diretas, obter a anistia para os cassados e, com ela, a verdadeira paz; e, com isto, reconduzir o Brasil ao caminho do desenvolvimento..."

Realidade ainda abria o espaço para os elementos do imaginário popular em torno do líder carioca:

"O motorista de taxi garante que 'ele está mandando brasa'; o ascensorista jura que 'ele está conspirando'; o dono do botequim torce os bigodes e recorre à opinião alheia: 'ouvi dizer que ele está no tal do ostracismo'; a balconista da loja acha que 'ele é um anjo', sua colega protesta: 'ele é um demônio'; o intelectual de esquerda aponta-o na direita; o intelectual de direita acusa-o na esquerda; o jornalista afirma que 'ele é um oportunista'; o engraxate replica: 'oportunista é a mãe de quem falou'. Uma coisa é certa: Lacerda pode provocar todos os sentimentos. Menos a indiferença".

Ao final, a plataforma da Frente Ampla:

"- Então, o senhor com o Juscelino e o Jango?"

Lacerda arregalará os olhos e dirá simplesmente:

"- Você acha que foi fácil para mim e para eles? Pode estar certo de que foi muito mais difícil do que para os nossos amigos que ficam querendo resistir sem querer compreender, sem querer aceitar. Nossa união é para libertar o Brasil. E isto só será possível com o desenvolvimentismo de Juscelino, com os trabalhadores de Jango e com o meu amor pela democracia".

A dissidência de parcela das elites civis em relação ao regime militar ganhava assim presença ostensiva nas páginas de *Realidade* e, certamente, contribuía para as dificuldades institucionais que o governo enfrentava no período 1966-1968. Na verdade, exceção feita aos perfis das personalidades ligadas ao Estado - e já analisados aqui - a revista ampliava, com suas matérias, a disseminação do isolamento do núcleo militarizado do poder, insistindo em retratar a diversidade da vida política nacional, isto é, transgredindo com a ordem do autoritarismo²⁶².

²⁶² A abordagem de questões institucionais brasileiras, especialmente aquelas que diziam respeito à institucionalização do sistema de eleições indiretas, volta e meia estava nas páginas da revista, às vezes antecipando polêmicas. Em dezembro de 1967, por exemplo, menos de um ano de governo Costa e Silva, a última página da revista já indagava sobre como seriam as eleições em 1970 (*Eleições para Presidente e Vice-Presidente serão diretas em 1970*, pág. 210.), colocando para discutir o assunto o então Vice-Presidente e professor da Universidade de Minas Gerais, Pedro Aleixo, e o Deputado Federal pelo MDB e professor da mesma Universidade, Edgard da Matta Machado.

Exemplo nesse sentido foi o tratamento que *Realidade* deu aos políticos cassados pelo movimento militar de 64. A cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos haviam se tornado instrumentos de ação quase rotineiros do governo no período estudado: tratava-se, originalmente, de um processo de *purificação* da vida nacional exigido pelos dirigentes do golpe que depôs João Goulart. O afastamento de velhas lideranças civis, comprometidas com as teses socialistas, com as reformas e com o populismo e, em alguns casos, com a corrupção, era - na opinião dos setores mais ortodoxos do autoritarismo - uma medida de saneamento que permitiria renovar os costumes políticos brasileiros²⁶³. Dessa maneira, a arbitrariedade com que aquelas punições foram impostas se estendia sobre um arco heterogêneo de personalidades que eram condenadas, no próprio país ou no exílio, ao silêncio e ao "ostracismo", como lembrou o entrevistado de Mercadante na matéria sobre Lacerda. Entre os "punidos", misturavam-se lideranças comunistas, sindicais, nomes de respeito da área acadêmica, antigos aliados dos militares em outras conjunturas, governadores de estado, parlamentares e todos os ex-presidentes da República, com as únicas exceções de Eurico Gaspar Dutra e Café Filho, estes últimos já absolutamente afastados dos acontecimentos políticos muito tempo antes do golpe²⁶⁴.

A vida política nacional, contudo, apresentava uma dinâmica que se colocava fora da órbita de controle absoluto dos militares. Os políticos cassados, aqui ou no exterior, articulavam movimentos, produziam para a imprensa, falavam nas universidades, cercavam-se mesmo de uma aura de solidariedade que agravava, para o governo, as dificuldades da conjuntura.

Toda a imprensa brasileira, ainda livre da censura, repercutia essa situação, e as atividades dos cassados eram notícia permanente nas páginas de jornais e revistas. *Realidade*, no entanto, apresentava-os de maneira diferenciada: não era o componente informativo dessas atividades o que interessava às suas matérias; eram os elementos que compunham o seu confinamento que substituíam a informação, reiterando o papel da personalidade pública em outro patamar, aquele que dizia respeito ao imaginário do público que agora estava privado da relação eleitoral estabelecida com essas lideranças antes de 64. Nessa medida, cada perfil feito com os cassados, dava voz de *vítima* ao líder e tecia um discurso político que se colocava fora do quadro institucional. De certa forma, isso já tinha ocorrido com Jânio Quadros²⁶⁵ - mas o ex-presidente não era exatamente a figura que apresentava maiores riscos para o governo: muitos militares do novo regime haviam sido seus aliados na crise de 1961, e sua

²⁶³ Recorde-se aqui que nem sempre as cassações e as suspensões de direitos políticos tiveram como justificativa esse caráter "doutrinário" manifestado no início do governo militar. Em várias oportunidades elas foram promovidas por mero oportunismo político, especialmente quando se tratava de adequar a composição de parlamentos estaduais, ou mesmo o parlamento federal, a votações nas quais os projetos militares sofriam algum risco.

²⁶⁴ As versões dos acontecimentos que antecederam a indicação de Castelo Branco para a presidência da República dão conta de que, para o cargo, também havia sido sondado o ex-presidente Eurico Gaspar Dutra, cujo mandato, no imediato pós-guerra, foi marcado pela abertura ao capital norte-americano (o próprio Roberto Campos fez parte de seu governo) e pelas restrições legais à existência do PCB. Café Filho, por sua vez, nunca foi uma liderança política expressiva e, no curto período em que esteve na presidência da República, logo após o suicídio de Vargas, teve atuação apagada. Sob a ótica dos militares de 64, não havia motivo para cassá-los.

²⁶⁵ *Jânio, hoje*, maio de 1966, pág. 116.

cassação - como a de JK - havia causado surpresa. Só mais tarde, quando foi confinado oficialmente em Corumbá, é que Jânio chegou a polarizar as atenções do país. O perfil do ex-presidente, traçado por Mercadante em maio de 1966, portanto, não chegou a adquirir uma forte coloração divergente da ordem do Estado; no limite, o discurso político significativo deixado pela matéria era o do retempero de "forças" com as quais Jânio se preparava para a "dura caminhada" que tinha pela frente. Mas era só isso.

Em julho de 1966, no entanto, *Realidade* publicou a reportagem do mesmo Mercadante sobre Jango e Brizola²⁶⁶. O repórter havia convivido com os dois durante duas semanas no Uruguai e, para investigar as divergências políticas que separavam os dois líderes, egressos ambos do getulismo e do PTB gaúcho, a matéria apontava os elementos que compunham um dos quadros da articulação oposicionista. Jango, moderado, "agora está surdo e mudo mas não ficou invisível", dizia o repórter, historiando as crises políticas enfrentadas pelo ex-presidente desde sua participação no último governo de Vargas, seu cotidiano como estancieiro e seu compromisso político:

"Tudo quanto João Goulart diz deixa transparecer um homem preso a dois compromissos: um com o passado; outro com o futuro. O primeiro, com a carta-testamento do Presidente Vargas; o segundo, com o seu filho João Vicente que um dia será homem, lerá nos livros o passado político do pai e cobrará dele o que fez, o que não fez e o que deixou que fizessem.

"Sua condição de asilado e cassado o impede de fazer um pronunciamento político. Mas não será difícil perceber que ele é um homem bem informado sobre o que se passa no Brasil, vivamente interessado no desenvolvimento do processo político e nos atos do governo que o derrubou. Nem será menos fácil concluir que ele pensa serem inviáveis os caminhos radicais para seu retorno a curto prazo ao Brasil e, eventualmente, à vida pública. (...) essa volta só ocorrerá quando o País estiver nas mãos de um governo civilista que reúna grande apoio popular".

O perfil de Brizola, radical e acusado de fomentar um núcleo de guerrilha contra o governo militar brasileiro, era menos extenso, mas foi feito pelo repórter na mesma linha - e esta linha parece ter sido comum aos perfis de Mercadante -, isto é, a vida reclusa, as novas atividades, os novos interesses, o estudo, o ambiente que cercava o confinamento compulsório e, depois, a perspectiva política: "... após a queda, temperado pelo exílio, vai surgindo esse terceiro Leonel Brizola, ainda um homem de esquerda, ainda confessadamente partidário de uma revolução social radical, mas agora um homem que sabe com clareza as dificuldades que tem no caminho de sua volta ao Brasil, que não vê a curto prazo nenhuma possibilidade de regresso..."

Foi em agosto de 1967, no entanto, que *Realidade* deu às cassações toda a dimensão recriminatória que sua narrativa vinha oferecendo ao público leitor da revista: o perfil

²⁶⁶ *Jango-Brizola, cunhados em choque*, julho de 1966, pág. 46.

de Celso Furtado feito por Alessandro Porro²⁶⁷. Na verdade, a arbitrariedade representada pela cassação de mandatos e pela suspensão de direitos políticos já havia sido posta em discussão na última página do número de novembro de 1966²⁶⁸. Para debater a inexistência do direito de defesa pelos atingidos, a revista havia convidado dois ex-ministros da Justiça: Oscar Pedroso Horta (Jânio Quadros) e Armando Falcão (JK). Para o ex-ministro de Jânio Quadros, tratava-se de um problema indiscutível - "Os cassados, os ameaçados, deveriam ter e têm, incontestavelmente, o mais amplo direito de defesa" - e as cassações eram um "ato de capricho"; correspondiam a um período negro na história do país. Para Armando Falcão, nada de direito de defesa. Tratava-se de medida excepcional, justificada porque "toda revolução é levada a adotar medidas de exceção". No caso do Brasil, o que havia era uma "revolução democrática", com um comando "sóbrio" e "equilibrado", que não havia cometido exageros: "Classicamente, o direito de defesa é considerado sagrado. Mas a Revolução não seria revolução (...) não pusesse de lado o que é clássico".

Com o perfil de Celso Furtado, *Realidade* respondia de sua forma à pergunta e acrescentava, no universo dos elementos que o repórter lançava mão para identificar o ex-ministro de Jango, todo o significado da contrariedade que as medidas defendidas por Armando Falcão andavam provocando nas correntes do pensamento civil e liberal - parcelas talvez predominantes do público leitor da revista.

Nessa medida, a cassação de Furtado era identificada, na leitura dos componentes simbólicos do texto, como uma injustiça: "Ele é respeitado no mundo todo, principalmente em Paris, onde vive e dá aula. É tido como um grande economista, mas só pode trabalhar no Brasil em 1974". O repórter, contudo, adiantava ao leitor que a reportagem não era política; era "a história de um garoto do sertão da Paraíba que hoje ensina na mais famosa universidade do mundo"

(...)

"Na *salle* nº 5, onde o *Professeur* Furtado dá um curso de 'Política do Desenvolvimento na América Latina', é difícil achar lugar meia hora antes do começo da aula...

(...)

"Somente em 1974, aos 54 anos, Furtado poderá trabalhar novamente no Brasil".

Dessa forma, o ato de arbítrio era visto pelo repórter, antes de tudo, pela irracionalidade de seu desdobrimento, já que o Brasil ficava privado de um economista de renome internacional, com competência para lecionar na *Sorbonne*, por uma medida para a qual não havia explicação lógica, fato que o texto da reportagem se encarregava de demonstrar: "É difícil explicar - dizia Celso Furtado. Nunca fui

²⁶⁷ *Porque ele é um cassado*, agosto de 1967, pág. 76.

²⁶⁸ *Os cassados têm o direito de defesa?*, novembro de 1966, pág. 154.

acusado de nada". Na sequência do perfil, no entanto, estendiam-se as experiências do economista - a expectativa em relação à Aliança para o Progresso, as teses da CEPAL, o trabalho desenvolvido no governo JK, a passagem pela SUDENE, a experiência com Jânio e com Jango - para caracterizá-lo como "um intelectual, nada mais que isso"; um professor "sem truques", ao contrário de Roberto Campos e Delfim Neto, como enfatizava Alessandro Porro.

Por conta das matérias em que retratava as personalidades que haviam sido excluídas oficialmente da vida política brasileira, *Realidade* mantinha na ordem-do-dia de sua pauta a polêmica em torno das feições institucionais do *Estado*, abrindo sobre ela, ainda que de forma oblíqua, a atenção permanente de seu público leitor. Nesse conjunto de características que o discurso dos perfis formava, o significado subjacente era o da diversidade política da exclusão com que as lideranças políticas haviam sido punidas, isto é, o caráter aleatório que justificava o ato da cassação: Celso Furtado era um técnico e um teórico do subdesenvolvimento; Jânio Quadros era um líder populista localizado à direita do espectro político nacional; Jango e Brizola eram líderes populistas getulistas, um e outro, respectivamente, situados naquilo que se poderia definir como o centro e o centro-esquerda do trabalhismo; Lacerda era visto como "de direita" pela esquerda e "de esquerda" pela direita; Ademar de Barros, cujo perfil foi feito por Mercadante em janeiro de 1968²⁶⁹, aliado dos conspiradores de 64, mesclava sua imagem com as noções de corrupção e de demagogia.

A abordagem da diversidade da vida política brasileira através dos perfis publicados pela revista chegou mesmo a incluir aquele que era considerado, pelos militares de 64, uma espécie de "inimigo número um" de todo o discurso político conservador: o secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Luiz Carlos Prestes. A matéria, de autoria do jornalista Paulo Patarra, saiu em *Realidade* de dezembro de 1968²⁷⁰, e sua leitura coloca-a entre as mais complexas de serem interpretadas. Sua formatação não diferia de outros perfis que a revista já havia publicado e seus componentes textuais reproduziam o código narrativo já visto na interpretação de outras reportagens. No perfil de Prestes, no entanto, convergiam elementos diferenciados de outros perfis, especialmente aqueles que diziam respeito ao sentido mitológico que cercava sua personalidade em dois níveis: no primeiro, estavam presentes os ingredientes da personalidade histórica do secretário-geral do PCB, sentido este valorizado pelos lances "lendários" da militância pessoal, que havia percorrido toda a história contemporânea do país. Emergia do texto de Patarra, nesse sentido, uma biografia repleta de valores éticos associados ao despreendimento pessoal, à coerência, à coragem, à lucidez. Prestes não chegava a ser designado como o "cavaleiro da esperança", mas era apresentado como um homem perseguido, apartado de sua família e de seus filhos, que "gosta de falar, tem sempre uma idéia a defender"; "o Velho (que) nunca ergue a voz, as mãos não tremem", acossado pela vida clandestina ("Na hora da foto, um acordo: entregar o filme").

²⁶⁹ Ademar continua vivo, janeiro de 1968, pág. 134.

²⁷⁰ Este é o camarada Prestes, dezembro de 1968, pág. 38.

O segundo nível é o que associava a mitologia em torno de Prestes à mitologia que cercava a existência clandestina do PCB. A narrativa de *Realidade* já havia passado pelo tema da clandestinidade política quando publicou a reportagem de José Carlos Marão sobre a UNE²⁷¹ e quando o entrevistado foi Vladimir Palmeira²⁷². Com o PCB, no entanto, era diferente: tratava-se de um partido cujas origens e atuação estavam vinculadas - como Prestes estava - aos fatos principais da história republicana brasileira; sua sigla e seus militantes haviam se tornado, intermitentemente, motivo alegado de mobilizações conservadoras e de alterações institucionais; sua presença, antes e depois de 64, era apontada como “infiltrada” nos demais partidos, na direção de sindicatos, no Congresso, na Universidade. O perfil de seu principal dirigente, por isso mesmo, vinha acompanhado de toda a simbologia que essas informações tinham para o público leitor da revista.

Essa convergência de componentes recebeu de Paulo Patarra o tratamento adequado à forma de reportar na qual *Realidade* havia se especializado: a matéria era conduzida com ingredientes de pleno suspense, a ambientação dos fatos presenciados pelo repórter, o contato pessoal com Prestes, as preocupações com as questões de "segurança", tudo recebia um tratamento textual sombrio e misterioso, carregando o leitor num enredo filmico, marcado por sub-títulos que reforçavam o plano geral dos dois níveis mitológicos já indicados: o da personalidade de Prestes e o da atuação do PCB.

A rigor, no entanto, a matéria de Patarra não era o perfil de uma personalidade. Prestes era *atravessado* pela história do partido, pela atuação do partido, pelas resoluções políticas do partido; ele próprio na condição de porta-voz de um organismo político para cujas propostas a matéria parece ter sido feita²⁷³. Misturavam-se assim, no texto de *Realidade*, toda a análise da situação política nacional sob a ótica dos comunistas e todo o painel da "entrevista" desenhado no padrão da moldura pessoal, com o resultado quase místico da experiência do repórter:

"- Como é ser comunista, para o senhor?

"- É ser jovem sempre, é saber que o avanço das ciências está do nosso lado, que às vezes a gente precisa apoiar hoje o inimigo de ontem...

"As últimas frases Prestes disse de pé, mas sem levantar a voz. Depois caminhou para mim, dizendo que precisava ir-se. Enquanto Prestes se aproximava, fecharam a porta da cozinha e foi no escuro que ele me estendeu a mão:

²⁷¹ *Eles querem derrubar o governo*, julho de 1968, pág. 26

²⁷² *Eis o que pensa um novo líder da esquerda*, agosto de 1968, pág. 62.

²⁷³ O PCB havia realizado, em dezembro de 1967, o VI Congresso, momento em que definiu sua interpretação sobre os acontecimentos de 1964 e suas propostas para enfrentar o novo quadro institucional brasileiro. Na época da reportagem de *Realidade*, em oposição às teses de outros partidos marxistas, o "partidão" condenava a opção pela luta armada como forma estratégica para a derrubada do governo.

"- Gostei de conversar com um jornalista que não é do Partido. Há quatro anos e meio que não o fazia - e, rápido, subiu a escada e desapareceu.

"Da cozinha veio o homem do cachecol, agora sem cachecol, o encarregado de transportes da complicada 'Operação Pena Boto'. Trazia uma bandeja com um bule de leite, outra de café, pão e manteiga. Comi e partimos na mesma perua em que havíamos chegado. Já era noite. E o pacote de livros e jornais que me deram serviu de travesseiro, sobre o colchão onde deitei e dormi...".

Ao final da matéria, em extenso *box*, um resumo da história do PCB, os principais momentos de sua atuação desde as primeiras décadas do século XX até o momento que antecedeu o golpe de 64, suas dissidências recentes, e um elenco de opiniões de personalidades públicas, à esquerda e à direita do quadro político nacional, sobre o próprio Prestes.

Em dezembro de 1968, quando *Realidade* publicou o perfil do secretário-geral do PCB, a conjuntura política do país havia chegado a um ponto sensível de ebulição. Embora a figura do presidente da República tivesse adquirido um papel conciliador no desenrolar de todas as crises que haviam emergido naquele ano, especialmente em relação aos estudantes, o núcleo "ortodoxo" do poder militar - que a imprensa nos anos seguintes denominaria de "linha dura" - havia ampliado seu espaço de influência até mesmo entre grupos civis. O resultado desse processo foi a edição do Ato Institucional nº 5 e todos os desdobramentos do fechamento das normas legais que ainda regulavam a vida civil do país. Não é uma mera coincidência que o último perfil que *Realidade* publicou no período abrangido por este livro tenha sido o da liderança política cassada que simbolizava a raiz das contradições do Estado autoritário. A revista tinha, com a edição de dezembro de 68, levado sua visão da vida brasileira a um ponto de sensibilidade de proporção semelhante àquela vivida pelo país. Na base dessa leitura, estava todo o contorno que a sociedade civil traçava sobre a sociedade política. Entre 1966 e 1968 esse contorno era o das intuições da representação democrática, quaisquer que tenham sido os perfis que as justificassem.

Dessa forma, quando *Realidade* versou sobre a vida política brasileira, não privilegiou apenas os perfis das personalidades que a expressavam. A revista publicou inúmeras matérias que investigavam os mecanismos de funcionamento das próprias instituições, associou a esses mecanismos o debate das idéias que os cercavam e abriu a discussão sobre a crise em que o país estava imerso. O perfil, nesse sentido, veio sempre acompanhado da visão que a revista estendia sobre o *locus* da ação política.

Em junho de 1966, por exemplo, *Realidade* levou seu leitor a "conhecer de perto" o funcionamento do Congresso Nacional²⁷⁴. A imagem do parlamento brasileiro havia se tornado, especialmente entre a elite civil que se afastava progressivamente do Estado, um dos componentes (ao lado da imprensa e de entidades da sociedade civil) da resistência ao projeto de construção do autoritarismo. O enfoque da revista sobre a

²⁷⁴ *Está aberta a sessão*, junho de 1966, pág. 18. Grifos nossos.

instituição, além dos elementos explicativos sobre seu funcionamento, sobre a vida parlamentar, sobre a atuação de deputados e senadores, vinha carregado de elementos que valorizavam essa imagem, não pela resistência em si mesma, mas pela simbologia de entidade representativa da sociedade, como se pode ler:

"Diante da imponentia do Palácio do Congresso Nacional (...) **o homem comum se sente intimidado. Mas é só perder o medo**, subir pela rampa de acesso até a portaria envidraçada e pedir para visitar suas dependências. **O homem comum será bem recebido:**

"- A casa é sua - dirão.

"E é verdade. O arquiteto Oscar Niemeyer construiu-o tão alto - é o maior edifício de Brasília - para **simbolizar o maior dos poderes: o poder do povo**".

A discussão sobre o funcionamento e a exposição da simbologia do Congresso Nacional veio, no mesmo número de *Realidade*, acompanhada do debate, na última página, sobre a natureza do poder militar e sua extensão ao controle da vida política nacional²⁷⁵. No número de julho de 1966, a revista abordou o funcionamento do Poder Judiciário em reportagem de Alessandro Porro²⁷⁶. Era quase uma decorrência natural da matéria anterior: a valorização do funcionamento do Legislativo e do Judiciário encontravam na resposta à pergunta colocada no debate sobre o poder militar a restrição da revista à hipetrofia do Executivo. Nesse sentido, o texto do repórter recorria à analogia da história e apontava o conflito semelhante ao momento vivido pelo país: a inexistência do texto constitucional como garantia das liberdades públicas, embora o exemplo percorresse a argumentação conservadora de 1947:

"No ano seguinte, o STF enfrentou mais uma pesada tarefa: por decisão do Superior Tribunal Eleitoral, em 1947, o registro do Partido Comunista Brasileiro tinha sido cancelado. Em janeiro de 1948, as Mesas do Congresso resolveram declarar extintos também os mandatos de deputados e senadores pertencentes à ex-bancada do PCB. E tudo foi parar no Supremo Tribunal Federal(...).

"A Corte, apesar da delicadeza do assunto (já se gritava nas ruas: '**Eis novamente a ditadura!**' e se bisbilhotava: '**O Supremo vai dar aos reacionários uma boa lição de democracia!**'), aplicou com rigor a Lei Federal...

(...)

"**Somos e sempre fomos pelos regimes de liberdade** - dizia o parecer do então ministro Luiz Gallotti. Porém esta há de ter por limite a Constituição, pois do contrário não existirá liberdade, mas licença e anarquia. Sabemos ser opinião de muitos, e opinião respeitável, que na Democracia deve ser permitido o funcionamento

²⁷⁵ É verdade que, no Brasil, todo o poder está nas mãos dos militares?, junho de 1966, pág. 122.

²⁷⁶ *Justiça seja feita*, julho de 1966, pág. 19. Grifos nossos.

até mesmo de partido que visa destruí-la. Mas, em nosso país, esse era um parecer sustentável na fase de elaboração da Constituição e não agora, depois que ela optou pela solução oposta, de só admitir a ação dos partidos democráticos".

O Poder Legislativo voltou ainda uma vez às páginas de *Realidade* em dezembro de 1967, em artigo assinado pelo jornalista Carlos Castello Branco²⁷⁷. O texto se baseava numa pesquisa feita entre os parlamentares de Brasília sobre "os maiores problemas nacionais" e, para a revista, era a "primeira vez" que os entrevistados eram interrogados "numa pesquisa exclusiva". O questionário avançou sobre toda a pauta de problemas institucionais e o resultado de suas respostas não só confirmava que as bases políticas de sustentação do governo eram extraordinariamente frágeis, como ainda estimulava o debate sobre problemas sensíveis para o projeto autoritário: não havia qualquer complacência com nenhuma das restrições impostas ao legislativo. A radiografia do Poder Legislativo brasileiro completava-se, portanto. Mas não era exatamente sua feitura o elemento dinâmico da matéria; era o fato de trazer a público - ainda que sob a forma de uma pesquisa - a manifestação parlamentar que dava à reportagem o seu sentido instaurador do contraponto com a *ordem* do Estado.

Reportar sobre os organismos ou sobre as questões institucionais brasileiras, no período estudado, dessa forma, invariavelmente levou a revista à polemização do temário político sobre o qual se movimentavam os segmentos dos principais centros urbanos do país. No eixo desse temário, os componentes discursivos que aludiam às restrições progressivas ao exercício pleno dos direitos civis podiam ser expressos em significantes alegóricos, metafóricos, poéticos, dramatizados ou não, como foi a tendência que absorveu hegemonicamente as manifestações artísticas do período estudado. Ou eram expressos em significantes diretamente alusivos ao Estado, como eram proclamadas as palavras-de-ordem das manifestações políticas convencionais, especialmente as estudantis. De uma e de outra forma, o universo político-cultural dos segmentos médios das principais cidades do país, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, era carregado do texto político. E, nesse texto, o referencial frequente, uma espécie de denominador comum para o qual desembocavam metáforas ou alegorias, palavras-de-ordem e análises políticas, era o da *liberdade*.

Em meados dos anos 60, a palavra *liberdade* e todo o desdobramento de seu significado, numa conjuntura que representava sua negação, ganhava uma dimensão aglutinadora universal: ela simbolizava o discurso da liberação em relação aos valores conservadores e aos padrões de comportamento da sociedade burguesa, mas - no caso do Brasil - ela multiplicava esse entendimento em direção à fronteira do Estado. Na revista *Realidade* ela esteve presente sistematicamente nos dois universos, como é possível concluir das análises feitas até aqui. Mas, foi no universo da abordagem política convencional direta que ela conferiu às matérias publicadas o seu sentido pleno de transgressão do projeto autoritário.

²⁷⁷ *Como pensa o Congresso (e como votaria se pudesse)*, dezembro de 1967, pág. 30.

Nesses termos, o exemplo é o do texto de Luiz Fernando Mercadante publicado no número de setembro de 1966²⁷⁸. Na verdade, tratava-se de uma pesquisa que envolvia entrevistas de rua e outras feitas com personalidades de destaque na vida brasileira. Em torno das respostas obtidas, o repórter especulava - entre a ironia e a denúncia - sobre o clima político do país: "Afiml, há ou não liberdade democrática no Brasil? Ou então, como vai a liberdade? Ou ainda, até onde vai a liberdade?".

De acordo com Mercadante, "De vinte pessoas abordadas numa rua de São Paulo, 17 recusaram-se a respondê-las, uma garantiu que existe a mais absoluta liberdade, outra assegurou que não há mais liberdade nenhuma e a terceira ficou no 'mais ou menos". No Rio, os resultados haviam sido parecidos. "Mas se o homem do povo - continuava o repórter - (...) é reticente quanto ao assunto, já os representantes do Governo e da Oposição, os intelectuais e os jornalistas, os políticos e os militares falam sobre a liberdade e a democracia sem nenhum constrangimento". Era um tema da hora, portanto²⁷⁹.

O texto de *Realidade* inventariava, no seu bojo, a denúncia e a ressalva. Segundo os depoimentos de Sobral Pinto e de Aduuto Lúcio Cardoso não havia liberdade; não havia liberdade também para os representantes do recém-criado MDB; e ela estava sob ameaça permanente para os situacionistas. Mas a imprensa jamais havia gozado de tanta liberdade como naquele período, segundo o jornalista Prudente de Moraes Neto. Para Gustavo Corção, a liberdade era excessiva, "com tendências à licenciosidade, porque as autoridades são tímidas e se deixam impressionar por slogans". Nelson Werneck Sodré tinha motivos para dizer que ela inexistia no país, e lembrava os fatos que haviam culminado na apreensão da obra *História Nova do Brasil* e na prisão de seus autores. Para Dias Gomes, a única liberdade existente era "a de se falar em liberdade. E, aliás, é bom que se diga que quando num país se começa a falar muito em liberdade é sinal de que ela não existe ou está para desaparecer". Os depoimentos, assim, se multiplicavam e davam conta, no campo da política, da arte, da religião, do sindicalismo, de que a revista tornava o tema público; retirava-o de seus círculos específicos e o generalizava, instituindo o debate latente que a questão provocava.

O sentido emblemático que a discussão sobre a concepção e o exercício da liberdade adquiria voltou novamente às páginas de *Realidade* no número de dezembro de 1966 com o perfil de Sobral Pinto²⁸⁰. A matéria também era de autoria de Mercadante e o advogado foi um dos entrevistados que afirmou, no número de setembro daquele ano,

²⁷⁸ *Há liberdade no Brasil?*, setembro de 1966, pág. 22.

²⁷⁹ Em apenas duas oportunidades *Realidade* abordou a questão da censura, uma tema inevitavelmente vinculado à existência das liberdades públicas no país: em junho de 1967 (*Isto é Proibido*, pág. 94) e em junho de 1968 (*Tudo pelo poder*, pág. 118). As matérias trataram da censura aos espetáculos de diversões públicas e tinham uma frágil conotação política. A segunda delas, no entanto, dizia respeito à precariedade da atuação do Estado nessa área: era a denúncia de que o responsável pela Censura Federal, Antonio Romero Lago, era, na verdade, Hermelindo Ramirez Godoy. A identidade falsa do alto funcionário de Brasília foi amplamente noticiada e desmoralizou a atuação da Censura Federal na época.

²⁸⁰ *O advogado da liberdade*, dezembro de 1966, pág. 102.

que as restrições aos direitos dos cidadãos haviam se disseminado no país. O repórter agora voltava à carga e apresentava Sobral Pinto de forma entusiasmada: "obstinado, romântico, épico e valente"; "um santo moderno", para uma freira; "sempre que o vejo me lembro do Zorro", na opinião de um taxista; "ele é Cid", para um intelectual pernambucano.

O entusiasmo de Mercadante carregava uma variedade de sentidos. Sobral Pinto já havia adquirido, na década de 60, a condição de personalidade que expressava a consciência jurídica liberal que havia se formado na história republicana do país, abraçando a defesa de inúmeros políticos que haviam sido atingidos, em épocas diversas, por medidas discricionárias. O maior exemplo, no passado, havia sido Luiz Carlos Prestes, durante o Estado Novo. Na conjuntura posterior ao golpe de 64, seus clientes se espalhavam por um arco ideológico extraordinariamente heterogêneo: Arraes, Julião, Juscelino, Lacerda. Na base de sua atuação, em cada um desses exemplos, estava a simbologia da resistência ("É um homem que nasceu para a resistência", diria o repórter) testemunhada nos depoimentos colhidos na matéria:

"O poeta Cassiano Ricardo, que de seu inimigo se tornou amigo ao descobrir que Sobral o defendera em uma polêmica, compara-o aos meninos:

'- Quando ele desanca os poderosos com a verdade, mais parece um menino, um daqueles meninos de pé no chão e estilingue, certos na pedra, valentes e puros".

O perfil de Sobral Pinto feito por Mercadante, no mesmo padrão "intimista" com que foram feitos outros de sua autoria, revelava, ao lado de componentes da personalidade conservadora e católica, o sentido reiterativo da aura de dignidade que cercava a figura do advogado, o destemor com que defendia suas idéias, a linha de coerência que confrontava "os poderosos" com a "verdade". Esses elementos, associados à independência política com que Sobral Pinto marcava sua atuação, cercavam a matéria de toda a simbologia que antagonizava o projeto autoritário: "Sobral Pinto nunca fez política partidária nem jamais foi candidato a coisa alguma. Mas é político, na medida em que sua atividade profissional tem repercussão, e na razão em que divulga suas posições em face dos governos e dos momentos políticos".

Para resumir, em seguida, o resultado final deixado pelo confronto com a conjuntura pós-64: "Este espírito independente prossegue vivo: ao receber um ofício que o intimava a comparecer a interrogatório de um IPM, Sobral respondeu em carta ao encarregado, Coronel Gerson de Pinna:

'- Cabe-me responder a V.S. que não devo, não posso e nem quero comparecer ao local e hora indicados em seu ofício'.

"E não foi".

O painel feito por *Realidade* sobre a vida política nacional, nessa medida, registrava a existência do movimento permanente em torno das questões institucionais brasileiras. Esse registro podia assumir a forma do perfil de Sobral Pinto ou de um político

cassado, mas estava presente também nas reportagens em torno da administração do Estado, ou das unidades da Federação, como foi o caso das matérias feitas também por Mercadante sobre o governo do Paraná, em agosto de 1966²⁸¹ e sobre todos os governadores estaduais em março de 1967²⁸². Ou podia estar ainda na avaliação das condições de surgimento de novas lideranças políticas no país, como a reportagem de José Carlos Marão sobre o então jovem prefeito de Goiânia, Iris Rezende, publicada em outubro de 1966²⁸³. Ou ainda ser encontrado na análise das condições sociais que sustentavam as estruturas de poder do coronelismo no Nordeste, como fez José Hamilton Ribeiro no número de novembro de 1966²⁸⁴. Podia também resultar da investigação do processo eleitoral para a Câmara dos Deputados em outra matéria de Mercadante publicada no mesmo número em que saiu a reportagem sobre os coronéis pernambucanos²⁸⁵; ou resultar do texto de Afonso de Souza, em maio de 1968, sobre a dinâmica da vida política provinciana retratada nas Câmaras Municipais²⁸⁶. Em todas essas situações, *Realidade* adquiria a feição de polo irradiador da polêmica em torno das instituições políticas, e também reproduzia as imagens do país distante, desfocava o eixo Rio-São Paulo e abria suas páginas para as contradições da modernização, especialmente aquelas que diziam respeito ao reducionismo com que o projeto autoritário olhava para complexidade da vida nacional.

Parte dessa complexidade surgiu nas páginas de *Realidade* sob a forma da irreverência. Em julho de 1966, por exemplo, Carmem da Silva dessacralizou a rotulação das posições de "esquerda" na política brasileira²⁸⁷. O Brasil, para a autora do texto, "à primeira vista", era "o país mais esquerdizado da face da Terra". Sob essa classificação, abrigavam-se todos os matizes do comportamento, da arte e da política, de tal forma que "de jeito nenhum se encontra um direitista confesso". O tom irônico da matéria - e demolidor de chavões praticados no cotidiano das classes médias - guardava, de qualquer forma, um traço de identidade com a formação, no período estudado, de um público que encarava com circunspeção suas opções valorativas dos padrões estabelecidos na vida nacional: nas letras de música ou na política, havia um terreno oscilante de legitimação dessa postura que abria espaço, inclusive, para o humor.

²⁸¹ *E agora governador?*, agosto de 1966, pág. 82.

²⁸² *Quem são estes senhores?*, março de 1967, pág. 18.

²⁸³ *Atenção: está nascendo um líder*, outubro de 1966, pág. 22.

²⁸⁴ *Coronel não morre*, novembro de 1966, pág. 28.

²⁸⁵ *De como se eleger deputado (ou morrer tentando)*, novembro de 1966, pág. 60.

²⁸⁶ *Para que serve vereador?*, maio de 1968, pág. 84.

²⁸⁷ *Esquerda, volver*, julho de 1966, pág. 100.

E esse era um assunto sério, sem dúvida. Tão sério que *Realidade* voltou a ele em reportagem de Oswaldo Peralva em fevereiro de 1968²⁸⁸, colocando para discutí-lo várias personalidades da cena brasileira entre políticos, filósofos, jornalistas: Afonso Arinos, Gustavo Corção, Nelson Rodrigues, Paulo Francis, Hermano Alves, Rachel de Queiroz. No conjunto das opiniões, a rotulação da "esquerda" e da "direita" na política brasileira recebia a crítica de sua inadequação para explicar o universo dos problemas colocados para o país. Mais que isso, contudo, era na formulação da diversidade de visões sobre a realidade nacional que residia o caráter contundente da matéria de Peralva, acrescida essa diversidade do quadro feito para explicar a origem dos partidos de esquerda e dos grupos de direita surgidos na história contemporânea do país. A reportagem, dessa forma, mesclava elementos informativos e investigativos que colocavam em tela o universo das propostas para a crise brasileira, inclusive aquelas que diziam respeito à rearticulação da liderança populista sob a "Frente Ampla" de Lacerda ("Vejam a chamada Frente Ampla: um homem de direita, que já foi de esquerda, alia-se à esquerda para fins de direita", definiu Rachel de Queiroz na reportagem de Peralva).

A variedade das questões nacionais incluiu também, uma única vez, o mergulho jornalístico nos vícios históricos da política nacional: o peleguismo no movimento sindical. A matéria foi publicada em março de 1968, em texto elaborado por Paulo Henrique Amorim²⁸⁹. As personalidades polêmicas de Ary Campista e de Deocleciano Cavalcanti eram vistas por *Realidade* como manipuladoras da organização dos trabalhadores e fruto do convívio com o poder populista. Para a revista, nem mesmo o Estado autoritário - teoricamente afastado das manobras sindicais, mas em 1968 enfrentando as primeiras greves operárias - estava livre da ação do pelego: "ele está sempre com o poder: Jango, Lacerda, Getúlio, Juscelino, Castelo".

No final de 1968, a discussão sobre os problemas políticos nacionais havia se tornado aberta em todos os segmentos da sociedade brasileira. A conjuntura do segundo semestre daquele ano isolava o núcleo militarizado do poder e multiplicavam-se os indicativos de que, sem base parlamentar de apoio e sem base civil significativa de sustentação, o governo de Costa e Silva só recuperaria a iniciativa se optasse pelo fechamento institucional. Viviam-se mesmo um clima de apreensão em decorrência da simultaneidade de focos geradores da crise do Estado autoritário. *Realidade* repercutiu essa situação na última página de seu número de novembro de 1968²⁹⁰. Para a pergunta *Está em marcha um golpe para derrubar o atual governo?* eram apresentadas três respostas, das quais uma - a do deputado Martins Rodrigues do MDB - apontava a exata dimensão do problema vivido pelo país:

²⁸⁸ *Quem ameaça o Brasil, esquerda ou direita?*, fevereiro de 1968, pág. 18.

²⁸⁹ *Sua excelência, o pelego*, março de 1968, pág. 152.

²⁹⁰ *Está em marcha um golpe de estado para derrubar o atual governo?*, novembro de 1968, pág. 226.

"- Na área do Governo, envolvendo-a, movimenta-se, agressivamente, um grupo de tendências militaristas que pretende impor um regime de direita, ou, talvez, mais exatamente, imprimir ao atual regime, cujo caráter autoritário já é bem nítido e acentuado, um cunho cada vez mais anti-democrático. O Presidente Costa e Silva não tem podido, ou não tem querido, até hoje, resistir à pressão que essa conspiração direitista exerce sobre o Governo. É cada vez mais forte a sua influência, mais débil ou nenhuma a reação que lhe deveria opor o chefe da Nação. Vai chegar o momento em que a opção definitiva, e não apenas episódica, terá de efetuar-se. E, nessa ocasião, enfraquecida até o extremo limite a capacidade de resistência do que, no Governo, ainda resta de democracia, o golpe será desfechado para que se dê a transformação planejada. Quando chegar essa hora, se o Marechal Costa e Silva não se conformar com o que dele vão exigir será afastado, pois já não terá condições de opor-se".

Como se vê, a revista estava em dia com todas as facetas da conjuntura política. Em seus três primeiros anos de existência, *Realidade* havia instituído em suas reportagens a permanência da discussão sobre o quadro nacional, acompanhando o movimento de forças que se deslocavam na órbita da sociedade civil. Mais que isso, contudo, a publicação da Abril contribuía para verticalizar a pauta dessa discussão, aproximando o foco de seus textos da realidade mesma e permitindo que seu público leitor tornasse sua visão do Brasil uma visão que atendia à demanda de suas próprias exigências. Certamente *Realidade* não esteve sozinha nesse processo. Ela foi acompanhada de outras formas de entendimento e de revelação da vida política brasileira; mas trouxe essa vida para a imprensa e integrou o jornalismo nos referenciais cotidianos de sua audiência.

Se é possível perceber esse engajamento da produção jornalística de *Realidade* no plano das questões políticas, o mesmo não pode ser dito em relação à visão que a revista apresentou sobre os problemas econômicos do país, embora possam ser encaixados nessa ordem de questões vertentes que vinham sendo reportadas nos temas tratados até aqui. Mas sobre a área econômica especificamente, sobre assuntos que diziam respeito à *organização da produção* e às medidas racionalizadoras que o Estado autoritário passou a tomar em meados dos anos 60, as matérias publicadas foram efetivamente pobres e, em boa parte dos casos, afinadas com o discurso do poder.

Já foi possível especificar, na análise da conjuntura política do período estudado, as raízes estruturais da crise econômica vivida pelo país: em síntese, pode-se reiterar que o modelo de industrialização baseado no processo de substituição de importações e na dinâmica do mercado consumidor interno havia caminhado para o esgotamento, fato que colocou em xeque toda a articulação de sustentação do Estado. A incapacidade de manter a dinâmica negociadora e conciliadora do populismo havia sido acompanhada de uma mobilização das massas trabalhadoras urbanas para o campo das chamadas reformas de base. Tratava-se, em 1964, de alterar drasticamente o perfil da distribuição da renda nacional, se se quisesse dar continuidade ao modelo substituidor de importações. De outro lado, a estrutura do Estado era inoperante e incompetente para dinamizar o processo: uma máquina emperrada, incapaz de formular políticas

públicas eficazes, de racionalizar os elementos indispensáveis do planejamento e da arrecadação. A política econômica pós-64 pretendeu resolver essa dupla dificuldade. De um lado, buscou alterar o perfil do modelo de crescimento econômico, mantendo intata a estrutura social do país, como já foi dito. De outro, procurou modernizar o Estado, dotando-o de mecanismos capazes de reorientar seu próprio funcionamento, tornando-o um instrumento ágil e eficiente de sustentação do novo modelo.

Realidade não pautou esses temas com frequência no período estudado; quando o fez, tratou-os no âmbito dos elementos simbólicos que compunham a busca de legitimação do Estado autoritário. Por exemplo: o único perfil desenhado pela revista e que mantinha estreita relação com a nova política econômica foi o de Roberto Campos²⁹¹. A leitura da matéria indica que a abordagem havia passado ao largo das grandes questões em que se debatia o então ministro do Planejamento de Castelo Branco²⁹². Campos era, na verdade, um dos principais formuladores teóricos de toda a reorientação do processo econômico nacional e convergiam sobre ele, na época, as críticas que vinculavam seus projetos à violação dos direitos sociais e à abertura do Brasil ao capital internacional, especialmente o norte-americano. O perfil feito por Alessandro Porro, no entanto, trazia o entusiasmo com a personalidade retratada: "Assim é Roberto Campos. Simples, com raízes populares muito fortes e extremos requintes intelectuais. Se ele recita, sem errar uma pausa, os monólogos de Shakespeare, em inglês, logo depois ataca *A Receita de Mulher*, de Vinicius de Moraes, e isso nele fica parecendo muito natural. Gosta de Beethoven... Tem 3 mil volumes, no seu escritório, na maior parte de Literatura, Filosofia, Política Econômica, Sociologia".

No mesmo número em que publicou o perfil de Roberto Campos (abril de 1966), *Realidade* produziu um texto, exclusivamente informativo, sobre o imposto de renda²⁹³. Não era uma reportagem e não era uma matéria assinada: ocupava apenas quatro páginas da revista, mas reproduzia o discurso do Estado, os elementos da *nova racionalidade técnica e socialmente imparcial* com que eram apregoadas as mudanças que procuravam dar à administração pública a conotação da eficácia e da autoridade: "Imposto de renda no Brasil já foi questão de opinião. **Alguns até pagavam.** Agora, porém, **as coisas mudaram e o fisco está à sua espera** até o dia 29 de abril. **Só há uma saída:** apresente a declaração correta, deduza o máximo e pague o mínimo, pois **o Governo quer saber, exatamente, o que você tem a declarar**".

²⁹¹ *Eis Roberto Campos*, abril de 1966, pág. 101.

²⁹² O outro perfil feito por *Realidade* sobre uma personalidade ligada às questões econômicas da época foi o de Celso Furtado, já analisado neste trabalho. O enfoque da matéria, no entanto, era o do significado da cassação de um intelectual de renome, ex-ministro do Planejamento ("Sem Pasta") de João Goulart, professor da *Sorbonne*. Tanto quanto no perfil de Roberto Campos, no de Celso Furtado a discussão sobre a reorientação da economia brasileira foi deixada de lado (*Porque ele é um cassado*, agosto de 1967, pág. 76.)

²⁹³ *O que você tem a declarar*, abril de 1966, pág. 126. Grifos nossos.

O tema *imposto de renda* foi ainda objeto de tratamento de *Realidade* em março de 1967, numa matéria assinada pelo repórter Paulo Henrique Amorim²⁹⁴. Um ano depois do lançamento da revista, parece que nada havia mudado na simpatia que era alimentada pelos novos rigores do fisco. A matéria de Amorim, embora se diferenciasse da anterior pelo tratamento textual dado ao assunto (maior ênfase aos recursos da linguagem literária no lugar de elementos basicamente informativos), não se distanciava do tom *didático* com que as campanhas em torno do aprimoramento da receita federal vinham sendo feitas, como enfatizava o próprio repórter: "Ninguém gosta de pagar imposto de renda. Mesmo assim, em 1966 **três milhões de pessoas não conseguiram escapar**. Este ano, mais 500 mil pessoas deverão contribuir, o que vai permitir uma arrecadação de 3 trilhões de cruzeiros. **O cerco está apertando e não adianta tentar a sonegação**, nem se lamentar demais. O bom mesmo é controlar os nervos, **estudar a lei com muito cuidado...**".

A superficialidade com que as questões econômicas foram tratadas pela revista, pelo menos a julgar pelos números do período estudado, não permitiu, no entanto, que *Realidade* se furtasse de pautar temas sensíveis para seu público leitor. Na última página do número de maio de 1966, por exemplo, a revista abriu o debate sobre o problema da inflação²⁹⁵, colocando frente a frente opiniões divergentes sobre a perspectiva de êxito das medidas oficiais contra o aumento do custo de vida²⁹⁶. O mesmo tema voltou às páginas da revista em outra reportagem de Paulo Henrique Amorim em novembro de 1966, uma matéria basicamente didática sobre o fenômeno da depreciação da moeda²⁹⁷.

Apesar disso, contudo, a ênfase do texto ficou voltada para a análise oficial sobre o tema: enquanto a chamada escola "estruturalista", de origem keynesiana e cepalina, recebeu exatas seis linhas sobre sua proposta para estabilizar a moeda, a escola "monetarista", à qual estavam vinculados os postulados da política econômica do governo, contou com toda a ênfase textual do repórter e era, marcadamente, uma linha de transmissão da mesma imagem de determinação e eficácia: depois de alinhar as características da "solução brasileira para o problema inflacionário", o repórter avançava sobre uma questão política de extrema sensibilidade - a necessidade de continuidade na política econômica para que sua aplicação tivesse êxito, discurso que

²⁹⁴ *Como pagar menos imposto de renda*, março de 1967, pág.96. Grifos nossos.

²⁹⁵ *O governo, afinal, vai conter o custo de vida?*, maio de 1966, pág. 130.

²⁹⁶ Em apenas três outras oportunidades, no período estudado, a última página de *Realidade* esteve voltada para o debate de questões conjunturais da economia nacional: a primeira, em fevereiro de 1968, com a discussão do tema *A Amazonia corre perigo de internacionalização?* (pág. 154); a segunda, em junho de 1968, com a discussão sobre o chamado "arrocho salarial" (*Acabou o arrocho salarial?*, pág. 178); a terceira, em outubro de 1968, com o debate sobre o monopólio da Petrobrás (*O monopólio da Petrobrás é útil ao Brasil?*, pág. 210). A polêmica em torno dos três problemas refletia o alcance de elementos fundamentais do modelo econômico pós-64, a abertura do país aos interesses internacionais e a ortodoxia da política de rendas manifestada pelos instrumentos legais que passaram a controlar os reajustes salariais. Embora fossem, especialmente em 1968, assuntos polarizadores da opinião pública, *Realidade* não produziu sobre eles nenhuma grande reportagem.

²⁹⁷ *O que é inflação*, novembro de 1966, pág. 134. Grifos nossos.

legitimava os setores do núcleo militarizado do poder que pretendiam protelar indefinidamente o retorno ao pleno Estado de Direito.

"Mas um único período de governo - dizia Amorim - não pode resolver os problemas que a inflação cria. Poucos dias antes de ser eleito, o marechal Costa e Silva, num banquete que as classes produtoras lhe ofereceram, anunciou que prosseguirá, 'sem tréguas e por todos os meios, o combate à inflação, mal a que nenhum país pode resistir'".

Essa sintonia com o discurso oficial esteve sempre presente nas matérias que abordaram os problemas econômicos nacionais, especialmente aqueles problemas da administração pública que decorriam da aplicação da nova política econômica. Ela constava do perfil que o repórter Milton Coelho fez do então presidente do BNDE, José Garrido Torres, em dezembro de 1966²⁹⁸. Garrido havia sido uma das lideranças do IPES, entidade que conspirou ativamente contra João Goulart, e era apresentado pelo repórter como um ex-integralista de rara competência econômica, até mesmo internacional; presidia "um banco diferente, que não aceita depósitos e cujo lucro é o progresso de todos".

Ela constava também de outra matéria de Paulo Henrique Amorim publicada em abril de 1967 a respeito daquele que seria um dos pilares da política econômica oficial: a especulação financeira com a variedade de títulos que davam sustentação à *ciranda* da dívida pública e orientava a locação de moeda improdutiva mas protegida pelo mecanismo da correção monetária então introduzido na vida brasileira²⁹⁹. Embora se tratasse de construção textual elaborada a partir dos códigos narrativos da revista, o eixo da reportagem era o mesmo: "Parece evidente que - no Brasil de hoje - a política de Tio Patinhas, entesourando avidamente suas moedas, não é realista, nem combate a inflação. Além de provocar eternas dores de cabeça com as ameaças constantes dos Irmãos Metralha, dificuldades com os nem sempre eficientes inventos do Professor Pardal, e problemas com a assessoria tumultuada de Donald e seus sobrinhos...".

Essa linha de abordagem da revista voltava às suas páginas sempre que os elementos informativos convencionais do texto ganhavam preponderância sobre os investigativos. Quando tratava de temas vinculados à nova ordenação da vida econômico-financeira do país, *Realidade* transformava suas reportagens em peças de divulgação abertas a uma preocupação que também compunha o conjunto de valores das camadas médias urbanas: o destino do dinheiro público. A esse tema estavam associados fragmentos discursivos importantes de toda a articulação ideológica que o Estado pretendia promover, e sua vinculação à racionalidade que o autoritarismo permitia na aplicação dos recursos orçamentários era parte do complexo de conceitos

²⁹⁸ *O homem sério que empresta dinheiro*, dezembro de 1966, pág. 172.

²⁹⁹ *Onde aplicar seu dinheiro*, abril de 1967, pág. 137.

que contrapunham às elites civis e às velhas lideranças políticas, sempre voltadas para questões particularistas e passíveis de corrupção, a isenção militar e a competência da tecnocracia.

Quando o repórter Eurico Andrade produziu a matéria que analisou o orçamento nacional de 1968³⁰⁰, essa associação de idéias ficou bastante clara: uma concepção de administração pública marcadamente “despolitizada”, isenta de pressões, de onde emergia a imagem de um Estado orientado por decisões técnicas que pairavam acima dos regionalismos e interesses subalternos do clientelismo das elites parlamentares civis. Nesse sentido, a própria concepção textual da matéria reiterava a simbologia de um universo distante do não-iniciado mas - e talvez por isso mesmo merecedor de *confiança* - manipulado por “especialistas” no trato com gráficos, cifras, percentuais etc.

Realidade, portanto, passou ao largo das grandes questões da economia brasileira e as matérias que analisaram em profundidade problemas estruturais do país foram uma absoluta exceção no período estudado, havendo mesmo um descompasso com o rigor de análise que a revista manifestou em relação aos problemas sociais decorrentes do processo de modernização, como se verá adiante.

De qualquer forma, em alguns momentos a revista estendeu sua visão sobre os efeitos das mudanças que estavam em curso, e que deixavam à mostra fraturas irreversíveis no sistema produtivo do país, como foi o caso da reportagem feita por Hamilton Ribeiro sobre a agricultura cafeeira no número de abril de 1967³⁰¹. As dificuldades apontadas na matéria, na verdade, não se circunscreviam apenas ao café, mas eram sintomas de uma alteração cíclica da economia brasileira: a diversificação da produção agrícola, a ênfase que a política econômica colocava no processo industrial, a perda de prestígio e poder da aristocracia que havia se erguido no eixo Rio-São Paulo desde meados do século XIX³⁰². Com base nesses elementos, Hamilton Ribeiro fez uma radiografia da agonia vivida pelo setor e recorreu a uma tônica já utilizada pela revista nas matérias de cunho econômico - a ênfase nos elementos quantitativos, embora a leitura do texto permita concluir que se tratou de uma das reportagens mais próximas do código narrativo que caracterizava a revista, de todas quantas foram feitas sobre a temática da economia brasileira.

Os efeitos da modernização *prussiana*, isto é, a modernização patrocinada e organizada pelo Estado e de forma acelerada, na qual estavam envolvidos os projetos econômicos pós-64, não eram visíveis apenas no deslocamento que se processava

³⁰⁰ *Quanto custa o Brasil*, novembro de 1967, pág. 74.

³⁰¹ *O que fazer com tanto café?*, abril de 1967, pág. 66.

³⁰² O processo de transição de uma sociedade agrária e senhorial para uma sociedade urbanizada e em franco crescimento industrial, com todas as consequências políticas decorrentes, já havia sido objeto da reportagem de José Hamilton Ribeiro publicada no número de novembro de 1966 (*Coronel não morre*, pág. 28)

entre os setores produtivos e as regiões do país. Eles incluíam o abandono - ou o sucateamento - de atividades inteiras que no passado haviam subsidiado a economia agrário-exportadora. Eram questões de ordem infraestrutural para as quais *Realidade* voltou algumas de suas matérias. Em julho de 1967, por exemplo, a revista analisou a crise no transporte ferroviário brasileiro³⁰³. O texto de Alessandro Porro era uma investigação sobre uma das contradições provocadas pelo crescimento econômico em condições de subdesenvolvimento. A política de transportes contrariava “um princípio básico: ferrovia transporta cargas baratas a longas distâncias, rodovia transporta cargas caras a pequenas distâncias. No Brasil - dizia o repórter - esse princípio foi invertido: para 800 mil quilômetros de rodovias, temos apenas 35 mil de estradas de ferro, quase sempre velhas e deficitárias”. A reportagem historiava o desenvolvimento do transporte ferroviário no país e abria o debate entre as correntes de opinião que se manifestavam contrárias e favoráveis à reorientação da política oficial de transportes. Ao final, no entanto, o repórter trazia para si a impressão bucólica e saudosista da ferrovia e sua própria posição em torno do problema:

“No fundo, há a certeza de que será encontrado um caminho para salvar nosso trem. Por enquanto, porém, tudo não passa de planos e sonhos. A realidade é bem dura, como no caso da Estrada de Ferro Sorocabana, de São Paulo. Há dez anos, mais ou menos, os seus vagões costumavam sair dos trilhos com a maior tranquilidade, principalmente no trecho entre Santos e Itanhaém. O maquinista, o graxeiro, o chefe de trem, o bagageiro e outros ajudantes conseguiam sempre devolver os vagões ao seu leito natural com muito esforço, num espaço de tempo que variava de duas a quatro horas.

“Hoje, naquele mesmo trecho, pode-se dizer que a situação melhorou sensivelmente. Os trilhos, na verdade, estão ainda mais gastos e corcundas que em 1957, mas o pessoal - graças a uma experiência decenal e à boa-vontade - consegue executar a mesma operação de reposição dos vagões nos trilhos em menos de 20 minutos.

“E, às vezes, o esforço de todos é coroado pelas palmas dos passageiros agradecidos”.

A questão dos transportes no Brasil voltou a ser abordada em fevereiro de 1968 em matéria de Eurico Andrade³⁰⁴. O enfoque era diferenciado daquele sob o qual foram vistas as perspectivas das ferrovias, mas não era crítico em relação à política oficial para o setor rodoviário (o problema central da reportagem) e nem mesmo recuperava as contradições apontadas por Alessandro Porro. Ao contrário. Embora o repórter transformasse a abertura de novas rodovias numa “aventura”, trazendo para o eixo da narrativa a personagem socialmente inusitada do caminhoneiro, a ênfase do sub-texto era a do desafio da *integração nacional* como um projeto coletivo: “Um dos grandes problemas brasileiros é o do transporte. Nossos trens não funcionam, nossos navios

³⁰³ *Por que nosso trem não anda?*, julho de 1967, pág. 44.

³⁰⁴ *A aventura de abrir caminho*, junho de 1967, pág. 128. Grifos nossos.

dão prejuízo, nossos caminhões sofrem nas estradas. **Mas continuamos trabalhando: 59 rodovias estão sendo rasgadas em todas as direções**”.

O processo de crescimento econômico vinha acompanhado, dessa forma, pela mística que se criava em torno do *moderno*, no âmbito da concepção que tinham sobre o moderno os setores sociais beneficiários do modelo brasileiro de industrialização pós-64, entre eles as classes médias urbanas: os elementos quantitativos passíveis de se tornarem indicadores de uma *nova era* ganhavam, nas páginas de *Realidade*, a configuração de instrumentos legitimadores dos projetos oficiais³⁰⁵, sempre que a temática fossem as mudanças pelas quais a economia brasileira passava. O último exemplo vem da reportagem de Dirceu Soares publicada pela revista em outubro de 1968 sobre a siderurgia³⁰⁶.

A matéria foi inteiramente estruturada sobre os elementos impactantes que decorriam da abordagem de um setor *pesado* da industrialização e, em consequência disso, desde o título até as ilustrações fotográficas, passando pelos números que situavam o leitor no dinamismo da siderurgia, toda a construção textual adquiria a feição do extraordinário e do surpreendente. Nessa medida, imagens e textos se fundiam. “Espetacular”, dizia o sub-título que encimava o quadro quantitativo: “ferro gusa líquido, 120 toneladas; sucata de aço, 77 toneladas; sucata de ferro, 15 toneladas...”. A personagem principal da matéria, em torno da qual o repórter alicerça sua observação, “é um mulato fortão, de 1 metro e 80 de altura, 97 quilos de peso...”. O trabalho “é contínuo, 24 horas por dia”.

A descrição quantificada do cotidiano da usina - ainda que se vinculasse às severas condições de trabalho que formavam a contrapartida de uma imagem de “progresso” que a matéria encerrava - apresentava, para o repórter, os elementos do desafio coletivo, como um projeto socialmente equilibrado:

“Afinal, 8 horas da manhã, Meneleu (o mulato “fortão”, na caracterização de Dirceu Soares) vai tomar um banho morno no vestiário. Guarda sua roupa de amianto, suas luvas, seus sapatos de sola de madeira, seus óculos azul-cobalto, seu chapéu de fibra. E está de novo pedalando sua bicicleta de volta para casa.

“- Você não sente um certo orgulho, Meneleu? Afinal, você é o homem que faz o aço.

“- É, de fato, não posso negar. De vez em quando eu sinto um orgulhozinho”.

³⁰⁵ Outro exemplo dessa *legitimação* dos projetos oficiais em relação a questões que traduziam a variedade de setores críticos da vida brasileira foi a matéria *O Brasil não tem onde morar*, publicada em maio de 1967 (pág. 108) e também de autoria de Eurico Andrade. A crise da habitação foi retratada pelo repórter, mas a criação do BNH pelo governo militar e toda a sistemática que então se introduzia nos mecanismos da “correção monetária” ganharam destaque no texto: “O governo está decidido a atacar o problema e o Banco Nacional de Habitação promete realizar o sonho de todos daqui dez anos”.

³⁰⁶ É *explosivo*, outubro de 1968, pág. 84.

Se limitou a abordagem dos grandes problemas estruturais da economia brasileira praticamente às matérias citadas³⁰⁷, *Realidade* agiu diferente quando tratou de investigar a dimensão dos problemas sociais que o projeto modernizador colocava em movimento. No período estudado, foram inúmeras as vezes em que a revista trouxe para suas páginas a configuração de uma tipologia humana inédita nas páginas da imprensa, invariavelmente vinculada ao mundo do trabalho ou ao mundo da exclusão social, diferenciada portanto dos padrões estéticos e éticos das classes médias urbanas que formavam o público leitor da revista.

O primeiro exemplo é o do número de junho de 1967, com a publicação do texto de Narciso Kalili sobre os mineiros de carvão de Santa Catarina, “homens que quase nunca vêem o Sol”³⁰⁸. A reportagem pode ser situada entre aquelas que mais caracterizam o código narrativo de *Realidade*: o jornalista via o subterrâneo da mina através de um personagem que se integrava à realidade concreta pelo caminho da expectativa, da observação, da inserção à “paisagem sempre igual, cinzenta. As casas, o mato, as roupas, o céu, as pessoas, tudo é cinzento na região das minas de Santa Catarina”.

O cotidiano do mineiro, o convívio com os companheiros de trabalho, a ansiedade e a insegurança (“uma explosão sacode a mina”), a ameaça de doenças (“infecção da coluna, tuberculose, subnutrição, desidratação, varizes e avitaminoses”), a sobrecarga de tarefas (“12 horas de trabalho”), o amor (“As moças, na maioria, aguardam serem roubadas”), a pobreza da região (“Mulheres doentes com crianças nos braços pedem esmolas”), o futuro (“Até hoje somente um mineiro ficou rico”), esses elementos compunham o quadro da exclusão social em dimensões variadas, inclusive aquela que dizia respeito ao fato de se tratar de um mundo submerso, o mundo onde “a luz é a única aliada”. Em meio a isso, a história da mineração na região, a crise vivida pelo setor.

Em outra oportunidade, foi a vida dos caminhoneiros que veio às páginas da revista na matéria de Eurico Andrade que discutiu a política de transportes no Brasil³⁰⁹. Em outra ainda, o eixo da abordagem eram os salineiros, igualmente retratados por Eurico Andrade³¹⁰. Nos dois casos, o retrato “do trabalho duro”. Na segunda matéria, de intensa presença de recursos literários e da agilidade de composição que marcava a revista, “dez mil homens” numa atividade que deformava “os pés, as mãos, a vista”. Nesse sentido, a reportagem de Andrade sobre as minas de sal de Macau, no Rio Grande do Norte, dava a dimensão da agonia que os setores tradicionais da economia brasileira passavam a viver em consequência dos efeitos da mecanização (“...

³⁰⁷ *Realidade* produziu matérias relacionadas com os problemas do abastecimento de gêneros alimentícios. Essas reportagens, que inevitavelmente resvalaram para questões de ordem econômica, serão analisadas no âmbito dos textos que tinham como referência aquilo que o autor considera o universo das questões *imediatas* das classes médias urbanas.

³⁰⁸ *Eles vivem embaixo da terra*, junho de 1967, pág. 128.

³⁰⁹ *A aventura de abrir caminho*, fevereiro de 1968, pág. 70.

³¹⁰ *Sou um homem marcado*, abril de 1968, pág. 110.

chegaram as máquinas”), processo que agravava o quadro de exclusão social que passava a compor o referencial da marginalização nos grandes centros urbanos: “A terra não dá outra coisa - dizia Honorato, personagem central da matéria de Eurico Andrade -, só posso ser salineiro”; “No inverno não tenho em que trabalhar”; “Quando ganho cem contos, só recebo quarenta e sete”; “Daqui 2 anos, as máquinas vão fazer tudo”, antecipando o “não sei o que nós todos vamos fazer da vida”:

“- Eu soube... - Venâncio fala baixo, encarando Honorato, Luis e outros cinco ou seis homens que se aproximaram - o Governo está construindo um porto em Macau e outro em Areia Branca, muito modernos. Vão encher um navio de 10 mil toneladas em menos de três horas.

“- Encher um navio de sal em três horas?

“Luís arregala os olhos, não pode acreditar. Para ele, encher um navio em três horas ocuparia o trabalho de 10 mil homens...

(...)

“Honorato ficou calado, sentou-se no meio-fio da calçada. Depois, levantou os olhos contra o sol, camisa aberta, o pescoço enrugado:

“- Quer dizer, Venâncio, que dessa vez estamos condenados?

“- Para lhe ser franco, Norato, acho que vosmecê tem razão”³¹¹.

Como se vê, *Realidade* apresentava ao seu público, no texto e na temática, uma abordagem diferenciada que só a investigação jornalística - no âmbito do sentido *revelador* que a grande reportagem permitia e que correspondia às demandas da conjuntura cultural do período - tornava possível. A amplitude das questões estruturais da vida brasileira (entre elas, a lacuna que a revista havia deixado quando tratou dos problemas econômicos do país) vinha à tona nas matérias de “interesse humano” sobre personagens desconhecidos do referencial informativo tradicional das classes médias.

Essa linha de análise pode ser identificada em outros momentos. Em agosto de 1968, por exemplo, *Realidade* publicou novo texto de Eurico Andrade. Desta vez o assunto era a fome, “um problema tão velho quanto a própria vida” - dizia a abertura da matéria que introduzia o leitor na investigação do repórter³¹²: “É uma leitura triste e estarrecedora, que deixa um gosto amargo, uma sensação de angustiante perplexidade...

³¹¹ Essa *condenação* irreversível de setores da economia brasileira foi ainda uma vez abordada pelo mesmo Eurico Andrade numa reportagem sobre o êxodo dos seringueiros da selva amazônica em direção às cidades da região (*Cruzeiro não conhece o Brasil*, outubro de 1968, pág. 194). O eixo da abordagem era o mesmo da matéria sobre os salineiros: o abandono do trabalho tradicional e a ameaça de marginalização.

³¹² *Eles estão com fome*, agosto de 1968, pág. 146.

“Perplexidade e amargura: o Nordeste de hoje não deveria nem poderia ser palco de tamanha tragédia...”.

Preocupada com o perfil que o repórter havia desenhado, a revista se apressava em manifestar otimismo sobre o futuro: “Tudo deixa crer que nos próximos anos será possível falar em ‘milagre nordestino’, se a aplicação do Programa Estratégico de Desenvolvimento, apresentado pelo governo federal em julho de 1967, continuar a ser aplicado com a mesma seriedade demonstrada até agora...”. Mas - na oscilação entre a cortesia com o discurso oficial e objetivo da reportagem - *Realidade* perguntava: “Serviria para alguma coisa lançar um véu discreto sobre o assunto? Talvez sim, para tranquilizar, por exemplo, uma ou outra consciência, pois o drama da fome quase sempre foi tratado com o pudor e o medo com que se fala das doenças repugnantes”.

A reportagem de Eurico Andrade constituía-se num painel de denúncias: 1,5 milhão de pessoas na Zona da Mata pernambucana formavam uma mancha negra de 13 mil quilômetros. Nesse conjunto, personagens, autoridades, cifras, comparações com números de outros países, manifestações de instituições internacionais, o texto carregado do impressionismo de feições indefinidas que remetia à tragédia da pobreza: “Aqui se come metade do necessário para viver”; “Um terço das crianças morre antes de um ano”; “Por falta de proteínas, os homens não crescem”; “Quase todos preferem ir embora para a cidade”.

A marginalização social gerada pelas deformações do crescimento econômico era, na verdade, um traço histórico da sociedade brasileira. O modelo adotado depois de 64 viria agravá-la, mas ela já se constituía parte integrante da paisagem rural e urbana do país inteiro, ainda que a estagnação da economia nordestina, associada às dificuldades de origem climática, sempre ganhasse destaque pelas condições de miserabilidade extrema que atingiam parcela significativa da população daquela região. *Realidade* pôs em discussão esse tema não só na matéria sobre a fome, mas também numa outra oportunidade, quando Roberto Freire produziu o texto sobre *Os meninos do Recife*³¹³. A reportagem fazia uma radiografia dramática sobre o problema do menor abandonado, classificando-o como “uma preocupação nacional”. Para a revista, no entanto, era em Pernambuco que ele “atingia maior gravidade”, envolvendo organizações religiosas, governamentais e o trabalho assistencial de personagens às quais o repórter dava tratamento fictício, mas que revelavam o envolvimento de segmentos da sociedade civil na intenção de atenuar as consequências do fato.

Dessa forma, o tratamento textual dado por Roberto Freire ao tema ganhava a feição de um caleidoscópio no qual se movimentam os dois níveis da realidade: o institucional, no qual se debatiam as entidades envolvidas com a questão; e o da materialidade do problema do menor abandonado, que escapava aos projetos assistencialistas postos em prática para solucioná-lo. Na reportagem, essa dupla face

³¹³ *Os meninos do Recife*, agosto de 1967, pág. 24. Grifos no original.

assumia a forma de um diário que intercalava datas diversas, localizadas entre 1959 e 1967, início e fim da ação de dois jovens militantes (Maurício e Maria) da *Organização de Auxílio Fraternal*, entidade voltada à assistência dos *meninos do Recife*. Paralelamente a isso, a construção do tempo passado e do tempo presente, simultaneamente literária e informativa, deslocando permanentemente a ação à vista do leitor, entre textos de jornais da época, informações objetivas sobre o problema e a atividade *romanceada* de seus protagonistas. Essa dupla dimensão do texto - que tornou a reportagem de Roberto Freire uma das mais expressivas de *Realidade* - pode ser exemplificada com o trecho seguinte:

“Um recente relatório do IMIP (Instituto de Medicina Infantil de Pernambuco) dá as seguintes informações:

‘A mortalidade infantil, sobretudo por subnutrição, em certas áreas do Recife e do Nordeste, é absurda: de mil crianças que nascem, 300 morrem antes de chegar a 1 ano de vida. Nos países onde **se respeita** a criança, essas cifras são dez vezes menores. Temos tido a oportunidade de apresentar dados que mostram, devido às nossas condições sociais, que **carência afetiva** também é uma forma de desnutrição’.

(...)

“Diário de Pernambuco’(Recife) - ‘Menor tentou matar adversário de futebol - Violenta cena de sangue teve lugar na tarde de ontem (...) quando alguns menores se encontravam jogando futebol e, por uma discussão motivada por um gol, M.R.S. (13 anos) desferiu diversos golpes com uma faca-peixeira em seu adversário U.R.S. (14 anos)...’.

(...)

“Maria e Maurício já estavam se acostumando a dormir ao relento. Emagreciam por causa da má alimentação, mas estavam felizes: tinham ganhado a confiança daquele grupo de meninos. Maria, mais que Maurício. Só mais tarde vieram a compreender isso: a necessidade do afeto maternal que os meninos não revelavam, mas que lhes falta profundamente. Manga-Rosa afeiçoava-se mais rapidamente a Maria. Ela lia-lhe os jornais: ele preferia as páginas de crimes, as histórias em quadrinhos e as notícias de futebol. As sandálias de Maria logo furaram na sola, e seu vestido, além de sujo, rasgara-se em alguns pontos. Um dia, caminhando ao lado de Maria pela zona da prostituição, Manga-Rosa lhe fez uma confissão de amor.

“- Bonita assim, se trabalhasse com elas, podia comprar sapatos novos e roupas bonitas.

“Ela disse que pensava em casar, ter filhos iguais a ele e trabalhar de outro modo para sustentá-los e vestir-se melhor”³¹⁴.

³¹⁴ O tema do *menor abandonado* foi abordado por *Realidade* ainda uma vez no período abrangido por este livro na matéria de Dirceu Soares publicada em setembro de 1968 (*Pedrinho não passa de uma criança*, pág. 162). Embora o foco da reportagem tenham

O Brasil real, portanto, estava tanto mais presente nas páginas da revista da Abril quanto maior fosse o distanciamento que o repórter guardasse em relação aos componentes do discurso oficial, isto é, quanto mais a construção textual se aproximasse da variedade de temas de forte conteúdo social. As matérias produzidas assim, decompunham o universo dos valores estabelecidos e transgrediam o silêncio que se estabelecia difusamente no projeto de modernização autoritária. *Realidade* fez isso em relação ao mundo das atividades rurais e extrativistas; fez a mesma coisa em relação ao mundo da marginalização econômica e o fez também em relação ao mundo do trabalho urbano: a revista desvendava, para o referencial do leitor, um patamar diversificado de “leitura” do país.

No entanto, a visão que *Realidade* estendeu sobre os problemas sociais brasileiros não se circunscreveu apenas àqueles que decorriam diretamente das vicissitudes do modelo econômico - ou dos componentes que indicavam a construção de uma política de modernização socialmente ainda mais excludente na segunda metade dos anos 60. A revista abordou também questões sociais diversificadas, cuja natureza remetia ao complexo de deformidades do subdesenvolvimento ou ao complexo das contradições da urbanização acelerada, fossem ou não de origem econômica.

Essa preocupação com o sentido multifacético do social veio para as páginas de *Realidade* desde o primeiro número, em abril de 1966, com a matéria sobre o controle da natalidade, já abordada nesta tese³¹⁵. O viés do texto não se esgotava na contestação dos padrões éticos ao colocar em debate o problema do uso de métodos contraceptivos; ia além dele porque remetia o entendimento do problema à disparidade existente entre a geração de riqueza e o crescimento populacional (“Seremos 100 milhões de pobres em 1970; 225 milhões de párias no ano 2.000”), contradição que também havia sido objeto do debate na última página de setembro de 1966³¹⁶.

Em outra oportunidade, *Realidade* abriu a discussão sobre a temática do consumo de drogas, num texto de Narciso Kalili publicado em maio de 1967³¹⁷. Era também um tema da hora, tanto quanto o do controle da natalidade; mas neste caso o assunto fugia da órbita econômica e avançava sobre um arco que o colocava na fronteira das questões que mesclavam a ética com a marginalidade - e aqui com um forte apelo emocional: os jovens viciados. Kalili fez do texto “uma grave advertência”, descrevendo “uma experiência real, verdadeira, de um toxicômano tomando uma *picada*”, fato que constituía a primeira parte da reportagem. A segunda e a terceira partes “apresentam o problema do ponto de vista social, médico e policial”. Na leitura

sido os “meninos de rua” de São Paulo, a análise guardava forte semelhança com aquele dado por Roberto Freire em relação aos “meninos do Recife”.

³¹⁵ *Brasil: 60 milhões de pílulas por ano*, abril de 1966, pág. 16.

³¹⁶ *Devemos limitar a natalidade?*, setembro de 1966, pág. 138.

³¹⁷ *Ele é um viciado*, maio de 1967, pág. 16.

do material publicado é possível identificar a presença plena do código narrativo da revista, com a recuperação de todos os ingredientes que haviam surgido enfraquecidos nas matérias sobre a ordem econômica.

A experiência do jovem viciado presenciada pelo repórter surgia nas páginas de *Realidade* com toda a dimensão da angústia e do sofrimento que a abordagem do assunto naturalmente provocava. Com a ajuda de um policial, Kalili vivenciou um momento de extraordinária carga existencial, com a descrição de todas as circunstâncias que envolviam o ineditismo da narrativa que se desenvolvia em torno do fato: o ambiente, o estado de tensão e de descompasso emocional dos que estavam presentes no local, a descrição das sensações do jovem drogado:

“Estávamos ansiosos pelo que iríamos ver. Mário sentou-se no sofá da sala - uma peça enorme, de forma irregular, forrada de cetim verde - e começou a fumar um cigarro, muito nervoso. Um pequeno rádio tocava iê-iê-iê na estante que dividia a sala ao meio. Na pequena mesinha na frente do sofá, muitas revistas velhas. Mário levantou-se agitado quando tocou a campainha. Olhou pelo visor e abriu a porta. Era um homem moreno, de bigodes. Conversaram em voz baixa, Mário entrou e o homem foi embora.

“- Ele trouxe a *mercadoria*.

(...)

“... Estamos todos excitados: Cláudia (a fotógrafa de *Realidade* que acompanhou o repórter), Luís (o policial que testemunhou a experiência juntamente com Kalili) e eu pela experiência que vamos presenciar; Mário porque vai fazê-la; o professor e sua mulher (o casal que se dispôs a ceder o local onde os fatos se passaram) porque têm certeza de que sobrarão uma parte da *mercadoria* para eles.

“Mário está impaciente. Levanta-se e anda de um lado a outro da sala, movendo os braços flácidos, magros, a pele branca e doentia. É Luís, o policial, quem responde à pergunta:

“- Vamos começar com uma *cheiradinha*?

“- Está certo. Arranje uma mesa - é só tirar as revistas daqui de cima. Preciso dichavar o pó.

(...)

“Há poucos móveis na sala: na primeira divisão somente o sofá e a mesa de centro. Do outro lado da estante, uma cadeira, uma escrivaninha, mesinha com telefone e mais um sofá. O professor me oferece a cadeira. O relógio da igreja da Praça Roosevelt bate quatro horas da tarde quando Mário começa a fazer o *dichavo*. Com um pente, ele amassa os grãos de cocaína sobre o mármore da mesinha, separando o pó em pequenas proporções...

(...)

“- O que você está sentindo?

“- Um calor no corpo. Uma felicidade maravilhosa. Não sinto nem a boca nem o nariz. É muito bom. Estou em paz, feliz, felicidade...”

“Na sala, todos os olhos estão postos em Mário. O professor, excitado, fuma um cigarro atrás do outro. Sua mulher esfrega as mãos, nervosa. Luís, o policial, afasta-se do grupo. O professor vai atrás dele e, depois de uma conversa em voz baixa, some da sala, em direção ao quarto de dormir. Sua mulher vai atrás. Mário, silencioso, continua sentado na ponta do sofá. Sua mulher e seu rosto estão ficando amarelados. As mãos não param; ajeitam os óculos, esfregam-se uma na outra, apoiam-se na beira do sofá, numa movimentação contínua e descontrolada, animadas de vida própria...”

A cena iria se repetir ainda outras vezes na reportagem de Kalili. O personagem central do texto - o jovem drogado - se desdobrava no consumo de outros produtos: comprimidos, *picadas* etc, enquanto o jornalista conduzia a narrativa de forma acelerada, como que acompanhando o estado de ânimo de Mário, intercalando a reação dos presentes, a visualização dos efeitos físicos provocados (“Grandes marcas arroxeadas e negras cercam as veias de seus dois braços”), o contorno dos traços biográficos do jovem, as experiências com outras drogas e, ao final, o impacto de tudo isso no próprio repórter: “Estou emocionado e confuso. Mas não tenho tempo de analisar meus sentimentos”.

(...)

“Mário sai, nós agradecemos, cumprimentamos o professor e sua mulher, e descemos, Cláudia, Luís e eu. Na rua, tomamos um táxi e ainda alcançamos Mário. Quando passamos à sua frente, olhei para trás: ele falava sozinho, olhando para frente fixamente, o andar correto e rápido, as mãos no bolso. Fiquei pensando em tudo o que vira naquela tarde. Me perguntando como um homem pode encontrar tão poucas motivações para continuar vivendo: uma picada de agulha, alguns minutos de êxtase, e o resto - um vazio, um angustiante vazio”.

As longas transcrições justificam-se: elas permitem constatar a presença textual de todos os elementos que firmavam a especificidade do trabalho jornalístico de *Realidade*. E permitem também concluir que a intensidade desse *estilo*, ainda que seus elementos estivessem presentes em praticamente todas as reportagens feitas pela revista, redobrava sua marca quando a dimensão da temática adquiria a feição *humanizada e subjetiva* do problema abordado. Ou de outra forma: a plenitude daquilo que se pode definir como o *estilo* de *Realidade* foi tanto maior quanto maior distância as matérias mantiveram da *objetivação* do real - elemento sistematicamente presente nas matérias que diziam respeito à ordem econômica e à ordem social do país.

Na matéria de Kalili sobre o jovem drogado, nem mesmo essa *objetivação* esteve ausente. Ao contrário. O repórter concluiu seu trabalho com a abertura da discussão do

problema das drogas feita entre policiais e médicos; ampliou o raio de alcance da matéria a uma profundidade que reconduzia o leitor à fronteira do social, *quebrando* a ênfase impressionista da experiência que havia testemunhado. O devaneio do jovem Mário, que se associava ao impacto vivido pelo jornalista, obedecia ao limite da realidade mesma: o tráfico, as doenças decorrentes do consumo de drogas, as propostas da psiquiatria para o problema. Dessa forma, a dimensão social do referencial informativo do público leitor de *Realidade* recebia o tratamento abrangente que a recolocava na discussão do cotidiano. Mais que isso: a matéria superava os limites convencionais da informação padronizada e dava ao próprio jornalismo uma perspectiva verticalizada inédita na imprensa brasileira, como eram inéditos, pela abrangência que passavam a ter nos grandes centros urbanos, os problemas abordados.

Foi assim também que *Realidade* viu o problema do alcoolismo quando publicou o texto de José Carlos Marão em janeiro de 1968, mesclando-o com o consumo de drogas e discutindo-o no âmbito familiar e da medicina³¹⁸. E foi ainda com o mesmo enfoque que Roberto Freire produziu o texto publicado no número de agosto de 1968 sobre o consumo de psicotrópicos, dando ao fato a definição do seu sentido contemporâneo e universal que fez da década de 60 uma época de experiências sensoriais como manifestação cultural e artística, em contraposição à “angústia” da sociedade moderna: “O homem de nossos dias sofre. Cheio de problemas, sem saber bem o que sente, pede socorro aos médicos”; “... é guerra no mundo inteiro”; “Não há comprimido que resolva”; “... será que nossa angústia não tem remédio?”³¹⁹.

Nenhuma questão social brasileira, contudo, foi tão contundentemente abordada por *Realidade* como o racismo. O tema surgiu, pela primeira vez, na última página do número de junho de 1967³²⁰. Como sempre, aceitando a sugestão de um leitor, a revista colocou em discussão a possibilidade de existência de racismo no Brasil. Em resposta à pergunta, foram publicados os argumentos do jornalista Reynaldo Jardim e do Marechal João Batista de Matos. Para o primeiro, a existência, no Brasil, de preconceito racial contra os negros era um fato que se podia constatar pela simples inexistência de possibilidades de ascensão social para os indivíduos de cor negra. Para o Marechal, que era negro, a resposta à questão era evasiva mas pertinente: no Brasil não havia preconceito de raça; havia preconceito de cor, e a própria Lei Afonso Arinos era uma prova de que o preconceito existia. Mas, dizia o militar, a conjuntura internacional forçava o desaparecimento da discriminação racial no mundo.

O tema parece ter despertado novamente o interesse da redação de *Realidade*, de tal forma que no número de outubro de 1967 a revista publicou um amplo estudo sobre a questão do racismo nos Estados Unidos e no Brasil. O assunto era a matéria da capa e

³¹⁸ *Alcoolismo*, janeiro de 1968, pág. 36.

³¹⁹ *O homem está angustiado*, agosto de 1968, pág. 116.

³²⁰ *Existe racismo no Brasil?*, junho de 1967, pág. 162. A julgar pelo depoimento de José Hamilton Ribeiro, já transcrito nesta tese, o tema do preconceito racial foi objeto de pauta da revista logo no início de sua existência. Segundo o repórter, esta teria sido sua primeira matéria em *Realidade* de abril de 1966, e só não se viabilizou porque o jornalista não conseguiu sua perfeita caracterização como negro.

em seu miolo as reportagens em torno do tema ocupavam quase 40 páginas da publicação.

A introdução feita sobre as reportagens era assinada por Odylo Costa, filho, que a partir daquele número assumia o cargo de diretor de *Realidade*. Para o jornalista, o debate que se abria naquela edição retirava do silêncio a existência do preconceito de cor no Brasil, embora o ponto de partida tenha sido a investigação sobre sua existência nos Estados Unidos, país onde a explosão dos conflitos raciais havia se tornado sistemática em meados dos anos 60. “Seria cômodo e tranqüilo - argumentava o novo Diretor da revista - tratar apenas da tragédia americana”. Para Odylo Costa, filho, *Realidade* corria o risco do incômodo e da má compreensão, e podia até mesmo ser acusada de fomentar o ódio racial, mas “preferimos tudo isso a calar quando é tempo de falar”³²¹.

A reportagem sobre a existência do “preconceito de cor no Brasil” (a argumentação do Marechal João Batista de Matos parece ter sido convincente) era de autoria de Narciso Kalili e Odacir de Mattos e seu título principal - da forma incisiva como foi redigido -, indicava que mais um tabu estava sendo tocado pela revista³²². A reportagem era anunciada como um “diário dramático feito por dois homens: um branco e outro negro. Durante 20 dias, eles viveram amargas experiências para descobrir se brancos e negros são iguais no Brasil. O resultado de seu trabalho não tem o rigor de uma pesquisa científica. É apenas uma experiência humana. Mas, em seis capitais do país, eles tiveram a coragem de provar o que muitos sabem e poucos dizem: existe preconceito de cor no Brasil”.

Ao longo da matéria, portanto, a reiteração de que a proposta da revista era abrir a discussão em torno de um tema velado - uma nova transgressão. A experiência pessoal dos dois repórteres transcorria numa sucessão de depoimentos sobre experiências marcantes. O jornalista Odacir de Matos, negro, lado a lado com o jornalista Narciso Kalili, branco, nos mesmos locais, mesmo vestuário, mesmos contatos. Ao final, a narrativa repleta de constatações sobre a existência do preconceito: “Aqui não existe preconceito, mas isso de casar negro com branco não pode”; “Negro e branca de braços dados: curiosidades, risos, cochichos, hostilidades”; “Negro passando mal na rua: ‘eles vivem bebendo’; um branco: ‘o sr. está doente?’”; “No clube, um fica logo sócio; o outro não pode nem visitar”. No miolo da matéria uma variedade de *boxes*: o histórico do problema desde o século XVI, a composição étnica da população

³²¹ *Nosso tema não é o preconceito, mas a fraternidade*, outubro de 1967, pág. 21. Neste mesmo número, em sua última página, a revista colocou em discussão a possibilidade de que se repetissem no Brasil os conflitos raciais que ocorriam nos Estados Unidos. Para Abdias Nascimento, diretor do Teatro Experimental do Negro, a ameaça era concreta em razão da situação de marginalidade em que viviam os negros no país. Para Afonso Arinos, a hipótese estava descartada, já que eram “muito diferentes as condições de coexistência entre as raças negra e branca nos Estados Unidos e no Brasil” (*Poderão se repetir no Brasil os conflitos raciais dos EUA?*, outubro de 1967, pág. 186).

³²² *Existe preconceito de cor no Brasil*, outubro de 1967, pág. 34.

brasileira, a projeção da miscigenação, a íntegra da Lei Afonso Arinos e um artigo de seu próprio autor, a posição de entidades internacionais³²³.

As reportagens e textos publicados no número de outubro de 1967 sobre o racismo estão entre aqueles que melhor definem a sistematização da proposta editorial de *Realidade*: permitem compreender porque a revista se transformara, ao longo do período estudado, num instrumento de conhecimento da vida nacional: o sentido de suas matérias que fazia constituir sobre si mesma um foco irradiador de polêmica e debate. Não obstante as restrições feitas àquelas matérias cujo sentido legitimador da nova ordem econômica e política do país destoavam das marcas essenciais da publicação, o fato é que a revista da Abril havia introduzido um elemento diferenciador na produção jornalística brasileira, na temática e no tratamento narrativo que dava à sua pauta. Levando-se em conta o quadro em que se movimentavam as expectativas culturais de seu público leitor, é possível afirmar que *Realidade* se incorporara à estruturação de um dos signos fundamentais da modernidade: a *revelação* da essência do real como padrão cultural dos anos 60.

³²³ Em mais uma ocasião, depois de outubro de 1967 e até o final do período abordado por este trabalho, *Realidade* voltou a tratar da questão do preconceito racial - no número de abril de 1968, quando duas matérias e uma pesquisa analisaram a questão judaica. A tônica dos três textos seguia a mesma linha do preconceito de cor: a denúncia da existência da discriminação racial no âmbito dos padrões de comportamento dos principais centros urbanos do país (*Esta gente tem direito à paz; Dois mil anos de perseguição; Eis as provas do preconceito*, abril de 1968, págs. 84 e seguintes).

CAPÍTULO 11

VISÕES DO MUNDO

A forma como *Realidade* manifestou essa postura *reveladora*, contudo, não se restringiu ao variado arco dos problemas nacionais que emergiam na conjuntura vivida pelo país no período de que se ocupa este livro. A revista permitiu ao seu público leitor ampliar o horizonte de sua compreensão através da conexão que fazia com as questões colocadas no plano internacional, direta ou indiretamente vinculadas com os problemas brasileiros. Como já foi dito, a verticalidade do jornalismo praticado pela publicação alinhou-a a uma abordagem necessariamente horizontalizada: a diversidade temática compunha a proposta de aprofundamento que decorria da prática da grande reportagem. Nessa medida, o tratamento das questões internacionais era inevitável, até porque parte significativa dos problemas emergentes da sociedade brasileira guardava estreita relação com elas.

Esse é um aspecto do problema. Outro é o fato de que o público leitor da revista, da forma como tem sido caracterizado, tinha, em meados dos anos 60, uma demanda cosmopolita de informação, decorrente mesmo do processo de urbanização pelo qual vinha passando a sociedade brasileira desde a década anterior. Do ponto de vista do universo cognitivo desse público, os referenciais de valores, os padrões de comportamento e a percepção da realidade político-social, deixavam de se localizar exclusivamente no conjunto restrito da *nação* e passavam a se constituir como integrantes dos padrões da modernidade ocidental que o pós-guerra havia instituído. Nesse sentido, a informação internacional compunha o conjunto de necessidades culturais do público, sempre estimuladas pelo próprio desenvolvimento dos meios de comunicação de massa.

As *visões do mundo* que *Realidade* configurou em suas páginas eram, assim, decorrência de um duplo processo: um desdobramento do jornalismo investigativo que produzia; e também resultado da inserção da revista no universo das exigências de seus leitores³²⁴. Essa dimensão universal esteve presente nas matérias nas quais *Realidade* reiterou a abordagem transgressora da *ordem familiar*, do papel da *mulher*, do movimento *jovem* e da *Igreja*, como já foi visto. Mas além delas, a publicação da Abril produziu uma pauta variada de temas internacionais cuja aparência era seu sentido aleatório. A leitura desse material, no entanto, permite identificar um traço comum em sua abordagem, para além daqueles que diziam respeito à natureza da narrativa que instituíam o discurso da investigação: um material que construía, como foi dito e como se pretende demonstrar, elementos de conexão com as questões brasileiras³²⁵.

³²⁴ As matérias internacionais, por diversas vezes, eram de autoria de jornalistas estrangeiros ou eram transcrições de textos publicados também em órgãos de informação de outros países. Esse fato não descaracterizava a revista: tratava-se de produção integrada aos códigos de *Realidade*. De qualquer forma, a presença desse material nas páginas da revista reforça a idéia de seu cosmopolitismo, para o trabalho de seus profissionais e para seu público leitor.

³²⁵ Nem todas as matérias internacionais publicadas por *Realidade* serão analisadas aqui. O autor preferiu classificá-las em blocos, identificando nelas traços comuns através dos quais possam ser interpretadas.

O referencial internacional imediato de *Realidade* parece ter sido a América Latina, região que em na metade dos anos 60 vivia sob o duplo impacto do agravamento da Guerra Fria e do desmoronamento de suas velhas estruturas internas de dominação. De fato, era na América Latina que se podiam perceber todas as contradições geradas pelo processo de bipolarização do poder mundial depois de encerrada a II Guerra. A área havia se transformado em estratégica para as pretensões da hegemonia norte-americana; ao mesmo tempo, seu crescimento econômico, em parte promovido pelos Estados Unidos, havia colocado em movimento forças sociais reformistas ou revolucionárias que ameaçavam a estabilidade da dominação capitalista. O resultado desse processo contraditório era a sucessão de crises políticas que afetava todos os países da área: movimentos revolucionários de massa, guerrilhas, a crise do populismo, golpes de estado, eram sintomas de uma profunda rearticulação social que a desestabilizava permanentemente. Nesse conjunto, a Revolução Cubana havia se transformado num divisor de águas da história latinoamericana e numa referência para os movimentos de contestação da ordem do Estado.

As matérias nas quais *Realidade* abordou a América Latina permitem a leitura de toda a complexidade dessa crise. Logo em seu primeiro número, a revista tocou no tema quando analisou a presença das tropas brasileiras na República Dominicana³²⁶; mas a perspectiva de Luiz Fernando Mercadante se particularizava nas dificuldades que a intervenção militar naquele país gerava para o Estado brasileiro. E a América Latina apresentava problemas mais amplos. Apesar disso, havia em todo o continente uma expectativa negativa em relação à política externa brasileira, que depois de 1964 abandonou sua tradição republicana de “não intervencionismo”. O alinhamento automático do Itamaraty às posições norte-americanas transferiram ao Brasil a pecha de uma nação preposta dos interesses imperiais, e a presença das tropas brasileiras na República Dominicana reforçava isso.

Realidade investigou a inserção brasileira no conjunto da América Latina em seu número de junho de 1968, quando Eurico Andrade analisou o “receio” de países vizinhos sobre um possível “imperialismo” brasileiro³²⁷. Em todos os sentidos, o repórter conduziu seu texto de forma comparativa: as dimensões geográficas e populacionais, os índices econômicos, as pretensões de expansão comercial, a diplomacia. Resultava da matéria um panorama da geopolítica sul-americana que aprofundava o entendimento das contradições emergentes da Guerra Fria, mas de um ponto de vista diverso da abordagem tradicional, ladeado pela perspectiva das dificuldades que as nascentes propostas de integração regional enfrentavam desde então: “vocês vão dominar o continente inteiro”; “vocês já planejaram a nossa conquista”; “vocês acham que somos simples republiquetas”.

³²⁶ *Brasileiros, go home*, abril de 1966, pág. 38.

³²⁷ *O que nossos vizinhos pensam de nós*, junho de 1968, pág. 24. O problema do “imperialismo” brasileiro em suas relações externas com a América do Sul já havia surgido na última página de *Realidade* em maio de 1968, quando o Deputado Federal Hermano Alves e o então Chanceler Magalhães Pinto discutiram o assunto (*O Brasil é um país imperialista?*, pág. 186).

A questão das relações entre o Brasil e o restante da América do Sul, no entanto, não era a única. A região formava um mosaico de Estados em crise, e *Realidade* insistiu em sua análise. No primeiro número, por exemplo, a revista publicou o texto de “uma equipe de jornalistas” sobre o desaparecimento do corpo de Eva Peron, uma matéria que trabalhava tanto com o “mistério” em torno do assunto, quanto com a amplitude do fenômeno peronista³²⁸. A crise política decorrente do peronismo - que evidenciava o processo amplo de desestabilização do país - foi pauta novamente em agosto de 1966 com a reportagem de Hamilton Ribeiro sobre a sucessão de golpes de Estado na Argentina³²⁹:

“Ao fim de uma **conspiração centralizada no Exército, e incentivada por grupos conservadores e interesses petrolíferos internacionais**, o general entrou na sala principal da Casa Rosada e afirmou resolutamente: ‘Presidente, o senhor está deposto. Acompanhe-me’. Era o ano de 1930. A Argentina - ‘país orgulho da América do Sul’ - estava no auge. A renda per capita era apenas 25% mais baixa que a dos Estados Unidos. (...) A Argentina era o primeiro exportador mundial de carne. (...) **Agora, 36 anos depois, a cena se repete, com ligeiras diferenças, na Casa Rosada. Nesse período a Argentina teve treze presidentes - sete militares e seis civis - sem contar o atual.** Nenhum deles começou ou terminou normalmente seu mandato. A média de permanência na Casa Rosada foi de dois anos e seis meses. Com um recorde: o General Franklin Rawson governou três horas. E o mandato presidencial lá é de seis anos”.

O texto de Hamilton Ribeiro sintetizava, portanto, não apenas o referencial da crise Argentina, mas transversalmente o da crise política latinoamericana e o da crise brasileira, que guardavam entre si parâmetros de semelhança no que dizia respeito aos protagonistas das interrupções institucionais provocadas por golpes de Estado.

E, de fato, esse era um tema recorrente nas reportagens produzidas sobre o continente. Em dezembro de 1966, José Carlos Marão escrevia sobre o Uruguai, e a tônica era a mesma: a “Suiça da América do Sul”, como o país era conhecido, “com seu sistema de colegiado considerado um exemplo de democracia forte e estável”, era visto pelo repórter como ameaçado - “(...) o país está para voltar ao presidencialismo e os próprios políticos do governo anunciam um golpe de Estado, a qualquer momento...”³³⁰. Em outra matéria, desta vez sobre a Venezuela, o repórter Milton Coelho ampliava as raízes da crise: as dissidências comunistas, as prisões políticas, a inexistência de partidos políticos com projetos enraizados na sociedade, ao lado de uma “renda per capita três vezes maior que a do Brasil”³³¹. Em toda a parte, no entanto, a instabilidade política e as restrições às garantias constitucionais, eram o centro da

³²⁸ *Onde está o corpo de Eva Peron?*, abril de 1966, pág. 132.

³²⁹ *Os governos caem: a Argentina continua*, agosto de 1966, pág. 19. Grifos nossos.

³³⁰ *Uruguai. Um país à espera do golpe?*, dezembro de 1966, pág. 78.

³³¹ *Nosso rico, violento e confuso vizinho*, julho de 1967, pág. 28.

abordagens; elementos que compunham o referencial informativo ampliado do público leitor da revista.

De outra feita, foi a estabilidade da democracia chilena o assunto da revista. No número de setembro de 1968, o repórter Luiz Fernando Mercadante analisou o desempenho de Eduardo Frei na presidência daquele país, enfocando o contraponto entre o quadro generalizado de crises no continente e o convívio, no Chile, de forças políticas antagônicas³³². Frei, representante da Democracia Cristã, estava pondo em prática uma política reformista e “era apontado como perigoso esquerdista pelos direitistas e como direitista disfarçado pelos esquerdistas radicais”. De qualquer forma, no Chile, pelo menos em 1968, não havia o fantasma do fechamento institucional e as alternativas de mudanças estruturais na sociedade e economia do país pareciam concretas.

Não era a mesma coisa o que ocorria na Bolívia, matéria de *Realidade* de outubro de 1968³³³. No texto de Domingos Meireles, o país não conseguia “apagar” a presença de Guevara, morto lá mesmo um ano antes. A Bolívia era, então, a representação simbólica de todo o quadro latino-americano de instabilidade política: sucessivas conspirações militares, revoltas estudantis, revoltas camponesas e operárias, manifestações populares e a sempre lembrada presença da guerrilha que havia transformado o país no objeto dos efeitos e da ação indireta da Revolução Cubana e da reação norte-americana. A matéria produzida pela revista, nesse sentido, era uma verdadeira *composição* das tipologias que sintetizavam uma crise maior que a da Bolívia: a transformação da América Latina no caldeirão da disputa entre as superpotências, a expectativa revolucionária que cobrava da pobreza da região a insurgência contra o Estado, e a ameaça do golpe militar ou da intervenção estrangeira, o recuo dos projetos reformistas, a consolidação do *status quo*.

Nos anos 60, a Revolução Cubana havia se transformado, por força dessa conjuntura, no escoadouro dos movimentos de esquerda que contestavam os Estados oligárquicos de todo o continente. Mais que isso: a tomada do poder por Fidel Castro em 1959 havia, de um lado, contribuído para cindir a esquerda tradicional, representada pelos Partidos Comunistas de linha soviética, e, de outro, para intensificar os sistemas de controle norte-americanos sobre os demais países da região, obviamente no sentido de evitar que o fenômeno revolucionário se alastrasse. Dessa forma, pelas dimensões que seu exemplo havia adquirido, Cuba acabava por resumir uma extensa representação que guardava semelhança com todo o arco da *transgressão* que caracterizava o período, de tal forma que o modelo construído pelos revolucionários da ilha do Caribe se tornou paradigmático não só para os grupos e partidos marxistas que se empenhavam em lutar pelo socialismo, mas também, enquanto estereótipo, para segmentos da classe média intelectualizada que valorizavam mais o romantismo da

³³² Este homem é o presidente do Chile, setembro de 1968, pág. 20.

³³³ Um país está com medo, outubro de 1968, pág. 22.

Revolução Cubana do que a análise das condições sociais e políticas que a haviam permitido.

Essa variedade de significados adquiria, no Brasil, um contorno ampliado. O golpe de 1964 havia execrado tudo quanto pudesse, no plano da prática política e no plano do discurso de origem conservadora, traduzir a inspiração revolucionária cubana. O governo militar, como já foi dito, não fazia concessões à “política externa independente”. Ao contrário: praticava abertamente o “alinhamento automático” com as posições norte-americanas e, em todos os foros em que teve a oportunidade de se manifestar, fez coro com as propostas que visavam desestabilizar o governo de Fidel Castro. No limite, internamente, adotava uma postura francamente repressiva à “inspiração” contestadora dos valores que Cuba representava.

Nessa ordem de idéias, o simples jornalismo informativo sobre Cuba era, por si só, um exercício permeado de dificuldades porque catalisava as atenções do Estado autoritário, mas era um exercício do qual a imprensa não podia se furtar, especialmente se se leva em conta os desdobramentos internacionais - e não apenas latino-americanos - que o governo de Fidel Castro provocava. Para a grande reportagem, portanto, Cuba representava um redobrado desafio.

Tudo leva a crer que *Realidade* esteve disposta a aceitá-lo, porque a questão cubana, especificamente, ou os efeitos que a Revolução tinha sobre o continente de forma generalizada, estiveram variadas vezes - e diretamente - em suas páginas, e não apenas - indiretamente - quando abordou os problemas internos da Bolívia, ou quando reportou a crise gerada pela guerrilha colombiana³³⁴. Todavia, as primeiras matérias da revista sobre o tema não apareceram senão a partir de outubro de 1967 e, assim mesmo, de forma oblíqua em razão do componente novo da vida política latino-americana representado pela guerrilha que se disseminava pela região desde que Guevara deixara Cuba em 1965. A reportagem de Milton Coelho, nesse sentido, mapeava toda a extensão do fenômeno em 19 países³³⁵, mas era aberta com uma referência direta à presença do *Che* no norte da Argentina³³⁶: o repórter instaurava a dupla dimensão da questão política a partir da personalidade mitológica do líder guerrilheiro:

“Ernesto *Che* Guevara - dizia a matéria - está em algum ponto da cordilheira dos Andes, ao norte da Argentina. Esta informação foi obtida em Havana, por agentes infiltrados na conferência da OLAS - Organização Latino-Americana de Solidariedade - ou pelo exame de centenas de interrogatórios de guerrilheiros presos na Venezuela, Colômbia, Bolívia e outros países. E aqueles dois homens da CIA voam diariamente sobre a região, tirando milhares de fotografias, que são depois minuciosamente examinadas, em busca de uma simples diferença de coloração na paisagem, um

³³⁴ *Colômbia dividida espera o Papa*, agosto de 1968, pág. 22.

³³⁵ *E as guerrilhas onde estão?*, outubro de 1967, pág.156.

³³⁶ *Guevara está aqui (e a CIA sabe)*, outubro de 1967, pág. 155.

vestígio qualquer que lhes indique onde Guevara está. E onde quer que esteja, ele se prepara para iniciar mais um foco subversivo, desta vez no próprio país em que nasceu. Poque, na opinião de Guevara, ‘para derrotar o imperialismo é preciso criar um, dois, três Vietnãs’. E ele próprio quer se encarregar desta missão”.

A partir daí, toda a simbologia que conferia ao *Che* o mito irradiador da concretude da ação guerrilheira ou do imaginário dos grupos estudantis era construída por Milton Coelho com traços fortes: o abandono do curso de Medicina, a inquietude política, o périplo - já na década de 50 - pelas Américas do Sul e Central, o contato com os revolucionários cubanos, a vida amorosa e o fascínio pela Revolução, e o despreendimento posterior à vitória: “Outras terras reclamam o concurso de meus modestos esforços. Eu posso fazer o que você não pode, por causa de sua responsabilidade à frente de Cuba, e chegou a hora de separar-nos”, disse Guevara a Fidel. Depois disso, a eclosão dos focos guerrilheiros na Venezuela, na Colômbia, no México, na Guatemala, na própria Argentina, na Bolívia³³⁷.

Foi o próprio Milton Coelho o autor da reportagem sobre Cuba publicada no número de abril de 1968, com Fidel Castro na capa da revista³³⁸. A matéria era uma extensa investigação sobre as dificuldades vividas pela Revolução quase 10 anos depois da queda de Batista. O repórter levava o leitor a um percurso sobre as dificuldades internacionais que o país enfrentava em decorrência do bloqueio americano, mas também avançava sobre o cotidiano da construção socialista, o racionamento, o mercado negro, os dissidentes de Fidel, os êxitos nos setores da saúde e da educação e o esforço político desenvolvido para promover o crescimento econômico integrando a produção da ilha ao mercado mundial. A construção da matéria obedecia ao padrão da revista: Milton Coelho colocava-se na condição de um observador que descrevia a simultaneidade de impressões que as transformações revolucionárias causavam, sua inserção na paisagem da escassez e das tradições conservadoras que Fidel Castro enfrentava. No entanto, a presença dos componentes *informativos* eram o fundamento do texto, predominando sobre os ingredientes da subjetividade do observador, como se pode perceber nos trechos seguintes:

“Saio da boate às cinco da manhã, já vejo uma fila, ainda pequena, diante de uma loja. Pergunto a um ferroviário, que até levou um banquinho para esperar abrir a loja, o que é que vão vender ali. ‘Chocolate’, me responde. Como é que ele soube que vão vender chocolate, se o rádio, a tevê e os jornais nada disseram, se não há sequer um aviso na vitrina? ‘Pela Rádio Bemba’, ele explica. ‘Rádio Bemba’ é o cochicho, o boato. De repente, a notícia passa de boca em boca e as filas se formam na base da correria.

³³⁷ Che Guevara foi, depois de Costa e Silva, a personalidade à qual *Realidade* dedicou o maior número de matérias. Além do texto de Milton Coelho publicado em outubro de 1967 (ver nota anterior), a revista ainda pautou dois outros: em maio (*Meu amigo Che passou por aqui*, pág. 96) e em agosto de 1968 (*Che revela: Fidel ia morrer naquela noite*, pág. 39). No primeiro, a transcrição do depoimento de Ricardo Rojo, amigo pessoal de Guevara, contando as regiões nas quais o guerrilheiro havia estado a partir de 1965; no segundo, trechos do primeiro diário de Che, com o relato das aventuras em Sierra Maestra antes da tomada do poder em 1959. Nos dois casos, *Realidade* reiterou os componentes simbólicos do mito revolucionário e reforçou a composição romântica da personalidade emblemática em que Guevara havia se transformado depois de sua morte em outubro de 1967.

³³⁸ *Cuba*, abril de 1968, pág. 50.

“Quase tudo é racionado...”.

(...)

“Diante do Hotel Habana Livre passa um enterro. O coche leva enormes penachos negros, o caixão tem alças e enfeites dourados. Penso que morreu alguém importante e procuro saber quem. Descubro que o defunto é um operário. Acontece que o serviço funerário é grátis e todos os tipos de enterro foram mantidos. Ocorre, então, um fenômeno curioso: quanto mais modesto é o defunto, mais penachos e dourados. ‘Eles querem tudo a que têm direito’, me explica com certo cinismo um funcionário”.

A matéria sobre Cuba, no entanto, não dispensava um padrão inusual (nos termos em que *Realidade* era concebida) de referenciais objetivos de informação, com extensos parágrafos de elementos quantitativos, traduzindo uma postura *isenta* do repórter: percentuais de alfabetização, tiragens de livros, dados populacionais, produção econômica etc. O painel de Milton Coelho, portanto, desmistificava tanto o isolamento ao qual a ilha havia sido confinada pelo discurso autoritário e conservador da reação latino-americana às mudanças que se processavam ali, quanto dessacralizava o sentido mitológico da Revolução. Para o público leitor da revista, em 1968, essa abordagem era duplamente significativa: pelo que contrastava com o silêncio reservado pelos demais meios de comunicação aos temas que o repórter havia abordado; pelo diferencial que estabelecia em relação à ordem disciplinadora com que o regime brasileiro encarava o *exemplo* cubano. Mas era também significativa pelo padrão da objetividade perseguido na matéria, isto é, pelo deslocamento que Milton Coelho provocava em relação aos componentes ideológicos que inevitavelmente o tema *Cuba* carregava consigo na conjuntura da época.

Esse padrão de objetividade com o qual *Realidade* reportou as questões de ordem internacional esteve sempre presente nos textos da revista, sem prejuízo do código narrativo da matéria investigativa. Mas comparados com aqueles em que os assuntos pautados foram as demais questões já abordadas neste livro, percebe-se que o empenho em torná-los *fonte de conhecimento* do leitor era maior. Quer dizer, a intensidade dos recursos literários e ficcionais diminuía na medida em que o objeto da matéria se afastava do referencial *nacional* da audiência de *Realidade*.

Nessa medida, não foi apenas a América Latina que esteve sob o foco informativo da revista, já que o continente não era a única área do globo a respeito da qual havia muito pouco conhecimento entre os segmentos que compunham o público leitor da revista. O duplo sentido desmistificador percebido em relação a Cuba - um dos focos que exprimia toda a dimensão da bipolarização da política internacional - também esteve presente quando *Realidade* investigou a complexidade da sociedade norte-americana - o outro foco da bipolarização. A rigor, os Estados Unidos foram o país ao qual a revista da Abril dedicou maior número de reportagens no período estudado, e nem poderia ser diferente, tendo em vista o papel que aquele país passou a desempenhar como potência hegemônica do ocidente capitalista depois de 1945. Essa posição de “república imperial” acarretava para o governo de Washington toda a contrariedade dos movimentos de contestação surgidos nos anos 60, embora não se

esgotasse nos Estados Unidos o arco das demandas desses movimentos. No entanto, especialmente na América Latina - e particularmente no Brasil -, o imperialismo norte-americano estava na base da instabilidade política e das rupturas institucionais de caráter conservador que *Realidade* vinha colocando em suas páginas. Nesse sentido, a variedade de tendências da esquerda marxista, a social-democracia e as lideranças populistas compunham um discurso nacionalista desarticulado, mas de forte efeito mobilizador. Os Estados Unidos tornavam-se, assim, o alvo da luta que se exprimia na diversidade extensa de palavras-de-ordem que marcaram os meados dos anos 60.

A primeira vez que *Realidade* voltou sua atenção para os Estados Unidos foi em maio de 1966, embora a matéria não o fizesse diretamente: um texto sobre a guerra do Vietnã de autoria de dois repórteres franceses - Claude Sauer e Jean Durieux - que descrevia a história da resistência do Sudeste asiático às sucessivas tentativas de dominação estrangeira que haviam sido ensaiadas desde a expulsão dos japoneses³³⁹. O envolvimento dos Estados Unidos na guerra, embora já estivesse ocorrendo desde 1954, não tinha adquirido ainda as proporções dos anos posteriores, mas já era possível perceber as dificuldades de uma solução negociada para o conflito. A matéria dos repórteres franceses não chegava a ser uma crítica à política de Washington; ao contrário (“Agora, com o mundo livre tentando barrar o avanço comunista, a velha Indochina sangra como nunca”), mas tinha um evidente contorno de admiração e de exaltação da guerrilha como contraponto à presença dos interesses das potências estrangeiras na área.

A guerra do Vietnã, tanto quanto o papel que Cuba passou a ter na América Latina depois da Revolução, era emblemática: reunia todos os elementos do conflito internacional travado entre as superpotências. E, em razão disso, ganhou destaque nas páginas de *Realidade*, reforçando o significado que havia adquirido como ponto de convergência dos *novos* valores dos anos 60: a resistência que se manifestava no Sudeste asiático simbolizava os ingredientes da contra-cultura, do pacifismo, da liberdade individual em contraposição aos desígnios do Estado imperial, o heroísmo da luta desigual contra o complexo industrial-militar que encontrava nos Estados Unidos seu principal representante. As reportagens sobre o Vietnã, nessa medida - mais talvez do que aquelas que foram produzidas sobre Cuba e seus revolucionários - constituíam-se numa pauta privilegiada para o padrão do jornalismo produzido pela revista da Abril, e não podiam se restringir à transcrição de material elaborado para outros órgãos de informação da imprensa internacional, com proposta editorial diferente daquela que vinha sendo posta em prática por *Realidade*³⁴⁰. O tema tinha

³³⁹ *Vietnã: 25 anos de guerra*, maio de 1966, pág. 32.

³⁴⁰ *Realidade* voltou ainda a publicar textos de repórteres estrangeiros sobre o Vietnã. Em março de 1968, a matéria era de autoria de Oriana Fallaci, nome frequente nas páginas da revista desde seu lançamento. A reportagem saiu no número de março de 1968 (*Eles querem viver*, pág. 131) e constituiu-se numa das mais envolventes descrições sobre o cenário da guerra, deixando longe qualquer pretensão de objetividade jornalística: “Estou aqui - dizia a repórter - para provar o quanto o mundo é hipócrita...”. A mesma Oriana Fallaci produziria, em abril de 1968, a matéria sobre a imolação dos Bonzos de Saigão contra a guerra (*São os Bonzos de Saigão*, pág. 65). No mesmo número, outro texto sobre o Vietnã, este de autoria de Raymond Cartier (*Guerra sem saída*, pág. 148). O conflito

muito a ver com uma ampla concepção da *política* e remetia o entendimento do público leitor a uma variedade complexa de referenciais: ele abria a polêmica sobre a *dominação*, sobre a *opressão*, sobre a *ética nas relações internacionais*, sobre a própria *estrutura do Estado*. Prestava-se, assim, a toda sorte de leituras e acabava, ao final das contas, sintonizando a audiência da revista com o mundo bipolarizado do pós-guerra.

Depois da transcrição das matérias dos dois repórteres franceses, a segunda vez que *Realidade* abordou a guerra do Vietnã foi no número de março de 1967, numa polêmica travada na última página entre o jornalista Lenildo Tabosa Pessoa, “chefe da seção do Exterior de O Estado de S.Paulo”, e Newton Carlos, “comentarista internacional da Folha de S.Paulo”³⁴¹. Independente das opiniões dos dois jornalistas, a contraposição de posturas radicalmente opostas a respeito do assunto vinha acompanhada de elementos de análise verticalizados. Mas a última página era um espaço insuficiente para a dimensão do problema, tanto quanto a correspondência de jornalistas estrangeiros parece não ter satisfeito a tensão que um tema daquela grandeza gerava na proposta do jornalismo investigativo que *Realidade* buscava concretizar.

Foi em maio de 1968 que *Realidade* deu à guerra do Vietnã todo o destaque que a concepção de seu projeto editorial exigia, com o envio ao próprio Sudeste asiático do repórter Hamilton Ribeiro³⁴². A presença do jornalista brasileiro na própria área do conflito teve pelo menos dois desdobramentos significativos: de um lado, pelos incidentes em que se viu envolvido, vítima ele próprio das consequências da explosão de uma bomba que lhe esfaqueou uma perna, Hamilton Ribeiro tornou-se uma espécie de *símbolo* da cobertura jornalística no melhor estilo da aventura filmica, reforçando, nesse sentido, tanto a idealização do ofício de reportar como a idealização do próprio estilo de *Realidade*, que se consagrava como um veículo portador de uma autenticidade imanente ao material que publicava. De outro lado, porque o texto produzido pelo repórter levava a uma situação-limite: a crueza da guerra, a sua desumanidade. Era a própria experiência do jornalista que acabava se tornando o elemento central da construção da narrativa, sem necessidade de recursos de qualquer tipo. O inusitado dos elementos constitutivos do real, narrados diretamente por quem os tinha vivido, é que estavam no centro do texto:

“A sensação de perigo está no ar. As touceiras de arbustos entre as plantações e as moitas de bambu parecem existir exclusivamente para nelas se colocarem minas. Cada vez que precisamos atravessar o bambual, calafrios percorrem a espinha de cada soldado. Tem-se a impressão de que pisar ali é um ato consciente de suicídio.

ganhava proporções inusitadas: “Quinhentos mil soldados americanos não chegam para a mais brutal das guerras a que o mundo já assistiu. Em 1963, eles eram umas poucas centenas. Hoje, os generais pedem 700 mil homens a Lyndon Johnson...”.

³⁴¹ *É justa a intervenção norte-americana no Vietnã?*, março de 1967, pág. 154.

³⁴² *Eu estive na Guerra*, maio de 1968, pág. 26.

“A 20 metros de mim, de repente, explode outra mina. Seguem-se gritos angustiantes de dor. Tudo pára. Henry, sempre do meu lado, sugere excitado:

“- Feridos! Vamos correr para você fotografar.

“Mas os de trás já nos passaram, entre eles dois enfermeiros. Henry e eu ficamos por último. Ele insiste:

“- Vamos, você fará belas fotos.

“Observando a movimentação de todos em direção aos feridos, por um momento me passou pela cabeça a certeza de que o terreno entre a minha posição e a dos feridos, já tão fartamente pisado, não podia ter mais mina nenhuma. Com a máquina em *posição de ataque*, corri para os feridos, Henry ao meu lado. A cinco metros do local, vejo uma bota com um pé dentro, minando sangue. Penso sem querer pensar:

“- Isso é que é pé frio!

“Ouço uma explosão fantástica. É um *tuimmm* interminável que me atravessa os ouvidos de um para outro lado, dá-me uma sensação de grandiosidade. Sinto-me no ar, voando, mas, ainda assim, com uma certa tranquilidade para pensar:

“- A guerra é de fato emocionante. Agora entendo como há gente que possa gostar de guerra...

“Uma cortina espessa de fumaça bloqueou-me toda a visão. Tive a certeza, então, de que a bomba tinha explodido a alguns metros de mim, exatamente sobre o Henry. Gritei:

“- Henry, você está bem? Henry!... Henry!...

“Um segundo após me senti no chão, sentado. A cortina de fumaça se esgarçou e vi aproximar-se de mim Shimamoto, o fotógrafo japonês. Pergunto-lhe:

“- Shima, você está bem?

“Sem responder, ele continuou caminhando para mim. Foi aí que senti a perna esquerda. Os músculos repuxavam para a coxa com tal intensidade que eu não me equilibrava sentado. Para não cair, rodopiava sobre mim mesmo, em círculos e aos saltos. Instintivamente, levei as duas mãos para ‘acalmar’ a minha perna esquerda, e foi então que a vi em pedaços. A calça do lado esquerdo tinha desaparecido. A visão foi terrível. O sangue brotava como de torneiras. Depois do joelho, a perna se abria em tiras, e um pedaço largo de pele, retorcido, estava no chão. Olhei em volta e não achei meu pé. Fiz um balanço rápido da situação. Senti a cabeça muito quente e um fio de sangue no rosto. A perna direita, empapada de sangue, parecia ferida, mas estava com a perna da calça e com a bota - senti certo alívio. A mão direita, muito queimada, minava sangue. Não sentia absolutamente nenhuma dor. O que mais incomodava era o incrível retesamento dos músculos da perna esquerda”.

A matéria produzida por Hamilton Ribeiro, como se vê, pode ser classificada - a pouco menos de um ano do encerramento da primeira fase de *Realidade* - como o resultado da convergência de uma variedade ampla de elementos. Dentre todos eles, obviamente, estão aqueles decorrentes de condições impoderáveis e circunstanciais que respondiam pela experiência vivida pelo repórter. Não obstante, havia também aqueles que resultavam de uma causa mediata: o projeto editorial da revista da Abril havia produzido um elemento dinâmico de abordagem da realidade que se traduzia na presença do repórter em pleno palco do conflito armado. É certo, como já foi dito, que outros órgãos da imprensa brasileira, em outras conjunturas, permitiram situações semelhantes; mas em *Realidade* isso se recuperava de forma ampliada tanto na produção textual quanto na inserção do jornalismo no contexto de um projeto marcadamente vinculado àquele que era o fato mais expressivo da Guerra Fria, como de resto havia sido a inserção da revista em outras questões que caracterizaram a segunda metade dos anos 60.

José Hamilton Ribeiro havia permanecido durante 30 dias no Vietnã e as experiências que reportou para *Realidade* não se restringiram àquelas vividas como vítima direta da guerra. No número de junho de 1968, a revista publicou novo texto do jornalista, desta feita uma análise do cotidiano político e social do conflito: a instabilidade do governo sul-vietnamita, a onipresença da guerrilha vietcong, o cotidiano da população de Saigon às voltas com o mercado negro, a corrupção e as violações dos direitos humanos promovidas indiscriminadamente³⁴³. Na verdade, a guerra do Vietnã havia se tornado um problema internacional de difícil solução. Mais que isso, no entanto, a descrição feita por José Hamilton Ribeiro das dificuldades enfrentadas pelos Estados Unidos na sustentação de sua intervenção, é que emoldurava os elementos factuais do conflito. E *Realidade* reforçou essa conclusão com a publicação, sob a forma de um extenso *box* em meio à matéria do jornalista brasileiro, do texto de Everett Martin, expulso do Vietnã do Sul pelas críticas ao governo de Saigon que havia feito na revista *Newsweek*.

Os dois textos, tanto o do repórter brasileiro como o de Everett Martin, traduziam-se numa avaliação que deslocava o eixo da análise: o problema não era o Vietnã; o problema estava localizado nos Estados Unidos, que haviam feito da intervenção no sudeste asiático uma desastrosa tentativa de manter sua (na época) precária hegemonia política internacional. Contra a presença norte-americana na região manifestavam-se abertamente os países da Comunidade Européia e vários países do bloco “não alinhado”; mas manifestava-se no mesmo sentido e de forma crescente a opinião pública dos Estados Unidos com a qual, especialmente em 1968, com as eleições presidenciais naquele país, o governo não conseguia senão frágeis elementos consensuais que lhe permitiam manter a ocupação militar na Indochina. Nesse sentido, a guerra do Vietnã, embora pudesse ser analisada nas páginas de *Realidade* como um fato localizado no quadro da geopolítica internacional, inevitavelmente permitia ao

³⁴³ *Guerra é assim*, junho de 1968, pág. 76. Esta teria sido a reportagem original de Hamilton Ribeiro, caso não tivesse sido interrompida pelos incidentes reportados no número de maio de 1968. A revista, portanto, inverteu a ordem das matérias, publicando primeiro a descrição dos acontecimentos que vitimaram o repórter, e só depois o texto *Guerra é assim*. Esse fato foi explicado em nota da redação publicada no número de junho de 1968 (pág.88).

público leitor da revista associar sua existência com o amplo quadro da crise da sociedade norte-americana³⁴⁴.

E esse foi um tema muitas vezes abordado nas páginas da revista. Os Estados Unidos eram, então, o alvo principal de toda a contestação da época, e os movimentos que a marcaram associavam à organização política e social norte-americana e ao complexo econômico dominador que o país expressava toda a sorte de obstáculos ao pleno desenvolvimento, seja o que dizia respeito às nações do terceiro mundo, seja aquele que se referia às potencialidades individuais, como queria a ética humanista e marxista que se espalhava por todo o mundo no período estudado.

Realidade contribuiu para a desestruturação da visão idílica e mitificada que seu público leitor tinha da sociedade norte-americana e, nesse sentido, acompanhou a tendência crítica sobre o assunto que havia se incorporado à cultura das classes médias urbanas. No caso do Brasil, a persistente investigação sobre o assunto feita pela revista vinha ao encontro da contestação de origem nacionalista que precedeu ao golpe de 64 e que se intensificou posteriormente com as sucessivas denúncias de que o governo de Washington havia sido um dos principais protagonistas da conspiração que derrubara João Goulart. Nessa medida, as reportagens de *Realidade* sobre os Estados Unidos adquiriam um duplo significado: primeiro, satisfaziam o código cosmopolita e moderno de um amplo segmento que consumia a revista; segundo, introduziam novos elementos informativos na composição da conjuntura política brasileira.

É sintomático, portanto, que a primeira matéria que a revista da Abril publicou sobre os Estados Unidos tivesse como eixo de análise as relações daquele país com o Brasil; não propriamente uma reportagem, mas a análise dos resultados de uma pesquisa elaborada pelo INESE. A interpretação sobre os dados da pesquisa era de autoria de Carlos Lacerda, e investigava “o antiamericanismo entre nós”, seguindo-se uma ampla entrevista com o então embaixador dos EUA, John Tuthill³⁴⁵. Embora a pesquisa houvesse concluído que “para cada brasileiro contrário aos americanos, há dois a favor”, a concentração daqueles que manifestavam sua oposição à influência norte-americana em vários setores da vida brasileira se dava na área urbana e de nível de escolaridade acima do segundo grau, justamente o público leitor majoritário da revista e componente principal dos núcleos de contestação à ordem conservadora. *Realidade*, portanto, enriquecia a polêmica, e mesmo o artigo de Carlos Lacerda revelava-se instigante, na medida em que não apenas se desdobrava na análise das contradições da política interna e externa norte-americana, como também associava essas contradições ao regime militar brasileiro, obviamente no âmbito dos parâmetros que opunham o autor ao núcleo de poder que o havia estigmatizado da política nacional.

³⁴⁴ Até o fim do período analisado por este livro, *Realidade* publicou ainda duas reportagens sobre o Vietnã, posteriormente aos textos de José Hamilton Ribeiro, ambas de autoria da jornalista Oriana Fallaci. A primeira saiu no número de julho de 1968 e analisava a estrutura do poder sul-vietnamita, elemento fundamental de apoio da política de Washington (*Um dia vão me matar*, pág. 74.). A segunda, no número de agosto, mostrando o contraste entre o cotidiano da guerra, os efeitos humanos e físicos da destruição, e as negociações de paz que simultaneamente se desenrolavam em Paris (*A paz está assim*, pág. 72).

³⁴⁵ *Afinal, o que o povo pensa de Tio Sam?*, abril de 1967, pág. 18.

A investigação sobre a sociedade norte-americana, no entanto, ganhou contidância no número de outubro de 1967 com o texto de Carlos Azevedo sobre o racismo³⁴⁶. A matéria compunha uma ampla reportagem sobre a existência do preconceito racial no Brasil e nos Estados Unidos e já foi referida neste trabalho quando da interpretação sobre a abordagem que *Realidade* fez das questões sociais nacionais. No que dizia respeito aos norte-americanos, a revista expunha o fracasso da integração do negro, e reportava toda a penetração que havia adquirido, na época, o Partido Panteras Negras no confronto com o Estado. O texto de Carlos Azevedo, dessa forma, descrevia o abandono do pacifismo de Martin Luther King e o crescimento de uma concepção *guerrilheira* da luta pelos direitos civis, concepção que havia transformado a questão racial norte-americana numa sistemática manifestação de violência³⁴⁷. A par disso, a narrativa reveladora de que a *sociedade da afluência* era, na verdade, uma sociedade fragmentada e profundamente desigual, marcada pela agressividade e pelo totalitarismo de suas estruturas³⁴⁸.

Essas contradições, cuja análise remetia à essência das críticas à sociedade norte-americana, voltaram às páginas de *Realidade* em janeiro de 1968 com as entrevistas feitas por Oriana Fallaci com os escritores Norman Mailer, Ray Bradbury e John dos Passos³⁴⁹. Eram intelectuais que haviam assumido uma postura rigorosa em relação a vários dos sintomas da instabilidade que compunham o cotidiano dos Estados Unidos e ofereciam, nas respostas dadas à jornalista, uma interpretação fora do convencionalismo tradicional com que se procurava explicar a variedade de conflitos internos e externos enfrentados pela América. Ainda que as três entrevistas - como outras feitas por Fallaci³⁵⁰ - fossem conduzidas de forma rigorosamente *comportada*, sua publicação retirava do debate sobre os problemas abordados o sentido padronizado pelos *slogans* da Guerra Fria.

Fugir da abordagem convencional, na forma e no conteúdo, já havia se transformado numa regra que acompanhava o material publicado pela revista, mesmo que de autoria

³⁴⁶ *Agora é a guerra*, outubro de 1967, pág. 24

³⁴⁷ A questão racial nos Estados Unidos voltou às páginas de *Realidade* em setembro de 1968 com duas reportagens produzidas por enviados especiais da revista àquele país (*Poder para o povo preto* e *Eu vivi o racismo nos EUA*, págs. 31 e 42, respectivamente). Para a revista, que abriu as duas matérias com uma nota, os Estados Unidos tinham “problemas tão grandes quanto suas qualidades”. O momento era de eleições presidenciais e os norte-americanos viviam sob o impacto da desenvoltura com que atuavam as organizações negras com as quais os repórteres da revista haviam vivido durante 30 dias. *Realidade* deu ao assunto uma dimensão especial: “não é escondendo o problema que seus leitores formarão uma opinião correta sobre ele”. As matérias de José Carlos Marão e Sérgio de Souza, de fato, não escondiam nada, e os leitores, mais uma vez, ganhavam elementos preciosos de informação.

³⁴⁸ José Hamilton Ribeiro, durante sua permanência nos Estados Unidos no tratamento dos ferimentos sofridos no Vietnã, produziu ainda uma reportagem sobre o comportamento *violento* do cidadão comum norte-americano (*Um dia normal de tiro ao alvo*, julho de 1968, pág. 40). Coincidentemente, o repórter brasileiro estava em Chicago quando Robert Kennedy foi assassinado, e sua observação direta, resultante do clima de apreensão que o fato havia provocado, permitia constatar que a violência se disseminava como padrão de comportamento, associada à própria guerra, mas também aos efeitos da televisão, ao comércio de armas, à complacência da Justiça. Pouco tempo antes, também Martin Luther King havia sido assassinado.

³⁴⁹ *Por que a América é odiada?*, janeiro de 1968, pág. 84.

³⁵⁰ Em outubro de 1968, a repórter Oriana Fallaci foi vítima da repressão policial ocorrida no México contra as manifestações estudantis. Hospitalizada, a jornalista deu um depoimento sobre a experiência que vivera (*A violência, sempre*, novembro de 1968, pág. 204). As desventuras dos profissionais que trabalhavam para a revista enriqueciam sua pauta.

de jornalistas ou intelectuais que não pertenciam ao quadro de redatores da Abril. O recurso ao texto *estrangeiro* foi frequente nas matérias sobre as questões internacionais, e era natural que fosse assim. Mas a afinidade da construção narrativa entre esses textos e aqueles elaborados pelos jornalistas da própria revista revela que a escolha não era aleatória, como é o caso do texto do escritor Jim Bishop sobre o então presidente norte-americano Lyndon Johnson publicado no número de maio de 1968³⁵¹: o cotidiano do poder, a multiplicidade de situações, os pequenos conflitos que se arrastavam na agenda do presidente, a marca entristecida do comportamento individual de Johnson, todos eles aspectos que resultavam inapreensíveis pelo texto padronizado, eram recuperados por *Realidade*, mesmo quando se tratava de uma produção fora de seus quadros profissionais³⁵². A escolha do texto, portanto, revelava-se sintonizada com a concepção da revista.

De qualquer forma, seja nas matérias produzidas pelos repórteres brasileiros que estiveram diretamente presentes na dinâmica dos acontecimentos sobre os quais escreveram, seja naquelas de autoria de jornalistas estrangeiros, o resultado final das *visões do mundo* que *Realidade* trouxe para suas páginas adquiria uma dimensão globalizadora; deixava de lado - ou procurava deixar - a explicação simplista e superficial que marcava o noticiário internacional da grande imprensa.

Essa dimensão globalizadora, que integrava num mesmo discurso o elemento informativo e o investigativo, não se restringiu às questões latino-americanas, a Cuba, ao Vietnã e aos Estados Unidos. *Realidade* produziu um painel do mundo de sua época, assinalando nele questões que redefiniam os referenciais de seu público. Do mapeamento dos conflitos africanos³⁵³ e da independência da Guiana Inglesa³⁵⁴ ao papel dissidente que a política externa de De Gaulle representava para a hegemonia norte-americana na Europa³⁵⁵; da análise dos acontecimentos que, dez anos antes, haviam culminado com a ocupação da Hungria pelas tropas soviéticas³⁵⁶ à denúncia aberta contra a ditadura de François Duvalier no Haiti³⁵⁷; do progressivo isolamento da ditadura franquista³⁵⁸ aos conflitos no Oriente Médio e à construção de Israel³⁵⁹, ou

³⁵¹ *Assim vive Johnson*, maio de 1968, pág. 72.

³⁵² No caso dos Estados Unidos, o melhor exemplo de colaboração de um nome fora dos quadros da redação da revista na análise e cobertura de assuntos relacionados com aquele país é o de Carlos Lacerda. O ex-governador da Guanabara foi o autor de uma ampla matéria sobre as eleições presidenciais norte-americanas publicada em novembro de 1968 (*Um império escolhe seu presidente*, pág. 24) e na qual entrevistou não só os candidatos Nixon, Humphrey e George Wallace, mas várias personalidades de destaque: Rockefeller, Reagan, Shirley MacLaine. O texto de Lacerda ocupou 22 páginas da revista e se constituiu numa análise em profundidade de todas as questões que a campanha eleitoral punha em debate.

³⁵³ *Africa Cruel*, maio de 1966, pág. 63.

³⁵⁴ *Assim nasce uma nação*, julho de 1966, pág. 58.

³⁵⁵ *Um homem contra o mundo*, agosto de 1966, pág. 99.

³⁵⁶ *A revolta da Hungria*, outubro de 1966, pág. 124.

³⁵⁷ *Viagem ao país do medo*, junho de 1967, pág. 44.

à crescente agonia do governo de Salazar em Portugal³⁶⁰, ou ainda aos riscos da comercialização indiscriminada de armamentos e à ameaça de um conflito nuclear³⁶¹, para todos esses assuntos a revista permitiu aos seus leitores um foco de análise consequente com aquilo que havia feito em relação às questões brasileiras, isto é, uma produção jornalística universalizada não no sentido espacial do termo, mas no sentido da abertura permitida sobre a temática que abordava.

Essa mesma inserção do leitor no quadro temático dos anos 60 foi provocada por *Realidade* quando a revista abordou as questões diretamente relacionadas com o socialismo de inspiração marxista-leninista. O tema estava presente praticamente em todas as matérias internacionais produzidas pela revista, e esteve presente também nos textos referentes à América Latina, ao Vietnã, às questões internacionais enfrentadas pelos Estados Unidos, mas era resultado de um eixo subordinado à questão central que havia motivado a reportagem. Mesmo quando publicou textos sobre Cuba, a opção *socialista* perdia terreno, na ênfase da matéria, para a importância nevrálgica que a ilha tinha nas questões da Guerra Fria e, tanto quanto o Vietnã, por essa importância, transformava-se em símbolo da resistência e da ousadia política. Em razão disso, a questão da construção do *regime* socialista, quando não foi abordada obliquamente, foi deixada ao largo do tema principal.

Mas *Realidade* procedeu assim apenas nesses casos. Quando as matérias versaram sobre a natureza do socialismo e trataram do outro polo da Guerra Fria, seus repórteres estiveram às voltas com uma questão de desdobramentos sensíveis, não só pela natureza do regime político brasileiro, cujo conservadorismo via sempre no assunto a sombra da “subversão”, como também pelo compromisso que a revista tinha com a investigação jornalística, e não com a produção de *manifestos*, fato especialmente significativo se se leva em conta que a divisão ocorrida no movimento comunista internacional tinha fortes reflexos na militância da esquerda brasileira. Da busca desse equilíbrio, resultaram matérias de forte conteúdo informativo, onde a liberdade de estilo - embora a inserção do repórter nunca tenha sido abandonada - cedia lugar para o *desvendamento*, ou seja, para a abertura em direção a uma área do universo político internacional sobre o qual a imprensa brasileira se nutria mais de propaganda e do

358 *Arriba España!*, março de 1968, pág. 28.

359 *Guerra e paz no kibutz*, dezembro de 1968, pág. 116.

360 *Agonia e queda de Salazar*. Idem, pág. 148.

361 Em pelo menos uma ocasião *Realidade* abordou o problema do comércio internacional de armamentos, um “negócio lucrativo” no qual russos e americanos sempre saíam ganhando: *Quem quer comprar uma guerra?*, novembro de 1968, pág. 132. Já a questão da ameaça de um conflito nuclear foi objeto de reportagens da revista em três oportunidades: em maio de 1967, com a denúncia de que soviéticos e norte-americanos impunham uma “ordem atômica” ao mundo, pelo monopólio que tinham no setor (*Americanos e russos contra a bomba - dos outros*, pág. 84); em novembro de 1967, com o perfil feito por Oriana Fallaci de Julius Robert Oppenheimer, um dos pais da bomba atômica (*Eu sou a morte, o destruidor dos mundos*, pág. 139); e em setembro de 1968, com a matéria ficcional de Raimundo Pereira, baseada em “dados reais”, sobre a destruição do planeta na hipótese de uma guerra nuclear (*É o fim*, pág. 68). A possibilidade de que o Brasil construísse armamentos nucleares foi debatida na última página do número de julho de 1967 (*Devemos fabricar a bomba atômica?*, pág. 162) e analisada de forma indireta em agosto do mesmo ano em matéria que investigou a posição do Brasil na “era espacial” (*Zero*, pág. 142).

noticiário viciado das agências noticiosas internacionais do que de informação propriamente.

A primeira matéria com essas características foi publicada em outubro de 1966: o repórter Duarte Pacheco havia estado na China de Mao Tsé-Tung³⁶². O próprio título da reportagem - *Eis a China* - já era indicativo do sentido *revelador* da abordagem, e sua abertura situava o leitor de forma preliminar, com o traçado do pano de fundo sobre o qual o jornalista iria produzir seu material - superfície do país, dimensão populacional, história, atualidade. “Há 20 séculos - escreveu Pacheco -, o império mais poderoso da Terra, antes de Roma. Há 20 anos, o mais miserável dos países subdesenvolvidos, depois da Índia. Hoje, o segundo país do mundo socialista e o primeiro a tentar o Homem Comunista anunciado por Marx. Arma a África, instiga a Ásia, infiltra-se na América Latina, enfrenta a URSS, ameaça os EUA e, agora com sua bomba atômica, desafia o mundo. Muitos a temem, **poucos a conhecem**: grande, velha, misteriosa e sofredora nação”.

Apesar da evidente *simpatia* de Duarte Pacheco pela China - e que voltaria a se manifestar ao longo de todo o texto -, o resultado da reportagem era comedido (“A fome é problema de todo dia”; “A mulher trabalha duro também”; “O homem não pára por falta de máquina”) e entremeado de avaliações históricas e perspectivas do presente, quando a mobilização que resultaria na Revolução Cultural já estava na ordem-do-dia da construção do socialismo chinês. A matéria constituía-se assim num produto que dava à revista a mesma tonalidade investigativa de outras matérias internacionais; mas, neste caso, o padrão informativo, por si só, já se constituía numa transgressão do isolamento a que o público da imprensa brasileira havia sido condenado. E mais: a construção do socialismo, suas dificuldades econômicas e políticas, eram o centro do problema abordado, obviamente sem os traços do romantismo dos revolucionários cubanos, embora Duarte Pacheco tenha deixado em seu texto toda a carga de estoicismo, espiritualismo e determinação que se mesclavam com a política (“A bomba atômica espiritual é mais forte”)³⁶³.

Os problemas que o socialismo apresentava nos anos 60 foram, portanto, pautados por *Realidade* com profundidade e com relativa frequência. A URSS, por exemplo, foi tema da matéria sobre a história da Revolução Russa de 1917, um texto de Mylton Severiano da Silva publicado em março de 1967³⁶⁴, no cinquentenário de sua eclosão, embora, neste caso, não tenha ido além da recuperação de documentos históricos inéditos revelados na Alemanha. Mas no número de novembro de 1967 a investigação

³⁶² *Eis a China*, outubro de 1966, pág. 54. Grifos nossos.

³⁶³ A China voltou às páginas de *Realidade* em maio de 1968, em reportagem de Oriana Fallaci (*Mao manda fora da China*, pág. 174), em plena Revolução Cultural. O enfoque da matéria, contudo, situava-se nas relações da República Popular com as regiões vizinhas, especialmente Hong Kong, e a ameaça permanente de sua ocupação pelas tropas de Mao. Não havia no texto qualquer pretensão de análise do regime socialista chinês, ao contrário do que havia feito Duarte Pacheco.

³⁶⁴ *A Revolução Russa*, março de 1967, pág. 134.

sobre o Estado socialista foi mais longe, com a publicação do texto de Paulo Patarra sobre o funcionamento do jornal *Pravda* e sobre todas as questões que decorriam do fato de que o processo de circulação de notícias na União Soviética dizia respeito à estrutura do poder³⁶⁵.

A matéria era feita no melhor estilo de *Realidade*, com o repórter mesclando trechos de entrevistas e dados de observações diretas que havia feito no convívio com intelectuais e trabalhadores que cuidavam do sistema de comunicação impressa do PCUS: “O Pravda é um mundo onde trabalham dez mil pessoas para imprimir seis jornais diários (...) e três dezenas de revistas, algumas com seis, oito ou dez milhões de exemplares por semana ou por mês”. E como funcionava esse complexo?

“Camarada Oleg Ignatiev, qual a manchete dos seus sonhos? Que grande notícia o senhor gostaria de publicar na primeira página do seu jornal?

“Oleg está sentado atrás da mesa de onde dirige o serviço latino-americano do Pravda. Como costuma fazer sempre que ouve uma pergunta, sorri só com os olhos e os faz passear pela sala: na grande estante há mais livros em inglês e francês que em russo...”.

Dessa forma, Patarra alternava impressões dos elementos da objetividade com aquelas que decorriam da sub-leitura de uma resposta inexistente para a pergunta feita. E, embora o repórter tenha transformado seu texto na pontuação das conquistas que o país obtivera nos 50 anos que se seguiram à Revolução de 1917, a crítica à administração da escassez era inevitável, contrariamente ao que havia feito o jornalista Duarte Pacheco em relação à China:

“Depois de 50 anos de revolução comunista - escreveu Patarra -, os russos não compreendem por que ainda lhes faltam algumas coisas. Sabem, e disso têm um orgulho que exibem sem modéstia, que construíram a segunda potência do globo...

(...)

“Mas para o russo de hoje é ‘ni paniatna’ (não compreensível) que suas máquinas fotográficas não sejam as melhores do mundo, que, depois de tantos anos de sacrifício para construir uma poderosa indústria pesada, continuem invejando os ternos, vestidos, sapatos e as ‘novidades’ que os milhares de turistas de todo o mundo mostram nas cem cidades que a Intourist (empresa estatal de turismo) abriu aos estrangeiros”.

Dessa maneira, Patarra avançava além dos limites convencionais da entrevista, mostrando elementos do cotidiano tão ou mais importantes que o objetivo central da matéria. Em meados dos anos 60, a crítica à estrutura burocratizada do poder soviético já era frequente em todo o mundo, embora também fosse frequente o reconhecimento

³⁶⁵ *A verdade dos russos*, novembro de 1967, pág. 42.

de que as conquistas materiais do socialismo eram inegáveis. O texto de *Realidade*, nesse sentido, abria caminho para o entendimento da complexa defasagem que as estruturas de participação política, tanto quanto aquelas que inviabilizavam o surgimento do consumo de massa, guardavam em relação às bases econômicas do país.

Foi o próprio Paulo Patarra que retomou o assunto no número de dezembro de 1967³⁶⁶. À pergunta feita no título da matéria - *Operário Antonov, você está no poder?* -, o repórter adicionava toda a ambientação do cotidiano socialista, sempre intercalando os elementos que contruíam a resposta e aqueles que simbolizavam os (des) caminhos dos signos da sociedade de consumo:

“- Qualquer um de nós, aqui, pode ser eleito...

(...)

“- Nós queremos é um automóvel!”.

Em março de 1968, *Realidade* voltou mais uma vez a abrir o debate sobre os problemas de ordem superestrutural que motivavam, nos países capitalistas, a crítica generalizada ao socialismo, com o texto de Newton Carlos sobre os problemas da Igreja Ortodoxa na URSS³⁶⁷. A matéria configurava-se como uma denúncia: 22 mil igrejas abertas antes de 1917; 50 anos depois da Revolução, apenas 7.500; “uma multidão de fiéis” nos templos, em aberto desafio à “política oficial do governo, anti-religiosa por definição”. Apesar desse quadro, “as autoridades religiosas apóiam as atividades do Governo no plano internacional, garantem que têm liberdade e seguem a linha política do PC”. Ao longo do texto de Newton Carlos, no entanto, a par da narrativa histórica sobre o desenvolvimento do problema, o que se verificava era a proposta da convivência, sinalizada da parte da própria Igreja e da parte das mudanças que se iam processando nos próprios partidos comunistas ocidentais, com destaque para o italiano e o espanhol. Para o repórter, as iniciativas marcavam “o princípio do fim da intolerância entre comunistas e cristãos”.

Era possível assim, para o leitor da revista, associar o complexo quadro de análises que *Realidade* promovia com todos os rompimentos e todas as transgressões que caracterizaram os anos 60. Se não fosse possível inteiramente, frente à variedade de temas internacionais que foram reportados - uma pluralidade que impedia o traçado de uma linha coerente de análise, passível de ser apreendida pelo especialista -, pelo menos era possível no plano da observação linear que resultava da idéia central de que as transformações no mundo eram aceleradas e disseminadas sobre todos os aspectos da realidade, qualquer que fosse o seu ângulo. As *visões do mundo* registradas nas páginas da revista da Abril permitiram, assim, que essas transformações compusessem o cotidiano de seu público.

³⁶⁶ *Operário Antonov, você está no poder?*, dezembro de 1967, pág. 92.

³⁶⁷ *A Igreja dos comunistas*, março de 1968, pág. 110

Mas esse cotidiano era mais complexo e recheado de uma variedade de fatos que não podiam ficar excluídos da pauta da revista. Ao contrário. Como se pretende demonstrar no capítulo seguinte, foi na abordagem do referencial *imediato* de seus leitores que *Realidade* se consolidou, no período estudado, como um instrumento de dessacralização e de impacto sobre o universo cognitivo de sua audiência, embora essa postura já tenha sido identificada nas análises feitas até aqui.

CAPÍTULO 12

VISÕES DO COTIDIANO: O ROTEIRO DA CULTURA

O público leitor de *Realidade* era atingido por uma variedade complexa e multiforme de referenciais imediatos que o integravam ao mundo da cultura de massa. O crescimento e o desenvolvimento técnico dos processos comunicacionais que ocorreram na década de 60, especialmente nos grandes centros urbanos, permitiam que seu cotidiano fosse afetado não só pelos mitos criados pela Indústria Cultural, mas por um volume de informações difusas que diziam também respeito à produção científica e à produção artística geradas na sociedade industrial. A aceleração do processo de comunicação coletiva e a quantidade de informações provenientes das mais diversas áreas do conhecimento e do comportamento colocavam esse público diante de um quadro cujas principais características parecem ter sido sua afluência ininterrupta e sua simultaneidade. No período estudado, e naqueles que se seguiram a ele, não houve nenhuma área da produção cultural que ficou imune a esse processo: a perspectiva do tempo permite dizer que tudo se passava como se os produtos e as personalidades do universo mítico da cultura de massas fossem colocados ao alcance da mão, na disseminação do caráter *espetacular* que qualquer elemento que o compunha adquiria. Para segmentos inteiros das populações urbanas, o fascículo e a revista especializada estiveram disponíveis para o consumo, tanto quanto o teatro, o cinema, a literatura, a televisão, embora não se desconheça que se trata de veículos de natureza diferenciada e de efeitos diversos sobre sua audiência.

Ainda assim, esse sentido “democrático” crescente que as informações adquiriam no período estudado forma o elemento central da análise do papel que *Realidade* teve como veículo que *ordenou* esse universo. Isto é, a revista da Abril não deixou de reproduzir os signos da cultura de massas, mas deu a eles o tratamento jornalístico investigativo que estabelecia o traço de identidade entre esses signos e toda a conjuntura *reveladora* que sua pauta perseguia.

No entanto, a dificuldade de análise de todas as matérias em que isso ocorreu decorre de sua quantidade e variedade. Este é o motivo pelo qual optou-se pela seleção tipológica dos textos, titulando essa tipologia na medida em que a análise se desenvolve na identificação dos traços principais da visão que os jornalistas de *Realidade* estenderam sobre o cotidiano de seu público leitor.

Realidade produziu uma seção que pode ser classificada genericamente como de *variedades*. No primeiro número da revista, ela surgiu com o nome de *Panorama*³⁶⁸, e era reservada a comentários curtos sobre programas de televisão, exposições de arte³⁶⁹, cinema, livros, música. A leitura dessa seção identifica a preocupação da

³⁶⁸ O título *Panorama*, como já foi dito, teria sido o nome escolhido para a própria revista. A idéia só não vingou em razão da existência de publicação com o mesmo nome editada em Curitiba.

³⁶⁹ Ao longo do período estudado, *Realidade* só produziu duas reportagens sobre as artes plásticas. A primeira, em agosto de 1967, sobre as tendências e experiências da época (*Que arte é esta?*, pág. 37), em texto de Pietro Maria Bardi; a segunda, em outubro do

revista em oferecer ao leitor um guia crítico da produção cultural disponível para o público. Nada que pudesse ser comparado a um *guia de serviços* da imprensa diária, obviamente em função da periodicidade da revista, mas também em razão do caráter que a seção adquiriu ao longo do período estudado, embora muitos dos temas antecipados na seção tenham sido pautados em outros números da revista como assuntos de grandes reportagens, como se verá nesta análise. Em *Panorama* e no *Roteiro* (como a seção foi intitulada posteriormente) a concepção do texto, ainda que cedesse espaço para o opinativo na crítica da produção cultural e artística, operava com uma forte predominância da linguagem ágil e sucinta: não sobrava muito para o exercício que os repórteres da revista praticavam ao longo de suas páginas. Esse fato, contudo, não representou perda de profundidade, muito menos exagerou no sentido informativo que a seção deve ter adquirido para o público que consumia a revista.

No número de abril de 1966, por exemplo, o comentário sobre a televisão versava sobre um assunto constante na crítica que esse meio de comunicação sofreu nos anos 60: a violência como marca predominante das séries que, na época, registravam os maiores índices de audiência³⁷⁰. Segundo a revista, a violência dos enlatados norte-americanos, de curta ou de longa metragem, só perdia, em tempo de programação, para os comerciais. A seção não se restringiu a isso: apresentava uma rápida análise do “ciclo dos livros sobre a revolução de 31 de março de 1964”, entrevistando o editor Ênio Silveira, da Civilização Brasileira, procurando explicar o seu “esgotamento” já em 1966³⁷¹.

No número seguinte, *Panorama* reafirmava a intenção de resenhar a vida cultural do momento, com matérias sobre a crescente relação existente então entre a música popular brasileira e a temática política que assumia, nas composições, a classificação genérica de “música de protesto”³⁷². A seção traçou um pequeno histórico entre transformações revolucionárias da História e seus hinos, incluindo momentos da vida brasileira (o Estado Novo, por exemplo) em que composições populares tornaram-se manifestações expressivas de rebeldia civil. No bojo da análise - e especificamente sobre a conjuntura vivida pelo país em meados dos anos 60 - *Realidade* apresentava os nomes dos espetáculos musicais e teatrais que haviam se tornado verdadeiras manifestações contrárias ao governo militar, a exemplo do que ocorreu então com *Opinião*, *Arena Canta Bahia*, *O Mundo Segundo Ari Toledo*. A matéria apresentava ainda, em sua conclusão, o sintoma da contradição vivida pelo país sob a *situação autoritária*: “A música vai bem num *show*, passa fácil no teatro, mas no momento de ser gravada e ganhar as paradas de sucesso é interceptada. A Canção do Subdesenvolvido, feita para o Centro Popular de Cultura da UNE, até hoje não pode entrar no mercado. Uma gravadora de São Paulo soube, em pesquisa, que 100 mil

mesmo ano, sobre a Bienal de São Paulo, através do perfil de Francisco Matarazzo Sobrinho feito por Luiz Fernando Mercadante (*Arte é com ele*, pág. 140).

³⁷⁰ *100 bandidos morreram esta semana*, abril de 1966, pág. 11.

³⁷¹ *Revolução não é mais assunto*, abril de 1966, pág. 11.

³⁷² *Política dá samba?*, maio de 1966, pág. 10.

discos da canção poderiam ser vendidos, mas não chegou sequer a fazê-los. Para fugir ao rigor da censura, alguns compositores dão aos seus sambas de participação uma feição humorística. Os mais convictos vão direto ao assunto mas ainda não conseguiram grande repercussão popular, com exceção de *Carcará*, que é uma fábula com visível intenção de mostrar uma solução para o Nordeste”.

Os exemplos escolhidos nos dois primeiros números da revista servem para indicar qual era o vínculo que a seção buscava estabelecer com o universo de seu público leitor. Invariavelmente os temas abordados em *Panorama* recuperavam, no comentário sem compromisso com a urgência da atualidade, a presença das linhas gerais que marcavam o referencial *imediato* do público ao qual a revista se dirigia. As informações constantes da seção não chegavam a ser uma novidade para esse público. Ao contrário: eram mesmo matérias de presença constante na imprensa diária. O que *Realidade* fazia era estender sobre essas informações seu alinhamento com o conjunto de sua postura editorial.

Nesse sentido, o comentário sobre os caminhos que a música popular brasileira vinha trilhando naquele período não diferia da análise que a mesma seção fez no número de junho de 1966 sobre a importância do teatro estudantil no conjunto do teatro brasileiro³⁷³: era o momento da encenação, pelos estudantes da PUC de São Paulo, da peça de João Cabral de Melo Neto, *Morte e Vida Severina*, um texto poético carregado de crítica social cuja apresentação no Festival das Nações, em Paris, havia conferido ao Brasil, pela primeira vez, um prêmio internacional de porte na área. Em outro exemplo, da mesma forma que fez com o teatro estudantil, no mesmo número, *Realidade* elencou parte da produção literária brasileira que tinha como temática o futebol³⁷⁴: a Copa do Mundo de 1966 se aproximava e, como fez em matérias investigativas sobre esse esporte, a revista retirava seu público do caráter repetitivo do noticiário diário para inseri-lo no “levantamento histórico e social do futebol como expressão de um período da vida brasileira”. Como se vê, o enfoque era sempre o da profundidade que o tema podia apresentar em seus desdobramentos.

Nos números seguintes a junho de 1966 o título *Panorama* desapareceu: os textos entravam diretamente no assunto e no tema do comentário, mas a natureza do material permaneceu inalterada. No número de agosto daquele ano, em outro exemplo, *Realidade* fez comentários significativos: uma crítica contundente ao programa oficial *Voz do Brasil*³⁷⁵; e uma análise sobre as relações entre a televisão e a música popular brasileira³⁷⁶. O segundo exemplo é representativo do caráter da seção.

³⁷³ *Estudantes ensinam a lição*, junho de 1966, pág. 11. *Realidade* produziu, ao longo do período estudado, poucas reportagens sobre o teatro: o perfil de Paulo Autran feito por Luiz Fernando Mercadante e publicado no número de setembro de 1966 (*Este é um homem de teatro*, pág. 62), a análise da obra de Bertold Brecht feita por Alessandro Porro em novembro do mesmo ano (*Ele mudou nosso teatro*, pág. 126) e ainda a análise da obra de Plínio Marcos elaborada por Roberto Freire no número de setembro de 1968 (*Sou o analfabeto mais premiado do país*, pág. 53). Ainda que tenham sido poucas, reafirmaram a sintonia que a revista mantinha com o que havia de mais sensível na produção dramática da época.

³⁷⁴ *Bola na estante*, junho de 1966, pág. 13.

³⁷⁵ *A voz oficial fala sozinha*, agosto de 1966, pág. 11.

São Paulo vivia a época dos musicais da TV Record, e a revista buscou nessa programação, que havia construído uma galeria de ídolos populares, uma explicação sobre os próprios caminhos daquele meio de comunicação no Brasil. “A nossa TV nasceu com a música”, afirmava *Realidade*. E, desde então, sua consolidação no país corria paralela com “a criação de um tipo de música que correspondesse às (suas) necessidades visuais”. Uma espécie de herança “do mundo do rádio e do disco” que se transferia para a TV e que explicava uma nova feição de “paradas de sucesso”. Sobre esse pano de fundo, *Realidade* avaliava os espetáculos da Record: *Jovem Guarda*, *Bossaudade*, *O Fino da Bossa*, *Corte Rayol Show*. E, junto com eles, a análise complexa dos altos e baixos que cada um adquiria na mensuração da audiência. Para o fenômeno Ellis Regina, por exemplo, cujo programa *O Fino da Bossa* vinha apresentando sinais de “decadência”, a revista desceu aos limites da interpretação sociológica:

“As raízes de sua expressão de cantar ultrapassam os modismos e mimetismos. Foi no vigor expressivo da música negra que Ellis encontrou os instrumentos de criação. Quando canta *Zumbi*, *Arrastão* ou *Canto de Ossanha*, o seu balanço nada tem em comum com a ginga do samba carioca e com a bossa nova. É a própria força primitiva do canto afro-brasileiro que a embala e possui. O canto negro, a quem o disco e o rádio negaram valor artístico, vinga-se do desprezo antigo encarnado na arte de Ellis Regina, o mais sofisticado dos instrumentos de divulgação musical”. Era, sem dúvida, um roteiro elaborado fora dos padrões usuais do referencial cotidiano do público, mas fornecia a esse mesmo referencial padrões diferenciados e refinados de análise.

Nesse sentido, as *variedades* da revista, no caso da música popular brasileira, abriram caminho para várias outras matérias de concepção investigativa, que iam além das curtas análises que iniciavam cada edição: *Realidade* acompanhou o momento de vitalidade que as várias tendências da MPB estavam demonstrando junto ao público consumidor dos centros urbanos, e deu a elas o tratamento que buscava explicá-las como fenômeno de massa, tanto aquelas descompromissadas com o quadro político do país, quanto as que faziam de seu engajamento o centro de sua poética. Na verdade, eram linhas que se equilibravam no gosto do público.

O fenômeno da *Jovem Guarda*, por exemplo, surgiu nas páginas da revista logo no seu segundo número, em maio de 1966³⁷⁷, e era apresentado como o “maior de todos os movimentos musicais do Brasil”, sintoma da “rebelião da juventude”. A matéria, contudo, colocava o sucesso de seus protagonistas no âmbito de uma complexa engrenagem empresarial que ia muito além do modismo que o fenômeno instaurou em meados dos anos 60. A mesma engrenagem que Narciso Kalili investigou, em março de 1967, quando escreveu sobre o perfil do empresário Marcos Lázaro que praticamente controlava tudo quanto ocorria com a música brasileira³⁷⁸. Ou ainda, na

³⁷⁶ *Cantor se ouve com os olhos*, agosto de 1966, pág. 10.

³⁷⁷ *Vejam quem chegou de repente*, maio de 1966, pág. 72.

³⁷⁸ *Ele aposta no show*, março de 1967, pág. 146.

mesma linha de desvendamento dos mitos da cultura de massa, a dessacralização que Roberto Freire promoveu sobre Roberto Carlos na matéria publicada em novembro de 1968 (“Um profissional tenso, angustiado”)³⁷⁹.

Se desenvolveu matérias de forte investigação crítica, desnudando o real significado do sucesso na cultura de massas sobre a *Jovem Guarda*, a revista não fez o mesmo quando tratou da vertente da MPB que havia transformado o engajamento político e a inovação estética na base de sua penetração junto ao público. Os festivais, a mobilização estudantil, a “música de protesto”, a própria busca de raízes autênticas das composições nacionais, esses elementos todos formavam uma conjuntura de *participação* para a qual *Realidade* esteve atenta. A revista apresentou os artistas envolvidos nesse movimento como “Os novos donos do samba” em matéria de capa do número de novembro de 1966³⁸⁰, em outro texto de Narciso Kalili. O repórter deixava transparente o que estava acontecendo: “A bossa nova mudou. Em vez de falar de céu, sol e mar, a moderna música popular brasileira conta as coisas da vida, amor e liberdade”. E identificava onde estava a origem da mudança:

“... a atmosfera do período em que viviam (governo João Goulart) levou alguns dos jovens compositores a se integrarem no movimento geral realizado pelo ISEB, pela UNE, na tentativa de encontrar uma vida intelectual voltada para a realidade brasileira. São dessa época o cinema-novo e os Teatros de Arena do Rio e São Paulo.

(...)

“Quando a música, juntamente com o cinema-novo, o teatro, a literatura e os estudos sociais, estava nesse estágio, veio a Revolução de 1964. A pressão governamental contra organismos como a UNE e o ISEB fez com que os jovens se reagrupassem em torno de experiências de integração literatura-música-teatro. Surgiram então espetáculos como ‘Opinião’ e ‘Liberdade, Liberdade’...”.

Nessa linha de análise histórica, a reportagem de Kalili não só inseria *Realidade* no quadro geral da produção cultural e artística do período, aliando-se a elas. Mais que isso: oferecia ao leitor a investigação sobre as linhas que demarcavam essa produção, com evidente sinais de *simpatia* com o conteúdo de extração democrática que estava na base da “nova” MPB. Para o repórter, “seca, miséria, fome, nordeste, morro, folclore”, eram “caminhos diversos e contraditórios, mas essencialmente ligados à cultura e à tradição do país”, que davam continuidade à “revolução iniciada por Tom Jobim, João Gilberto, Vinicius de Moraes e as reivindicações que fazem, estão resumidas na frase de um deles, o baiano José Carlos Capinam:

“- Hoje nós devemos cantar a vida e o amor do homem brasileiro”³⁸¹.

³⁷⁹ *Este homem procura um caminho*, novembro de 1968, pág. 84.

³⁸⁰ *A nova escola do samba*, novembro de 1966, pág. 116.

No período estudado, essa perspectiva analítica da grande reportagem voltada para a produção musical brasileira, que o *Roteiro* da revista anunciava, voltou pela última vez às páginas de *Realidade* em dezembro de 1968, numa extensa matéria sobre o *tropicalismo*. Na verdade, eram dois textos que se integravam³⁸². No primeiro, a interpretação multifacética das bases do movimento: o modernismo de 1922, o Teatro Oficina, Roda Viva, o Rio de Janeiro, Terra em Transe, Chacrinha e Rita Lee. Para a revista, com o tropicalismo, um ciclo cultural havia se encerrado no país, simultaneamente com o ciclo político que o mês de dezembro daquele ano também encerraria. Nesse fechamento, uma proposta de produção artística fundada em outras bases, mais autenticamente nacionais e mais coerentes com a diversidade cultural “do trópico” em que se mesclavam, de forma alegórica, os componentes da transgressão que os anos 60 haviam indicado. A matéria, não assinada, era mesmo concebida como um *caleidoscópio*, repleta de citações, onde a lógica racionalista da análise tradicional cedia lugar à superposição da variedade:

“Um tipo mais recente de interpretação descobre um curioso paralelo entre o tropicalismo e o movimento negro norte-americano. Lá, os pretos procuram voltar aos padrões da Terra Mãe, organizando-se em centros de estudos da língua e da cultura africanas. Os salões especializados em alisar cabelos vão perdendo dia a dia a sua freguesia tradicional. Os ternos vão deixando lugar para os vaporosos e coloridos trajés africanos - mesmo que sejam feitos em série. Não seria isto o que estaria sendo feito aqui - mesmo inconscientemente - pelo tropicalismo? Caetano, ao aparecer com a cabeleira encaracolada, não estaria querendo emancipar um povo de sua preocupação em acompanhar padrões estéticos que o obrigaram a se ver às voltas com toneladas de brilhantina? Seus camisolões floridos, seu terno de linho branco, não seriam apenas sugestões de bom senso para um clima tropical como o nosso? Será o tropicalismo uma volta à Terra Mãe, uma proposta de abandono dos critérios de progresso que até aqui foram aceitos, passando o Brasil a se ocupar com seu papel de superpotência do Terceiro Mundo?”.

No segundo texto, este de autoria de Décio Biar, o perfil de Caetano Veloso, “o teórico-mor do tropicalismo”, como era definido: à “procura (dos) caminhos da síntese de Vicente Celestino e dos Beatles”.

Os assuntos abordados em *Panorama* e no *Roteiro*, portanto, não podem ser lidos de forma dissociada das matérias que *Realidade* produziu sobre suas próprias indicações. Elas ofereciam ao leitor basicamente as mesmas alternativas em todos os números; o que diferia era o ângulo sob o qual eles se desdobravam. O cinema - o nacional e o

³⁸¹ *Realidade* voltou ainda algumas vezes, no período estudado, a analisar a produção dessa e de outras vertentes da MPB. Em dezembro de 1966, Roberto Freire fez o perfil de Chico Buarque, vinculando sua (então) curta trajetória artística à recuperação de elementos da tradição da música brasileira (*Chico dá samba*, pág. 68). Analisou as origens do samba em matéria de Paulo Henrique Amorim publicada em fevereiro de 1967 (*Esta festa é de todos nós*, pág. 35). Traçou o perfil de Aracy de Almeida, em texto de João Antonio publicado em outubro de 1968 (*Ela é o samba*, pág. 134)

³⁸² *O tropicalismo é nosso, viu? e Acontece que ele é baiano*, dezembro de 1968, págs. 174 e 186, respectivamente.

estrangeiro - foi tratado diversas vezes, mas a revista apontava dificuldades estruturais para ele, ainda que não tenha transformado esse assunto em nenhuma grande reportagem. Em outubro de 1966, em outro exemplo, *Realidade* apontou a grave diminuição de público e de salas de exibição que ocorria historicamente em todo o país, e relacionou o problema com a audiência da televisão³⁸³. No mesmo número, outras abordagens diferenciadas: a Jovem Guarda era “o grande negócio do ié-ié-ié” e rendia milhões para indústria fonográfica³⁸⁴; a televisão massacrava o telespectador com uma carga insuportável de publicidade e a situação, nesse campo, era desanimadora: um minuto de publicidade, para cada três de programação³⁸⁵, segundo a própria revista havia apurado em pesquisa específica.

A frequência com que a televisão esteve presente nas *variedades* da revista atesta a importância que esse meio de comunicação começava a ganhar no cotidiano da população urbana. Exemplo disso foi o comentário publicado no número de novembro de 1966 sobre os ídolos do vídeo e as eleições que se realizariam na época³⁸⁶. A matéria punha em discussão um tema recorrente nas campanhas políticas brasileiras a partir de então: a possibilidade de que artistas ou jornalistas da televisão transformassem em votos, quando candidatos a cargos eletivos, a popularidade que haviam adquirido. E citava situações concretas em que essa relação não se estabelecia automaticamente: “o ídolo - dizia *Realidade* citando Blota Júnior - vive afastado das preocupações da grande massa e esta sabe disso. Aceita-o no campo próprio da atividade artística. Fora daí, sabe que dificilmente poderá contar com ele, sabe que o ídolo vive num mundo à parte e a sua arte é a única ponte que o liga ao dia-a-dia do seu público”³⁸⁷.

A análise do comportamento da televisão brasileira, apenas ensaiada nessa seção de *variedades* da revista, recebeu de *Realidade*, durante o período estudado, apenas uma grande reportagem: em junho de 1967, com texto de Lúcio Nunes³⁸⁸. A matéria pretendia fazer um balanço dos 17 anos de sua implantação no Brasil e suas conclusões, como parecia já ter ficado demonstrado em *Panorama* e no *Roteiro*, não eram animadoras: “... a TV brasileira ainda não aprendeu a fazer nada direito. Agora vive a maior crise de sua história, com dívidas a pagar, programas ruins e um caminho a encontrar”. Ao longo do texto, recuperavam-se todas as indicações que haviam surgido na revista, com críticas ao excesso de publicidade (“De vez em quando, um

383 *Nos bairros, a TV mata mais*, outubro de 1966, pág. 12.

384 *O grande negócio do ié-ié-ié*, outubro de 1966, pág. 14.

385 *O show vem aí, mas custa*, outubro de 1966, pág. 16.

386 *Ídolo não ganha eleição*, novembro de 1966, pág. 16.

387 Matérias sobre a televisão apareceram praticamente em todas as seções de *variedades* no período estudado. O veículo foi abordado sob todos os aspectos, tanto aqueles relativos à programação quanto aqueles que diziam respeito à natureza do meio e às suas potencialidades integradoras e disseminadoras de informação, a exemplo do que fez a revista no número de março de 1967 com o comentário *TV dá aula onde não há escola* (pág. 12).

388 *Nossa televisão está com defeito*, junho de 1967, pág. 140.

programa entre os anúncios³⁸⁹) e ao caráter popularesco da programação em função da luta pela audiência (“Vale até concurso de miséria...”); mas havia também a indicação das perspectivas para o futuro. Segundo o repórter, para tirar o veículo da crise de identidade em que se encontrava, só organizando-o em redes de cobertura nacional, paralelamente à elevação do nível de qualidade de sua programação.

Os comentários breves publicados em *Panorama* e no *Roteiro*, não perdiam, assim, o sentido instigador da discussão; uma espécie de insistência em torná-los desvinculados dos lugares comuns que podiam ser associados aos vários horizontes abertos pela dinâmica da vida cultural do país. E esse dinamismo era entendido pela Abril como auto-referente, porque a editora ampliava sua presença nas bancas, não só com o sucesso editorial em que *Realidade* havia se transformado e que - como se verá adiante - ganhou momentos de reflexão da própria revista, mas também porque as *variedades* informavam sobre novos lançamentos, obviamente com nítidas intenções publicitárias. Foi o caso dos fascículos da coleção *Conhecer*, que a Editora Abril lançou no final do ano de 1966 e que foram comentados em *Realidade* em dezembro³⁹⁰.

Não é o objetivo deste livro inventariar o crescimento da publicação de fascículos no período estudado, mas tudo indica que sua presença cada vez maior nas bancas refletia um projeto que se consolidava com a segmentação do público leitor e com a agilização e fragmentação do processo de circulação de informações na sociedade industrial. Era um sintoma da modernização, e corria paralelamente à expansão da televisão como veículo catalisador do universo comunicacional nos anos 60. Na época, a Editora Abril operava praticamente sozinha no mercado de fascículos e mantinha cinco publicações semanais - *Tecnirama*, *Naturama*, *Segunda Guerra Mundial*, *Bíblia* e *Conhecer*. A amplitude do setor foi referida na matéria de dezembro: o público daquelas publicações gastava em sua compra “o equivalente à quarta parte de tudo o que o Governo aplicou no ensino médio”. Era, de fato, uma marca significativa e representava 500 mil exemplares, todas as semanas, nas bancas de todo o país. Para *Realidade*, o sucesso dessas edições, contudo, não se devia exclusivamente a seu baixo preço: “também a honestidade intelectual da publicação (*Conhecer*) está entre as razões de seu êxito³⁹¹. A seção de *variedades* da revista repercutiu o fato, mas não chegou a levantar a hipótese de que a fragmentação do conhecimento representada pelos fascículos pudesse ser, em contrapartida, a razão do êxito também de *Realidade*: a revista mensal, em sua dimensão globalizadora, podia ter se tornado o vínculo

³⁸⁹ Em uma única oportunidade a revista da Abril investigou as transformações pelas quais passava o mercado publicitário no Brasil. A reportagem era de autoria de Paulo Henrique Amorim e foi publicada no número de fevereiro de 1968 (*O importante é vender*, pág. 60). Nela, o repórter analisou o setor do ponto de vista da modernização que se processava: “A publicidade brasileira, hoje, não é mais uma técnica improvisada. São cerca de 300 agências que investem na TV, no rádio, na imprensa e nos cartazes de rua”. Além disso, todo o conjunto de novos vocábulos decorrentes da expansão da sociedade de consumo compunha a matéria: um novo convívio com o cosmopolitismo no universo cultural das camadas urbanas.

³⁹⁰ *Uma revolução toda semana*, dezembro de 1966, pág. 16.

³⁹¹ A matéria sobre os fascículos não foi a única que refletiu lançamentos da Abril. Em março de 1967, a revista publicou matéria sobre as desventuras dos repórteres que elaboraram o Guia Quatro Rodas do Brasil (*Guia Turístico deu até cadeia*, pág. 11)

terminal do leitor com a abordagem sistêmica dos fatos reportados. Identifica-se, assim, um período de transição para o fim de uma etapa da imprensa brasileira.

De qualquer forma, a seção de *variedades* da revista prosseguiu com a sua feição de registro do movimento cultural. No número especial sobre a mulher, em janeiro de 1967, os assuntos abordados eram todos relativos a personalidades femininas no mundo da literatura, do teatro, da televisão, do cinema. Em fevereiro daquele ano, os comentários fundaram-se no carnaval, e o enfoque dos textos, mais uma vez, buscou fazer revelações: “Dinheiro não é documento”; “Ganha-se muito e é divertido”; “Chegou a vez dos blocos” - em todos eles, uma rápida análise do ângulo inusual, situando o leitor no quadro amplo de elementos da cultura popular que eram, de outra forma, afastados da prática do jornalismo meramente informativo.

A seção permaneceu inalterada até julho de 1967, quando então ganhou o título de *Roteiro*. Ocupando colunas mais largas, *Roteiro* recebeu tratamento gráfico sofisticado e se aproximou de uma versão de *serviços* que não estava presente nas edições anteriores. O conteúdo dos comentários continuou basicamente o mesmo e, secundando o título principal, a informação dava conta de que se tratava de um espaço reservado às “artes, espetáculos, indicações”. A maior novidade de *Roteiro* passou a ser justamente a última rubrica através da qual a revista sugeria leituras, filmes, peças de teatro, discos. Trata-se, para o observador do presente, de um documento sobre a produção artístico-cultural do período, pelo menos aquela produção que *Realidade* julgava merecedora do destaque de cada mês.

Em julho de 1967, todos os oito livros indicados em *Roteiro* eram obras para iniciados e, de uma ou de outra forma, ainda que não o fossem, eram produtos de consumo cultural de segmentos intelectualizados: *Paris já está ardendo?*, de Dominique Lapierre e Larry Collins; *A arte de ser mulher*, de Carmen da Silva; *Perspectivas da Economia Internacional*, de Gunnar Myrdal; uma biografia de *Hemingway*; uma antologia de *Euclides da Cunha*; *Millor Fernandes*³⁹². A mesma característica pode ser observada em relação à indicação de filmes: os seis “recomendados” pela revista, eram obras de diretores de forte presença narrativa em seu trabalho (Gláuber Rocha, Arnaldo Jabor, Sérgio Person, Buñel, Mário Monicelli). A mesma marca intelectualizada estava presente nos autores das peças de teatro sugeridas: Peter Weiss, Plínio Marcos, Suassuna, Bráulio Pedroso.

Nos números seguintes, essas tendências observadas no exemplar de julho de 1967 - e que já se encontravam enunciadas desde o lançamento da revista -, se mantiveram: a seção abriu a discussão sobre as *histórias em quadrinhos*³⁹³, criticou a marginalidade de Oswald de Andrade nos estudos da literatura e na produção editorial brasileira (a

³⁹² A literatura também não foi objeto de muitas reportagens de *Realidade*. A revista limitou-se a publicar o perfil de Jorge Amado, feito por Alessandro Porro, no número de agosto de 1966 (*O homem Amado*, pág. 50); o de Érico Veríssimo, sem indicação de autoria, no número de novembro de 1966 (*Um escritor diante do espelho*, pág. 143); o perfil *feito por terceiros* de Guimarães Rosa, com texto de Otoniel Santos Pereira e publicado em julho de 1967 (pág. 59); e o de João Cabral de Melo Neto feito por Roberto Freire em fevereiro de 1968 (*João*, pág. 42).

³⁹³ *Quadrinho é coisa séria*, agosto de 1967, pág. 13.

peça *O Rei da Vela* seria encenada pela primeira vez pelo Teatro Oficina em 1967)³⁹⁴, discutiu a produção cultural dos jovens no número especial de setembro de 1967, crivou de indagações o estruturalismo³⁹⁵, analisou o noticiário sobre a Revolução Russa na imprensa brasileira de 1917³⁹⁶, discutiu McLuhan e Marcuse³⁹⁷, a ampliação do uso da televisão em programas educacionais³⁹⁸, o caráter transitório do sucesso de cantores que oscilavam sua popularidade na maré da *Jovem Guarda*³⁹⁹, repercutiu a morte de Assis Chateaubriand⁴⁰⁰, a invasão da Checoslováquia pelas tropas soviéticas⁴⁰¹, o sucesso dos Beatles⁴⁰².

Até o fim do período estudado, o tratamento que *Realidade* deu a essa variedade de temas foi consequente com o projeto editorial da revista: uma preocupação permanente em não deixar escapar o sentido diverso e verticalizado com que abordava o cotidiano das opções culturais de seu público leitor, certamente, como já foi dito, o motivo pelo qual vários dos temas abordados pelo *Roteiro* constituíam-se numa espécie de pré-pauta da revista, vindo posteriormente a se transformar em temas de grandes reportagens, como ficou demonstrado nos exemplos da música e da televisão brasileiras⁴⁰³.

³⁹⁴ *O maldito Oswald*, agosto de 1967, pág. 14.

³⁹⁵ *A nova moda é estruturalismo*, outubro de 1967, pág. 12.

³⁹⁶ *Assim chegou a Revolução*, novembro de 1967, pág. 13.

³⁹⁷ *O mundo virou um vilarejo*, dezembro de 1967, pág. 21, e *O ídolo dos jovens rebeldes*, julho de 1968, pág. 16.

³⁹⁸ *Educação em video-tape*, fevereiro de 1968, pág. 11, e *Próxima atração: escola*, junho de 1968, pág. 16.

³⁹⁹ *Do que morrem Ronnie Von e os outros*, maio de 1968, pág. 15.

⁴⁰⁰ *Um capítulo da história do jornalismo*, maio de 1968, pág. 18.

⁴⁰¹ *Foi assim que ouvimos a invasão*, outubro de 1968, pág. 8.

⁴⁰² *A suave agressão dos Beatles*, novembro de 1968, pág. 15.

⁴⁰³ Em uma única ocasião *Realidade* promoveu um debate aberto entre alguns dos mais destacados intelectuais brasileiros sobre questões culturais genéricas, da literatura à TV (*Conversa de Redação*, janeiro de 1968, pág. 44). Participaram Rubem Braga, Vinicius de Moraes, Fernando Sabino, Sérgio Porto, José Carlos Oliveira e o então diretor da revista, Odylo Costa, filho.

CAPÍTULO 13

INFORMAÇÃO CIENTÍFICA, EDUCAÇÃO E COTIDIANO

Todo o período que se estende após a II Grande Guerra constitui-se não apenas num momento de forte desenvolvimento do conhecimento científico, mas numa época de disseminação generalizada da *informação* científica, que adquire presença permanente no complexo cultural dos referenciais do público dos meios de comunicação de massa. A condição de que os elementos fortuitos que compõem a vida cotidiana das populações urbanas cedam lugar à objetivação crescente e à abertura das possibilidades de que o indivíduo obtenha respostas positivas sobre todo o universo do *desconhecido* chega mesmo a integrar, a partir de então, os padrões do próprio comportamento. Forma-se assim um volume disponível de conhecimento especializado que compõe o dia-a-dia do cidadão e que justifica, no plano dos valores, uma crença difusa de que todos os códigos situam-se num terreno de absoluta instabilidade, isto é, não há verdades estabelecidas sem o crivo da objetivação permitida pela ciência.

Esse quadro apresenta dois desdobramentos significativos: o primeiro é o que decorre da integração do público no senso da modernidade, já que a superação do *impoderável* e sua substituição pelo *previsível*, *pelo metodológico*, *pelo científico*, corresponde, no plano da cultura, a uma extensa rede de signos da sociedade industrial: a informação científica, nesse sentido, reitera o padrão de consumo moderno, sedimenta sua funcionalidade, elimina as variáveis *conservadoras* da pré-modernidade, na maior parte das vezes resquícios da economia agrária e pré-capitalista. Entre a segunda metade dos anos 50 e o período analisado aqui, o Brasil se constitui num modelo privilegiado de análise para a comprovação dessas afirmações. É o momento em que o país assiste ao processo acelerado de crescimento industrial e urbano, de desenvolvimento rápido dos setores terciários da economia, arrastando consigo a formação de um contingente populacional que ascende à sociedade de consumo, aos padrões da modernidade. O perfil alterado que se verifica no plano da cultura, a forte presença de uma demanda social da informação, o sentido cosmopolita, já referido, de segmentos intelectualizados, são reflexo desse novo quadro.

O segundo desdobramento é o que diz respeito às relações existentes entre a informação científica e a ruptura com o universo dos valores conservadores no seio das camadas urbanas. Um elenco variado de *descobertas* no campo da medicina, por exemplo, esteve associado, no período estudado, à derrubada de concepções consagradas pela tradição patriarcal que erguia um verdadeiro muro de preconceitos sobre tudo o que dissesse respeito ao *corpo humano*, especialmente quando se tratava de questões relativas à reprodução e, neste caso, com maior zelo em relação àquilo que era pertinente ao *feminino*⁴⁰⁴. A disseminação dessas *descobertas*, seu tratamento

⁴⁰⁴ Exemplos dessa associação entre informação científica e a transgressão dos valores conservadores foram as matéria *A dor do parto não existe* (junho de 1967, pág. 150), de Carlos Azevedo, e *O aborto* (junho de 1968, pág. 156) de Norma Freire, já comentadas quando da análise das reportagens que investigaram o novo papel da mulher. A revista ainda voltou a abordar tema que se prestava a essa dupla leitura em *A cesariana* (agosto de 1968, pág. 102).

jornalístico em texto e em imagem, sua massificação, tornaram-se um elemento de apoio ao padrão geral da *transgressão*, uma sistemática reiteração de toda a conjuntura de construção de uma nova ética, liberada do viés autoritário presente na estrutura do pré-conceito⁴⁰⁵.

A análise das matérias publicadas por *Realidade* e que são classificadas aqui como de *informação científica*, indica que elas compunham um painel que abrangia os dois desdobramentos assinalados acima: eram textos que vinham em resposta à demanda cultural da modernidade; e eram também textos que reiteravam o quadro mais amplo de sistemáticas *transgressões* que a revista promovia em relação ao universo dos valores conservadores. Em ambos os casos, tratava-se sempre de reportagens elaboradas no âmbito do código narrativo que marcava a revista, o que certamente amplificava seus efeitos: não se restringindo aos aspectos meramente informativos dos fatos científicos, penetrando em seus desdobramentos, cobrindo-os com o sentido do *espetacular*, *Realidade* transformava-os em temas polêmicos, insistentemente presentes em suas páginas.

A visão que os repórteres de *Realidade* estenderam sobre o universo científico abrangeu uma variedade extraordinária de assuntos. Havia aqueles que eram relativos aos avanços que se registravam na época em torno do que se convencionou chamar de “corrida espacial”: diversas matérias abriram discussões diferenciadas sobre o assunto e seus temas correlatos, desde o depoimento de cientistas de várias partes do mundo sobre a eventualidade de que uma vida humana fosse sacrificada para que se chegasse à Lua⁴⁰⁶, e sobre as especulações acadêmicas em torno das possibilidades de sobrevivência no satélite da Terra⁴⁰⁷, até os condicionamentos físicos exigidos em testes para astronautas⁴⁰⁸, as experiências vividas por Ray Bradbury numa base norte-americana de lançamento de foguetes⁴⁰⁹; o desenvolvimento da produção de energia nuclear no texto de Mylton Severiano da Silva⁴¹⁰; o deslumbramento com os primeiros avanços da informática⁴¹¹. Em que pesem os avanços científicos ocorridos, e que essas matérias registraram, o tema da “corrida espacial” se prestava a especulações ufanistas e místicas sobre as relações do Homem com o Universo. *Realidade* publicou a respeito, no número de agosto de 1968, o texto de Roberto Pereira *Estamos deixando*

⁴⁰⁵ Numa única oportunidade, no período estudado, uma matéria de natureza científica resvalou abertamente para as questões socialmente explosivas da conjuntura brasileira: *Do que morre o Brasil* (janeiro de 1968, pág. 104.). O texto de Hamilton Ribeiro era um estudo sobre as endemias; mas ia direto ao ponto: “Só 4,3% da população brasileira chegam aos 60 anos. E as estatísticas dizem que dos nossos 80 milhões de habitantes, apenas cinco milhões não carregam uma ou mais espécies de parasitas no organismo”.

⁴⁰⁶ *O preço da Lua é a vida de um homem*, abril de 1966, pág. 18.

⁴⁰⁷ *Como viver na Lua*, maio de 1966, pág. 52.

⁴⁰⁸ *Você aguentaria?*, fevereiro de 1967, pág. 42.

⁴⁰⁹ *Nunca sonhei com isto*, fevereiro de 1968, pág. 94.

⁴¹⁰ *Estamos na era do átomo*, março de 1967, pág. 38.

⁴¹¹ *Estas máquinas só faltam falar*, fevereiro de 1967, pág. 124. e *O que ela vai pensar?*, março de 1968, pág. 77.

a Terra. Era uma espécie de balanço do que já havia acontecido desde os anos 50 na “corrida espacial”: seis mil foguetes, mil satélites, a Lua ao alcance das mãos, e o exercício inevitável da prospecção otimista sobre o futuro - “nunca a ciência avançou tanto”; “... agora ganharemos o espaço”; “antes que termine o milênio, o homem será senhor de todo o sistema solar”⁴¹².

Havia também a abordagem sobre o sentido imediatista dos avanços da ciência. Eram temas que diziam respeito diretamente a questões do cotidiano e que traziam o texto repleto de significados práticos, oscilando com o sentido aplicado do conhecimento, bem menos abstrato do que deixavam ver os resultados da Física, por exemplo. E essa talvez tenha sido uma das características mais importantes das matérias de *informação científica* que *Realidade* publicou, a de levar o leitor sucessivamente aos dois polos do problema: os avanços da ciência pura, da pesquisa, paralelamente aos avanços de sua aplicação⁴¹³.

E, nesse caso, em nenhum setor das novas descobertas ou do aprofundamento do estágio em que se encontrava o conhecimento científico, *Realidade* deu maior destaque do que nas matérias sobre o *corpo*: a origem de sua formação, mesclada com a simbologia transgressora que significava a abordagem da procriação; a especialização decorrente da pesquisa que se desenvolvia em cada uma das áreas da medicina, dos transplantes de órgãos à psicanálise; a reportagem *descompromissada* com males prosaicos que afetavam o dia-a-dia do leitor (dentes, gripes etc)⁴¹⁴; matérias sobre o progresso no tratamento de doenças fatais. Ao final, um percurso que não deixou de abordar praticamente nenhum assunto que dissesse respeito à compreensão generalizada do progresso científico vivido na época.

Os exemplos que atestam essa linha de exercício do jornalismo investigativo praticado por *Realidade* são diversos. Alguns, no entanto, por seus desdobramentos para além de uma concepção mais fechada da informação científica - na medida em que se estendiam para outros itens da pauta de temas da revista - adquiriram, nessa espécie de *marca* deixada pela publicação da Abril, maior repercussão na própria época, ou maiores elementos de entrosamento com a análise mais ampla que este livro tem desenvolvido sobre as visões da realidade.

É o caso da matéria que praticamente assegurou o impacto do lançamento da revista - a reportagem sobre o desenvolvimento da vida humana intra-uterina, da fecundação até o período intermediário da gestação. O material foi publicado no primeiro número de *Realidade* e ocupou 14 páginas⁴¹⁵ de textos e fotos da edição. Embora se tratasse

⁴¹² *Estamos deixando a Terra*, agosto de 1968, pág. 180.

⁴¹³ Além das matérias sobre a questão espacial e sobre a questão da energia nuclear, citadas ao longo das análises feitas aqui, em apenas mais uma ocasião *Realidade* abordou a produção da pesquisa pura na Universidade. O texto de Dirceu Soares dizia respeito a um grupo de jovens pesquisadores do Instituto de Física de São Carlos, em São Paulo (*Eles não estão brincando*, dezembro de 1968, pág. 202).

⁴¹⁴ *Dente por dente*, julho de 1967, pág. 78 e *É a gripe*, dezembro de 1967, pág. 148.

do resultado do trabalho do fotógrafo sueco Lennart Nilsson, as imagens vinham acompanhadas de textos de conteúdo analítico, sem prejuízo de seu sentido descritivo e informativo⁴¹⁶.

Nessa mesma linha, as reportagens de informação científica subsequentes *dissecaram* todo o arcabouço de avanços que se testemunhava no período estudado. Em julho de 1966, em outro exemplo, a matéria versava sobre “a luta para prolongar a vida” travada no âmbito “das técnicas de transferência de órgãos de um ser humano para outro”, com a constatação de que os cientistas estavam *reconstruindo* o homem⁴¹⁷: entre as várias descobertas em todas as especialidades da medicina, a afirmação de que “a morte perdia para a ciência”, um tema que era inevitavelmente associado à compreensão do domínio do físico sobre os valores teológicos, ou pelo menos a relativização destes últimos sobre aquele⁴¹⁸. E embora as matérias - como já foi dito - atestassem a presença de material informativo produzido para órgãos de informação de outros países, a pauta da revista se estendia também para os próprios progressos que a medicina brasileira realizava na área, como foi o caso da reportagem de Narciso Kalili sobre as experiências que estavam sendo feitas no país na área da cardiologia⁴¹⁹.

E, nesse caso, a matéria de Kalili recuperava toda a força narrativa que caracterizava o *estilo de Realidade*:

“Pelas quatro janelas entrava a luz do meio-dia, iluminando cada um dos cantos da sala. A mesa de operações, no centro, estava sob o enorme refletor e os que se movimentavam na sua extremidade pareciam envoltos num halo fosforescente. As

⁴¹⁵ *Os dias da criação*, abril de 1966, pág. 66.

⁴¹⁶ A matéria sobre “os dias da criação” teve uma espécie de continuidade indireta no número de junho de 1966 (*A vida começa aqui*, pág. 60), com a publicação da reportagem fotográfica de Robert Freson, da Inglaterra. O fato de que tenham sido ensaios de autoria de profissionais estrangeiros, não retira de sua presença nas páginas de *Realidade* a importância que tinham enquanto elementos de *atualização* do referencial informativo do público leitor da revista. Ao contrário, reforçavam a integração que se processava entre os padrões de comportamento das sociedades industrializadas da época. Esta interpretação pode ser estendida às demais matérias estrangeiras que *Realidade* publicou entre as várias que compreenderam sua visão sobre “a ciência e o cotidiano”.

⁴¹⁷ *Homem reconstruído*, julho de 1966, pág. 68.

⁴¹⁸ Esse tangenciamento entre os avanços da medicina e a morte voltou ainda mais quatro vezes às páginas da revista, em matérias de forte contextualização existencial. A primeira, em junho de 1966, no texto de Duarte Pacheco sobre as perspectivas de cura do câncer (*O câncer tem cura*, pág. 44). A segunda, em fevereiro de 1967, na entrevista com uma paciente portadora da mesma doença feita por Milton Coelho (*Tenho câncer e não quero morrer*, pág. 131). A terceira, em dezembro de 1968, em texto de Michel Cecilio e Léo Gilson Ribeiro (*62 chances de não morrer nem sofrer*, pág. 99). Na última vez a questão era o próprio conceito da morte: “a morte não é mais algo que de repente apaga todas as funções vitais. Então, quando se pode dizer que um homem está morto?” (*Médico pode matar?*, abril de 1968, pág. 76).

⁴¹⁹ *Silêncio: eles estão abrindo um coração*, agosto de 1966, pág. 106. A revista voltou a abordar questões relativas ao avanço da cardiologia no número de novembro de 1967 (*O coração*, pág. 58) e no número de março de 1968 (*No fundo do coração*, pág. 13). O texto, no primeiro caso, não era assinado e reunia informações sobre todo o conhecimento acumulado até então em torno do assunto, apresentando os avanços que se verificavam nas cirurgias de transplantes. No segundo caso, a matéria era um ensaio fotográfico de Lennart Nilsson, o mesmo autor de *Os dias da criação*, publicado em abril de 1966. Nos anos de 1966 e 1967, os primeiros transplantes realizados no mundo (Barnard e Zerbini) eram recorrentes na imprensa diária. *Realidade* contextualizou-as no padrão investigativo que dava conta do plano mais amplo em que ocorriam, em imagens e em textos. No caso das experiências de Zerbini, a revista publicou reportagem específica sobre o assunto, de autoria de Roberto Freire (*Zerbini quase tira o coração de José*, julho de 1968, pág. 164).

roupas e lençóis, de um cinza lavado, mostravam ainda as dobras feitas pela máquina de esterelização. Um cheiro de desinfetante flutuava no ar.

“Sílvio, o médico anestesista, anotou mais uma vez a pressão arterial de Cristina e olhou para o quadro onde eram marcadas as quantidades de sangue perdidas pela paciente...

(...)

“- Como é, o Servílio vai ou não jogar ao lado de Pelé em Londres.

(...)

“O campo operatório onde trabalhavam (...) tinha a forma de um *J* deitado. A cabeça da paciente estava isolada por uma parede de lençóis esterilizados e suspensos por duas hastas de metal, formando o traço superior do *J*”.

Os elementos que compunham o texto eram os mesmos da ação descrita em todas as matérias em que o repórter, na primeira ou na terceira pessoa, delimitava o ambiente em se passavam os fatos, neste caso alternando observações sobre os procedimentos cirúrgicos e o trabalho dos médicos, sujeitos em que residiam a condução “delicada” da operação simultaneamente com a descontração que permitia ao leitor partilhar da expectativa mantida sobre os resultados da cirurgia. O jornalista, dessa forma, criava um fio condutor da matéria que respondia pelo *clima* envolvente que se transforma, ao longo de seu desenvolvimento, em quase um conto.

Esse código das reportagens de *Realidade* no tratamento das informações científicas não só ampliava o nível de entendimento de questões tratadas fora do âmbito da linguagem especializada; também reiterava esse entendimento no plano simbólico de toda a verticalização que a revista produzia sobre os temas que abordou. Essa linha de abordagem jornalística da Medicina esteve presente quando foi publicada a matéria sobre a produção de energia pelo corpo humano⁴²⁰ e também no texto de Hamilton Ribeiro sobre o avanço das cirurgias renais que se registrava em São Paulo⁴²¹; ou ainda em outra reportagem de Hamilton Ribeiro sobre as novas práticas no tratamento da visão⁴²². Ou em outubro de 1968, na única matéria que a revista publicou sobre a Genética⁴²³.

Todavia, nada se comparou, no campo da informação científica, ao entrelaçamento que tinham com a época as matérias que trataram dos avanços dos estudos da

⁴²⁰ *A longa viagem de um sanduíche*, setembro de 1966, pág. 48.

⁴²¹ *Uma vida por um rim*, dezembro de 1966, pág. 148.

⁴²² *Abra os olhos*, maio de 1967, pág. 60. O tema voltou em *Realidade* de setembro de 1968, em matéria de Marcos de Castro sobre a vida dos cegos: *Aqui se aprende a viver num mundo sem luz*, pág. 153.

⁴²³ *A cara do pai ou a cara da mãe?*, outubro de 1968, pág. 69.

Psicanálise e da Psicologia. Não é necessário ressaltar as relações existentes entre o aprofundamento desses estudos e os novos padrões de comportamento que se disseminaram nos anos 60. É suficiente destacar que a investigação psicanalítica e psicológica correspondia à ênfase da complexidade do indivíduo frente a quaisquer estruturas manipuladoras ou anuladoras da ética libertária, fossem elas estruturas políticas, econômicas, culturais, como eram aquelas contra as quais se opuseram os movimentos de contestação do período estudado. *Realidade*, no tratamento que deu a esses temas, reiterou, no plano simbólico e no âmbito da narrativa da grande reportagem, o fundamento científico dessa postura.

A primeira matéria sobre a Psicanálise foi publicada em *Realidade* de setembro de 1966: um texto de autoria de Roberto Freire, ele próprio psicanalista e também repórter da revista⁴²⁴. O eixo da abordagem eram os “milhões de seres humanos (...) se sentindo desesperadamente sós, estranhos a tudo e a todos. A angústia os acompanha sempre, sentem medo, marginalizam-se. E, acima de tudo, não conseguem amar. São os neuróticos”⁴²⁵.

A partir daí, o repórter enveredava pela construção de um texto denso que alternava a descrição da sintomatologia da neurose, presente no comportamento da personagem da matéria, e o quadro analítico de suas implicações individuais e sociais. A rigor, uma *viagem* através da qual o leitor acompanhava o tratamento de Sandra, a protagonista do texto de Roberto Freire:

“- Não posso fazer mais nada por você, Sandra. Só lhe tenho amor. Procure um psicanalista. Adeus.

“A porta se fechou. Sandra tentou mover-se, mas estava paralisada. A frase de Marcus doía como um tapa e ela sentia o rosto ardendo só de um lado. A humilhação passou a ódio, pequeno de início, mas antigo, que crescia dentro de Sandra. A porta. A porta fechada. Virou-se: havia outra porta atrás de si e mais outras, em cada parede, no chão, no teto. Estava encarcerada, incomunicável. Via os trincos, as fechaduras, as chaves. Em lugar de usá-los, esmurrava a madeira, ouvindo em eco, o som do choque de seus punhos contra as portas. Quanto mais batia, mais tinha a impressão de que aquela caixa feita de portas diminuía. Até que ficou do tamanho de seu corpo, como a pele”.

É essa personagem que o repórter conduz ao encontro da Psicanálise, historiando seus antecedentes, colocando-a em contato com a especialidade que, pelos detalhes em que

⁴²⁴ *Psicanálise*, setembro de 1966, pág. 92.

⁴²⁵ O problema da “angústia” do “homem moderno” voltou a ser tratado pelo mesmo Roberto Freire em agosto de 1968 (*O homem está angustiado*, pág. 116), sob o ângulo dos conflitos da sociedade contemporânea: “Que doença é esta que atinge quase toda a humanidade?”, perguntava o repórter. Uma das respostas para sua explicação sugeria como a revista encarava o problema: “é guerra no mundo inteiro”. Obviamente era um exagero, mas o referencial da “angústia” era, para o repórter, mais que uma questão científica; era também política. A neurose, por sua vez, voltou às páginas de *Realidade* em setembro de 1968, no depoimento de um médico que teve seu anonimato preservado: “a neurose - disse - está transformando o mundo num vasto hospício” (*Diário de um médico*, pág. 137)

a matéria se desdobrava, era mesmo uma novidade para o público leitor, como se pode perceber em seguida:

“- Disseram-me que eu precisava de um psicanalista. Aqui estou.

“Advinhou um sorriso nos olhos do médico. Mas ele permanecia calado. Era terrivelmente incômoda a situação. E meio ridícula, também. Por que não ia embora?

“- O senhor poderia me explicar como é o tratamento? Não sei nada a respeito...

“- Por que procurou a Sociedade de Psicanálise?

“Com voz, ele parecia mais humano. A voz era neutra, pausada, baixa.

“- Foi-me recomendada.

“- Por quem?

“- Meu marido e meu pai. (...) Antes de começá-lo (o tratamento), eu gostaria de saber como é...”.

Nessa medida, o texto de *Realidade* sobre a Psicanálise trabalhava em dois planos: o do comportamento individual, as manifestações da neurose e a leitura sobre-real que tais manifestações deixavam transparecer na descrição (ficcional?) das atitudes de Sandra: o nexos racional entre os objetos que compõem seu devaneio surge rompido. É no outro plano - o do tratamento - que esse comportamento se rearticula, no contato com o psicanalista. Dessa forma, enquanto o “neurótico vive só e cheio de medo”, a análise conduz “a lenta e fantástica viagem ao passado”, “no sonho surgem personagens do drama de cada um”, o “sentimento de culpa proíbe o sexo, impede o amor”, “o mundo parece absurdo, estranho, hostil”. Ao final do tratamento descrito na matéria, os dois planos articulados:

“Apertaram-se as mãos. A porta se abriu. Pela primeira vez em sua vida, via uma porta verdadeiramente aberta. Dentro de si, enquanto andava e depois corria pelas ruas, tinha a impressão de estar atravessando em direção ao futuro, por infinitas portas abertas”.

Tudo indica que era o que a revista vinha fazendo: abrindo portas para a compreensão da complexidade do universo aparentemente caótico e desorganizado do cotidiano de seu público leitor. Nesse caso, o que ordenava esse universo era a informação científica reveladora, que perseguia a formação essencial dos dados da realidade. Em outra matéria sobre o progresso na área dos estudos da mente humana, o tema foi o próprio funcionamento do cérebro⁴²⁶. A reportagem, sem assinatura, traduzia todo o

⁴²⁶ *A nossa mente*, agosto de 1967, pág. 116.

questionamento que esse progresso provocava, mas avançava em áreas “novas”: a Psicologia, a Psicologia Social, os problemas vinculados à saúde mental⁴²⁷, os medicamentos e a análise de casos concretos de manifestações de comportamento atípicos, testes. Ao final, para a revista, “a maior luta que o homem já enfrentou: em comparação com os psicólogos, os físicos estão trabalhando com cubos de brinquedo”.

E, de fato, no conjunto das matérias que produziu sob a rubrica de “ciência”, os estudos da Psicologia e da Psicanálise apresentavam um espectro amplo e repleto de variáveis até então ignoradas da massa de leitores. Havia, como já foi dito, o vínculo do desvendamento do individual, mas esse vínculo surgia, nas páginas de *Realidade*, de forma variada, como demonstra o texto publicado em novembro de 1967, de autoria do psiquiatra norte-americano Marvin Ziporyn sobre a *anatomia* do comportamento criminoso⁴²⁸; ou ainda a matéria de dezembro do mesmo ano sobre os sonhos⁴²⁹: “instrumento para a busca das causas da neurose”, mas também “a realização de um desejo (em geral sexual) reprimido”⁴³⁰; ou o estudo de comportamento do homem contemporâneo feito por José Angelo Gaiarsa no número de abril de 1968 (“Este homem não é autêntico, é falsificado como quase toda a humanidade de nossos dias”)⁴³¹; ou a aplicação da Psicologia Infantil em crianças com distúrbios emocionais⁴³² e no próprio entendimento de seu mundo, como a pesquisa que *Realidade* encomendou para o número de agosto de 1968: “elas mostram como é este mundo fantástico que o adulto precisa conhecer e respeitar, se quiser se comunicar com as crianças”⁴³³.

Como se pode perceber, portanto, o tratamento que *Realidade* deu às informações classificadas aqui como de “natureza científica” permitiu que seu público leitor acompanhasse um universo amplo de assuntos que o integravam nos signos da modernidade: o conhecimento de todo o progresso que se efetuava, no país e no exterior, em torno da objetivação das relações do homem com a natureza, inclusive a

⁴²⁷ O fenômeno da loucura esteve presente nas duas matérias citadas nas notas anteriores, mas foi tema de reportagem específica, de autoria de Norma Freire, publicada em junho de 1968 (*É a loucura*, pág. 62).

⁴²⁸ *Viagem ao cérebro de um criminoso*, novembro de 1967, pág. 163.

⁴²⁹ *O homem tem que sonhar*, dezembro de 1967, pág. 164.

⁴³⁰ *Realidade* voltou diversas vezes a abordar questões genericamente psicanalíticas. E mesmo o desdobramento do avanço que se realizava nessa área, como foi o caso da Papsicologia, não deixou de preocupar a revista (*O homem esconde estas máquinas*, abril de 1967, pág. 112). O cérebro, no entanto, mereceu todo o destaque. Oriana Fallaci descreveu-o na experiência em que observou sua separação do corpo de um macaco (*Uma experiência fantástica*, fevereiro de 1968, pág. 48); Roberto Freire voltou a ele em maio de 1968 (*O que o cérebro sabe sobre o cérebro*, pag. 158). Eurico Andrade e José Angelo Gaiarsa abordaram-no respectivamente em dezembro de 1967 e em julho de 1968, sob o ângulo da deficiência mental em crianças (*O Excepcional*, pág. 102 e *Não deixe a criança em paz*, pág. 150).

⁴³¹ *Somos todos uns complexados*, abril de 1968, pág. 122.

⁴³² *Brincadeira cura criança*, março de 1967, pág. 108.

⁴³³ *O mundo é aqui lá fora, onde estão todas as coisas*, agosto de 1968, pág. 164.

sua própria, era uma demanda da sociedade industrial e, por isso mesmo, parte das expectativas culturais dos segmentos que tinham seu cotidiano afetado por ela.

Com os fatos da *Educação*, a revista procedeu da mesma forma. O processo generalizado de revisão de valores que se dá na metade dos anos 60, atingiu em cheio a Pedagogia, e *Realidade* repercutiu em suas páginas as propostas que evidenciavam que também o ensino era parte integrante de uma nova relação do homem com o conhecimento, sua absorção e sua reprodução. De forma simplificada, pode-se dizer que as propostas pedagógicas do período, reflexas de uma época de contestação da *autoridade*, deslocavam o eixo do entendimento da instituição escolar, conferindo ao indivíduo outros papéis: autonomia, liberdade, consciência crítica, participação ativa no processo educacional, e vários outros itens programáticos daquilo que era a base da revisão que se processava no setor.

O surgimento dessa pauta de temas educacionais em *Realidade* atravessou três momentos bastante diferenciados. No primeiro, a revista abordou indiretamente as novas propostas pedagógicas quando discutiu as questões relacionadas com a educação sexual na família ou na escola, assunto já tratado no capítulo *O Eixo da Ordem Conservadora: Visões da Família*. Ressalta-se aqui, contudo, que os desdobramentos da discussão em torno do tema não diziam respeito apenas à transgressão que sua abordagem representava em relação ao complexo dos valores conservadores; diziam respeito também à instituição escolar, como proposta da vinculação de seu trabalho à realidade, isto é, a dissociação que marcava a escola tradicional entre o conhecimento e a vida, base das novas formulações pedagógicas dos anos 60.

O segundo momento se dá quando *Realidade* trata da Educação do ponto de vista dos avanços que se verificavam no campo da Psicologia, analisados aqui entre as matérias genericamente definidas como de “informação científica”. A rigor, no entanto, a base do ênfase dado ao problema era o mesmo: a Psicologia Educacional redimensionava a Escola porque situava o processo de aprendizagem entre os elementos que vinculavam o indivíduo a seu grupo. No limite, a própria Psicologia transformava-se num instrumento de foco sobre os processos individuais de relações com o coletivo.

O terceiro momento ocorre quando *Realidade* analisa as práticas das novas propostas pedagógicas. O *movimento* de revisão da Escola não era apenas uma formulação teórica. No Brasil e em outros países era crescente o número de educadores que buscavam a experimentação de seus projetos redefinindo neles todo o processo educacional. Do ponto de vista das demandas dos segmentos urbanos intelectualizados, essa *nova* escola constituía-se no aparato capaz de reproduzir, no âmbito do ensino, os novos valores que se ensaiavam no cotidiano de seu complexo cultural.

A primeira matéria publicada por *Realidade* que repercutiu essas experiências pedagógicas foi publicada no número de fevereiro de 1967 e era de autoria de José

Hamilton Ribeiro⁴³⁴. O repórter dava conta de que “quase três mil jovens paulistas estudam num novo tipo de ginásio onde tudo é diferente: não há exames, viaja-se muito, quase não há aula, e até a cola é livre⁴³⁵. Trata-se de uma experiência fascinante que tem cinco anos e que os educadores de todo o Brasil acompanham com muita esperança”. A escola, o Ginásio Vocacional do Brooklin, de São Paulo, era um microcosmo que punha em prática uma experiência pedagógica de características inéditas: os estudantes “administravam” a instituição com todos os componentes políticos decorrentes disso. Transformavam a vida do estabelecimento num exercício de convívio democrático, ao lado do aprendizado diferenciado de currículos tradicionais. Como resultado, a ênfase à prática (“Eles aprendem a fazer, fazendo”), à participação política (“Governo estudantil, um exercício de democracia”), ao preparo para a vida (“Jovem formado no vocacional vê a vida sem medo”).

Para todo esse universo, José Hamilton Ribeiro deu um tratamento textual de elementos predominantemente informativos, e nem poderia ser diferente. Mas introduzia o leitor no dia-a-dia dos estudantes, descrevendo suas iniciativas, o surgimento de situações inusitadas na relação com os pais dos alunos, entre os próprios alunos, as propostas dos dirigentes da instituição. O destaque, no entanto, ficava com o significado do material reportado: “A escola vocacional é diferente das outras em tudo. (...) Seu objetivo não é apenas a escolaridade intelectual promovida pelos ginásios comuns. A meta é desenvolver a personalidade do aluno, ajudá-lo a descobrir o ramo de atividade para o qual tem aptidão e prepará-lo para enfrentar um mundo difícil e em permanente modificação”⁴³⁶.

O tema da *nova* escola voltou a ser tratado por *Realidade* no número de julho de 1967, em reportagem de Carlos Azevedo e Norma Freire⁴³⁷. Era a matéria da capa da revista - um destaque inconfundível sobre a importância que o assunto vinha adquirindo; e o tratamento dado pelos dois jornalistas foi correspondente: já não se tratava, como fez Hamilton Ribeiro na reportagem anterior, de investigar uma área isolada do ensino público paulista. Para Azevedo e Freire, era a nova concepção da própria Educação que estava em discussão.

Nessa medida, no fundamento que ofereceram às perspectivas que se apresentavam, os repórteres foram em busca de todo o arcabouço da Psicologia que contrariava princípios educacionais que haviam se mantido em vigor exclusivamente pela tradição. “O desejo dos pais - dizia o texto - de fazer da escola uma fábrica de gênios

⁴³⁴ Já existe a escola de amanhã, fevereiro de 1967, pág. 98.

⁴³⁵ *Realidade* publicou em novembro de 1967 matéria de Luiz Fernando Mercadante sobre a “cola” (*Há sempre um jeito de colar*, pág. 178). Não chegava a ser uma reportagem, muito menos um texto que estivesse vinculado às questões educacionais debatidas pela revista; era antes um artigo de “humor”.

⁴³⁶ A matéria de José Hamilton Ribeiro deu conta da existência de cinco ginásios vocacionais no Estado de São Paulo, coordenados pelo Serviço do Ensino Vocacional da Secretaria da Educação. O do Brooklin era dirigido pela Profª. Maria Nilde Mascellani que, nos trechos de entrevista reproduzidos pelo repórter, indicou toda a filosofia orientadora da instituição, para concluir: “... o importante é que (os estudantes) recebem uma educação que realmente os prepara para a vida e os torna mais úteis ao país...”.

⁴³⁷ *Atenção: eles estão em aula*, julho de 1967, pág. 128.

muito tem prejudicado as crianças. Por isso, os mesmos psicólogos costumam perguntar: ‘De que nos servirá um menino que sabe ler aos três anos e que seja uma enciclopédia aos dez?’. Nessa linha de questionamento, a matéria avançava sobre os condicionamentos sociais do aprendizado, sobre a construção do conhecimento em função dos estímulos recebidos e sobre a necessidade de que os órgãos públicos traçassem uma política compatível com os avanços verificados na Psicologia Educacional. No conjunto da reportagem, as experiências que já eram realizadas na rede de ensino privado, em São Paulo e no Rio de Janeiro, com a ênfase para os princípios que as norteavam e que se contrapunham aos valores da Educação tradicional: “Ler e escrever é só para quem está maduro”, “A matéria principal é aprender a viver”, “Crianças livres sabem fazer leis severas”, “... colocar o amor no lugar do medo”⁴³⁸.

A avaliação diferenciada que *Realidade* fazia da questão educacional tinha vínculos com propostas pedagógicas surgidas em outros países: esse referencial esteve presente quando as reportagens versaram sobre aspectos do desenvolvimento científico que remetiam à temática geral da Psicologia Educacional, e também fez parte da matéria de Carlos Azevedo e Norma Freire, com entrevistas de educadores norte-americanos. Num e noutro caso, o padrão de outros países sedimentava a polêmica em torno das questões abordadas. Mas foi no número de janeiro de 1968 que *Realidade* deu ao assunto a dimensão internacional que atualizava a discussão sobre a *nova escola*, com a publicação da reportagem de Paulo Patarra sobre *Summerhill*⁴³⁹.

O redator-chefe da revista havia entrevistado, na Inglaterra, o educador A. S. Neill, e produzido uma matéria sobre as experiências educacionais que *fundavam* as propostas de reformulação do ensino que surgiam no Brasil. Patarra produziu um texto de vários níveis de leitura, do essencialmente pedagógico ao político. No centro da matéria, contudo, qualquer que fosse a leitura permitida, o repórter colocava a questão da liberdade como valor essencial da discussão sobre os problemas humanos. Nesse sentido, não era só o título da matéria que remetia a essa reflexão; também o conjunto do texto reiterava-a: “Meninos votam as leis da liberdade”, “Uma vida sem proibições”, “Bater não é bom nem mau: é covardia”, “Dentro deles não há lugar para medo”:

“É ali, no meio do mato, que se pode encontrar a qualquer hora, meninos e meninas (há uma proporção de dois meninos para cada menina) vivendo a grande experiência tentada por Alexander Neill: viver sem medo, viver sem que ninguém obrigue ou sugira o que uma criança deve fazer.

“Os resultados?”

⁴³⁸ No número seguinte, em agosto de 1967, *Realidade* publicou outra matéria de Norma Freire (*Estas contas estão certas*, pág. 52), quase uma sequência da anterior. O tema era a Matemática Moderna, que a repórter sintetizou como “ensinar coisas velhas de maneira nova”. O eixo, contudo, aproximava-se da idéia geral sobre o significado das mudanças que afetavam a Escola e suas disciplinas: no caso da Matemática Moderna, “a criança vê o que há atrás das somas e subtrações”. Rerecuperava-se, assim, o sentido geral da época: a revelação da essência dos problemas colocados.

⁴³⁹ *Ninguém manda nestas crianças*, janeiro de 1968, pág. 50.

“- É difícil e cedo para saber - explica Neill. Só de uma coisa tenho certeza: pode ser que Summerhill não fabrique gênios (e quem disse que queríamos fabricar?), mas quem sai daqui sai livre”.

É possível interpretar a matéria sobre Summerhill como um texto carregado de sentidos que aludiam de forma indireta ao amplo painel de contradições do próprio ano em que ela foi publicada, como também podem ser entendidos assim os outros textos que foram publicados sobre propostas pedagógicas que estavam no centro das discussões repercutidas pela revista. Se 1968 marcou um período de liberação de forças sociais que se opunham aos complexos autoritários, marcou também um período de reação conservadora a esse movimento. No caso brasileiro, a construção do Estado militar e o fechamento institucional progressivo que se dava, permitiam que a alegoria significativa da *nova* escola adquirisse, nas páginas de *Realidade*, os mesmos traços da dimensão transgressora de outras reportagens.

CAPÍTULO 14

VIDA URBANA: COMPLEXIDADE E VIOLÊNCIA

A organização da cidade foi um dos temas que *Realidade* explorou de forma contundente no período estudado. Das reportagens que fez sobre o assunto, emergiu a gravidade dos problemas urbanos e que refletiam as deformidades do processo de modernização acelerada vivido pelo país. Tanto quanto para outros tópicos de sua pauta, a revista abriu também a discussão sobre as perspectivas da urbanização, a existência do *caos* em que haviam se transformado essas perspectivas no Brasil e as propostas para sua solução, um temário carregado de conotação política que guardava proximidade com a ordem econômica e social. A leitura das matérias que abrangeram esses problemas, no entanto, permite aprofundar o entendimento do vínculo que a revista assegurava com seu público leitor, porque as questões da vida urbana e seus desdobramentos - inclusive o da violência urbana - eram referenciais imediatos das camadas médias intelectualizadas que viam, na organização espacial das cidades, um dos aspectos sensíveis de suas demandas culturais e de seus padrões de consumo.

A primeira reportagem que *Realidade* publicou sobre o assunto, no entanto, esteve longe da objetividade que o tema requeria, mas abriu espaço para que o repórter José Carlos Marão produzisse um texto de forte conotação literária e carregado dos elementos nostálgicos que surgiam em consequência do definhamento da vida provinciana provocado pelo esvaziamento da vida rural⁴⁴⁰. A “cidadezinha típica do interior do Brasil”, suas sucessivas fases econômicas, suas atividades sociais e políticas, seus valores, a igreja, o banco, o funcionário público conceituado na pequena política partidária, eram metáforas de um país em transição, que o repórter tratou de forma entristecida, em contraposição à nova paisagem do processo industrial: ninguém queria ir para Conceição do Mato Dentro, ninguém queria sair de lá, “onde os dias e as noites (eram) sempre iguais”.

Em abril de 1967, *Realidade* voltou a refletir sobre a vida urbana, mas desta vez o motivo da reportagem de Alessandro Porro era o futurismo simbolizado por Brasília⁴⁴¹. A capital federal completava então sete anos de existência, e mostrava-se indefinida quanto a sua vocação de sede do poder do Estado brasileiro, ainda que suas características arquitetônicas estimulassem a manutenção do ufanismo dos anos JK, e esse era o eixo da abordagem do repórter, com o tratamento superlativo que deu a todos os fatos narrados na matéria.

⁴⁴⁰ *Nossa cidade*, maio de 1966, pág. 82.

⁴⁴¹ *Esta é uma cidade criança*, abril de 1967, pág. 78. A temática do planejamento urbano foi também tratada no perfil de Oscar Niemeyer feito por Luiz Fernando Mercadante e publicado no número de julho de 1967 (*Um operário em construção*, pág. 148). A matéria historiava e avaliava a importância da obra do arquiteto, mas Brasília e todo o arrojo que a inspirou acabaram recebendo - como era inevitável - a atenção principal do repórter.

Entre a nostalgia de Conceição de Mato Dentro e a utopia urbana representada por Brasília, *Realidade* permitiu ao seu público leitor entrar em contato com o universo *caótico* dos grandes centros brasileiros, discutindo a complexidade dos problemas que decorriam das condições em que se dava o processo de urbanização acelerado que caracterizava o país no período estudado. Essa discussão pode ser classificada em dois níveis. No primeiro, a revista apontou para os elementos da *desorganização da cidade*. Fazem parte desse nível, as reportagens que abordaram questões relacionadas ao caráter descontrolado de seu crescimento: o trânsito, a administração pública, o gigantismo dos problemas vinculados ao abastecimento da população.

No segundo nível, a revista investigou a temática relativa à questão da violência nos centros urbanos, traduzindo essa investigação nas reportagens que publicou sobre assuntos policiais e seus desdobramentos ou aspectos correlatos.

Foram apenas quatro reportagens que estiveram voltadas para a *visão* que a revista estendeu sobre a questão da desorganização da cidade⁴⁴². A primeira, publicada em maio de 1967, através do perfil do coronel Américo Fontenelle, então afastado do Departamento de Trânsito de São Paulo⁴⁴³. A matéria havia sido produzida pelo repórter Roberto Freire, e era apresentada ao leitor como “o exame psiquiátrico” de Fontenelle, personalidade polêmica que havia se destacado na imprensa diária e no cotidiano da população de São Paulo e de outras cidades (São Luís, Belém, Rio) pela prática de uma política heterodoxa no tratamento das questões viárias. Em São Paulo, o coronel havia encontrado seu maior desafio: não só não conseguiu resolver os problemas do trânsito como ainda amargou uma rápida e crescente impopularidade que o levaria à exoneração.

As atitudes de Fontenelle, sua agressividade, seu autoritarismo, os componentes de intempestividade que respondiam pela sua identificação, na opinião pública, como “louco” (“A maioria voltou-se contra ele...”), se transformaram na base da estrutura narrativa que Roberto Freire deu ao texto: na verdade, uma ficha psiquiátrica padrão com dados sobre a “história familiar”, a “história pessoal”, a “história médica” e o “estado mental” do suposto paciente. Entre o humor das várias descrições feitas por Freire e a questão do caos urbano, as sutis observações que conduziam a matéria para o *diagnóstico* do repórter, que criava uma associação de idéias marcadamente politizada em torno do assunto, com o viés da psicologia do comportamento das massas:

⁴⁴² Numa única oportunidade a revista produziu uma matéria vinculando a desorganização urbana a uma inequívoca questão de ordem social, neste caso a carência dos serviços públicos de saúde (*A morte está a caminho*, outubro de 1967, pág. 62). O texto de Hamilton Almeida era uma reportagem sobre o pronto-socorro do Hospital das Clínicas de São Paulo, “por onde passa diariamente um pedaço de dor e sofrimento da cidade grande”.

⁴⁴³ *Este homem é louco?*, maio de 1967, pág. 146.

“O *paciente* não se trata nem de um gênio incompreendido, nem de um louco varrido. No plano pessoal é um homem comum (...) que leva para a administração pública sua formação militar, tentando adaptá-la à vida civil.

“Se ganha popularidade, isso se deve ao fato de provar nas ruas que é de fato contra privilégios e discriminações. Mostrando sua coragem pessoal, contra tudo e contra todos, ganha fama de herói, que o povo admira e aplaude em sua necessidade inconsciente de líderes que desafiem poderes dos quais sempre desconfia.

“Afastado do DET paulista, poderá ser esquecido do público como todos os heróis populares que não conseguiram vencer os seus inimigos, sejam ocultas ou claras as forças que os derrubaram”.

Em junho de 1967, *Realidade* voltou ao tema da desorganização da cidade, mas de forma diferenciada: o centro da matéria era a própria São Paulo e, com ela, todo o desafio de sua administração nas mãos do então prefeito Faria Lima⁴⁴⁴. O resultado do trabalho do repórter Carlos Azevedo era o diagnóstico que dava a dimensão do gigantismo da metrópole (“Os problemas são colossais”), numa narrativa que corria paralela com o dia-a-dia de seu executivo (“O sol ainda não apareceu e a equipe que comanda a Prefeitura já começa a trabalhar”), a mesma dicotomia que se estabelecia na matéria de Eurico Andrade sobre os problemas do abastecimento que a cidade apresentava como desafio⁴⁴⁵, ou as contradições do espaço urbano desorganizado publicadas como “conto-reportagem” de autoria de João Antônio no número de setembro de 1968, uma matéria sobre a zona do cais de Santos⁴⁴⁶. O escritor-repórter, depois de viver um mês na área, descrevia “armazens, guindastes, navios imensos, bondes, caminhões. Bares, boates, hotéis, vozerio nas calçadas”, um cenário “em que marinheiros, crianças, mulheres, se agitam dia e noite”, alternando formas de vida momentâneas, onde “a rua é doméstica” pela manhã, até que chegue a noite, “a hora de expandir”.

Em todos esses exemplos, o que se verifica é que *Realidade* mantinha sua postura editorial de permitir ao leitor descer à essência das questões que reportava em suas páginas. Retirava do elemento factual presente no referencial informativo de seu público o fio condutor de um processo que podia estar presente nos dissabores vividos no comportamento do responsável pelo trânsito, na diversidade de problemas físicos da grande metrópole, no *interior* da administração, no desvendamento do que estava por trás das toneladas de alimentos consumidos por uma população em permanente

⁴⁴⁴ *Esta cidade não parou para pensar*, junho de 1967, pág. 80. A revista já havia abordado o problema do gigantismo de São Paulo num texto de Carmen da Silva publicado em dezembro de 1966 (*São Paulo precisa parar*, pág. 189). Não se tratava de uma reportagem, mas de uma crônica cheia do sentido irônico que o ritmo de vida do paulistano sempre provocou: o padrão de comparação da autora era o Rio de Janeiro... O texto de Carmen da Silva parece ter sido produzido em resposta ao retrato das peculiaridades da vida carioca feito em tom bem humorado por Mino Carta e publicado em dezembro de 1966 (*Reflexões sobre uma cidade dita maravilhosa*, pág. 182).

⁴⁴⁵ *A cidade vai comer*, dezembro de 1967, pág. 46.

⁴⁴⁶ *Um dia no cais*, setembro de 1968, pág. 98.

crescimento, ou no movimento subterrâneo que se processava no mundo do porto. As observações dos repórteres, nos quatro casos citados, ganhavam todos os ingredientes que possibilitavam a *leitura* verticalizada da informação. Eram textos que *revelavam*, como já foi dito.

Todavia, em nenhum aspecto da *visão do cotidiano* que trouxe para suas páginas, *Realidade* conseguiu fazer convergir esse sentido revelador para seu código narrativo como nas matérias em que abordou questões de natureza *policia*⁴⁴⁷. Era uma pauta de assuntos integrante do conjunto em que estavam aqueles relativos à vida nas cidades. Mas, para além desse sentido *integrador* com o urbano, os repórteres da revista souberam dar aos temas policiais uma forte dimensão humanizadora que abria caminho para a plenitude dos traços essenciais da grande reportagem, tal como era concebida pela revista: nesses textos percebe-se a presença intensa dos recursos literários já referidos nos demais capítulos, mas sua abrangência e significado surgem com força redobrada, porque estavam vinculados a uma temática cuja natureza *trágica*, humana e social, exigia e amplificava sua presença.

A primeira reportagem policial que *Realidade* publicou era de autoria de Narciso Kalili e surgiu no número de junho de 1966⁴⁴⁸. Sua integração com a vida urbana era dada pelo repórter no momento da introdução do leitor ao texto: “São Paulo tem 80 mil prostitutas, 30 mil ladrões, quase mil hotéis clandestinos, 4 mil bicheiros e milhares de malandros, viciados, homossexuais, cáftens, vigaristas, vagabundos”. A partir daí, seguia-se a narrativa construtora do sub-mundo, dos crimes que a cidade escondia, cenas só compreendidas porque eram descritas no universo literário:

“Três horas da madrugada, a velhinha ainda estava acordada na cama, pensando na morte. O marido, de 74 anos, tinha ido naquela noite para o Hospital das Clínicas, depois de uma crise de asma, e ela ficara sozinha. O cachorro latiu no quintal. Depois voltou o silêncio. De repente, veio um barulho da cozinha. Mexiam na fechadura. A velhinha levantou-se, acendeu a luz, atravessou o quarto lentamente. Quando entrou no corredor escuro, dois braços agarraram-na pelo pescoço. Quase sufocada, ela percebeu mais dois vultos à sua frente e estava desmaiando quando os braços a soltaram. Eram de um negro alto e forte, de olhos muito abertos. Atirada no chão ela viu a luz sumir quando alguém, aproximando-se de seu rosto, ameaçava:

“- Vamos vovó. Fique quietinha.

“Antes de perder os sentidos, a velhinha ouviu outra voz:

“- Vamos matar a velha, acho que ela viu a gente”.

⁴⁴⁷ Estão incluídas nesta designação todas as matérias de *Realidade* que versaram sobre a transgressão da lei civil ou sobre a estrutura e funcionamento do Judiciário, excetuando-se obviamente as situações em que esse poder foi abordado do ponto de vista das instituições políticas (*O juri é soberano*, dezembro de 1968, pág. 63). Ao longo do período estudado, a revista publicou exatas oito matérias que podem ser classificadas como “policiais”. Aquelas consideradas mais representativas do código narrativo de *Realidade* é que serão analisadas.

⁴⁴⁸ *O tira*, junho de 1966, pág. 108.

A sequência dessa e de outras cenas construídas por Kalili ao longo da matéria serviam para descrever o mundo de atuação do policial, o mundo noturno e cinzento que acompanhava todo o texto em fotos escuras, sugerindo perfis em imagens turvas; um mundo que não se reconhecia à luz do dia, de violência latente. No meio dele, o protagonista da reportagem que se deslocava na tensão presente em todos os fatos descritos pelo repórter:

“Moura (o policial) não gostava nada de ir para aqueles lados. Era o lugar mais encrascado da cidade, onde se junta toda a espécie de marginais. Entre a Rua dos Gusmões e a Rua dos Protestantes, perto do Departamento de Ordem Política e Social e da Estação Rodoviária, fica o que toda a polícia conhece como *lixão*. Ali é que está o maior aglomerado de hotéis de *curta permanência*. São Paulo tem quase mil deles...”

O mesmo Narciso Kalili voltaria ao assunto no número de dezembro de 1966 com a reportagem sobre o *Plantão Policial*⁴⁴⁹. A intenção era a mesma da matéria anterior: um outro mundo, que se movimentava em meio à marginalidade e que possuía uma lógica própria de comportamento, com suas leis e seus códigos, mundo com o qual a sociedade só guardava o traço de contato através da figura sombria do policial. Em *Plantão* essa figura é o delegado, cercado pela simbologia que marcava a existência dos dois níveis de existência da cidade e da própria sociedade:

“Nesta sala escura de um prédio antigo no centro de São Paulo, há um desfile de gente que não pára nunca. Aqui, a figura principal é o delegado, que perdoa ou castiga os que ficam do lado de cá da cerca. Por esta sala passam a miséria, o vício, a violência e o amor”.

E a ação, acompanhada pelo repórter:

“O plantão do dr. Raul Novaes Souza Campos estava até calmo naquele dia. Pequenos acidentes de trânsito, muita bebedeira, arruaça, mas nada de mais importante. De repente, um telefonema e o guarda chama o delegado:

“- Doutor, é o delegado Lacase da Delegacia de Costumes. Quer falar com o senhor.

Depois de desligar o telefone, o delegado vira-se para Eduardo:

“- Tem um suicídio no Paraíso. Um homem se atirou do quinto andar. Quer vir? Eu vou até o local.

“- Quero sim, doutor. Só que estou sem condução. Posso ir com vocês?

“- Infelizmente não dá.

“- Então arranjo um táxi. Vou chamar meu fotógrafo e já vamos.

⁴⁴⁹ *Plantão policial*, dezembro de 1966, pág. 156.

“Chegaram ao local do suicídio às dezenove horas. Lá encontraram quatro investigadores da Delegacia de Costumes. No fundo de um prédio de sete andares, o corpo de Herman Walter, um suíço. O dr. Raul Novaes não permitiu a entrada de ninguém no apartamento do suicida antes da chegada do delegado do DOPS. Enquanto isso, Marcos, fotógrafo de Eduardo, emprestava seu *flash* eletrônico para os peritos da Polícia Técnica fazerem fotografias do cadáver. Quando chegou o delegado do DOPS, todos subiram até o quinto andar, onde vivia o suíço. Mas foi impedida a entrada da imprensa. Pela porta entreaberta, Eduardo viu os peritos da Polícia Técnica examinando filmes, livros, gravadores. Um dos investigadores da Delegacia de Costumes achou uma lata cheia de maconha. Logo em seguida foi encontrado um estojo contendo agulhas hipodérmicas e barbitúricos. Estava tudo muito confuso para os repórteres até que um dos investigadores esclareceu alguma coisa:

(...)

“- Mas doutor, quem é esse Herman Walter?

“- Era diretor de um colégio e os pais o acusaram de corromper os alunos. Agora nada ficará esclarecido. Morreu e a morte acaba com tudo.

“Na Central de Polícia encontraram tudo calmo”.

As reportagens policiais de *Realidade* invariavelmente se desdobraram nesses dois níveis presentes nos textos de Kalili: o da simbologia dos elementos reveladores do universo urbano oculto, de forte conotação social, presente naquilo em que as personagens (e a própria cidade) se transformavam sob a luz, e o da fatualidade descrita de forma literária, que permitia ao leitor acompanhar a descrição de todo o ambiente que cercava o jornalista, a moldura em torno da qual o repórter observava e descrevia. Nessa dupla construção, o texto adquiria o feitio de uma produção onde se misturavam planos distintos, como o próprio Kalili faria em outra oportunidade em que narrou em blocos subsequentes ocorrências policiais com a descrição de fatos deduzidos dos crimes registrados e a rotina do Departamento de Investigações encarregado de sua elucidação⁴⁵⁰. Ou ainda como faria Percival de Souza na matéria publicada em fevereiro de 1968 sobre *o crime perfeito*⁴⁵¹, em que um Boletim de Ocorrência nas mãos do repórter era o elemento básico de uma variedade de hipóteses que compunham o intrincado enredo do crime para o qual a polícia não tinha respostas.

No entanto, não eram apenas as situações *impessoais* presentes nessas matérias que revelavam a tensão da violência como forma de comportamento. Isto é, nas matérias de Kalili e de Percival de Souza, os protagonistas se moviam num ambiente cuja dinâmica os superava; não tinham qualquer controle sobre a massa de acontecimentos que se desenrolava à sua frente; faltava-lhes o registro do ânimo e do estado

⁴⁵⁰ *Quem são os culpados*, julho de 1967, pág. 116.

⁴⁵¹ *O crime perfeito*, fevereiro de 1968, pág. 80.

psicológico com que se confrontavam com a realidade do mundo do crime. Essa espécie de *complemento* do retrato da violência - os componentes subjetivos da marginalidade, a disposição dos personagens e sua integração com as estruturas sociais - só foi tratada pela revista quando Roberto Freire produziu o texto sobre o matador profissional publicado em março de 1968⁴⁵².

Para o repórter era “uma história espantosa, onde a vida dos homens depende de um leilão; onde o poder pessoal é sustentado pela violência; onde uma rede diabólica, em que se envolvem políticos e policiais, se equilibra sobre uma estrutura apodrecida”. O painel traçado por Freire, dessa forma, entrelaçava o perfil do criminoso com o conjunto de circunstâncias que o produziam. No texto, essa dupla dimensão do problema tomava a forma da descrição de um crime, simultaneamente com o extenso interrogatório a que o pistoleiro foi submetido na polícia, resultando um verdadeiro exercício de análise psicológica que se estendia por 10 páginas da revista⁴⁵³.

De uma ou de outra forma, na descrição do sub-mundo ou na análise do comportamento individual do criminoso, o universo da marginalidade deslocado da estrutura social - ainda que tivesse nela própria suas causas mais profundas - surgiu nas páginas de *Realidade* com extraordinária força de composição. Nessas matérias, que podem ser classificadas como as mais representativas do código narrativo da revista, os repórteres produziram um tipo de material investigativo que saía das fronteiras do jornalismo e tangenciava os limites da produção literária marcada pelo realismo social.

O último exemplo, nesse sentido, é o do texto produzido por João Antonio sobre os informantes policiais, publicado no número de julho de 1968⁴⁵⁴. Na verdade, o tipo social descrito pelo repórter - o informante da polícia - ganhava a dimensão *absoluta* da marginalidade. Ele não estava deslocado apenas em relação à sociedade que existia *fora* do sub-mundo; ele também estava deslocado no próprio mundo da marginalidade: “É uma profissão suja e perigosa, que ele exerce para viver em paz com a lei e ter livre trânsito no mundo do crime. (...) Assim, **maldito por todos os lados**, ele é detestado pelos policiais, que o usam mas não confiam nele, e pelos malandros, que têm para ele um código: ‘Quem fala morre’”.

A partir dessa abertura, o repórter elaborou um texto carregado da tensão que a caracterização do informante sugeria; um permanente equilíbrio entre o ficcional e o

⁴⁵² *Profissão: matador*, março de 1968, pág. 40. Nesse mesmo número, a revista trouxe ainda outra matéria dando conta da dimensão subjetiva que relativizava a vida (*Suicídio*, pág. 92). Se, para Roberto Freire, ela “dependia de um leilão”, para a suicida, cujo depoimento foi transcrito por *Realidade*, a angústia, o medo, o desespero, formavam um outro conjunto de causas do estado latente da violência em que se movimentava a sociedade, de resto registradas pela revista quando tratou dos avanços da Psicanálise e da Psicologia.

⁴⁵³ A morte por encomenda também foi objeto da matéria publicada em outubro de 1968, mas neste caso abordando a execução de um cangaceiro (*Eu não queria matar Corisco*, pág. 117)

⁴⁵⁴ *Quem é o dedo-duro?*, julho de 1968, pág. 88. Grifos nossos.

real, que se fundia numa linguagem repleta de vocábulos expressivos do próprio grupo social em que era produzida:

“Onze e meia da noite no subúrbio. Num terreno escuro e baldio, cinco homens formam uma roda. Fala o crioulo Macalé:

“- É hora. O Carioca ficou de passar aqui na quebrada para comprar os bagulhos.

“Nenhum dos outros responde. Há um silêncio, a espera está pesando. Um deles acende um cigarro estranho, fininho. Aspira fortemente, mais, mais, fazendo uma sucção demorada, nervosa. E passa o cigarro ao próximo. No escuro, a brasa do cigarro andando, parando, andando, é o que melhor aparece.

“Chega o esperado. Cumprimenta com voz macia. Disposto, bem humorado:

“- Olá, meus compadres! Estamos a bordo. Como é que é? Trouxeram os bagulhos?

“O crioulo tem a seus pés duas malas de viagem. Abre uma. Lá dentro, alguns eletrodomésticos. Retira um rádio de pilha. Convida:

“- Chega mais, meu camarada. Vem apreciar a mercadoria.

“Subitamente, rápidos, acesos, dois homens, armas na mão, faroletes, invadem o terreno:

“- Aqui é cana! Todo mundo de mão para cima.

“Os revólveres e a viatura policial se aproximando paralisam os homens da roda. Não há movimentos. Descem mais três homens da perua. Agem rapidamente, vão metendo as algemas. A porta traseira da viatura é arreganhada, num tranco. Um dos tiras investe, de supetão, aos gritos:

“- Pra dentro!

“O crioulo Macalé quer ensaiar qualquer coisa:

“- Mas isto foi cagüetagem! Alguém aqui abriu o bico.

“O tira interrompe aos safanões:

“- Foi... foi uma droga. Prá frente, ô rapaz! Você vai entrar é no pau!

“Os outros policiais perdem a paciência. Um, dois, três tapas estalam.

“Torcem braços, exigem urgência.

“- Pra dentro, cambada!

“Um homem, aos trambolhões, é o primeiro a ser enfiado na perua. Vai debaixo de bofetões e pontapés. É quem mais apanha, cabeça encolhida se guardando das pancadas. É aquele um que Macalé disse que ia comprar os bagulhos. É o chamado Carioca.

(...)

“Mas o seu nome não é Carioca.

“Seu nome é José. Que se encurtou para Zé e se acrescentou de Peteleco, devido a seu jeito nervosinho, espevitado. De família pobre, cheio de irmãos, morou até os dezessete anos numa vilazinha de Carapicuíba, uma hora de trem nos subúrbios da Sorocabana, em São Paulo. Todos lutavam no trabalho pesado, Zé não queria nada...”.

Como se vê, *Realidade* produziu matérias sobre a complexidade da vida urbana de forma diferenciada, com a presença permanente do exercício da investigação *sociológica*. Especificamente no caso do desdobramento que essa pauta apresentou em direção aos elementos da violência - inscritos aqui como integrantes do universo urbano -, a revista da Abril caminhou para a elaboração do desvendamento de estruturas mais amplas que o simples fato policial permitia ler. Era mesmo o resultado consequente do que vinha sendo feito em outros setores de cobertura da publicação.

CAPÍTULO 15

MITOS

Esse ângulo de abordagem dos temas de sua pauta, que tem sido caracterizado como o resultado da integração entre o projeto editorial da revista e as demandas culturais de seu público leitor, permitiu a *Realidade* produzir uma extensa cobertura de vários assuntos componentes do universo mítico da cultura de massas. O assunto já foi abordado em outros momentos, especialmente quando da análise do material publicado em *Panorama* ou no *Roteiro*, e das matérias inicialmente sugeridas nessas seções. Parte desse universo, contudo, situava-se fora desse âmbito. Eram temas localizados em traços particulares da cultura popular brasileira que ganhavam penetração no mundo da audiência urbana massificada na medida mesmo em que se tornavam mais complexos e mais intensos os processos de comunicação coletiva.

O mais frequente desses temas nas páginas de *Realidade* foi o *futebol*. A revista produziu um número extraordinário de reportagens sobre esse esporte; não sobre ele especificamente, mas sobre o imaginário do torcedor, sobre ídolos das torcidas (times ou jogadores), sobre o fascínio mobilizador que exercia nas multidões, sobre atividades paralelas que integravam sua prática. Essas matérias, contudo, invariavelmente fugiram dos lugares comuns com que a imprensa diária sempre abordou esses assuntos. É possível afirmar que *Realidade* ampliou, assim, as perspectivas de um novo estilo de jornalismo esportivo, tradicionalmente feito no Brasil com características marcadamente superficiais e limitadoras da compreensão de todos os seus desdobramentos sociais.

O futebol foi a matéria de maior destaque no número um da revista: em abril de 1966, poucos meses antes da Copa do Mundo que seria disputada na Inglaterra, *Realidade* estampou na capa a figura de Pelé. E o tema da reportagem-sonho (como a própria revista definiu), remetia diretamente a todo o potencial arrebatador que o país sempre viveu às vésperas de campeonatos internacionais de futebol: um exercício de ficção que trabalhava com a possibilidade de que, em Londres, o Brasil se sagrasse tricampeão mundial⁴⁵⁵. A revista fizera uma opção arriscada, escolhendo o caminho do otimismo desenfreado, no lugar da polêmica que naturalmente a formação da seleção brasileira sempre provocou na opinião pública. Essa variação de *Realidade* em torno do futebol estava presente no número seguinte da revista, com a matéria sobre Armando Marques, único árbitro brasileiro chamado a apitar jogos da Copa do Mundo: o ângulo inédito decorrente do fato de que era o juiz quem escalava o time, emitindo opiniões desconcertantes sobre a seleção brasileira⁴⁵⁶.

⁴⁵⁵ *Ganharemos em Londres? Brasil tricampeão*, abril de 1966, pág. 23.

⁴⁵⁶ *O juiz escalou o time*, maio de 1966, pág. 126.

As matérias sobre futebol publicadas nos primeiros números da revista estiveram sempre relacionadas com as perspectivas do campeonato mundial. No número de julho, por exemplo, o texto de Milton Coelho (era a primeira reportagem de esporte assinada) vinculava o esporte aos elementos da credence popular, reproduzindo todo o arsenal de “mandingas” de que dispunham os torcedores e os próprios técnicos e atletas na luta pela vitória⁴⁵⁷. E, dessa forma, o ângulo inédito de abordagem do assunto, mais uma vez se revelava:

“- Se mandinga vencesse jogo, o campeonato baiano terminaria empatado.

“A frase é do comentarista esportivo João Saldanha, ateu declarado. Mas, quando dirigia o time do Botafogo, Saldanha tinha o cuidado de ir a todos os jogos com a mesma camisa, a camisa da sorte.

“Pois a mandinga está, acima de todas as crenças e filosofias, ligada intimamente à história do futebol brasileiro. E todos quantos venham a enfrentar a nossa seleção já devem estar sabendo que contra eles não estarão em campo apenas os melhores jogadores do Brasil. Na Copa entrará também uma das nossas mais requintadas artes: a mandinga”.

No número seguinte, em agosto, com o Brasil já derrotado na Copa, a matéria era de autoria de Carlos Azevedo e reproduzia uma extensa entrevista com Paulo Machado de Carvalho concedida à revista antes do campeonato⁴⁵⁸. Era, como se podia esperar, um elenco de advertências ressentidas, acompanhadas de uma nota dos enviados especiais de *Realidade* a Londres, Sérgio e Cláudio de Souza. “Mas o que aconteceu? Onde está o futebol brasileiro?”, perguntavam os repórteres. Na resposta, uma lista interminável de críticas, entre elas a ante-visão de que “o futebol de hoje exige preparo físico, tática, trabalho de equipe e planejamento inteligente. Exige, enfim, dirigentes à altura do desafio. Por desgraça nossa, não os tivemos”. Era a modernização chegando ao futebol, substituindo a velha concepção - ainda segundo os jornalistas - do exclusivo brilho individual dos atletas como condição determinante das vitórias.

Encerrada a Copa do Mundo e arrefecido o ânimo bem-humorado inerente às matérias sobre o assunto, *Realidade* se debruçou sobre uma abordagem mais crítica e humanizada do futebol⁴⁵⁹. A partir de outubro de 1966, todas as reportagens sobre o tema enveredaram pelo desvendamento dos aspectos trágicos e existenciais dos mitos e referenciais com que a opinião pública moldava seus ídolos. O primeiro exemplo é a

⁴⁵⁷ *Feitiço brasileiro vai a Londres*, julho de 1966, pág. 108.

⁴⁵⁸ *As Copas que eu ganhei*, agosto de 1966, pág. 28.

⁴⁵⁹ Ainda no período estudado, *Realidade* voltaria, por duas vezes, a destacar a ansiedade com que se discutia a formação da seleção brasileira que iria ao México em 1970. A primeira, com a matéria publicada em maio de 1968, era uma avaliação sobre as possíveis indicações de Aimoré Moreira. Para a revista só faltava o goleiro, como dizia o título da reportagem (*Só falta o goleiro*, pág. 150). A segunda, com a reportagem carregada de duplo sentido desde o título (*Nestas esquerdas o Brasil confia*, dezembro de 1968, pág. 236). Até a Copa do Mundo, contudo, muita coisa se alterou, inclusive para as esquerdas, mas em se tratando de futebol, *Realidade* não resistiu à vocação especuladora da imprensa esportiva brasileira.

reportagem sobre os dissabores do goleiro e a solidão de sua função, publicada naquele mesmo mês em texto não assinado⁴⁶⁰: a matéria era carregada de histórias de dramas pessoais que transformavam os atletas em alvo de uma sina “amaldiçoada” no esporte: “Na história do futebol brasileiro, fora Gilmar, bicampeão do mundo e por isso proibido de lamentar-se, o único goleiro feliz na profissão foi Marcos Carneiro de Mendonça. Talvez por ter sido amador...”. A revista reiterava a longa série de desastres protagonizados por atletas que caíram em desgraça por suas falhas ou pelos azares do fortuíto. A perda da Copa do Mundo havia desfeito o estilo “reportagem-sonho”.

Apesar disso, tudo indica que *Realidade*, tanto quanto fez com outros temas da vida brasileira, dessacralizou a idolatria desmesurada no futebol, embora tenha reforçado os valores pessoais que eram, de fato, incontestáveis. Pelé, por exemplo, foi objeto de uma extensa matéria de Roberto Freire publicada no número de novembro de 1966⁴⁶¹. Para o repórter, “é impossível entrevistar um gênio. Não encontramos perguntas para suas respostas. Pelé é um gênio. O que o torna genial está além do que diz e sabe, principalmente a seu próprio respeito. Nem todos os gênios têm a dignidade de Pelé. Sua perplexidade pelo que faz e significa universalmente é a maior de todas. Suas respostas são perguntas, absolutamente irrespondíveis. Por tudo isso, acontece que, nas entrevistas com os gênios, o entrevistado seja sempre o repórter”. Ao final, o perfil do maior ídolo do futebol brasileiro aparecia nas páginas da revista com todos os ingredientes da introspecção provocada pelo repórter-analista.

Nessa medida, nas páginas de *Realidade*, a figura do jogador de futebol foi investigada de outro ângulo, longe dos lugares comuns aos quais o público leitor estava acostumado. Garrincha, em outro exemplo, foi retratado no número de março de 1968, também por Roberto Freire⁴⁶². A vida profissional do jogador carioca, na prática, já estava encerrada, de tal forma que o próprio repórter registrou em sua matéria que o título original da reportagem era “Garrincha morreu. A idéia era contar a história do fim de uma carreira, da queda de um ídolo”. E esse era o conteúdo do texto escrito como uma carta dirigida ao jogador:

“... você está expulso dos campos, não pode mais jogar, recebe vaias, agressões e a mão que o conduz é também para fora. No apogeu da glória, inventaram isto para você: Garrincha, alegria do povo. Você não diz, hoje, mas sente: povo, tristeza de Garrincha...”

⁴⁶⁰ *Desgraçado é o goleiro*, outubro de 1966, pág. 144. A figura do juiz de futebol, acompanhada de todos as agruras de seu trabalho, foi também objeto da reportagem de Luiz Lobo em dezembro de 1967 (*Ser juiz*, pág. 78).

⁴⁶¹ *Pelé*, novembro de 1966, pág. 38.

⁴⁶² *Obrigado, Garrincha*, março de 1968, pág. 122. Essa visão “existencial” da vida dos jogadores de futebol não foi a única que *Realidade* colocou em sua pauta. O atleta foi visto também como objeto técnico de preparação física, com toda a sofisticação que já estava presente nos grandes clubes brasileiros (*A máquina entra em campo*, outubro de 1967, pág. 76). Também o progressivo caráter empresarial que esses clubes passaram a ter ao longo dos anos 60 esteve presente na revista (*Santos S/A*, abril de 1968, pág. 138), em contraponto com a decadência das equipes que não acompanharam a “modernização” (*Coitado do São Cristóvão*, julho de 1968, pág. 100).

“A verdade dura, Mané, é que você não tem mais time e sabe não ter mais lugar em seleção alguma”.

O texto de Roberto Freire, dessa forma, trabalhava em dois ângulos distintos de visão, convergentes no entanto. O primeiro era o da descrição do abandono do ídolo, o ângulo da tragédia pessoal, a decadência, a imolação a que Garrincha era submetido - em tudo o contraponto de Pelé. O segundo era o da volatilidade da idolatria, a crueza no tratamento recebido do “povo”. Para Roberto Freire, “o futebol é coisa muito mais importante do que a maioria das pessoas pensa. Importante para a vida de um povo”.

E era verdade. O futebol visto por *Realidade* assumiu em algumas de suas matérias um sentido alegórico que dizia respeito à intervenção popular no rumo dos acontecimentos nacionais. A euforia das torcidas, o caráter espetacular que suas manifestações adquiriam, a alegria coletiva com a vitória, podiam ser lidos como elementos simbólicos de uma proposta democrática de organização social, associando-se tudo isso à contrapartida do Estado autoritário.

Os exemplos desse duplo sentido que essas reportagens adquiriram são três. O primeiro é o da matéria publicada em maio de 1967 de autoria de Milton Coelho⁴⁶³. A reportagem sobre a imensidão da torcida do Flamengo já era aberta com a ênfase para o caráter *democrático* de sua composição, um “velho amor (que) não acaba porque vem do povo”:

“No Palácio da Alvorada, dona Iolanda Costa e Silva entra silenciosamente na sala em que o marido conversa com dois ministros. Ele sorri quando ela lhe dá a notícia do gol marcado a 1.200 quilômetros de distância. Quase o mesmo sorriso do sr. João Goulart, sentado na varanda de sua fazenda uruguaia entre um rádio a todo volume e a cuia de chimarrão.

(...)

“No morro do Salgueiro, o pedreiro Francisco de Sousa também vibra de alegria com o pequeno rádio-transmissor preso nos dedos crispados”.

O segundo exemplo é o da reportagem feita por Antonio Euclides Teixeira sobre a torcida corintiana e publicada em julho de 1967⁴⁶⁴. Tanto quanto o Flamengo, o time paulista arrebatava multidões e suas vitórias mexiam com a própria produção de São Paulo: “Nas semanas em que o Corinthians ganha - dizia o repórter -, a produção em São Paulo sobe 12,3 por cento. Nas semanas em que o Corinthians perde, o número de acidentes de trabalho aumenta 15,3 por cento... O Corinthians é um time que não ganha um campeonato faz mais de 12 anos - mesmo assim é o único time que consegue lotar o estádio”.

⁴⁶³ *Mengo, tu é o maior*, maio de 1967, pág. 92.

⁴⁶⁴ *A isto se chama religião*, julho de 1967, pág. 64. Para a revista, o futebol não conhecia fronteiras: até mesmo um time formado exclusivamente por presidiários foi matéria (*Crime F.C.*, abril de 1968, pág. 128).

O terceiro exemplo é o texto de João Antônio sobre a rivalidade entre as torcidas mineiras do Atlético e do Cruzeiro publicado em novembro de 1968⁴⁶⁵. O confronto dos dois times era visto pelo repórter com um evento capaz de alterar comportamentos, até mesmo dos mineiros - que a matéria insinuava tradicionalmente como moderados e cordiais (o povo brasileiro?). No limite de seu envolvimento com o descontrole provocado pela adesão a seu clube, “tudo muda. A cidade perde a calma”; “a população está dividida”; “São cem mil pessoas gritando”; “Bandeiras, fogos, barulho, loucura”; “sangue, murros, colapso, desmaios”.

Essa avalanche de manifestações que a revista intitulou de “Revolução”, tinha uma base essencialmente democrática e mobilizadora, como a política, especialmente no momento em que a matéria foi elaborada: “... há no fundo de cada torcedor o desejo de encontrar alguma ternura ou aconchego na multidão, uma fuga estranha ao anonimato, através de um sentimento de fraternidade com a massa torcedora.

“Para os sociólogos, a dilatação da capacidade esportiva, a atração de maior número de pessoas a concentração dos interesses na área do lazer, coincidem com uma situação de mudança social na capital mineira (o Brasil?) e fortificam-na. É a cidade (o Brasil?) passando de uma sociedade pré-capitalista para uma fase capitalista de relações econômicas e sociais.

(...)

“Grupos, carregando bandeiras e gritando gritos de guerra, compõem uma platéia especial que conversa, insulta e açula os privilegiados que vão ao campo. (...) Nos bairros, não é diferente: há berros, há bandeiras, e há futebol para os que não podem vê-lo no estádio.

(...)

“Gente sem dinheiro, que chegou ao estádio de manhã, come sanduíche. São muitos, a maioria. (...) Velhos, crianças, famílias inteiras, namorados... Discutem-se todos os assuntos, desde o preço da lavanderia até literatura e arte. O recheio, porém, é um só: futebol”.

Mas, para o repórter, havia mais que isso: “Na massa que torce, as inibições desapareceram. O torcedor pratica os atos que entende; bate, xinga, agride, chora. Na condição nova, a do homem que torce, ele inclui o direito até de matar, se houver necessidade. É livre.

“O bojo do Mineirão está arfando. No espírito do torcedor, um ponto crítico, um misto de medo, insegurança, angústia. Sente-se, no ar, que a torcida parece achar que o jogo não deveria ter começado nunca (uma revolução?) e, já que começou não deveria chegar ao final”.

⁴⁶⁵ *É uma revolução*, novembro de 1968, pág. 100.

O texto de João Antônio pode ser lido como uma fábula penetrada pela metáfora política, sem que deixasse de ser, por isso, a reportagem esportiva que relatava a partida final de um campeonato de futebol. Mas a exacerbação da alegria, o contágio do coletivo, a expectativa de realização individual na manifestação da massa anônima, permitiam que se retirasse o evento esportivo de seu entendimento linear. Ao contrário, levavam o leitor ao contato com a essência do fato social, travestido de uma partida de futebol nas páginas de *Realidade*. Ou, como escreveu o próprio autor da matéria:

“O Mineirão é exatamente o palco da maior rixa da cidade. Isso, na aparência, porque um jogo Cruzeiro *versus* Atlético significa muito mais. Está, numa partida de futebol, a maior e possivelmente única válvula de escape de um povo calado, crispado, desconfiado”.

As reportagens produzidas por *Realidade* deram aos fatos do universo mítico da cultura de massas uma outra dimensão, como se vê; e essa linha de abordagem não se restringia ao futebol. No período estudado, outros esportes e outros temas foram objeto da mesma postura reveladora, postura que os expropriava da feição a-crítica com que eram encarados na Indústria Cultural⁴⁶⁶. E ainda que não o fossem, em vista do inusitado de sua ocorrência enquanto fato jornalístico, eram, nas páginas da revista da Abril e do grupo que formava sua redação, transformados em elementos de análise diferenciada.

Os exemplos disso são diversos. José Carlos Marão, em agosto de 1966, desmistificou o aparato conceitual que orientava os concursos de misses: “Beleza anda de braço com ridículo nos concursos em que moças bonitas, ingênuas e decentes emprestam sua graça a essa coisa sem graça que é correr atrás dos sonhos numa passarela...”⁴⁶⁷. Oriana Fallaci, em setembro de 1966, expôs a complexidade do mundo do boxe através da reportagem em que fez o perfil de Cassius Clay⁴⁶⁸. Milton Coelho analisou o mundo do turfe em dezembro de 1966⁴⁶⁹. João Antônio, em outubro de 1967, reportou a sinuca e o universo de tipos humanos e de interesses que a cercavam⁴⁷⁰. O

⁴⁶⁶ Em uma única oportunidade, no âmbito das matérias pertinentes aos mitos da Indústria Cultural, *Realidade* abandonou essa abordagem crítica que marcava seus textos. Foi em outubro de 1966, com o perfil de Walt Disney feito por Oriana Fallaci (*Disney, uma criança de 65 anos*, pág. 88). A matéria era, na verdade, uma apologia do mundo da diversão infantil criado pela Walt Disney Productions, sem qualquer pretensão de análise mais profunda de seu significado. E talvez não pudesse ser diferente: a Editora Abril tinha os direitos de reprodução das revistas infantis da empresa norte-americana no Brasil. Mas não era preciso exagerar: a certa altura da matéria, Disney afirma: “Não suporto os intelectuais, tenho vontade de jogá-los no meio do mato”. E a repórter, que se caracterizara em outros textos por sua ira, ficou calada. A declaração de Disney, encimando a página, dispensava comentários e lembrava a de Göebels - “Quando ouço falar em cultura, tenho vontade de puxar o revólver”.

⁴⁶⁷ *Pobre menina miss*, agosto de 1966, pág. 88.

⁴⁶⁸ *Cassius Clay, aliás Mohammed Ali*, setembro de 1966, pág. 82. O mundo do boxe foi também objeto da matéria de Hamilton Ribeiro publicada no número março de 1967 (*Aqui se aprende a bater*, pág. 122).

⁴⁶⁹ *Foi dada a partida*, dezembro de 1966, pág. 138. O mundo das corridas de cavalo foi ainda objeto de duas outras reportagens de *Realidade*: em julho de 1968, com o texto de Sylvio Senna sobre o trabalho do jóquei (*É hoje, Dendico!*, pág. 63), e em dezembro do mesmo ano, com o texto de João Antônio sobre o trote (*O pequeno prêmio*, pág. 80).

⁴⁷⁰ *Este homem não brinca em serviço*, outubro de 1967, pág. 102.

mundo das corridas de automóveis foi investigado por Hamilton de Almeida em janeiro de 1968 (“O que leva um homem a amar a velocidade e arriscar a vida nas pistas de corrida é uma questão que ainda não foi respondida pelos psicólogos. Nem pelos corredores”)⁴⁷¹.

⁴⁷¹ *Camilo, por que você corre?*, janeiro de 1968, pág. 122. Nem mesmo a instituição do Circo deixou de receber o crivo da investigação jornalística: em outubro de 1966, Roberto Freire traçou o perfil do palhaço Arrelia, analisando-o sob o duplo ponto de vista do empresário e do sucesso, já em declínio, que sua atividade representava para o público paulista (*Este homem é um palhaço; este palhaço é um homem*, pág. 110). O circo voltou ainda duas vezes às páginas da revista. Em janeiro de 1968 (*O último circo*, pág. 22) e em outubro do mesmo ano (*Bravo, Orfei*, pág. 104).

CAPÍTULO 16

CONCLUSÃO: VISÕES DA IMPRENSA E DE SI MESMA

A imprensa também foi objeto das reportagens de *Realidade*. Os jornalistas da revista da Abril lançaram sobre o processo de disseminação da informação impressa uma visão que permite ao estudioso não apenas indagar sobre o entendimento que tinham do veículo com o qual operavam, mas também interpretar como viam a si próprios, como viam o resultado e o sentido de seu trabalho, as alternativas para sua realização e o quadro cultural em que *Realidade* estava mergulhada.

A primeira matéria nesse sentido teve autoria de Luiz Fernando Mercadante e foi publicada em outubro de 1966⁴⁷². O “palco” dos acontecimentos, como denominou o repórter, era o *Jornal do Brasil*. “Os personagens são os seus repórteres, redatores, editores e diretores. Mas hoje a estrela da peça é, mesmo, a informação, a notícia”. E sobre sua importância, Mercadante elencou, logo na abertura de seu texto, a opinião de seis dos principais profissionais do jornal carioca, com a marca comum em todas as declarações de que o processo de informação ocupava um papel fundamental no conjunto do tecido social. O jornal era “uma prova de todo dia”, para Mercadante. E o desafio se estendia no ambiente carregado de tensão de sua feitura, em todas as fases envolvidas. Mas em nenhum momento, mesmo na descrição das operações essencialmente técnicas, o repórter de *Realidade* deixava de alinhar seu texto à valorização do que estava sendo produzido:

“O homem claro, gentil e elegante, que vai chegando a uma hora é o *editor-chefe* do *JB*, isto é, o chefe da redação. Seu nome é Alberto Dines, um moço de 34 anos, carioca, pai de quatro filhos, professor de Teoria da Comunicação no curso de Jornalismo da Universidade Católica, que começou sua carreira como repórter de *Visão*, passando depois, como secretário de redação, pela *Manchete*, *Última Hora*, *Diário da Noite* e *Fatos e Fotos*. Para sua empresa de hoje, quer dizer, para a S.A. *Jornal do Brasil*, o editor-chefe é o homem que faz o jornal, que lhe dá forma. Dines está no cargo há cinco anos e, nesse tempo, preocupou-se em criar uma redação e um sistema cada vez mais capazes de produzir um bom jornal.

“- Todos os dias são grandes dias - afirma. Não de pode contar todos os dias como um dia excepcional para se fazer jornal. Mas é possível, sim, tratar cada dia como um dia excepcional.

“Falando e escrevendo seis línguas, lendo muito e visitando sempre que pode os grandes jornais do mundo, Dines persegue seu ideal profissional:

“- Conservar o subjetivismo da profissão e solidificá-la como o objetivismo da comunicação de massas”.

⁴⁷² *A aventura da notícia. Vinte e quatro horas na vida de um jornal*, outubro de 1966, pág. 132.

Esse fio condutor indicado por Alberto Dines era o eixo em torno do qual o repórter de *Realidade* traçava todo o processo de confecção de uma edição do *JB*: “a redação começa a esquentar”; “primeiro furo traz alegria”; “tomam-se as grandes decisões”; “meia-noite: missão cumprida”⁴⁷³.

Não obstante as indicações de Mercadante - ditas através de seus entrevistados - de que o processo de comunicação impressa, em sua essência, era um fenômeno de sentido estrutural para a sociedade; e apesar dos elementos de desvendamento do processo de feitura do jornal captados na matéria, associados ao dinamismo que o repórter introduzia ao longo das 24 horas em que acompanhou todo o trabalho dos profissionais do *JB*, o fato é que *Realidade* via a situação da imprensa diária no Brasil com apreensão.

Em maio de 1967, por exemplo, um breve comentário na seção de variedades dava conta dessa preocupação⁴⁷⁴: “Brasileiro não lê jornal, dizia o texto. Dos 80 milhões de habitantes, apenas três milhões compram todo dia o seu matutino ou vespertino, o que dá uma proporção de 37 leitores em cada mil habitantes. Na Inglaterra e Suécia, entre cada mil habitantes, cerca de 500 jamais deixam de ler seu jornal diário. Nos Estados Unidos, a média cai para um pouco mais de 300 leitores por mil habitantes.

“Por que os jornais brasileiros vendem tão pouco?”

Na resposta à pergunta, *Realidade* elencava as razões que acreditava estarem na raiz de uma crise anunciada: o mercado e o produto. O mercado consumidor formado por alfabetizados no Brasil era extremamente reduzido, afóra o fato de que o poder de compra desses eventuais leitores deveria ser mais alto. “Na indústria da imprensa, os reflexos da crise são mais graves porque o consumidor não tem dinheiro e não sabe ler”.

“Mas há que considerar que nossos jornais não esgotam sequer o potencial de leitores disponíveis, os que *podem ler e comprar*, e não compram. Por que?”

“Hoje, a média de tiragem dos diários de do Rio e de São Paulo está em redor dos 50 mil exemplares. No entanto, há algumas décadas já se vendia quase isso. Para dar uma idéia, no dia em que morreu Lampião, há quase 40 anos, o jornal *A Noite* vendeu 200 mil exemplares.

“Se os jornais brasileiros estão (como já estiveram os americanos, franceses e ingleses) ameaçados de perder um mercado já conquistado, é porque **não adaptaram suas técnicas às novas exigências do leitor moderno, que está sendo solicitado ininterruptamente por estímulos irresistíveis. Os jornais brasileiros continuam**

⁴⁷³ A imprensa mereceu outra matéria de *Realidade*, quase exclusivamente voltada para um rápido perfil dos principais nomes que comandavam os jornais diários do país, embora o repórter Milton Themer abrisse seu texto com um breve histórico de seu desenvolvimento (*Um assunto de jornal*, agosto de 1967, pág. 152).

⁴⁷⁴ *Nosso jornal está em perigo*, maio de 1967, pág. 11. Grifos nossos.

tentando refletir objetivamente, como se fossem espelhos, os fatos e os acontecimentos de um mundo onde o inesperado, o novo, bombardeiam diariamente a atenção do leitor através da imagem e do som da TV, do rádio, do cinema.

“O momento crítico porque passa a imprensa escrita no Brasil coincide (...) com o aparecimento da ‘Civilização da Imagem’, onde **a larga divulgação da linguagem visual subverteu a forma tradicional de aquisição da informação e conhecimento.**

“(...) As funções que o jornalismo exercia com exclusividade foram repartidas pelos outros meios de comunicação. Em compensação, as vantagens da mensagem escrita foram habilmente exploradas no sentido da documentação, da análise, da interpretação e da explicação. Ou seja, as primeiras informações (‘morreu o presidente’, ‘aumentou a taxa do dólar’) são fornecidas pela TV. **Ao jornalismo escrito cabe explicar as consequências, analisar a situação passada, especular sobre a política econômica. A imprensa, hoje, tem que analisar, interpretar”**.”

A nota era, assim, um receituário. Encontrava a causa da crise da imprensa diária na concepção de jornalismo que *Realidade* evitava e relacionava essa opção com motivos estruturais: as exigências de parcela do público eram outras, e eram outras porque, em parte, era outro o universo do processo de comunicação coletiva⁴⁷⁵. É possível deduzir que a proposta de jornalismo investigativo tal como ele foi praticado pela revista da Abril tivesse essa análise como seu fundamento.

Era uma análise que a revista julgava acertada porque desde o seu lançamento o sucesso de público de *Realidade* havia sido inquestionável, o que permitia aos seus profissionais o exercício de uma avaliação positiva sobre os resultados de seu trabalho. A julgar pelos números sempre maiores das vendas, pelo esgotamento rápido das edições, pela penetração da revista em alguns mercados externos (Argentina, Portugal) e pelo papel referencial que as matérias passaram a ter entre os setores que a consumiam, *Realidade* havia se tornado um sucesso editorial e sua linha de produção jornalística; por isso mesmo, ganhava a feição de um conjunto de procedimentos que passavam a buscar o aprimoramento da análise, a liberdade de experiências textuais, o aprofundamento dos variados ângulos de abordagem; uma revista que “cintilava”, como disse José Hamilton Ribeiro.

Em várias oportunidades, a própria revista refletiu em suas páginas o sucesso que andava conseguindo. Eram notas curtas, na maior parte das vezes localizadas na abertura das edições em que surgiram, mas documentavam uma espécie de auto-referência importante para que se acompanhe a trajetória da publicação no período estudado.

⁴⁷⁵ Era um universo assimétrico, contudo. Em janeiro de 1968, *Realidade* analisou o processo de confecção dos jornais sensacionalistas tomando como exemplo o diário *Luta Democrática*, do Rio de Janeiro, num texto de Eurico Andrade (*Nós queremos um cadáver*, pág. 72). Para o repórter era “um mundo estranho, ao mesmo tempo dramático e cômico: uma imprensa à parte, que não vive sem a tragédia, que corre atrás dos defuntos”. Nada em comum com o receituário da revista da Abril: “Há muitas décadas, as notícias desses jornais são redigidas no mesmo linguajar. É a marca registrada. A sub-literatura começa pelos componentes da tragédia e vai até à maneira de escrever”.

A primeira vez em que isso ocorreu, a nota surgiu naturalmente no segundo número de *Realidade*, quando a revista produziu sua primeira reflexão sobre as razões de seu êxito - o universalismo de seus temas e a profundidade com que foram abordados⁴⁷⁶:

“O primeiro número de REALIDADE esgotou totalmente. Toda a tiragem de 250.000 exemplares desapareceu em menos de uma semana. De Recife a Rio Grande, de Cuiabá a Curitiba, chegaram cerca de 300 telegramas e telefonemas dos distribuidores, solicitando mais revistas - que simplesmente não existiam. E logo nos primeiros dias, começamos a receber as cartas dos leitores. **Cartas de advogados e operários, de professores e donas de casa, de estudantes e industriais.** Cartas que nos emocionaram com o seu calor, entusiasmo e encorajamento. **Tudo isto num país onde se costuma dizer que ninguém quer ler. Que teoricamente não está interessado em ciência, literatura, política internacional, economia, ou uma série de outros assuntos considerados ‘difíceis’.** Interpretamos o êxito de REALIDADE como um voto de confiança do público leitor. E como um incentivo para continuar”.

Em julho do mesmo ano, a revista publicou outra nota dando conta do caráter vertiginoso e consolidado, naquele momento, de sua penetração⁴⁷⁷: “Dos 250 mil exemplares, passamos para 280 mil em maio e 350 mil em junho. Mas de todos os cantos do País, cartas e telegramas continuam chegando, reclamando ainda mais revistas.

“Assim, resolvemos imprimir, nesta edição, 450 mil exemplares. Esta decisão, entretanto, trouxe um dilema. De um lado, queríamos atender a todos os pedidos. Do outro, não tínhamos papel-REALIDADE em quantidade suficiente para enfrentar uma tiragem tão grande. Assim, fomos obrigados a utilizar estoques de papel diferente - menos branco e brilhante do que o nosso - para completar a impressão de algumas páginas deste número”.

A segunda reflexão feita pela revista sobre seu sucesso editorial tomou a forma de uma matéria feita pelo próprio redator-chefe de *Realidade*, Paulo Patarra, publicada no número de março de 1967⁴⁷⁸: “Quando o leitor compra seu exemplar de REALIDADE, movido muitas vezes pelo impacto da capa, não pensa que ela custou dias e dias de trabalho, reuniões secretas, viagens a jato para países longínquos, centenas de fotos batidas e até espionagem”. A “história” das capas revelava, no texto de Patarra, que não havia nada de aleatório na revista. Ao contrário, as matérias destacadas acompanhavam a ênfase que a redação pretendia dar ao miolo de reportagens. E revelava ainda o clima de produção coletiva que havia tomado conta da revista. “(...)para nós - dizia o texto - o importante é a coragem de dar capas fortes, diretas, reais. Como queremos que REALIDADE seja sempre”.

⁴⁷⁶ *Voto de Confiança*, maio de 1966, pág. 3. Grifos nossos.

⁴⁷⁷ *Pedimos desculpas*, julho de 1966, pág. 3

⁴⁷⁸ *A história das doze capas*, março de 1967, pág. 30

Nenhuma dessas reflexões, no entanto, podem ser comparadas àquelas em que a revista mediu o alcance *político* de seu projeto editorial. A primeira vez em que isso ocorreu foi quando da apreensão do número especial sobre a mulher brasileira, em janeiro de 1967. Na edição seguinte, o editorial da revista contestou abertamente a medida, não só classificando-a como infundada pelos motivos alegados de “obscenidade” das matérias reproduzidas, mas - e principalmente - pelas ameaças que a apreensão representava para a liberdade de imprensa. E, nesse caso, a reflexão feita remetia à natureza do jornalismo que estava sendo praticado: “uma revista para homens e mulheres inteligentes que desejam saber mais a respeito de tudo”⁴⁷⁹.

De outra feita, em junho de 1967, a reflexão sobre as ameaças à liberdade de imprensa que pairavam no ar levou a revista a associar sua produção jornalística à possibilidade de que a censura viesse a se concretizar: “Quando autoridades mandam apreender revistas (*Manchete* foi proibida em Guaratinguetá, São Paulo, porque um Juiz de Menores considera indecência os índios andarem nus - mas não especifica se seria preciso vesti-los para fotografá-los) e cortam ou interditam filmes (*Terra em Transe*, fita nacional premiada no Festival francês de Cannes, quase não pode ser vista pelos brasileiros), a censura se transforma em assunto do momento. Para aprofundar o problema, repórteres procuraram os homens que ‘sabem’ o que podemos ou não podemos ver e entrevistaram intelectuais. Todos foram contra o primarismo dos censores”⁴⁸⁰.

Realidade, portanto, via-se a si própria como uma publicação que havia adquirido importância institucional e a manifestação de suas preocupações com a censura anteviam a dificuldade em manter sua linha investigativa de análise, a produção verticalizada do jornalismo que produzia, com a situação autoritária que se exacerbava na medida em que a conjuntura política do país caminhava para o impasse. As duas coisas não poderiam andar juntas. Até que se consumasse essa dicotomia entre o caráter da grande reportagem de *Realidade* e a configuração acabada do Estado autoritário, a revista aprofundou seu trabalho.

Em outubro de 1967, seu diretor passou a ser o jornalista Odylo Costa, filho, e sua chegada foi anunciada na “Carta do Editor” daquele número, pelo próprio Victor Civita⁴⁸¹. Para o dono da Abril, *Realidade* era a “maior revista de interesse geral do Brasil” e em sua curta existência havia se firmado com uma produção jornalística fundamentada em pesquisas, em textos de profundidade, em análises pertinentes. O novo diretor, para Civita, viria ampliar esse trabalho. Claro, era uma apresentação laudatória, mas a presença de Odylo Costa, filho, à frente da revista parece ter posto em marcha um processo de aprofundamento das linhas que já estavam demarcadas até ali, até porque, o novo diretor havia acompanhado, nos órgãos em que trabalhou,

⁴⁷⁹ *A apreensão de Realidade*, fevereiro de 1967, pág. 4.

⁴⁸⁰ *Nota da redação*, junho de 1967, pág. 3. O texto da nota refere-se à reportagem *Isto é proibido*, publicada na mesma edição (pág. 94).

⁴⁸¹ *Carta do Editor*, outubro de 1967, pág. 3.

momentos importantes de transformação na imprensa brasileira: *Jornal do Brasil, O Cruzeiro, Senhor*.

E, de fato, tudo indica que *Realidade* viveu então, nesta última fase do período estudado - entre o fim de 1967 e dezembro de 1968 - o apogeu de sua experiência jornalística. Além de receber dois prêmios Esso (de Reportagem e de Informação Científica, conferidos respectivamente às matérias *Os Meninos de Recife*, de Roberto Freire, e *Uma vida por um rim*, de Hamilton Ribeiro), jornalistas mineiros haviam indicado *Realidade* como “a melhor revista nacional”⁴⁸². O entusiasmo da Abril com o sucesso da publicação chegou a motivar a criação de um curso intensivo de jornalismo para formar novos profissionais afinados com “o aperfeiçoamento e o amadurecimento” da imprensa brasileira⁴⁸³.

E esses eram temas com os quais os jornalistas de *Realidade* tinham intimidade. Nos três primeiros anos de sua existência a revista contribuiu para aperfeiçoar e amadurecer a imprensa brasileira; tornou-a parte do processo de investigação de uma variedade extensa de assuntos; através de sua abordagem, permitiu que o jornalismo estivesse *em dia* com as demandas de sua época; avançou sobre o conservadorismo e deve ter provocado, no âmbito de seus limites, a aceleração na mudança generalizada de valores que marcou os meados dos anos 60. Foi uma revista que ofereceu ao profissional da imprensa a possibilidade de que o exercício de sua produção intelectual atinasse para a realidade. E só foi isso porque os jornalistas que a fizeram expressavam em seus textos o vínculo com a dinâmica social em toda a sua amplitude.

Em dezembro de 1968, Paulo Patarra deixou a direção de redação de *Realidade*. Em nota publicada no exemplar daquele mês, os leitores eram informados sobre a mudança⁴⁸⁴. Patarra acompanhou toda a fase de desenvolvimento e consolidação do projeto editorial da revista. E no número de sua despedida, era ele o autor da matéria de capa que levava, no plano de todas as contradições vividas pelo país naquele momento, a carga da simbologia transgressora que a publicação havia chamado para si desde o seu surgimento⁴⁸⁵. Obviamente, *Realidade* não respondia pela crise institucional em que o país se encontrava mergulhado, mas é sintomático (e não mais que uma simples coincidência) que a matéria principal daquele número tenha sido a última feita por Patarra. Com o Ato 5, o Estado militar recebeu seu acabamento, não só pelo clima criado pela censura nas redações dos órgãos de imprensa, mas pelo medo generalizado que se instalou na vida brasileira.

A revista da Editora Abril já não podia manter fidelidade a seu projeto original em vista do cerceamento das liberdades públicas que foi imposto pelo governo militar. É

⁴⁸² *Nota da Redação*, janeiro de 1968, pág. 3.

⁴⁸³ *Carta do Editor*, abril de 1968, pág. 3.

⁴⁸⁴ *Nota da Redação*, dezembro de 1968, pág. 3.

⁴⁸⁵ *Este é o camarada Prestes*, dezembro de 1968, pág. 38.

certo que o regime aprofundava ainda mais o estreitamento de suas bases sociais de apoio e assumia com maior nitidez suas características de ditadura militar. Nem por isso, contudo, os movimentos de oposição da sociedade civil e seus canais de manifestação se expandiram. Ao contrário. A intensificação do autoritarismo veio acompanhada de várias componentes que inviabilizaram esse fato.

A primeira delas é a que diz respeito à institucionalização da repressão, componente que respondia por mais um período de desarticulação e de diáspora das lideranças políticas que haviam se mantido ou haviam surgido nos primeiros anos que se seguiram ao golpe de 1964. A segunda é a que pode ser identificada como o resultado dos equívocos políticos das forças da esquerda com posições que acabaram afastando-as dos segmentos sociais de cuja simpatia se alimentou em boa parte do período anterior, até o segundo semestre de 1968, fato que abre caminho para o processo de "popularização" do autoritarismo que se inicia em 1969. A terceira é representada pelo refluxo internacional dos movimentos políticos de contestação. O final do ano de 1968 e o longo período que se estendeu a partir dele, formam uma era de reação conservadora, ou *termidoriana*, como chegou a ser chamada pela imprensa na época.

Audálio Dantas, repórter e editor da revista já nesse período difícil, deu seu testemunho sobre a herança que recebeu e sobre os efeitos da nova conjuntura política entre aqueles que produziam *Realidade*:

"*Realidade* refletiu um momento da vida do país, em que, mesmo sob uma ditadura, havia reflexos do que foi um grande momento de cultura e afirmação nacional. Desde os anos 50 até o começo de 60, música, cinema, momentos de grande criatividade que foram assassinados em 64. A revista surgiu porque havia uma criatividade inibida. O momento dela era aquele. Hoje não existe espaço para uma revista como aquela. Ela foi inovadora, desfez tabus na sociedade brasileira, trouxe grandes assuntos, botou dedo em feridas. Do ponto de vista jornalístico, *Realidade* reuniu o que de melhor se produziu como texto jornalístico naquela fase até o início dos anos 70, principalmente como revista de reportagem.

(...)

"A revista teve uma primeira fase de 66 a 68, a fase do espanto e da revelação, que mexia com a realidade brasileira. O grupo que fez esta fase era uma espécie de confraria, de certa forma, fechado. (...) Em 68, apesar de muitas pessoas discordarem, começou a morte lenta da revista, se bem que ela foi boa até 71, 72, mas aí já havia uma censura dentro da empresa. Havia a auto-censura. As matérias eram levadas para um censor. Não havia censores dentro da revista. Havia na direção alguém encarregado de levar as matérias para a censura, em Brasília. No começo a pauta de *Realidade*, na fase de Paulo Patarra, Sérgio de Sousa, Narciso Kalili, Milton Severiano da Silva (...), era

um 'happening', um verdadeiro 'brainstorming', para selecionar as matérias. Muitas vezes contrariávamos o dono e chefe da revista, o Roberto Civita.

"O repórter saía depois de discutir o assunto, ele poderia vir com enfoques diferentes e livres. Havia copidesques na revista (...) que ajudavam a refazer o texto dos repórteres, excelentes em matéria de captação de dados, mas não produziam textos correspondentes às necessidades de importância do assunto ou fato. Havia filtros intrínsecos porque o jornalismo é um produto industrial. Apesar da existência destes filtros, a diagramação e a titulação interferiam no enfoque dado pelo repórter, independente da censura oficialmente instituída.

(...)

"Não havia matérias encomendadas, pelo menos é o que eu acredito, mas havia textos que procuravam tocar a censura como os perfis de presidentes. O Luiz Fernando Mercadante que fazia estas matérias. Ele era nosso diplomata. Ele fez o perfil do presidente Médici. Se bem que eram assuntos jornalísticos que pertenciam àquele contexto.

(...)

"Quanto à linguagem, eu mesmo procurava sair da censura por imagens, metáforas e outros recursos da literatura.

(...)

"A revista *Realidade* investia, deixava o repórter um mês dedicado ao seu trabalho. (...) O repórter vivia o problema como um personagem do fato. Ia viver numa fazenda, em outro país, por exemplo.

"A grande marca que a revista deixou na imprensa brasileira foi o jornalismo de texto, a busca de um texto jornalístico que se impunha por si mesmo.

(...)

"A revista tinha importância pedagógica, era instrumento de vulgarização de problemas e um documento para a História do Brasil, fonte para historiadores, sobretudo se eles tiverem espírito de análise crítica e observarem a construção do texto. Por exemplo, uma matéria como aquela sobre o presidente Médici em que não se fala sobre o endividamento do Brasil, os problemas sobre os quais ele era responsável direto, como as torturas e os assassinatos. Ele deveria perceber que tudo era censurado. Era preciso ler nas entrelinhas o que foi escrito elaboradamente e o que não foi escrito.

"Eu e outros companheiros demorávamos para escrever as matérias porque procurávamos encontrar uma maneira de dizer. Eu, especialmente, sofria

muito. (...) Eu não podia, sob pena de me torturar internamente, deixar de dizer determinadas coisas"⁴⁸⁶.

E essas dificuldades não se restringiam aos jornalistas. A própria Indústria Cultural foi afetada por elas: “O AI-5 surgiu exatamente quando vários projetos importantes germinavam, no meio editorial brasileiro. Falava-se muito que a Editora Abril cogitava de lançar um jornal diário de circulação nacional (...). Falava-se muito que o *Globo*, o *Jornal do Brasil* e o *Estadão* estavam prontos para sair, cada um, com sua revista semanal. Sabia-se de vários projetos em Minas, no Rio Grande do Sul, em Pernambuco. Os empresários da área estavam todos convencidos de que o jornalismo - em sentido amplo - dá dinheiro.

“A Censura do AI-5 transformou o jornalismo em negócio de alto risco, do ponto de vista do empresariado”⁴⁸⁷.

Como se vê, já não era a mesma coisa⁴⁸⁸.

Realidade pode ser vista como um *divisor de águas* na história do jornalismo brasileiro; ela *organizou*, sob a forma da reportagem, a participação do profissional de imprensa nas questões colocadas em sua época. E não o fez exclusivamente como uma experiência editorial voltada para si mesma senão que se fixou como uma *escola* que abrangeu outros órgãos de informação e como uma experiência que buscou a atemporalidade de sua prática. Nesse sentido, *Realidade* materializou a utopia do texto independente, assegurado ao leitor por todas as condições descritas neste livro. Mas era apenas fruto de uma conjuntura específica e irrepitível. Pode ter se fixado como escola para o profissional de imprensa, definindo um estilo. E pode mesmo ter gerado a ilusão de que, de alguma forma e em outro tempo, seria possível retomá-la. O desenvolvimento posterior da vida cultural e política brasileira, no entanto, mostrou outros caminhos.

⁴⁸⁶ Transcrito de Terezinha Fernandes. Op. Cit.

⁴⁸⁷ Carmo Chagas. *Na Cozinha das Redações*. In: 3 x 30. *Os Bastidores da Imprensa Brasileira*. São Paulo. Editora Best Seller/Círculo do Livro, 1992.

⁴⁸⁸ As dificuldades da conjuntura política não foram as únicas responsáveis pelo declínio progressivo da revista *Realidade*. O empenho da Editora Abril no projeto *Vêja*, já em 1968, e o novo papel que as redes de televisão passam a desempenhar a partir de 1969, ampliando o espaço do telejornalismo, devem ser vistos, entre outros, como fatores que contribuíram para aquilo que foi identificado, nos anos 70, como “a crise da reportagem”. Para o autor deste trabalho, no entanto, há uma precedência das restrições políticas sobre essas demais causas. De qualquer forma, elas são um indicativo para novos estudos sobre o assunto.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTOS, José Luis Martínez. *Nuevos periodistas españoles: análisis de suas formas expressivas*. In: AGUILERA, Octavio (org). Estudios de Periodística: Ponencias del I Congreso de la Sociedad Española de Periodística. Madrid, Universidad Complutense, Facultad de la Información, 1992.
- ALVES, Rubem A. *Tecnologia e Humanização*. In: Revista Paz & Terra nº 8, ano II, setembro de 1968.
- AMOROSO LIMA, Alceu. *O Jornalismo como Gênero Literário*. Ensaio nº 8. Rio de Janeiro, Agir, 1960.
- ANDRADE, Jeferson de. *Um Jornal Assassinado. A última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1991.
- Anuário Brasileiro da Pesquisa em Jornalismo*. Departamento de Jornalismo e Editoração. ECA/USP, 1992.
- AVIGHI, Carlos Marcos. *Euclides da Cunha Jornalista*. Tese de Doutorado. São Paulo, ECA/USP, 1987.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec.
- BARAN, Paul e SWEEZY, Paul. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- BENEYTO, Juan. *El Saber Periodístico*. Madrid, Editora Nacional, 1974.
- BERGER, P. L. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1978.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. *Impressões de Viagem. CPC, Vanguarda e Desbunde: 1960/1970*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- CABRAL, Reinaldo. *Literatura e Poder Pós-64*. Rio de Janeiro, Opção, 1977.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/USP, 1975.
- _____. *Literatura e Sociedade*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973.
- _____. *Realidade e Realismo*. In: *Recortes*. São Paulo, Companhia das Letras.

- CARPENTIER, Alejo. *O Século das Luzes*. Rio de Janeiro, Editorial Labor do Brasil, 1976.
- CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopia Desarmada. Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- CASTRO, Ruy. *O Anjo Pornográfico*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- CHAGAS, Carmo e outros. *3 x 30. Os Bastidores da Imprensa Brasileira*. São Paulo, Editora Best Seller, 1992.
- CLARKE, Gerald. *Capote. Uma Biografia*. São Paulo, Editora Globo, 1993.
- COSTA, Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- COSTA LIMA, Luiz. *Jornalismo Cultural e Imprensa Nanica*. In: Opinião, nº 229, 1977.
- DINES, Alberto. *O Papel do Jornal*. Rio de Janeiro, Artenova, 1974.
- FAERMAN, Marcos. *O Crime no Novo Jornalismo*. VERSUS nº 3, agosto/setembro, 1983.
- FALCÃO, Maria do Carmo e NETTO, J.P. *Cotidiano: Conhecimento e Crítica*. São Paulo, Cortez, 1989.
- FARO, J.S. *A Universidade Fora de Si: A Intercom e a Organização dos Estudos de Comunicação no Brasil*. São Paulo, INTERCOM/ALAIC, 1992.
- _____. *Escritores, Política e Poder: A República das Letras*. In: Ideologia, Cultura e Comunicação no Brasil. São Bernardo do Campo, Centro de Pós-Graduação do Instituto Metodista de Ensino Superior, 1982.
- _____. *Notas sobre Comunicação e Cultura*. Revista de Cultura Vozes, volume LXXII, ano 72, nº 3, abril de 1978.
- _____. *Raízes Culturais de Nossa Imprensa Contemporânea*. Revista de Cultura Vozes, volume LXXI, ano 71, nº 6, agosto de 1977.
- FERNANDES, Terezinha F.T.D. *Jorge Andrade, Repórter Asmodeu (Leitura do discurso jornalístico do Autor na Revista "Realidade")*. Tese de Doutorado. São Paulo, ECA/USP, 1988.
- FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- _____. *Análise do Modelo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

- GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas*. Volumes I e II. Lisboa, Editorial Estampa, 1974.
- HANDKE, Peter. *Bem-aventurada infelicidade*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.
- HAUSER, Arnold. *História Social de la Literatura e el Arte*. Madrid, Guadarrama, 1969.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, s/d.
- HOBSBAWN, Eric J. *Revolucionários*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- HOHLFELDT, Antônio. *As diferenças entre Jornalismo e Literatura (Existem?)*. Cadernos de Jornalismo/2. Porto Alegre.
- IANNI, Octavio. *O Intelectual e a Indústria da Cultura*. In: Revista Comunicações e Artes. Ano 11, nº 17, São Paulo, ECA/USP, 1986.
- INESE - Instituto de Estudos Sociais e Econômicos. *Pesquisa Editorial sobre a revista Realidade*. São Paulo, janeiro de 1966.
- JORNAL DA TARDE. *10 anos*. Suplemento Especial. São Paulo, janeiro de 1976.
- JORNAL DA TARDE. *Antologia, 25 anos*. São Paulo, janeiro de 1991.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários. Nos Tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo, Scritta Editorial, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo, Ática, 1991.
- LEUCHTENBURG, William (org). *O Século Inacabado. A América desde 1900*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O Problema da Imprensa*. São Paulo, COM-ARTE/ECA-USP, 1988.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Cultura de Massa e Cultura Popular: Questões para um Debate*. In: *Comunicação e Classes Subalternas*. São Paulo, Cortez Editora, 1980.
- MAILER, Norman. *Os Exércitos da Noite (Os Degraus do Pentágono)*. *A História como Romance, o Romance como História*. Rio de Janeiro, Record, s/d.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Jornalismo Fin-de-siècle*. In: Anuário Brasileiro da Pesquisa em Jornalismo. Departamento de Jornalismo e Editoração. ECA/USP, 1993.
- MARCONI, Paulo. *A Censura Política na Imprensa Brasileira, 1968-1978*. São Paulo, Global Editora, 1980.
- MARCUSE, Herbert. *Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

- MARCUSHI, Luiz Antonio. *A Ação dos Verbos Introdutores de Opinião*. Revista Brasileira de Comunicação. INTERCOM. Ano XIV, nº 64, janeiro/junho de 1991.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. *Notícia, Um Produto à Venda. Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
- MELO, José Marques de. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- _____. (org). *Censura e Liberdade de Imprensa*. Documentos da II Semana de Jornalismo. São Paulo, COMARTE, ECA/USP, 1984.
- _____. *Comunicação e Transição Democrática*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
- _____. (org). *Ideologia e Poder no Ensino de Comunicação*. São Paulo, Cortez e Moraes/INTERCOM, 1979.
- _____. *Indústria Cultural, Jornalismo, Jornalistas*. In: Revista Brasileira de Comunicação. Ano XIV, nº 65, julho-dezembro de 1991. São Paulo, INTERCOM.
- _____. *Inventário da Pesquisa em Comunicação no Brasil (1883-1983)*. São Paulo, INTERCOM/ALAIC/CIID/CNPq, 1984.
- _____. *Pesquisa em Comunicação no Brasil. Tendências e Perspectivas*. São Paulo, INTERCOM/Cortez Editora, 1983.
- _____. (org). *Populismo e Comunicação*. São Paulo, Cortez Editora/INTERCOM, 1981.
- _____. *Subdesenvolvimento, Urbanização e Comunicação*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- _____. (org). *Transformações no Jornalismo Brasileiro, Ética e Técnica*. São Paulo, INTERCOM/FINEP/CNPq, 1994.
- MERCADANTE, Luiz Fernando. *20 Perfis e Uma Entrevista*. São Paulo, Siciliano, 1994.
- MORAIS, Fernando. *Chatô. O Rei do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- MOREIRA LEITE, Dante. *O Caráter Nacional Brasileiro*. São Paulo, Pioneira, 1976.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Ática, 1977.
- NAVARRO DE TOLEDO, Caio. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo, Ática, 1977.

- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- OLINTO, Antonio. *Jornalismo e Literatura*. Rio de Janeiro, MEC, 1955.
- ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- PARK, Robert E. *A Notícia Como Forma de Conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento*. In: STEINBERG, Charles (org). *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo, Cultrix, 1972.
- PEREIRA LIMA, Edvaldo. *Páginas Ampliadas. O Livro-Reportagem como Extensão do Jornalismo e da Literatura*. Campinas, UNICAMP, 1993.
- PEREIRA, Raimundo. *Entrevista concedida ao Jornal EX*, nº 12.
- RACIONERO, *Filosofias del Underground*. Barcelona, Editorial Anagrama, 1977.
- REALIDADE. Exemplares de 1966 a 1969.
- RIBEIRO, Hamilton. *Entrevista concedida ao jornal UNIDADE*, órgão do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, nº 8.
- SANCHEZ, José Francisco. *El relato periodístico. El periodista como contador de historias*. In: AGUILERA, Octavio (org). Estudios de Periodística: Ponencias del I Congreso de la SEP. Madrid, Universidad Complutense, Facultad de Ciências de la Información, 1992.
- SCHAFF, Adam. *A Sociedade Informática*. São Paulo, UNESP/Editora Brasiliense, 1991.
- _____. *Linguagem e Conhecimento*. Coimbra, Almedina, 1974.
- SCHWARZ, Roberto. *O Pai de Família e Outros Estudos*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1978.
- _____ (org). *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1969.
- _____. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SILVEIRA, Joel e MORAES NETO, Geneton. *Hitler/Stalin. O Pacto Maldito*. Rio de Janeiro, Record, 1990.
- SILVEIRA, Joel. *Tempo de Contar*. Rio de Janeiro, Record, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

STEPAN, Alfred. *Os Militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

UNIDADE. *Realidade Morreu. Quem Matou?* Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, ano I, nº 8, março de 1976.

VISÃO, Revista. Números de 05/07/1971, 11/03/1974 e anuário *Quem é Quem na Economia Brasileira* de 1973.

WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver. Memórias de um Repórter*. Rio de Janeiro, Record, 1987.

WEBER, Max. *Para una Sociologia de la Prensa*. In: Revista Española de Investigaciones Sociológicas, nº 57, janeiro-março de 1992. Centro de Investigaciones Sociológicas.

WOLFE, Tom. *El Nuevo Periodismo*. Barcelona, Editorial Anagrama, 1975.

_____. *A Arte da Ficção*. Entrevista concedida a George Plimpton. In: Diálogo.